

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA
MESTRADO

LUANA SILVA BASTOS MALHEIRO

**TORNAR-SE MULHER USUÁRIA DE CRACK: TRAJETÓRIAS DE VIDA,
CULTURA DE USO E POLITICA SOBRE DROGAS NO CENTRO DE
SALVADOR, BAHIA**

Salvador

2018

LUANA SILVA BASTOS MALHEIRO

**TORNAR-SE MULHER USUÁRIA DE CRACK: TRAJETÓRIA DE VIDA,
CULTURA DE USO E POLITICA SOBRE DROGAS NO CENTRO DE SALVADOR,
BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientador: Edward MacRae

Salvador

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SILVA BASTOS MALHEIRO, LUANA
TORNAR-SE MULHER USUARIA DE CRACK: TRAJETORIA DE
VIDA, CULTURA DE USO E POLITICA SOBRE DROGAS NO
CENTRO DE SALVADOR, BAHIA / LUANA SILVA BASTOS
MALHEIRO. -- Salvador, 2018.
292 f.

Orientador: Edward MacRae.
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Antropologia) --
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

1. Cultura de uso de crack. 2. Políticas sobre
drogas. 3. Gênero. 4. Trajetória de vida. 5. Feminismo
Antiproibicionista. I. MacRae, Edward. II. Título.

LUANA SILVA BASTOS MALHEIRO

**TORNAR-SE MULHER USUÁRIA DE CRACK: TRAJETÓRIAS DE VIDA,
CULTURA DE USO E POLITICA SOBRE DROGAS NO CENTRO DE
SALVADOR, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edward MacRae (Orientador)

Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Roselene Cássia de Alencar Silva

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Diego Ferreira Marques

Universidade Federal da Bahia

Para Adriana Índia (*in memorian*) com quem aprendi da forma mais cruel a fazer da luta o nosso luto e Maria Lucia Pereira (*in memorian*) com quem dividi as principais angústias e foi minha grande mentora da vida e no processo de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de uma série de encontro, trocas e afetos que me refundaram enquanto mulher. Não há dúvidas que esse trabalho foi escrito a várias mãos e que sem a minha rede nada seria possível.

A Oya, Odé e Oxalá por me dar força, direção e tranquilidade.

Ao meu pai, José e minha mãe Ana, que apesar de nunca terem conhecido a universidade depositaram toda a confiança e dedicação nessa trajetória que me conduziu a estes escritos.

Ao meu irmão mais velho, Guilherme Malheiro, com quem compartilhei desde as primeiras tarefas da escola até as discussões sobre política que travamos a todo o tempo.

Ao mais novo, José Junior, pelo afeto e carinho.

Ao meu companheiro e grande amor da minha vida Fernando Meira, que soube ser paciente, presente e acolhedor, estando sempre ao meu lado nos momentos mais tensos. Obrigada por me ensinar a prática cotidiana do amor, sem idealizações ou romantismo, mas com o respeito, carinho e admiração que temos um pelo outro.

Ao Mimizon por me trazer a leveza e o riso diário.

Ao meu Babalorixa Michel Franclim e toda a minha família do Ilé Axé Bobomi Ala Furikam.

A meus irmão de ilê Vinicius Alves e Dudu Ribeiro, que me acolheram no momento crucial desta pesquisa.

Ao meu orientador Edward MacRae, que segue ao meu lado desde a graduação, estando presente em todo o processo da pesquisa. Obrigada pela paciência, por acreditar e pela dedicação na correção do trabalho e em todos os momentos da orientação.

A Diego Marques, professor do PPGA e meu grande amigo, pelo carinho e pelo referencial teórico que orientou toda a minha pesquisa,

A Roselene Alencar, pela compreensão e orientação na condução da pesquisa.

A Yasmin Ferraz, que foi e é o meu porto segura na vida, na luta e sobretudo nessa pesquisa. A Laura Franco, pelo cuidado e carinho e sobretudo pelas dicas no momento da escrita.

A Robelle Damasceno, pela parceria, cuidado e principalmente por estar ao meu lado sempre que precisei. Minha caminhada com você é verdadeira irmã!

A Lua Dultra e Julyanna Quintino agradeço pela confiança, afeto e pela inspiração que vocês são para mim.

A minha família dos fronts: Amanda Cunha, Liliane Oliveira, Luana Soares, Juliano Falcão, Agnaldo Almeida, Ricardina.

A todas as mulheres da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas que caminham ao meu lado no feminismo e nas trincheiras de luta. A Ingrid Farias, Priscila Gadelha, Natalia Oliveira, Anne Rodrigues, Juma, Adelly Nascimento, Olivia, Constança, Carol, Maria Joana, Maíra, Nadja, Laisa, Terra, Tamara, Jaina e todas as maravilhosas que me fazem quem eu sou.

Aos meus parceiros da luta antiproibicionista: Guilherme Storti, Cacá Ribeiro, Wagner Coutinho, Sergio Vidal, Emilio, Denis Petuco, Rodrigo Mattei e todo o meu campo antiproibicionista que não teme a luta.

A toda a equipe do Programa Corra pro Abraço.

A equipe do Consultório na Rua do Centro Histórico, do CAPS AD Gregório de Matos e do Ponto de Cidadania.

A Emanuelle Silva e Larissa Souza, pelo afeto, acolhida e risadas.

A minha grande família nada tradicional brasileira: Luisa Saad, Maria Santana, Barbara Pessoa, Maíra Castanheiro, Thaís Maia, Marcos Monteiro, Cristiano Filgueiró, Adriano Magalhães, Tito, Maria Alice, Anita.

A todas as minhas parceiras de pesquisa, com quem compartilho planos de mudar o mundo do nosso jeito. Obrigada por me ensinarem tanto. Com vocês ando melhor.

A Maria Lucia Pereira, do Movimento Nacional População de rua, por acreditar e confiar sempre. E principalmente por compartilhar comigo planos de luta e sonhos.

A noite não adormece nos olhos das mulheres

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*

(Conceição Evaristo – Em memória de Beatriz Nascimento)

RESUMO

Este estudo de caráter etnográfico teve como objetivo investigar a cultura de uso de crack entre mulheres com trajetória de vida nas ruas do Centro da cidade de Salvador, compreendendo, a partir da dinâmica desta cultura, a importância da construção entre pares dos controles sociais informais, bem como dos controles sociais formais advindos de uma sociedade estruturada a partir de opressões. Com a finalidade de observar o cotidiano da vivência desta cultura, procedi ao acompanhamento das parceiras da pesquisa nas cenas de uso de crack. Posteriormente, o trabalho de campo me conduziu para o acompanhamento dessas mulheres em outros trajetos urbanos de busca por serviços de assistência, saúde e justiça, bem como a construção de um grupo local de militância feminista. Por meio da bibliografia de referência para o tema foi possível direcionar o meu olhar para a compreensão da gramática de violência cotidiana direcionada a essas mulheres, acirrada pelo direcionamento de uma política de drogas que utiliza a estratégia de guerra às drogas que tem se apresentado como uma guerra contra as mulheres. Como resultado reflito que a grande maioria das mulheres investigadas recorrem ao uso abusivo de crack como método para aliviar o sofrimento de violências de gênero e raciais sofridas ao longo de suas trajetórias de vida, bem como elaboram estratégias políticas de resistência, proteção e mobilização entre mulheres. Concluo pontuando que a política de drogas, tal como se apresenta na atualidade, reforça opressões de raça, gênero e classe constituindo uma arena marcada pela injustiça social na vida das mulheres. A resposta a essas opressões aparecem na pesquisa a partir da construção do campo do feminismo antiproibicionista que tem organizado politicamente mulheres afetadas pela Guerra as Drogas.

Palavras chave: Uso de Crack, Cultura de Uso, Trajetória de Vida, Política de Drogas

Abstract

This ethnographic study aimed to investigate the culture of crack use among women living on the streets of city center of Salvador, looking at the dynamics of this culture, the peer-to-peer construction of informal social control, and formal social control coming from a society structured out of oppression. In order to observe the daily life of this culture, I followed the participants of the research in scenes of crack use. Subsequently, the fieldwork led me to accompany these women in other urban areas of search for health care and justice services, and the construction of a local feminist militant group. Through the reference bibliography for the theme it was possible to direct my gaze to the understanding of the grammar of everyday violence directed at these women, fierce by the direction of a drug policy that uses the strategy of war against drugs that has presented itself as a war against the women. As a result, I reflect that the vast majority of women surveyed resort to abusive use of crack as a method to alleviate the suffering of gender and racial violence suffered throughout their life trajectories, as well as to develop political strategies for resistance, protection and mobilization among women. I conclude by pointing out that drug policy, as it is nowadays, reinforces oppressions of race, gender and class constituting an arena marked by social injustice in the life of women. The response to these oppressions appears in the research from building the field of anti-prohibitionist feminism that politically organized women affected by the war on drugs.

Key words: Crack use, Life Trajectory, Drug Policy

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
O percurso da pesquisadora-usuária-reduzora de danos: o caminho sem volta.....	18
De reduzora de danos à etnógrafa-usuária: dos dilemas da pesquisa etnográfica.....	42
O encontro com as mulheres e a proposta pós-colonial	51
Metodologia da pesquisa	61
Considerações Éticas	66
De verdade ou de boca?.....	68
Organização do estudo.....	71
CAPÍTULO 1 – O Centro Antigo de Salvador: território, espaço urbano e cenas de uso de crack.....	75
1.1 Do passado escravista ao projeto de requalificação urbana do Centro: a construção da cidade do colono	78
1.2 Territórios psicotrópicos, cenas de uso e territorialidade itinerante no Centro Antigo de Salvador: a cidade do colonizado	89
1.2.1 O Circuito de uso/venda de crack no Centro Antigo de Salvador.....	92
1.3 “No Centro é tudo 3!”: organização do comércio de crack do Centro	99
1.4 Os rumores que rondam o Centro: o problema da drogas na gestão urbana	107
1.5. Construções sociais da mídia sobre pessoas que usam crack e a epidemia:.....	110
CAPITULO 2 – PROIBIÇÃO, GUERRA E POLÍTICA DE DROGAS NA ERA DO PÂNICO DO CRACK.....	126
2.1 O Proibicionismo e a cruzada moral contra “populações perigosas”	128
2.2 Guerra às drogas e o dispositivo da racialidade na era do pânico do crack	132
2.3 Ciência proibicionista na guerra às drogas	146
2.4 O pânico do crack e a retirada de direitos civis	149
2.5 A chegada do crack no Centro de Salvador: da seringa ao cachimbo	154

2.6 As respostas do Estado Brasileiro na era do pânico do crack: do projeto racista civilizatório de gestão penal ao controle da maternidade..... 157

2.7 Das vítimas da Guerra a Seletividade penal: cenários de injustiça socioracial no Brasil..... 167

CAPITULO 3: TORNAR-SE MULHER, USUÁRIA DE CRACK: CULTURA DE USO E TRAJETÓRIAS DE VIDA.....164

3.1 Sobre tornar-se mulher usuária de drogas: gênero e poder no contexto do uso de drogas ilícitas..... 176

3.2 As parceiras de pesquisa e suas trajetórias pessoais:..... 186

3.3 Cultura de uso de crack das parceiras de pesquisa 202

3.3.1 O início do consumo de crack: os instrumentos de uso e atividades empreendidas após o uso 216

3.3.2 Saberes nativos sobre mulher e uso de crack e a vivência da violência de gênero ... 220

3.3.3 Maternidade e Rua: tornar-se mãe..... 229

3.3.4 As recém-chegadas e a entrada na prostituição 234

3.3.5 Os ciclos de violências de gênero..... 237

3.3.6 Entre sacizeira e usuária: a emergência do controle..... 238

3.3.7 O Acesso a serviços de cuidado da saúde e assistência social e serviços de proteção a mulher 240

3.3.8 Estratégias de proteção entre pares..... 242

3.3.9 “Putá só, Ladrão só”: o discurso da solitária caminhada e o mundo do agora entre as parceiras de pesquisa..... 244

3.4. Feminicídio em nome da Guerra às Drogas..... 246

CAPÍTULO 4 - Feminismo Antiproibicionista e a organização política com as parceiras.....251

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	268
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:.....	278

APRESENTAÇÃO

O objetivo desta investigação é compreender a cultura de uso de crack entre mulheres que frequentam cenas de uso no centro da cidade de Salvador. Cultura de uso de drogas é entendida nesse trabalho como um conjunto de saberes e práticas organizadas sobre o uso de drogas que está imerso entre controles sociais formais (aqueles que se constituem a partir do controle do Estado) e controles informais (adquiridos na rede de sociabilidade e no aprendizado entre pares) (Becker, 1966). Utilizamos como recurso metodológico a observação e descrição da cultura de uso por compreender que este conceito nos possibilita o entendimento da realidade vivida pelas mulheres em um nível microsociedade a partir do aprendizado em sua rede de relações sociais. Também nos leva a compreender o cruzamento com a cultura hegemônica e suas estruturas sociais de opressão como a desigualdade social, o racismo e o sexismo que são partes constitutivas e interferem na cultura de uso de crack.

A relação entre os indivíduos e as drogas não é um ato isolado e descontextualizado, mas forma parte de um itinerário composto por uma série de atos diferentes e de relações estruturais que se modificam, se redefinem ao tempo que se desenvolve (Diaz, 1999). Durante a pesquisa com as mulheres focalizei inicialmente na história da sua experiência com o crack, procurando observar variações importantes em sua atitude com relação ao uso ao longo de sua trajetória de vida, atentando para mudanças que acontecem em suas vidas permitindo a construção de estratégias para o controle no uso.

Busquei inspiração nos trabalhos de Becker (1944). Em seu célebre estudo etnográfico sobre a trajetória de vida de usuários de maconha, o autor faz generalizações, buscando estabelecer uma seqüência típica de mudanças na atitude individual em relação ao uso desse produto. Becker se inspirava no interacionismo simbólico de George Mead e estava interessado em entender a produção de significados da ação social a partir da pactuação destes significados entre pares. Na década de 1970, o psiquiatra norteamericano Norman Zinberg, estudando o uso de diversas drogas ilícitas, chamou a atenção para a necessidade de se diferenciar entre “uso controlado” e “uso compulsivo” em um momento em que todos os estudos se centravam no uso compulsivo. O que distinguiria os dois tipos de uso é que o primeiro seria regido por regras, valores e padrões de comportamento veiculados tanto pela cultura hegemônica quanto pelas culturas desenvolvidas por diferentes grupos de usuários/as. Nesta investigação

centraremos a nossa análise nas mulheres que se autodenominam enquanto usuárias controladas de crack, o que não significa que em outros momentos da vida elas não tenham se constituído a partir do uso compulsivo. É importante ressaltar que o conceito de cultura não é estático e que define uma dinâmica de modos de uso: é justamente esta variação ao longo da trajetória de vida das mulheres que busco analisar.

Seguir a pista de partir da compreensão da cultura de uso de crack no universo feminino me pareceu interessante, pois foi possível perceber como o gênero é acionado no contexto estudado como uma gramática que autoriza a violência (Das, 2007) em um contexto socio-político marcado por uma política de drogas que tem se estabelecido pela estratégia de guerra contra a sua população, estratégia esta popularmente conhecida como guerra às drogas¹, perpetuando dessa forma um campo de violências diversas que atravessam a vida das mulheres usuárias de crack.

Neste sentido, a minha experiência etnográfica, neste campo, próxima às mulheres, revelou também qual o papel desempenhado pelo Estado de controle, violação e extermínio do corpo feminino revelando desta forma como este se dirige à gestão da população que está à margem (Das e Poole, 2004). A partir das leituras de Segato, compreendo que a vida das mulheres é o lugar que por excelência se manifesta o fracasso deste aparelho tal como se configura na atualidade, além de demonstrar como este mesmo Estado “com uma mão dá, com a outra retira” direitos sociais importantes para as mulheres (Segato, 2006).

Para me acompanhar nessa jornada, selecionei mulheres que eu conhecia a algum tempo, durante estes onze anos de *caminhada*² no trabalho de campo, nas cenas de uso de crack do Centro de Salvador. Escolhi as mulheres que tinham uma longa caminhada de uso de crack, de 5 a 10 anos, com o objetivo de conhecer a dinâmica de auto-regulação do uso de crack na trajetória de vida das mulheres: qual o momento na cultura de uso desta mulher que os controles aparecem? Como conhecer, nas flutuações do consumo de crack, as estratégias para os controles entre pares? E as estratégias de

¹ A Guerra se constitui como uma ferramenta imperialista colonial que utiliza do monopólio da violência, e do seu uso como estratégia central para o controle da circulação de drogas. Aprofundaremos o tema no capítulo 2.

² Categoria êmica para se referir ao trajectoria de vida.

cuidado entre as mulheres? Existiam? E os heterocontroles representados pelo controle social formal (leis, instituições, etc)? Como as estruturas sociais de opressão em sua dimensão macro se corporificam nessa dimensão microscópica da cultura de uso de crack entre mulheres com trajetória de vida nas ruas do Centro de Salvador?

Deste modo, não tive como ignorar a ação do tempo e a reflexão sobre o trabalho do tempo (Das, 2006) na cultura de uso de crack de mulheres com uma longa caminhada no crack. A agência do tempo que possibilitou mudanças significativas na vida dessas mulheres também só foi possível ser observada e aqui descrita pois tive a oportunidade de acompanhar essas mulheres ao longo de anos de trabalho, pesquisa e militância neste campo. Compreendi, com essa investigação que, para a análise da cultura de uso em sua profundidade, é crucial um acompanhamento longitudinal das flutuações, mudanças e conflitos que acontecem na vida do sujeito. O trabalho de Oswaldo Fenandez (2007) em sua tese de doutoramento, através da qual ele acompanha pessoas que usam cocaína durante 12 anos, atentado para as modificações da vida do sujeito que interferem da sua cultura de uso é uma inspiração crucial no entendimento da importância de estudos que possam produzir análises aprofundadas sobre a cultura de uso de drogas ao longo dos anos.

O meu interesse pelo tema se constitui a partir da minha percepção durante onze anos de trabalho de campo nas cenas de uso do centro de Salvador, do aumento do número de mulheres nas cenas, do entendimento difuso do conjunto de violências associadas ao papel desempenhado por essas mulheres nesses espaços, do conjunto de notícias na mídia sobre o tema das mulheres e uso de crack e a partir de questões que surgiram no decorrer da pesquisa e foram trabalhadas com as mulheres. No meu entendimento, ao focar a minha análise no público feminino, encontraria as respostas a questões que me inquietam com relação a atual política sobre drogas e o impacto na vida das mulheres e na minha vida. Esta investigação respondeu algumas questões e produziu outras tantas perguntas que me inquietam enquanto mulher, pesquisadora, usuária de drogas lícitas e ilícitas e também enquanto ativista que organiza e participa há 13 anos da militância antiproibicionista³ na cidade de Salvador, Bahia.

³ Podemos definir antiproibicionismo como um conjunto de saberes e práticas políticas “cujos argumentos se centram sobretudo no fracasso de ideais do proibicionismo” (Cruz, Machado, 2013).

O resultado desta jornada que foi o meu trabalho de campo para a realização desta dissertação, só foi possível pois há em minha trajetória de vida o encontro de uma diversidade de caminhos que me conduziram ao campo que hoje se situa a minha investigação. Muitos caminhos me foram abertos neste percurso (Laroyê Exu!) e acredito que apresentar este percurso auxilia a leitora/o na contextualização das condições que tornaram possíveis essa investigação.

A presente pesquisa reúne uma série de reflexões produzidas ao longo de toda uma trajetória de vida que se dividiu entre a militância pela reforma da atual política de drogas, os estudos na área da socio-antropologia⁴ dos usos de drogas, o trabalho que desenvolvo desde o ano de 2006 como redutora de danos⁵ em festas e festivais de música eletrônica, e a partir de 2007 em cenas de uso no Centro da cidade de Salvador. Não menos importante, é claro, é a minha própria trajetória de consumo de drogas lícitas e ilícitas, além de todos os movimentos políticos e culturais que fui aderindo a partir da experiência de uso de drogas.

Todo esse percurso que vai desde o meu lugar enquanto mulher, redutora de danos, antropóloga, militante, pesquisadora e também usuária de drogas possibilitou a inscrição das minhas vivências no campo da política sobre drogas. Das sugere em sua obra (2006) que somente um trabalho de campo que saiba manejar o “trabalho do tempo” conseguirá ouvir o que se tem a dizer, perceber os dizeres do silêncio e compreender o que a(o)s interlocutora(e)s desejam mostrar. Afinal, é a intensidade e persistência na investigação que possibilitam um vínculo com as interlocutoras. Das

⁴ Malheiro, L S B. Sacizeiro, Usuário e Patrão: uma etnografia sobre consumidores de crack do Centro Histórico de Salvador. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2010

⁵ Agente Redução de danos: se assemelha a um agente comunitário de saúde, o agente redutor de danos atua em contextos de uso de drogas lícitas e ilícitas, levando informações sobre o uso menos arriscado de drogas, bem como o compartilhamento de estratégias de autocuidado, promovendo também aproximação do usuário ou usuárias de drogas as redes de saúde e assistência. A categoria de “reductor de danos” se fortalece no ano de 1997 a partir do surgimento da ABORDA, movimento social que trouxe a tarefa de dar maior visibilidade e legitimidade social aos usuário/as de drogas que estavam desenvolvendo o trabalho de agente comunitário. O surgimento da categoria de reductor de danos foi fundamental para a ampliação da Redução de Danos no Brasil (Ministério da Saúde, 2001).

advoga por uma prática etnográfica que se volte para o dia-a-dia, para o cotidiano. Neste trabalho registro histórias que vivi, vi e ouvi de mulheres usuárias de crack que conheci ao longo desses onze anos trabalhando diretamente ligada a espaços de uso de crack, que aqui denomino *cenias* pelo seu caráter transitório; que se localizam perto da *pista*⁶, espaço de venda de crack que se desfaz sempre que há conflito com a polícia ou com outros donos de pontos⁷.

A partir de Das compreendemos que o tempo é um agente que trabalha nas relações permitindo que sejam reinterpretadas e reescritas no embate dos agentes na construção de suas histórias (Das, 2006). Boa parte das histórias contadas neste escrito é de mulheres que se tornaram minhas parceiras de pesquisa e possuem uma relação comigo a 7, 8, 9, 10 anos de caminhada. Acompanhei diversos momentos na vida dessas mulheres que hoje aparecem nesse trabalho como minhas parceiras de pesquisa e não como objetos de pesquisa. *Parceira* é uma categoria êmica para significar aquelas que estabelecem vínculos de parceria e troca mesmo não sendo do mesmo território, é a categoria que caracteriza a companheira da vida com quem se deve depositar confiança e foi como passei a ser chamada. O tempo da minha relação com as parceiras de pesquisa foi um argumento utilizado por elas para justificar a confiança de apresentar suas narrativas de dor, e de violências sofridas no seu cotidiano. Todas estavam cientes do trabalho acadêmico e me auxiliaram na construção das questões de pesquisa.

O percurso da pesquisadora-usuária-redutora de danos: o caminho sem volta

“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me diz que somos feitos de histórias.”

Eduardo Galeano

Experimentei maconha no colégio e não gostei muito. Estava com um amigo e nós fomos na praia com um *baseado*⁸ fechado. Eu tragava e nada. Pensei que esta não era uma droga para mim e relaxei. Minha família na época tinha um discurso muito

⁶ Fazer pista pode se referir a vender drogas, se prostituir ou roubar.

⁷ Capítulo 1 apresentarei a dinâmica social do comércio de crack no Centro de Salvador.

⁸ Baseado: Cigarro de maconha.

alarmista com relação ao uso de drogas, repetidas vezes ouvia o sermão de que se eu experimentasse drogas eu entraria em um caminho sem volta e seria para sempre uma dependente química. Uma vez que eu usasse, não seria mais a mesma.

Toda a minha família é oriunda de duas cidadezinhas no interior do Estado da Bahia: Macaúbas e Brotas de Macaúbas, com ideias bastante conservadoras sobre uso de drogas. Meu pai não tem o ensino superior completo e a minha mãe, como destinadas as mulheres da minha família, é mãe e dona de casa que nunca conseguiu concluir os estudos, pois teve o primeiro filho muito cedo e era a única responsável pelos afazeres domésticos.

Desde a minha adolescência bebi muita cerveja e cachaça, me destacava de minhas colegas nas cidades do interior pelo meu uso abusivo de álcool. Nas duas cidades do interior que vivi a minha adolescência, as mulheres que andavam em bar eram muito mal faladas, convivíamos com isso indo beber em bares perto de casas de prostituição na saída da cidade. Mas não deixávamos de beber por isso. Beber para os homens não era mal visto.

Quando entrei na universidade todo um universo novo se abriu, tive minhas primeiras experiências profundas com a maconha, comecei a perceber que, na verdade, eu não estava identificando o efeito, mas aquele riso solto, pensamento acelerado, boca seca e fome interminável era o que poderíamos chamar de uma boa onda. Me inseri em um grupo de amigos e amigas que também faziam uso de Cannabis, fumávamos no pátio das aulas, nas árvores espalhadas no campus da universidade, fazíamos movimento estudantil, declamávamos poesia, conversávamos sobre política e planejávamos mudar o mundo.

O uso da Cannabis era algo que me dava uma inspiração muito grande, gostava muito de discutir o(a)s autore(a)s de ciências sociais durante uma roda de maconha. A entrada no curso de Ciências Sociais foi uma quebra de paradigma sem tamanhos e eu passei a viver uma vida entre as correrias dos trabalhos que fazia de final de semana em bares para ganhar um troco, a leitura gigantesca de ciências sociais e o uso de drogas com amigos e amigas na universidade e também fora dela. Era basicamente uso de álcool e maconha (muita maconha, maconha no pote, no balde, bolo de maconha, brigadeiro de maconha, etc).

Não demorou muito para eu me envolver com as festas de música eletrônica da cidade. Sempre rolava alguma possibilidade de trabalho, seja na bilheteria, na venda de ingresso ou na montagem. Eu estava atenta às formas de ganhar algum dinheiro com aquelas festas para dessa forma poder sustentar também a minha presença nelas, bem como o meu uso de drogas.

Naquele momento, eu tinha 19 anos e ainda morava com os meus pais. Tentava esconder a todo custo o efeito da maconha e passava muitas horas na casa de amigo/as que moravam sozinho/as. Só hoje consigo perceber que boa parte da paranóia que eu tive sob efeito do uso de maconha se relacionava ao medo de ser descoberta pela minha família e pela polícia. Como dizem minhas parceiras eu *via bicho*⁹ quando muitas vezes estava usando maconha em público e me escondia porque achava que tinha visto algum familiar.

Passei a me informar sobre o uso de maconha em sites e junto a minha rede de amigos e amigas. Naquele momento vivia também a descoberta da minha sexualidade, me relacionava com homens, mas não me sentia à vontade para ter uma experiência sexual. As lembranças de uma violência sexual que sofri na infância e adolescência não me deixava completamente confortável com um homem. Tive a primeira experiência com uma mulher. E foi maravilhoso. Libertador. Me engajei nos movimentos LGBT na universidade, organizei beijaço, cine-debates, havia um movimento político e cultural muito qualificado.

Certa feita estava no Porto da Barra, tinha encontrado com meus primos de Macaúbas, fumamos um e conversamos sobre a carece de nossos pais. Quando chego em casa, no início da tarde, meu pai estava com a caixa de sapato que eu costumava guardar o fumo. Fiquei apavorada. Ele perguntou o que era aquilo. Eu disse que eram umas ervas para banhos. Desconversou. Depois ele achou um cigarro enrolado e eu contei para ele e para minha mãe que eu fumava maconha. Meu pai dizia que eu era traficante, porque ele tinha visto uma caixa com mais de 50 gramas e que se eu continuasse ele ia me internar.

Minha mãe, que já havia passado por algumas internações por transtorno psíquico, começou a operar a minha internação com toda a minha família, pediu empréstimo no banco, articulou com outros familiares. Eu sabia que essa possibilidade existia, mas eu

⁹ Ver bicho é quando você tem uma alucinação visual fruto do efeito da droga.

jamais imaginei que ela iria até as últimas consequências. Quando fui pega na casa de uma amiga na presença de homens de jaleco e levada a força para a internação, não tinha idéia de como essa experiência direcionaria a minha vida. Era uma noite de domingo e estava com mais duas amigas chapadas assistindo o filme “2001: Odisseia no Espaço” do diretor Stanley Kubrick debatendo o desenvolvimento da humanidade desde os primórdios, bem como a humanidade imaginada e representada na obra. Estávamos inspiradas com o conteúdo das aulas de antropologia no debate do surgimento da humanidade via análise da questão cara à antropologia da “natureza VS cultura” e este filme parecia interessante para essa análise.

Fui levada contra a minha vontade para uma clínica de reabilitação para transtorno mental e uso de drogas. Quando cheguei, fui conduzida para a consulta com o psiquiatra que me fez perguntas sem me olhar no olho. Perguntou se eu fazia uso de maconha, respondi que sim e ele apertou uma buzina embaixo da sua mesa, poucos segundos depois, 4 homens enormes de jaleco me carregavam a força para o interior da clínica. Eu *guerriei grandão*¹⁰ para não ser conduzida a força, gritava, esperneava, pedia para me soltarem, cuspi e nada. Para finalizar a noite, um dos homens de jaleco me apertou pelo pescoço dizendo que eu não estava mais com minhas amiguinhas drogadas, eu estava na clínica e lá o plantão era outro. Senti uma furada e entendi que estava tomando alguma medicação injetável. Quando fui perdendo a consciência ainda conseguia ouvir outras vozes ao redor que diziam que haviam exagerado na “contenção” excessivamente violenta da paciente recém chegada.

Quando acordei senti o meu corpo todo dormente, estava em um quarto sozinha, sem luz, com as janelas fechadas, o ar condicionado ligado. Tentei sair e percebi que tinha as pernas e os braços amarrados por algo que parecia um cinto na cama. Era uma cama de hospital que já vinha com esse espaço para amarrar pés e mãos. Tentei controlar o desespero, a sensação de angústia por estar amarrada. Gritei e um homem de jaleco apareceu, pediu para eu me acalmar, dizia ser o melhor para mim. Perguntou se eu estava a fim de confusão, se não me manteria amarrada. Disse que não, fui dessamarrada e obrigada a tomar duas medicações que me foram dadas em um copinho de café.

¹⁰ As participantes da pesquisa falam de guerrear grandão sempre que são obrigadas a brigar fisicamente por algo que lhes pertencem.

Passei o mês internada, era obrigada a tomar medicação psiquiátrica à força, com profissionais tentando me convencer que o problema era o meu uso de maconha. Qualquer tentativa de ir contra as normas e regras do local, eu era ameaçada ou de permanecer mais tempo internada ou a tomar eletrochoque. Durante a internação fiquei viciada em Marlboro vermelho – esse era o único cigarro que poderíamos comprar na clínica – e dividia o quarto com uma mulher um pouco mais velha que eu que havia acabado de tomar eletrochoque. Na primeira semana eu não poderia receber telefonemas, nem assistir a televisão e também não podia ler livros. E claro, qualquer questionamento que eu fizesse com relação àquele método de tratamento eu recebia como resposta que eu estava com dificuldade de reconhecer o meu problema com o uso de drogas. Mesmo sem nenhuma leitura sobre questões relacionadas ao uso de drogas e antiproibicionismo eu já entendia que o meu problema não era o meu uso de maconha. Lembro de refletir muito com a minha colega de quarto sobre o absurdo desse controle que estávamos sendo submetidas, principalmente pelo fato de que em nosso tratamento a nossa opinião, ou o que entendíamos sobre o nosso uso de drogas, era sempre negligenciada para dar lugar ao saber psiquiátrico que tratava o uso de maconha como um transtorno.

A convivência na clínica foi um importante momento para a minha formação sobre a forma de tratamento da pessoa que usa drogas ilícitas, produção de estigma e a hegemonia do saber biomédico em nossa sociedade. Toda vez que eu tentava refletir fora do lugar de paciente, vítima do vício em maconha, os representantes do saber psiquiátrico me ameaçavam, alertando que eu estava buscando fugir no meu real problema, pois estava pensando no próximo cigarro de maconha, era guiada pelo vício, era a própria marionete sendo conduzida pela droga¹¹. Não havia espaço para o pensamento crítico, a imposição de regras e a necessidade de seguir a risca o tratamento proposto, sem questionar, era o caminho para uma rápida alta.

Quando saí da internação iniciei um uso abusivo de diversas drogas ilícitas. Não consegui retornar à faculdade, o efeito da medicação ainda era muito forte, fui passar

¹¹ Importante citar a pesquisa do professor Carl Hart que comprova que mesmo pessoas com vício em drogas fazem escolhas racionais, ancorados em suas condições de vida e não no efeito da droga (Hart, 1999). O seu estudo é hoje uma referência por quebrar alguns mitos construídos sobretudo pela ciência com relação ao caráter do vício em drogas.

um tempo na casa de minha amiga de faculdade até me organizar para morar na Vila Matos com um amigo Dj de música eletrônica. A internação, junto com os conflitos familiares me desorganizaram, e eu saí com desejo de usar todas as drogas que eu tinha vontade de usar e tinha receio. Passei a frequentar com mais intensidade as festas de música eletrônica. Passava alguns dias usando drogas na casa de pessoas que não conhecia. Experimentei Ketamina, Anfetamina, Cocaína, LSD, Cogumelos, Ecstasy e MDMA.

Não demorou muito e retornei para a universidade, mesmo com dificuldades para acompanhar o semestre e ainda desorganizada por conta da experiência traumática da internação. Um amigo havia me comentado do curso monográfico ofertado pelo professor Edward MacRae denominado SocioAntropologia dos Usos de Drogas e acreditava que esta disciplina poderia responder parte das inquietações que me rondavam no momento sobre a temática do uso de drogas. Pedi para assistir as aulas como ouvinte e fui absorvendo todo o conteúdo tratado na sala de aula e compreendendo o fértil campo de estudos nas ciências sociais sobre uso de drogas.

Inicialmente dialoguei com Edward, pois pensava em pesquisar a questão das internações compulsórias por uso de drogas ilícitas em clínicas particulares. Seria uma forma de denunciar o conjunto de abusos que acontecia em nome do cuidado. Na época, eu estava apenas começando o curso de Ciências Sociais e Edward sugeriu que eu conhecesse melhor a redução de danos, acumulasse mais leitura e me apresentou Marcelo Andrade sugerindo que eu o ajudasse em sua pesquisa de doutorado sobre o uso de drogas sintéticas em festas e festivais de música eletrônica. Como eu era também usuária de drogas sintéticas e frequentava ativamente as festas fui uma de suas interlocutoras chaves da investigação.

Na época passei a estudar com afinco os materiais que abordavam o tema da redução de danos. Este parecia ser um modelo interessante para o cuidado com a pessoa que usa drogas, principalmente pelo seu caráter compreensivo com relação ao uso. Segundo Petuco (2011) a redução de danos pode ser entendida como uma forma de pensar o cuidado de pessoas que não querem ou não conseguem (momentaneamente ou não) abandonar o uso de álcool e outras drogas. Já, segundo a portaria do Ministério da Saúde, a redução de danos sociais e à saúde decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência desenvolve-se por meio de ações de saúde dirigidas

a usuários ou a dependentes que não podem, não conseguem ou não querem interromper o referido uso, tendo como objetivo reduzir os riscos associados sem, necessariamente, intervir na oferta ou no consumo. (BRASIL, 2005).

A proposta de redução de danos surgiu incentivando formas de auxílio cujo principal objetivo não era eliminar o uso de substâncias psicoativas, mas melhorar o bem-estar físico e social do(a)s usuário(a)s, minimizando os prejuízos causados pelo uso das substâncias (Marlatt, 1999). Autores como Andrade e Friedman (2006) compreendem redução de danos como uma política de saúde que se propõe a reduzir os prejuízos de natureza biológica, social e econômica do uso de drogas pautada no respeito ao indivíduo e no seu direito de consumir drogas.¹² Começava a perceber que havia um caminho possível para trilhar na redução de danos que no meu entendimento se afastava de propostas conservadoras que pensavam a pessoa que usa drogas como uma marionete da substância psicoativa. Na redução de danos o sujeito é ativo na busca pela sua substância, mas também pela garantia de direitos e há a possibilidade de dialogar formas de desenvolver estratégias de controle no uso de drogas.

Foi primeiro via aprendizado da redução de danos na regulação do meu uso de drogas ilícitas que pude me ver com tranquilidade a partir do lugar de uma usuária de drogas e também redutora de danos¹³. Fui convidada a compor o Coletivo Balance de Redução de Danos¹⁴ que iniciava de maneira pioneira o trabalho de redução de danos em contextos festivos. A possibilidade de atuar no campo do cuidado se desenhava cada vez

¹² Para um maior aprofundamento acerca da Redução de danos ver pesquisas de Marlatt (1999), Brasil (2001, 2005), Rigoni (2006), Domanico (2001, 2006) e Ribeiro (2012).

¹³ Os redutores de danos são trabalhadores ou voluntários que executam ações de educação em saúde diretamente nos locais em que se reúnem pessoas que usam drogas (e também dentro dos serviços de saúde). Seu objetivo é problematizar a relação das pessoas com as drogas, mesmo que estas não consigam ou não queiram deixar o uso (DOMANICO, 2006; RIGONI, 2006; PETUCO, 2007).

¹⁴ O Coletivo Balance reúne uma rede de redutores de danos, pesquisadores, djs, frequentadores da cena de música eletrônica para a execução de intervenção em redução de riscos e danos no contexto de festas e festivais de música eletrônica. Para mais informações, ANDRADE, M. M. “Balas”, “doces” e outras “guloseimas”; coletivo balance de redução de danos; substâncias psicoativas: uso, cultura e redução de danos na cena psytrance soteropolitana e conexões nacionais. Salvador, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2009a. 275f

mais na minha trajetória. A compreensão que tinha do trabalho com redução de danos passava também por uma experiência de luta já que o modelo de cuidado proposto pela redução de danos ainda está em disputa com outros modelos de cuidado, como o modelo da internação compulsória que havia experienciado.

A caminhada do trabalho de redutora de danos que desenvolvi com o Coletivo Balance me proporcionou ingressar em uma rede de pesquisadore(a)s, professore(a)s, redutore(a)s de danos militantes pela reforma da atual política de drogas e, sobretudo, bons amigos e amigas que passaram a compor a minha rede de suporte. Aprendi a regular o meu consumo de drogas ilícitas a partir do aprendizado com a redução de danos e com essa rede foi possível criar as bases para que eu pudesse ressignificar a minha própria história – saindo assim do lugar de doente para o de redutora de danos e principalmente militante.

Comecei a perceber como a ideologia proibicionista¹⁵ estava impregnada em todas as esferas da sociedade que me cercava. Os meus pais, que haviam solicitado a internação, estavam orientados pelo apelo midiático que os ensinou a marginalizar qualquer consumo de drogas. Na clínica, o discurso que tratava a priori o uso de drogas como uma patologia, desacreditando e silenciando o discurso da pessoa que usa drogas. No ambiente universitário, vivia as ameaças da então diretora da Faculdade que sempre me advertia com punições caso continuasse a fumar maconha no campus.

Naquele momento, no ambiente universitário o consumo de drogas ilícitas não era bem visto no movimento estudantil, por diversas vezes a questão do uso de maconha que fazia com meus pares ia para debate coletivo no sentido de estabelecer punições para esta prática. Já tive que passar por episódios em que uma reunião do Diretório Central de Estudantes foi interrompida por um jovem de esquerda que questionou que os companheiros da força política que fazia parte estavam desrespeitando o espaço ao fazer uso de maconha. Esta temática parecia cruzar o meu caminho em diversas esferas.

Percebemos a importância de criar um movimento na universidade para debater essas questões relacionadas ao uso de drogas, problematizando a política de drogas em seu viés proibicionista. Na verdade, estávamos tentando construir um espaço onde fosse

¹⁵ Proibicionismo: modelo de regulação pautado na lógica da proibição de algumas drogas. Trataremos com mais profundidade deste tema no capítulo 2.

possível falar sobre nossas vidas e nosso uso de drogas sem que alguém tentasse nos convencer de que estávamos erradas. Poder participar do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Substâncias Psicoativas, sob coordenação de Edward MacRae, foi o que me possibilitou ser apresentada a toda uma literatura científica que respaldava a mudança cultural.



Foto1: Seminário Maconha na Roda na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), 2007.

Fizemos debates na universidade, convidamos professores para refletir sobre o uso de drogas e modelos de regulamentação, realizamos as primeiras marchas da maconha e jogamos o debate na rua. Além do trabalho como redutora de danos no coletivo Balance, me ocupava da construção de agendas antiproibicionistas no movimento estudantil e começávamos a constituir coletivamente propostas para a superação do modelo proibicionista de guerra. A participação e total apoio de certos professores universitários foi crucial para a constituição deste campo de lutas, dentre eles faço destaque a Edward MacRae que nos estimulou a conduzir a luta e nos indicou para espaços de fala pública sobre a temática nos dando também base teórico-metodológica no fértil campo dos estudos sociais sobre o uso de psicoativos.

No ano de 2007 fiz uma formação em redução de danos no serviço de extensão permanente da Faculdade de Medicina da Bahia, a Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti. Posteriormente fui contratada como redutora de danos e passei a frequentar os becos e vielas no Centro Antigo de Salvador, nas cenas de uso de crack. Naquela época, eu já era moradora do Centro da cidade, no bairro do Dois de Julho e frequentava um espaço popularmente conhecido como Rocinha, lá acontecia shows de reggae, e foi lá que tive a minha primeira experiência com o uso de crack misturado com maconha: o pitilio.

Foi durante o trabalho de campo em redução de danos que pude conhecer com mais profundidade a dinâmica nas cenas de uso de crack, suas flutuações e mudanças de acordo com conflitos com a polícia ou com membros de outros pontos de tráfico, o cenário de completo abandono, pobreza e miséria, a outra face do Centro Histórico que o turista não vê. Este outro lado do Pelourinho foi etnografado por Débora Ferraz (2013) que mostra em seu trabalho as contradições deste território:

Desde a “revitalização”, parte do Pelourinho se tornou um polo turístico paradoxal, no qual o limite do colorido é rompido numa simples visita às ruas dos fundos dos casarões, no qual uma série de eventos ocorre movimentando incontáveis lucros. Admirado pela beleza das suas igrejas majestosas, casarões imponentes, comida de azeite de dendê, povo acolhedor, criativo e artista, o Pelourinho é vendido em todas as cores vibrantes. O comércio é dominado por pessoas de classes mais abastadas ou estrangeiras, assim como os hotéis, restaurantes e ateliês. (Ferraz, 2013)

Ferraz descreve com precisão a dinâmica da ocupação urbana do Centro Antigo de Salvador, em suas principais cenas de uso. Segundo a autora:

as ocupações nos prédios abandonados do Pelourinho acontecem de diversas maneiras. Alguns casarões são invadidos por movimentos, como o MSTs, Movimento dos Sem Teto de Salvador, outros por traficantes que alugam os quartos para a população em situação de rua e utilizam os espaços para vender e usar drogas, e outros como prostíbulos. As praças são ocupadas por comerciantes informais, profissionais do sexo, turistas, crianças em situação de rua, pessoas que trabalham na localidade, mulheres que trançam cabelos, outras que carregam painéis com imagens da Bahia para os turistas tirarem fotos, idosos que recebem a aposentaria na Praça da Sé, dentre outros transeuntes.

Entre os anos de 2007 a 2010 desenvolvi trabalhos de redução de danos nas cenas de uso do Centro Antigo de Salvador, além de atuar na supervisão da formação em redução de danos em Unidades Básicas de Saúde e em outro projeto de formação de jovens multiplicadores das práticas de redução de danos em suas comunidades (Engenho Velho da Federação e Calabar) através da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti.

Durante todos esses anos escrevi inúmeros diários de campo: esta é uma ferramenta de pesquisa utilizada nas etnografias e também era uma prática que nos servia para sistematizar o trabalho de campo em redução de danos.



Foto 2: Trabalho de campo em redução de danos no Mercado São Miguel, Centro Antigo de Salvador, 2008.

Entre 2009 e 2010 desenvolvi uma imersão etnográfica para a construção do meu trabalho de conclusão do curso de Antropologia. Neste trabalho o meu objetivo era compreender a cultura de uso controlado de crack no Centro Histórico de Salvador (Malheiro, 2010). Chamou-me a atenção a diversidade de categorias sociais, de definição de pessoa, utilizada pelos interlocutores para se referir a modalidades de consumo de crack. Havia uma gramática dos espaços e condutas sociais que define o grupo e sua lógica interna, interpretei através do conjunto das categorias nativas de *sacizeiro*, *usuário* e *patrão*. A escolha por estas categorias para descrever os diferentes estilos de vida relacionados ao consumo de drogas foi uma tentativa de transcreever a

linguagem nativa para a narrativa da antropologia dos usos de drogas. Sendo assim, busquei fazer uma correlação entre os conceitos nativos e os conceitos oriundos do corpo teórico selecionado. É válido ressaltar que esta categorização corresponde ao discurso dos interlocutore(a)s desta pesquisa, o(a)s usuário(a)s, ou pessoas que fazem uso controlado de drogas e não de outros atores sociais.

As entrevistas, na época, foram conduzidas de maneira a promover, junto ao interlocutor(a) uma reflexão sobre a sua trajetória de consumo de drogas, de modo a evidenciar como surgem os rituais e o aprendizado no uso ao longo da sua história de vida. Nesta dissertação segui por este mesmo caminho por compreender a riqueza da reflexão da trajetória de uso para a análise de fatores na história de vida do sujeito que interferem na sua cultura de uso. Veremos, porém, que há diferenças cruciais na cultura quando tomamos como foco as mulheres¹⁶.

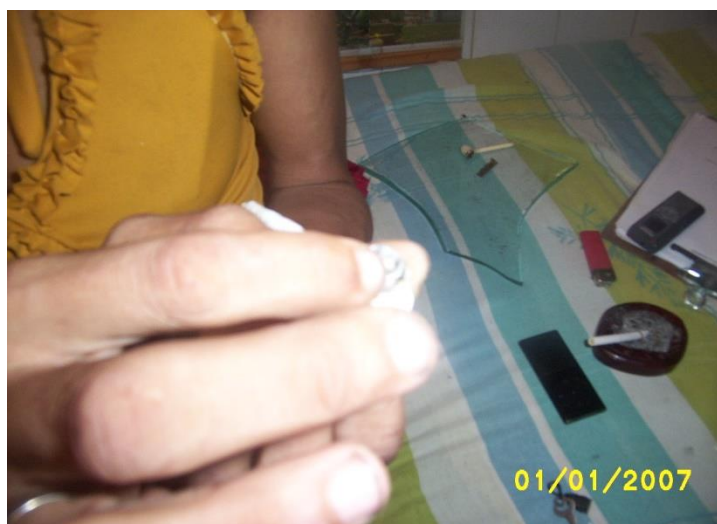


Foto 3: Casarão de Katicilene na 28 de setembro, 2009.

De acordo com a narrativa do(a)s interlocutore(a)s, o *sacizeiro* corresponderia ao “consumidor iniciante”, segundo classificação de Becker, e, devido ao seu pouco tempo de contato com a substância, não conseguiria regular o uso. Seria o indivíduo que faz um uso compulsivo e disfuncional de crack. Não possui emprego fixo e suas atividades de trabalho variam de pequenos furtos à mendicância, o que torna a sua estrutura de vida precária. Apresenta um maior comprometimento físico e social e modalidades de consumo mais severas, chegando a usar grandes quantidades por dias seguidos. Durante

¹⁶ Trataremos do tema da cultura de uso de crack na perspectiva de gênero e raça no capítulo 3.

as entrevistas com as mulheres, houve o retorno recorrente do discurso que define a oposição *sacizeiro VS usuário*, de modo que foi impossível não considerar as reflexões trazidas em 2010 durante a minha primeira etnografia, segundo a leitura dos resultados que obtive na presente investigação.

Durante as entrevistas para essa dissertação, refletia com as parceiras os dados produzidos na minha etnografia realizada em 2009. Como a maioria me conhece desde essa época, meus interlocutores/as (os/as falecidos/as e os/as vivos/as) eram também *parceiros*¹⁷ das minhas *parceiras* de pesquisa. Debates sobre suas vidas, suas formas de controle e descontrole, as adversidades passadas na vida, a violência policial e do tráfico e principalmente os aspectos relacionados à caracterização desta cultura de uso. A gramática das categorias sociais (*sacizeiro/a*, *usuário/a* e *patrão/oa*) se repetia entre as parceiras de pesquisa, de modo muito mais contundente.

Este primeiro trabalho de campo etnográfico foi crucial para o aprofundamento do meu vínculo com sujeitos que habitavam essas cenas de uso. Fiz muitos amigos e amigas, pessoas que, independente do meu vínculo em instituição que atuava com redução de danos, passaram a fazer parte do meu cotidiano. Foi a partir deste trabalho etnográfico que compreendi a importância da produção de conhecimento a partir de uma relação aproximada com os sujeitos de pesquisa. Durante o processo de escrita da monografia, sofri a morte de Katicilene, minha interlocutora principal, que antes de falecer havia deixado com um redutor de danos da ARD-FC um bilhete endereçado a mim com a seguinte frase: preciso falar com você, é urgente. Chorei a sua morte no mês de novembro de 2009. Neste momento celi o compromisso de utilizar a pesquisa etnográfica e todas as estratégias de luta em defesa dos direitos de pessoas como Katicilene, com uma trajetória de abandono de políticas de proteção e cuidado, além de ostensiva presença de políticas repressivas dado o cenário de seletividade da guerra às drogas¹⁸. Uma mulher, branca, pobre, usuária de crack, com HIV e tuberculose que residia em um casarão ocupado por ela e que lhe serviu de moradia durante 15 anos de existência no Centro Antigo de Salvador.

¹⁷ Neste caso o sentido é companheiros de rua..

¹⁸ Abordaremos no capítulo 2 a questão da seletividade da Guerra às drogas que atinge de maneira desproporcional pessoas negras e pobres no Brasil.

Hoje, o seu casarão na Rua do Bispo foi desocupado e fechado com cimento, como muitos outros casarões que serviram de moradia e cenas de uso para pessoas em situação de rua nesse território¹⁹. Ainda no ano de 2009 estava eu sentada na porta da casa de Katicilene, conversando sobre a situação do Pelourinho, sobre a ameaça de expulsão do casarão e as promessas da casa própria. Havia levado uma quentinha para ela e para mim. Como estratégia de troca em campo eu sempre *fortalecia*²⁰ com comida ou cigarros²¹. Estávamos no dia da Terça da Benção²² em pleno verão de Salvador. Katicilene havia me contado que era este o dia que a polícia com a viatura costumava invadir as cenas com uma ação violenta, a fim de provocar o terror e inibir a circulação de usuários e usuárias de crack nos grandes festejos do Pelourinho.

Era fim de tarde e observamos um clima tenso entre os habitantes da área. Foi quando um carro da polícia militar passou pela ruela onde se localiza o casarão de Katicilene e jogou pedras que mais pareciam paralelepípedos. Assustadas, entramos no casarão e esperamos o tumulto passar. Conversando com Katicilene, ela me relata que episódios similares eram frequentes depois que o famoso Tenente Pedrada fora trabalhar naquela área.

Fiquei completamente desorientada e indignada com aquela situação. Como pode um representante do Estado se prestar a um papel daquele? Jogar pedra em usuários/as para dessa forma evitar a sua circulação no circuito turístico do Pelourinho? Liguei para um amigo, pesquisador, colega do GIESP, que estava na época atuando na segurança pública a partir da sua contratação como antropólogo para atuar no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) pedindo a sua ajuda para mediar o diálogo com o tenente. Depois da conversa o meu amigo me liga com a resposta do

¹⁹ Os casarões podem ser também denominados pelas parceiras de pesquisa como maloca ou ocupação. A maloca se refere a um casarão improvisado para o uso de crack, já a ocupação tem o caráter de moradia.

²⁰ Fortalecer: indica termo êmico para se referir a trocas que favorecem os de dentro.

²¹ Durante a experiência etnográfica em 2009, bem como a minha recente etnografia realizada com mulheres estabelecemos uma série de economia de trocas, assim como na etnografia de Alves (2015) não é possível estar em campo sem estabelecer algum nível de troca. No trabalho dos antropólogos Bourgois e Schonberg (2009) com consumidores de heroína, concluíram que a comunidade se mantinha a partir de uma rede moral de trocas.

²² Terça da Benção é um evento que acontece a cerca de 7 anos no Pelourinho com ofertas de show e eventos nas praças principais. É o dia de maior atração de turistas e o evento é aberto com a famosa Missa na Igreja do Rosário dos Pretos.

tenente: “Eu trabalho também com redução de danos, antigamente a gente dava tiro, hoje a gente joga pedra”.

É o centro urbano da cidade de Salvador, nas delimitações do Centro Antigo que se radicam inúmeras contradições, sendo o cenário onde podemos observar a interação entre serviços de atenção e cuidado com serviços ligados à segurança pública em uma dinâmica que enreda a pessoa que usa crack neste território. Na etnografia de Ferraz (2013), ela descreve a relação das pessoas que moram na rua e usam crack com diferentes atores e entidades que desempenham funções relacionadas à segurança pública sob a ótica do usuário de crack e da polícia militar. Iniciei o meu campo como redutora de danos naquele território junto com Débora Ferraz e com ela compartilhei algumas questões, o cotidiano da violência sempre nos inquietava.

Este território me parecia interessante para compreender a questão da política de drogas em nossa sociedade por mostrar o seu retrato cruel cotidiano que pode ser representado a partir do episódio que vivenciei com Katicilene: durante uma festa popular, de um lado havia a total convivência e aceitação do consumo de maconha durante os festejos da Terça da Benção na escadaria do Carmo, enquanto do outro lado, nos becos e vielas, a repressão recai sobre a população pobre, marginalizada, de homens e mulheres em sua maioria negros e negras. Durante todos esses anos de vivência neste território são inúmeras as histórias onde podemos observar a face racista e sexista da política de drogas atuando na vida de pessoas que o Estado deveria proteger.

Entre os anos de 2010 e 2012, frequentei as cenas de uso de modo esporádico. Como não estava mais atuando com redução de danos na Aliança de Redução de Danos, resolvi manter as minhas idas a campo no sentido de fortalecer os meus vínculos com os sujeitos e também compreender melhor o território. Estava cursando a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Mental²³ e esta era uma boa oportunidade de aprofundar os meus estudos sobre o cuidado a partir de uma atuação

²³ Ligada ao Instituto de Saúde Coletiva da UFBA a residência tinha a duração de dois anos com 60 horas semanais. A formação acontecia a partir das aulas e da atuação em quatro campos de vivência em saúde mental, cada vivência tinha a duração de 6 meses e abrangia o campo da gestão em saúde mental a partir da vivência no apoio institucional no distrito sanitário do bairro da Liberdade e do cuidado no CAPS AD III – para transtornos relacionados com o abuso de drogas - , CAPS II – transtornos mentais graves e persistentes, e CAPS IA – para transtorno em crianças e adolescentes.

prática nos serviços de saúde mental. Estava dado também o desafio de construir a atuação da profissional de ciências sociais no campo da saúde mental.

Torrenté e Prates (2015), em seu artigo sobre o papel do cientista social em equipes interdisciplinares em saúde mental parte da análise da atuação de ciências sociais nesta residência, debatendo a legitimidade e potencialidade da incorporação de cientistas sociais na atenção à saúde mental. De acordo com o artigo há uma integração interdisciplinar no campo da saúde coletiva a partir do núcleo configurado a partir da sociologia e da antropologia, enfatizando o perfil e a trajetória pessoal de cada profissional:

Adotamos a seguir essas duas dimensões de “campo” e de “núcleo”, porém queremos ressaltar que, além delas, existe uma importante terceira dimensão da atuação dos profissionais em saúde: aquela dos saberes e práticas acumuladas e construídas por cada sujeito ao longo da sua trajetória pessoal. Propomos, provisoriamente, de nomear esta outra dimensão de “perfil”.

A formação na residência me concedia a legitimidade para atuar com mais tranquilidade no campo profissional do cuidado, para além de obedecer a um destino comum dos cientistas sociais em seguir uma carreira estritamente acadêmica, me tocava mais acumular certa experiência no campo do cuidado e da redução de danos voltada para pessoas que usam drogas. Foi também a partir da residência que me aproximei mais da luta antimanicomial e, com a ajuda de usuáries militantes da AMEA – Associação Metamorfose Ambulante de usuáries e familiares de saúde mental, consegui falar abertamente da minha internação, compreendendo a riqueza dessa experiência tanto para a minha formação enquanto militante como enquanto uma profissional do cuidado. Saí do armário da lucidez e assumi minha loucura, descobri que a luta coletiva curava minhas dores e potencializava a minha tarefa militante. Descobri também a riqueza de aliar cuidado à luta política e compreendia que a minha contribuição nos serviços seria produzir esse alinhamento.

O olhar das ciências sociais na dinâmica de discussão de casos, na análise dos serviços, planejamento de intervenções na residência, possuía muitos pontos de contribuição para um campo todo ancorado do paradigma da saúde. Neste contexto, constitui um arcabouço que subsidiaria a produção de uma crítica à hegemonia biomédica a excessiva patologização de comportamentos desviantes, a construção cultural da doença, os fatores relacionados a estruturas sociais de desigualdade, racismo e sexismo que interferiam na saúde mental dos sujeitos, a dinâmica cultural do uso do corpo, seus

sistemas de crenças e trocas simbólicas, os sentidos e significados do uso de drogas na vida dos sujeitos.

O olhar patologizante voltado para todo e qualquer consumo de droga ilícita nos serviços de saúde mental contrastava com a excessiva medicalização dos corpos das pessoas que acessavam o serviço, como uma tentativa de contenção química. Vivi neste ambiente as contradições inerentes ao proibicionismo que se apresentava mais uma vez. O paradigma repressivo e o paradigma do cuidado pareciam ser indialogáveis gerando a reprodução de práticas repressivas em ambientes de cuidado como abordei em recente artigo (Malheiro e Amaral, 2017).

Em 2012 fui convidada juntamente com a socióloga Adriana Prtes por Patricia Flach e Antonio Nery Filho que trabalhavam no Centro de Estudos e Terapia ao Abuso de Drogas (CETAD) para pensar junto à experiência de implantação de um centro de convivência para pessoas que usam drogas localizado em uma região nobre no Centro Histórico: o Santo Antonio Além do Carmo. Lembro que dialogava com Adriana que poderíamos fortalecer alguns conceitos das ciências sociais para pensar uma intervenção para o centro de convivência. Adriana me enviou os primeiros escritos e depois eu acrescentei outras perspectivas à metodologia do encontro.

Segundo Flach, Nery Filho e Pomponet (2015), a metodologia do encontro consta no Projeto Técnico do Ponto de Encontro e baseia-se na perspectiva interacionista, desenvolvida por estudiosos vinculados à Escola de Chicago, como George H. Mead e Howard Becker, que privilegiaram a interação como objeto de pesquisa. É importante destacar que a produção de identidades estigmatizadas cumpre a função de controle social e manutenção das relações de poder e dominação, criando e reforçando as desigualdades sociais. A estigmatização de sujeitos destrói identidades sociais, enfatizando desvios e mascarando o caráter ideológico dos estigmas (GOFFMAN, 1988). Na população de usuários de crack, moradores de rua, o sofrimento subjetivo relativo às situações cotidianas de estigmatização e violência pode ser percebido nas narrativas e nas marcas corporais destas pessoas. Goffman propõe uma ação de positivação da identidade de pessoas estigmatizadas baseada na sociabilidade a ser operada no nível microsocial, ou seja, nas relações cotidianas com os usuários. Nesta metodologia, a convivência compreende a própria intervenção. Para tanto, é necessário que os profissionais estejam disponíveis para o “encontro”, oportunizando aos usuários

se desprenderem dos estigmas que lhes são atribuídos e superarem a ideia de que esta condição – de usuário de drogas – determina, necessariamente, um percurso existencial de drogado ou drogada. Guiada pela “ética do encontro”, a intervenção técnica neste centro de convivência deve oportunizar aos sujeitos descobrir e expressar o que existe em si além da condição de usuário de drogas (PRATES; MALHEIRO, 2011).

Dentro da “Casa Rosa”²⁴ produzíamos deslocamentos de sentidos a partir da produção de espaços mistos onde o sujeito usuário de drogas em situação de rua pudesse se ver de outro lugar e dessa forma operar a mudança de identidade. As atividades pensadas na casa deveriam partir então destes encontros entre técnicos e usuários, dessa forma boa parte das atividades eram conduzidas pelos usuários que redescobriam habilidades de culinária, de música, dança além de oficinas de redução de danos. Mantínhamos todas as sextas os encontros temáticos, convidando sujeitos sociais diversos para uma experiência de debate com as pessoas em situação de rua: acreditávamos que o estigma se dissolveria no encontro.

Segundo a psicóloga Adriana Nunan, preconceito pode ser definido como uma atitude hostil ou nociva para com determinado grupo baseada em generalizações deformadas ou incompletas. O preconceito gera discriminação e se reflete até mesmo no comportamento do próprio indivíduo discriminado podendo provocar desde uma queda na sua auto-estima até o agravamento de quadros psicopatológicos. A literatura científica assinala, no entanto, que uma das formas de reduzir o preconceito é “através do contato” (Fiske, Staub apud Nunan, 2003), especialmente se a experiência do contato revelar-se positiva. Buscávamos atividades de positivação da identidade a partir das histórias de vida que nos eram contadas durante os encontros.

²⁴ Como o casarao ficou conhecido



Foto 4: Fanfarra em Defesa da Luta Antimanicomial no Ponto de Encontro, 2012.

O trabalho no Ponto de Encontro me possibilitou aliar a militância com a oferta do encontro e lá produzimos muitos bons encontros, daqueles que acionam potência de vida como nos ensina Espinosa (1983), foi quando deu início a construção de uma militância com pessoas em situação de rua. Com a investida da comunidade em fechar o serviço, dada a presença “incômoda” para os moradores locais de pessoas em situação de rua, fizemos um grande movimento social que cumpriu o importante papel de unir a militância antiproibicionista com a militância antimanicomial gerando ainda o fortalecimento da organização política de usuários de drogas que frequentavam o casarão. Realizamos uma fanfarra de comemoração à luta antimanicomial, fizemos uma marcha da maconha que finalizou na porta do serviço, fundamos a primeira Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas, com a presença de representantes de 12 países da América Latina. No dia do lançamento da nossa rede, choramos a morte de W, jovem negro em situação de rua que foi exterminado pela polícia com quatro tiros nas costas. Corremos atrás de esconder os outros dois meninos que estavam também em situação de rua, tinham visto o ocorrido e estavam dispostos a denunciar. Este dia marcou a história de muitos e muitas que estavam naquele casarão, pois foi neste contexto que construímos a narrativa de que a Guerra às Drogas tem sido um elemento eficaz no extermínio de jovens negros: a nossa missão era então usar a nossa visibilidade para dar foco a estes contextos de violência marcados pela Guerra.



Foto 5: Fanfarra em Defesa da Luta Antimanicomial no Ponto de Encontro, 2012

No ano de 2012 havia ingressado no Mestrado em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva cujo projeto de investigação versava sobre a experiência de implantação do Ponto de Encontro e sobre a metodologia do encontro. Tive na época uma série de questões que me fizeram abandonar essa pós-graduação: primeiro porque percebia que o debate sobre a etnografia era completamente negligenciado, segundo havia um controle, no meu entendimento, excessivo do comitê de ética de pesquisa e o seu principal ponto de divergência estava no fato de que eu deveria utilizar um termo de consentimento livre e esclarecido para ser assinado pelos interlocutores em campo. Além disso, eu deveria esperar a aprovação da minha pesquisa no conselho de ética para que possa ter a autorização para a entrada em campo. Partia-se da noção de que era importante a construção de hipóteses, para serem validadas em campo, sendo que essas hipóteses deveriam ser formuladas previamente pelo pesquisador antes da imersão em campo. Esta concepção diverge exatamente do que acreditava e entendia ser uma pesquisa etnográfica.

Estar em campo é fundamental para a construção das questões de pesquisa, principalmente para a construção de reflexões que possam ter ressonância no contexto que pretendemos investigar. Neste sentido, estar em campo, desde 2007, em contato intenso com diferentes sujeitos em cenas de uso de crack no Centro Histórico de Salvador me possibilitou compreender a necessidade de produzir uma investigação que possa ter como princípio a participação do interlocutor no processo da pesquisa, desde a formulação de suas questões iniciais até o fechamento da investigação. A principal

autorização que eu necessitava para conseguir construir o projeto de pesquisa era das pessoas que eu compreendia que faziam parte do meu universo de investigação.

As limitações que me foram colocadas para a execução da minha investigação no âmbito da saúde coletiva revelam certa especificidade do estudo neste campo que envolve a aproximação com pessoas criminalizadas que buscam ocultar a sua prática da ação muitas vezes violenta do Estado. Para que seja possível dialogar uma ética possível é preciso compreender as especificidades de cada campo de investigação. Neste sentido, MacRae e Vidal (2006) apontam elementos importantes para essa reflexão citando o Código de Ética da ABA e explicitando que “os direitos dos antropólogos devem estar subordinados aos direitos das populações que são objeto de pesquisa e têm como contrapartida as responsabilidades inerentes ao exercício da atividade científica”.

O trabalho de MacRae e Vidal (2006) nos revela as limitações de se refletir ética de pesquisa, tendo em vista a resolução 196/06²⁵ que impõe o modelo biomédico para as pesquisas com seres humanos. No texto, os autores refletem a obrigatoriedade de alguns instrumentos e técnicas de pesquisa que dificultam e inviabilizam a realização do trabalho de campo etnográfico em cenas de uso de drogas. Via reflexões trazidas pelos autores neste texto, bem como em diálogos sobre o percurso de pesquisa com meu orientador Edward MacRae, foi possível perceber as limitações concretas que o modelo biomédico hegemônico impõe a realização de etnografias em cenas de uso de crack.

A licença que eu precisava para realizar a pesquisa naqueles territórios não dependia da autorização de nenhum comitê de ética, mas dos acordos e negociações realizadas para a construção do trabalho de campo. Além disso, a minha experiência com a realização da etnografia sobre o consumo de crack no ano de 2009 me mostrou que a apresentação de um termo formal a ser assinado não é bem aceito na dinâmica interna. Muitas vezes os sujeitos vão ocultar o seu nome verdadeiro e outras informações sobre a sua história de

²⁵ Importante pontuar que atualmente já contamos com uma atualização desta resolução, pelo Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS 510/2016), que apresenta alguns ganhos como a substituição do termo formal livre e esclarecido pelo processo de esclarecimento e a mudança dos critérios para se avaliar as pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais. Embora possamos avaliar o ganho da inclusão dos critérios que compreendesse a especificidade das Ciências Humanas e sociais frente as Ciências da Saúde, a resolução ainda possui um alto nível de burocratização que não contribui para as questões apresentadas nas pesquisas etnográficas por exemplo.

vida se não se construir a confiança com o pesquisador. Durante o meu trabalho de campo em 2009 aprendi que ir a campo com um termo a ser assinado pode significar uma quebra de vínculo importante.

As estratégias para a entrada em campo, a sensibilidade de perceber qual a melhor forma de se comportar, quais as gírias que não podem ser faladas e quais são importantes incorporar, qual o momento de se colocar e o momento de ficar em silêncio apenas observando, toda essa gama de aprendizado nenhum manual de ética nos prepara: cada antropóloga desenvolve essas habilidades de acordo com a sua experiência construída em campo. MacRae e Vidal (2006) apontam que o/a antropólogo/a comumente antes do seu trabalho de campo, de maneira mais sistemática, faz algumas visitas a campo com o objetivo de avaliar a viabilidade de realização da pesquisa e pedir autorização à população local. O momento inicial, de registro das primeiras impressões em campo, é muito importante, pois é a percepção anterior ao mergulho etnográfico, quando a alteridade do pesquisador está ainda pouco contaminada com a cosmologia nativa.

No ano de 2014 início uma atuação e um projeto de implementação de um programa de redução de danos no CAPS AD III no bairro de Pirajá e sou contratada como cientista social do Projeto Corra pro Abraço para atuar com redução de danos nas cenas de uso do Centro Histórico de Salvador. Entre os anos de 2014 a 2017 me mantive cotidianamente em campo, enquanto trabalhadora da redução de danos, militante e também etnógrafa nas imediações do Centro Histórico de Salvador. No ano de 2015, ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia dando início a minha recente etnografia.

No ano de 2016, o Projeto Corra pro Abraço interrompia as suas ações, pois finalizava o convênio com a organização gestora e o governo precisava lançar outro edital para que outras entidades pudessem concorrer à gestão do projeto, que acabou virando um amplo Programa de atuação não só no Centro Histórico, mas na Cidade Baixa, no Núcleo de Prisão em Flagrante e em mais 4 bairros populares da região metropolitana de Salvador além de uma equipe na cidade de Feira de Santana. Durante estes 8 meses de interrupção do projeto fui a campo de maneira intensa apenas como etnógrafa.

Realizei trajetos semanais nas principais cenas de uso do Centro Histórico: Pelaporco, Praça das Mãos, Praça da Sé, 3 de maio, 28 de setembro, rampa do mercado modelo e

Elevador Lacerda. Em cada cena tinha uma *parceira* que funcionava como uma interlocutora-chave, me dando informações sobre os principais fatos ocorridos, quem havia sido preso, quem mataram, quem traiu quem, as atuações da polícia na calada da noite, os estupros, as violências e os episódios de solidariedade.

Participar ativamente do cenário cultural do universo pesquisado requer aproximação, relação, interação e compromisso, pois não estamos diante de um objeto de investigação inerte. Oliveira ressalta que, na antropologia e no trabalho de campo antropológico, o próprio objeto de pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou definição do problema pesquisado pelo antropólogo (Oliveira, 2004, p. 34). Toda essa observação e negociação foi registrada em diário de campo de modo que foi possível acompanhar o delineamento das questões de investigação através da construção de pistas que me levaram à escolha do tema, o desenho do seu recorte e a delimitação do campo. Segundo Espinheira (2008), “olhamos o mundo e selecionamos o que nos interessa. É a partir deste olhar que começamos a pesquisar, transformar aspectos da realidade em problema a ser resolvido pela pesquisa”.

Fui conduzida por nove parceiras de pesquisa a conhecer outras mulheres, essas parceiras foram cruciais para que as minhas reflexões fossem ancoradas na realidade vivida por elas, bem como nos intensos diálogos. Neste sentido, este trabalho não carrega somente a minha autoria, mas foi construído com essas mulheres que utilizaram da transmissão de suas histórias via oralidade para registrar suas histórias de resistência. Acompanhar essas mulheres me conduziu por diversos trajetos urbanos de acesso a abrigos municipais, maternidades e delegacia de mulher. Caminhávamos nesses trajetos e dialogávamos bastante, sobre os mais variados assuntos, inclusive o meu tema de pesquisa.

Foi neste período, durante a entrevista realizada com Luanda, Mônica e Ingrid que surgiu a ideia de construirmos um espaço para as mulheres, para dialogar sobre as violências sofridas. Luanda relatava indignada as inúmeras violências sofrida por ela, quando ainda era *novinha*, recém chegada na rua, enfatizava a necessidade de ensinar *os paranaues* às mais novas e dessa forma proteger das armadilhas que estavam reservadas às mulheres que estavam na rua. Este foi um momento particularmente revelador, quando Luanda compreendeu que a sua história tem pontos de encontro com a história

de Beatriz e de tantas outras mulheres que chegaram e chegam na rua sem ter com quem contar.

Conversei com Maria Lucia, coordenadora do Movimento Nacional de População de rua, sobre a minha pesquisa e solicitei o espaço do Movimento para a realização da atividade. Lucia, é uma grande amiga e quem me auxilia no caminho de compreender as questões que as mulheres da rua traziam. Lucia trazia a demanda de aproximar mais mulheres do movimento, pensamos então em atividades mensais, em um primeiro momento as mulheres conversariam sobre as suas violências, em um segundo momento convidaríamos pontos da rede de proteção a mulher, bem como defensorias para participar como ouvinte das demandas das mulheres. Para a nossa primeira roda, solicitamos carro da defensoria pública para pegar as mulheres nos abrigos e na rua para a roda. Este foi o espaço coletivo em que pude reunir as minhas parceiras de pesquisa, conhecer mais mulheres e dessa forma fundar o núcleo baiano da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas²⁶, constituindo dessa forma um importante espaço de militância que reuniu mulheres com trajetória de vida nas ruas. Desde setembro de 2016 realizamos todo mês, até os dias de hoje encontros intercalados entre a rua e a sede do movimento de população de rua: começamos com pouco mais de dez mulheres, nossa última roda contamos com sessenta e sete mulheres.

Após a realização da minha imersão em campo durante os oito meses, retorno ao trabalho como supervisora de campo do Programa Corra pro Abraço. Passados dez meses intercalando a minha atuação como trabalhadora, como etnógrafa acompanhando minhas parceiras de pesquisa e também como militante compreendi que era impossível seguir com o meu vínculo como trabalhadora do programa, pedi demissão. Não tenho dúvidas que foi através deste programa, que foi possível operar de maneira direta na questão da violação de direitos sofrida pelas mulheres, bem como outras questões que as minhas parceiras de pesquisa demandavam²⁷, porém decidi seguir os conselhos do

²⁶ RENFA: Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas foi fundada no ano de 2016 durante a plenária do Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas na cidade de Recife-PE.

²⁷ As demandas variavam desde o acompanhamento de processos que respondem na justiça, acesso a benefícios sociais, retirada de documentação, acesso a cursos profissionalizantes diversos, bem como ao curso de formação em redução de danos.

meu orientador e reservar mais tempo para a finalização da pesquisa e principalmente para o processo de campo e escrita.

Tive então a possibilidade de me aprofundar nessa rede de relações que fui tecendo a partir da etnografia. Com mais tempo disponível, pude realizar visitas as parceiras em suas casas, abrigo, ocupações, e desta forma dividir um cotidiano. Quando voltei a campo, sem a camisa da instituição, as parceiras me ajudaram a compreender os códigos internos nas cenas em respeito à chegada das equipes na rua. Como o território do Centro Histórico possui equipes de redução de danos a mais de vinte anos nas cenas de uso, quem frequenta as cenas faz muito tempo já conhece o trabalho e como costume avisa-se a chegada da equipe: *Guarda o cachimbo, deu branco! Olha o respeito!* A interdição de fumar crack na presença dos trabalhadores/as era inquestionável e inviolável em todas as cenas, este é um código interno que demonstra o reconhecimento destes sujeitos do trabalho desenvolvido. O *Homi*²⁸ reconhece e valoriza o trabalho das equipes, segundo relata Camila, ele sabe tudo o que acontece no centro e exige de todos que se mantenha o respeito.

Neste sentido, no momento em que passo a me dedicar mais ao trabalho de pesquisa e a analisar o conteúdo dos meus diários de campo, pude perceber como fui sendo conduzida pelas questões que o campo me trazia, em análise com a minha história de vida e também a minha atuação militante. O sociólogo Gey Espinheira (2008), refletindo sobre a relação do/a pesquisador/a em campo, escreve que “o pesquisador não é livre, ele depende do que pesquisa, é guiado por seu objeto e de tudo que o leva segundo seus requerimentos, comum personagem de ficção leva o autor a seguir injunções no campo”.

De redutora de danos à etnógrafa-usuária: dos dilemas da pesquisa etnográfica

O trabalho de campo como redutora de danos que realizei durante todos esses anos no Centro Histórico me ajudou a ter uma compreensão e uma inserção nas cenas de uso,

²⁸ Se refere ao grande patrão da caveira do centro, seu nome não será revelado por questões de ética com a segurança de minhas parceiras de pesquisa.

principalmente, por que compreendo a partir de Foucault que todas as relações sociais são, sobretudo, relações de poder e na configuração das cenas de uso o lugar da redutora de danos já estava resguardado pelo trabalho histórico de outras instituições e redutores/as naquele território. No contexto do fenômeno do uso de crack, eu estive em posição privilegiada, representando em alguns momentos instituições ligadas ao poder público que como tal não tinha exatamente os mesmos objetivos de uma incursão etnográfica. Neste sentido, precisei estranhar e contrastar a todo o momento o lugar da redutora de danos, trabalhadora contratada, agente representando o Estado e o lugar da etnógrafa, representando também uma instituição, a universidade, porém com mais autonomia para a construção da minha intervenção no campo.

Se por um lado, compreendo essa posição privilegiada, por outro compreendia a necessidade de me desinstitucionalizar, estranhar o meu olhar de redutora de danos e me aprofundar no encontro etnográfico, estabelecendo dessa forma uma relação fora dos enquadres institucionais. A cada retorno a campo essa questão era levantada de diversas formas, tive que explicar algumas vezes que não estava atuando como redutora de danos. De todos os dados utilizados nesta pesquisa, certamente o mais revelador não está gravado nas entrevistas, mas apareceu durante conversas informais, quando não estava com o meu caderno de campo, quando relaxei e me permiti viver intensamente o meu universo de pesquisa e sobretudo quando não representava mais uma instituição do Estado e podia compartilhar momentos de uso de drogas ilícitas no meu universo de pesquisa.

Ferraz (2013) realiza uma aproximação entre o cotidiano do trabalho do/a agente redutor/a de danos e do/a pesquisador/a em campo, pontuando o caráter dinâmico e imprevisível de ambos. Afirma que para acompanhar as mudanças e desenvolver um trabalho eficaz em redução de danos em cada região específica era preciso conhecer as demandas particulares e as características de cada área de atuação. Como redutora, escrevia diários de campo com o objetivo de relatar o que foi visto, quais intervenções foram feitas, quais foram as mudanças observadas em cada território e quais eram as dificuldades para desenvolver as intervenções. Pontuo que a escrita destes relatos, no meu caso, foi também fundamental para a realização desta pesquisa. Reforço que todos os diários de campo que escrevi ao longo desses anos foram cruciais também para que eu compreendesse as mudanças ocorridas ao longo desses anos nas cenas de uso. Foi relendo meus diários de campo que escrevi como redutora de danos que percebi que eu

sempre registrava o aumento do número de mulheres nas cenas, descobrindo que esta questão já me inquietava fazia bastante tempo.

A etnografia realizada nas cenas de uso de crack bem como a estratégia de redução de danos possuem algumas aproximações: ambas possuem a característica de acessar populações invisibilizadas, estigmatizadas, marginalizadas, utilizando-se da ferramenta da inserção na rede de relações sociais do/a usuário/a de drogas. No caso do trabalho em redução de danos há um maior controle institucional da atuação e dessa relação que se estabelece com o sujeito da intervenção. Algumas interdições são postas com o argumento de que estamos em campo representando o Estado. A relação e o vínculo estabelecido com o/a usuário/a de drogas recebia o controle institucional cumprindo a função então de enquadrar também a atuação do/a trabalhador/a.

Percebia que se por um lado o trabalho em serviços que atuam na lógica da redução de danos me possibilitou conhecer becos, vielas, casarões e demais cenas de uso e produzir um determinado laço social com as pessoas que participavam na minha pesquisa, de outro, sentia o enquadramento da minha prática a partir de uma determinada normatização da atuação em campo. Enquanto trabalhadora de um projeto ou programa ligado aos poderes públicos eu não poderia assumir com tranquilidade o lugar de redutora de danos e também usuária de drogas. Diversas foram as acusações em diversos serviços que recebi de estar dando drogas para usuários/as ou fazendo uso em momentos de trabalho. Me preocupava sempre com esta questão quando estava trabalhando com redução de danos, pois sabia que essas “acusações” eram atitudes esperadas de um pessoa que se anuncia como usuária de drogas.

Segundo Fernandes (2009), ao falar da progressiva institucionalização e conseqüente normalização dos projetos e programas de redução de danos no contexto de Portugal, a normalização é entendida no sentido da sua incorporação mais ou menos assumida no sistema público de cuidados e é uma mutação na esfera dos poderes de controle do fenômeno droga. Esta normalização tem características próprias em cada país, pois não é dilatada por pressões internacionais como as que foram produzidas pelos convênios proibicionistas das Nações Unidas, que impulsionaram políticas semelhantes em todos os países signatários. (Fernandes, 2009).

A formalização da redução de danos provocou a sua normatização dentro dos limites aceitáveis pelo Estado. Então, por mais que possamos compreender que a história da

redução de danos se constituiu, na Holanda, essencialmente como um esforço de usuários e usuárias de drogas ilícitas, compreendemos que a sua incorporação em outros contextos resulta da diversidade de intervenções hoje caracterizadas como redução de danos para dentro de uma institucionalização. Este fato não muda a minha convicção de que a redução de danos é hoje um modelo de cuidado que precisamos disputar, mas compreendo também a necessidade de compreensão crítica deste campo a partir do lugar de etnógrafa-usuária que me posiciono nesta pesquisa.

No contexto europeu, com a institucionalização da redução de danos em vários países, o não dito desta prática tratou-se de reduzir a ameaça da presença do sujeito que faz uso de heroína em via pública, popularmente conhecido como *junkie*, fazendo-o a partir de uma estratégia que, no seu lado visível e manifesto, visa convencer o indivíduo da necessidade de gerir o seu risco pessoal. O efeito macroscópico desta estratégia é a pacificação do todo social e a domesticação do risco (Fernandes e Ribeiro, 2002). No contexto brasileiro, Domanico (2006) em sua tese de doutorado debate a dificuldade de implementar estratégias de redução de danos para usuários/as de crack e reflete que a forma como os financiamentos aconteceram afetaram diretamente na execução dos projetos submetendo às instituições e suas equipes ao que intitulamos de “ditadura dos projetos”, fazendo com que a redução de danos se enquadre na demanda do financiador.

Segundo Butler, o Estado recorre a operações não estatísticas de poder e não pode funcionar sem uma reserva de poder que ele mesmo não organizou. Nada pode existir fora do controle do Estado, com a redução de danos não seria diferente. Além do mais, o Estado tanto produz quanto pressupõe determinadas operações de poder que atuam primordialmente através do estabelecimento de um conjunto de “pressupostos ontológicos”. Entre esses pressupostos, incluem-se precisamente as noções de sujeito, cultura, identidade e religião cujas versões permanecem incontestadas e incontestáveis em determinados enquadramentos normativos.

Compreendo portanto que a regulamentação e institucionalização da redução de danos, que deixa de ser uma prática de organização pessoal e política de pessoas que usam drogas ilícitas, para se tornar um estratégia ligada e formalizada pelo Estado passa pelo processo de enquadramento a partir das bases construídas para a manutenção dessa ferramenta de poder que é o próprio Estado como Butler aponta. Assumir o lugar de redutora de danos ligada ao Estado me coloca então no empasse desse processo de

enquadramento, o que acabava também por enquadrar o meu processo de trabalho de campo. Assim, quando falamos sobre “enquadramentos” nesse sentido, não estamos falando simplesmente de perspectivas teóricas que trazemos para a análise da política, mas sim de modos de inteligibilidade que favorecem o funcionamento do Estado e que, assim, constituem, eles próprios, exercícios de poder mesmo quando excedem o âmbito específico do poder estatal (Butler, 2015 p.213-4).

Campbell e Shaw (2008) traçam uma breve história da pesquisa etnográfica envolvendo pessoas que usam drogas e descrevem várias cenas em que etnógrafa/os e “sujeitos” de pesquisa incitam uns aos outros para se tornarem os coprodutores do discurso de redução de danos. O ensaio produzido pelas autoras se propõe a fazer uma análise profunda do estado etnográfico no campo do uso de drogas, tendo em vista que a ascensão do discurso em torno da redução de danos possibilitou um espaço possível para o fortalecimento de etnografias que tem a rua e as cenas de uso como seu lócus de investigação nos EUA a partir da década de 80. Em seu estudo, argumenta que a redução de danos criou uma ética do encontro que produziu um terreno fértil para a interação de etnógrafos e usuários e usuárias de drogas em cenas de uso de drogas no contexto dos Estados Unidos. Neste sentido, assim como o/a redutor/a de danos pode ser compreendido/a como elo de ligação entre o sujeito e o acesso aos direitos sociais básicos, o/a etnógrafo/a é o/a mediador/a entre a cosmologia local que circunscreve a cultura de uso de crack e o mundo acadêmico.

Campbell e Shaw (2008) refletem ainda o limite de pesquisas financiadas por instituições como o NIDA e o Estado, na busca da equação entre os objetivos do financiador e os objetivos de pesquisa que nascem da relação que se dá no encontro etnográfico. A etnografia e a experiência de intervenções na rua acumularam evidências que refutaram o mito de que os/as usuários/as de drogas são de difícil acesso e não estão abertos a alternativas de mudança de comportamento.

Diferente de Taniele Rui (2012), em sua etnografia, não fui a campo disfarçada de redutora de danos para adentrar a rede social das pessoas que usam crack, nem entrei em campo como uma usuária fora do contexto, não precisava de disfarces nenhum das minhas vestimentas (Alves, 2015) e também não precisei de mediação de outras instituições como foi com a pesquisadora Selma de Lima Silva que foi intermediada pela Pastoral da Mulher Marginalizada quando pesquisou o uso de crack entre mulheres

em situação de prostituição em São Paulo (Silva, 2000). O vínculo que adquiri nessa longa *caminhada* me dava a credencial para circular sem grandes problemas pelas cenas de uso, a presença nesses espaços era facilitada pelas parceiras de pesquisa que me acompanhavam nesse percurso.

Em sua tese de doutorado, Taniele Rui (2012) relata a especificidade e periculosidade envolvida na pesquisa, colocando inclusive que a presença nesses espaços é impossível sem a mediação de uma instituição. Acredito que não podemos generalizar como se todos os campos abertos ou cenas de uso de crack tivessem a mesma característica do contexto pesquisado por ela, cada etnógrafo/a vai constituir o seu caminho de pesquisa. A própria pesquisa etnográfica de Ygor Alves (2015), que foi no mesmo território na cidade de São Paulo, mostra que é possível ir a campo sem a mediação de alguma instituição. No meu caso, os momentos de maior intensidade eram quando eu ia a campo sem a credencial da instituição, isso me possibilitou fazer uso de drogas junto a minhas parceiras de pesquisa e dessa forma adentrar com mais profundidade no tema da cultura de uso. Agradeço e me inspiro na tese de Ygor Alves que utilizou do recurso do uso de drogas com seus interlocutores como um recurso metodológico para acessar a realidade social de outro lugar.

No caso da pesquisa desenvolvida por Taniele Rui, ela relata que teve toda a sua entrada em campo restrita aos horários e territórios que eram realizadas trabalhos de redução de danos das equipes que se vinculou para realizar a sua etnografia. Isso impediu que ela pudesse observar a dinâmica de relações sociais entre os usuários/as de crack quando não há a presença dessas equipes, restringindo assim a sua análise e sua relação aos limites impostos pela instituição. A clareza com que a autora aponta esses limites da sua pesquisa, me fez compreender a complexidade da produção de dados em uma pesquisa etnográfica que depende desse engenhoso trabalho de se relacionar com seu universo de pesquisa.

Quando tive a oportunidade de compartilhar a experiência de uma *lombra*²⁹ de uso de maconha durante as entrevistas e na *onda*³⁰ do uso de *crack a vero*³¹ ou no *pitilho*³² em

²⁹ Efeito relaxante

³⁰ Refere-se à onda relacionada ao uso de crack. Se difere da lombra porque não produz o relaxamento.

³¹ Modalidade de uso de crack: crack com cinza puro.

seus locais de uso protegido pude me adentrar nas especificidades do cotidiano da cultura de uso. As *parceiras* não permitiam que eu fizesse uso nas cenas de uso pública, pois diziam que todos me conheciam e eu iria queimar o meu filme que eu havia construído depois de tantos anos de trabalho. Foi debatendo o receio que elas tinham de que eu passasse a ser reconhecida como *sacizeira* que pude dialogar sobre os efeitos do estigma na vida das mulheres no centro. Durante uma das minhas conversas com Camila, usuária controlada de pitilho, pergunto porque ela achava que eu não deveria fumar nas cenas públicas e ela me explica que se comesçassem a me ver com frequência nas cenas poderiam me associar a *qualquer sacizeira* e eu perderia o meu respeito, podendo assim sofrer violências. Camila já foi sacizeira e hoje esconde a todo custo o seu uso de crack, pois entende a dinâmica de violência acionada nesses casos.

O uso de maconha durante as entrevistas foi pactuado no caso a caso, em apenas duas entrevistas o uso não aconteceu, em todas as outras o uso de maconha foi uma estratégia para produzir um ambiente acolhedor para as narrativas. Como sabiam do meu uso de maconha, as *parceiras* solicitaram sobretudo para conseguir relaxar e falar sobre suas histórias de resistências. Acredito que não podemos situar essas experiências de uso de drogas aos debates de corredor sobre a pesquisa: esses momentos foram cruciais para a produção de uma experiência de aproximação e envolvimento na rede de relações da pesquisa, além de ser uma das minhas preciosas formas de aprendizado sobre o tema.

Segundo Carvalho (1993, p.15) existem duas áreas da experiência humana que são extremamente ricas e complexas e sobre as quais o conhecimento antropológico é ainda muito pobre, apesar de serem áreas que contam com um vasto número de estudos já realizados: o fenômeno do transe, dos estados alterados de consciência e a questão da certeza inerente à prática de inúmeros sistemas de oráculos. Esses casos, segundo Carvalho, aparentemente bem mais numerosos do que se imagina, são via de regra mantidos à margem dos textos antropológicos ditos profissionais, ficando infelizmente restritos à esfera da vida privada dos estudiosos.

No processo etnográfico, há a complexidade de interpretar processos de intersubjetivação que incluem a multiplicidade de eus em interação com o outro, neste sentido Carvalho aponta como problemática equacionar as situações nas quais o próprio

³² Mistura de restos de maconha com crack.

etnógrafo experimenta o transe extático. Em minha compreensão, acredito que o uso de drogas em campo deve acontecer como um recurso de investigação, no sentido de aproximar a etnógrafa do universo cultural estudado. Tomei os devidos cuidados para encerrar o uso de *crack* e *pitilho* quando deu por encerrado o meu trabalho de campo. Isso não significa que eu afirme que desta água não beberei mais, a tentativa aqui é apresentar todos os processos que permearam a minha jornada no campo.

A experiência etnográfica, assim como a antropologia possui ainda um caráter iniciático, na medida em que conta com um rito de iniciação bastante presente que é o trabalho de campo. Segundo Carvalho a Antropologia participa da simbólica da busca, guardando semelhanças com as tradições religiosas, esotéricas e também com a psicanálise. E foi nessa busca que me transformei e me compreendi melhor enquanto mulher, pesquisadora, usuária de drogas e pude compreender também a dinâmica das *parceiras* de se tornar mulheres usuárias de crack: essas categorias não devem ser confundidas como um estado ontológico que define e encerra uma verdade sobre os sujeitos.

Conforme Campbell e Shaw (2008) ao se referenciar nos autores clássicos da Escola de Chicago e percursores da chamada etnografia das drogas Becker e Lindesmith relatam que embora tenham escrito sobre pessoas classificadas como usuárias de maconha ou adeptas de opiáceos, eles não confundiram a adesão em uma categoria social a um estado ontológico. Para eles se tornar um usuário de droga, era um processo governado por um conjunto de atividades, normas e movimentos epistemológicos. É este o sentido que utilizo neste trabalho.

Neste eixo pretendi deixar nítidas as relações de poder inerentes à minha relação de redutora de danos e também etnógrafa. A ideia, ao apresentar de maneira talvez um pouco extensa a história e os caminhos percorridos por mim, tem o objetivo de quebrar com um pressuposto da etnografia pós-moderna onde a presença do autor não é colocada no texto (Caldeira, 1988). Apresentar todo esse longo percurso é o método que escolhi para expressar a forma como tive acesso ao conjunto de narrativas que apresento nesta dissertação, como me posiciono em campo e principalmente com as minhas estratégias de acesso a este campo. O que apresento nesta investigação etnográfica são as condições para a construção da pesquisa, bem como a rede de relações que passou a

ser composta pelas minhas parceiras de pesquisa, que depois se tornaram minhas companheiras de luta feminista.

De outro lado, concordo com a crítica desenvolvida pelos pós-modernos sobre a presença excessiva da pesquisadora que inibiria outras vozes, outras interpretações e enunciados daqueles sobre quem se fala. O outro só existe pela voz do/a antropólogo/a que esteve lá, viu e reconstruiu a cultura nativa enquanto totalidade em seu texto, mas essa presença excessiva do/a antropólogo/a corresponderia a uma ausência: a do questionamento do/a antropólogo/a sobre a sua inserção no campo, no texto e no contexto em que escreve (Caldeira, 1988). Me alinho à tese central de James Clifford (1983) de que a escrita antropológica clássica tendeu a suprimir a dimensão dialógica da execução do trabalho de campo, dando total controle do texto ao antropólogo/a. Assumo então o meu lugar e a minha posicionalidade neste campo, mesclando a minha presença com a presença de uma multiplicidade de vozes que possibilitaram essa investigação.

Compreendo ser de suma importância a contextualização da minha voz neste campo, bem como a apresentação das relações de poder que me conduziram à reflexão das questões trazidas nestas investigações. Tentei também, para não cair no erro das etnografias pós-modernas onde a presença do/a pesquisador/a some para dar lugar a uma multiplicidade de vozes difusas, expor os limites e contornos da minha interpretação. Sendo assim, estes escritos se referem a um dado recorte de realidade, explorados nesta apresentação.

Rabinow (1999) aborda em seu texto sobre os paradigmas de representação social do Outro na modernidade e na pós-modernidade da antropologia e enfatiza que as metareflexões sobre a crise de representação na escrita etnográfica da crítica pós-moderna indica uma mudança da concentração nas relações com outras culturas, para uma preocupação não-tematizada com tradições de representação e metatradições de representação da nossa cultura. Ele não fala prioritariamente sobre as relações com o Outro, pelo contrário, sua preocupação analítica central é com os tropos discursivos e as estratégias utilizadas para descrever textualmente estas relações. Segundo o autor este movimento nos ensinou coisas importantes; esta aproximação contém, no entanto, uma cegueira específica, uma recusa à autoreflexão onde o controle autoral parece cegar a autoreflexão e o impulso dialógico.

Com Rabinow me direciono a uma posição no trabalho de investigação etnográfica denominada por ele de cosmopolitismo crítico, cujo fio condutor é ético, só que, no caso deste pesquisa, é uma ética feminista orientada para o entendimento das relações sociais enquanto relações de poder e dominação. Esta posição é descrita pelo autor como desconfiada de poderes soberanos, verdades universais, autenticidade local. É uma posição com atenção às diferenças e às singularidades, no alerta à tendência de essencializá-las e ontologizar as mulheres que participaram desta pesquisa

Importante ressaltar que na ideia de cosmopolitismo trazida por Rabinow, este não se alinha à perspectiva da etnografia feminista. Neste estudo adotamos a perspectiva da etnografia feminista que reconhece abertamente que a investigadora não é uma pessoa neutra, nunca deixa de ser uma pessoa para ser uma antropóloga. Essa premissa tem estado muito presente na teoria feminista que, em várias ocasiões, colocou em discussão a objetividade do conhecimento e a desideologização de quem investiga (Haraway 1995; Harding 1987).

No nosso contexto, segundo nos informa Caldeira (1988) produzimos antropologias “nativas” que estudaram a nossa própria sociedade e esta antropologia são um caso a parte: o processo de entender o outro que faz parte da nossa cultura conduz quase inevitavelmente a pensar criticamente a nossa relação com o universo pesquisado e sobre o lugar de nosso/as interlocutore/as na nossa sociedade brasileira.

O encontro com as mulheres e a proposta pós-colonial

Esta investigação só terá serventia na minha concepção se, através dela, for possível produzir uma reflexão sobre o consumo de crack e outras drogas entre as mulheres com a participação ativa e crítica dessas mulheres. Esta etnografia materializa um desejo de compreender melhor a atual política de drogas a partir de uma aproximação com o contexto de vida de mulheres que possuem as suas vidas marcadas, em alguma medida, pela chamada *guerra às drogas*. Acredito que existem dois contextos importantes de análise para a compreensão do atual projeto de política de drogas no nosso país: a rua e o cárcere.

A rua foi e ainda é para mim um campo de aprendizado, foi o território de trabalho e pesquisa, é o espaço onde produzi muitos afetos, aprendi de mim, do outro e das estruturas de opressão que nos cercam. Quando comecei a direcionar o meu olhar para o conjunto de mulheres que havia encontrado na rua, ao longo desses onze anos, e que foram responsáveis de alguma forma pelos meus maiores aprendizados na rua, percebi um bom caminho para produzir uma investigação. Fui até a caixa em que guardava dezenas de diários de campo e entrevistas transcritas. Lá estava um relato precioso em que Katicilene no ano de 2009 me ensinava como andar a noite no Centro sem ser assaltada:

Nunca demonstre medo, não baixe a cabeça, olhe no olho e se você perceber que está vindo para você, você comprimente EH NOIX. Fale alto, não pode ficar dando uma de mulherzinha. Mulherzinha tem cara de vítima e cara de vítima tem olhar de medo. Esqueça o olhar de medo (2009)

Durante o trabalho de campo, nas cenas de uso de crack, com a finalidade de reconstruir o meu projeto de pesquisa, conversei principalmente com mulheres. Os homens não estavam muito interessados em dialogar comigo, em contrapartida as mulheres me convocavam para contar sobre sua vida, o trabalho que desempenhavam na boca, o seu consumo de drogas e principalmente o conjunto de violências que sofriam no contexto de rua. Em uma das minhas idas a campo encontro Rose que começa a me contar as suas estratégias para evitar as violências sofridas. No seu discurso relatava como as mulheres que usam crack são discriminadas e conseguia compreender que a sua condição de mulher a tornava mais vulnerável, pois os homens sempre tentavam roubar a sua droga ou fazer sexo contra a sua vontade porque as mulheres são um alvo fácil na rua. São inúmeros os relatos extraídos do diário de campo. Apresentarei dois relatos que foram, para mim, momentos disparadores da investigação:

Angela além de usuária, “passa a droga” e sempre quando eu entrava no casarão, ela avisava a todos quem eu era, o que estava fazendo e alertava que era para me respeitar, dizia que eu vinha para conversar com ela. Ela morava em um casarão que estava abandonado e foi cedido pelo patrão da boca para o trabalho de joker33 que desenvolvia no tráfico. Geralmente ficava conversando muito com ela, enquanto ela preparava a droga para a venda.

No seu relato, me contou um pouco da sua história de vida. Havia sido criada no abrigo: quando nascera, o juizado não permitiu que a sua mãe voltasse para a rua com uma criança recém-nascida, então ela foi da maternidade para

³³ Joker: trabalhador do tráfico, quem tem mais confiança do patrão. O joker geralmente fica com uma parte da droga para a venda e é a conexão direta entre o patrão e os demais funcionários como o aviãozinho e o olheiro ou guarita. Essas categorias serão descritas no capítulo 1.

o abrigo. A sua mãe não havia conseguido uma casa, mas fazia questão de visitar a filha sempre no abrigo. Angela relata que sofreu muita violência nos abrigos onde ela apanhava o tempo todo.

Aos 18 anos, ela sai do abrigo para crianças e adolescentes e passa a frequentar o abrigo de Roma agora na companhia da sua mãe. Durante este relato Angela abaixa os olhos e se constrange com a emoção que a fez engasgar e seguir o relato com a voz trêmula. Deu um grito e mandou todos os homens saírem da casa, chamando um por um pelo nome. Ficou eu, ela e Ceo, que era a sua mãe de criação. Entendi que ela precisava de um ambiente mais íntimo para o seu relato. Angela não conseguiu conviver nem três anos em companhia da mãe, pois esta teve um ataque cardíaco fulminante e morreu. A grande preocupação de Angela é que, desde a morte da mãe, ela vinha sentindo os mesmos sintomas: dor no peito e palpitações que a levavam a pensar que ela poderia ter também um “problema no coração” assim como sua mãe teve. Deu uma pausa. Preparou o cachimbo. Me pediu um cigarro. Dei. Ela ascendeu o cigarro e continuou. Neste momento, Ceo era a sua mãe, quem cuidava dela quando ela precisava. Foi separando a cinza em um recipiente de alumínio e falando. Cortou a conversa e falou de um atestado de óbito do seu filho que estava com o seu ex-marido. Me disse que tem mais alguns filhos, mas que não tinha conseguido criar nenhum. Coloca o crack e a cinza no cachimbo, dá uma tragada, prende, e vai soltando com o olhar distante seguida de uma tosse intensa. Neste momento a casa é invadida pelo companheiro de Ceo que estranha a minha presença naquele lugar. Angela me olha, se despede de mim e eu entendo que é o momento de ir embora. Saí com a frase e o olhar de Angela na cabeça: “Tenho alguns filhos, mas não consegui criar nenhum”.

Comércio, maio 2015

Encontro Carol chorando muito, sozinha, em um banco no meio do caminho em direção à escadaria. Relata que estava cansada de ser mulher, que eles não podem ver uma mulher sozinha que querem estuprar achando que se tá na rua sozinha pode tudo. Ela começa a dizer que fuma crack de noite porque tem que dormir com um olho aberto e outro fechado, se não acordava já no meio de um estupro. Neste exato momento, ela estava chorando de dor nas costas, pois na noite anterior entrou em confronto com um homem que tentou estuprá-la. Diz que para ser respeitada, ou anda armada ou anda com um homem do lado. Acalmei um pouco Carol, perguntei se ela precisava de algo. Ela dizia que sentia muita dor e deixei um trocado para ela comprar remédios. Fui para casa com várias questões na cabeça e compreendi que havia uma complexidade na vida dessas mulheres que precisava ser investigada. O campo me informava isso, bem como o meu olhar feminista militante também foi importante para compreender o conjunto de opressões que essas mulheres relatavam.

Praça da Sé, Abril de 2015

Algumas dessas mulheres, que encontrava em campo desenvolveram vínculos de muita proximidade comigo e passaram a me solicitar para relatar a sua história, seus métodos de autocuidado e proteção de violências, formas e motivações para o uso de crack, dilemas amorosos, questões referentes ao direito à maternidade, histórias de estupros e violência policial. Durante nossas conversas eram recorrentes questões relacionadas à violência de gênero, uso de drogas e vida na rua.

A preocupação ética colocada neste momento reproduz questões colocadas por Viveiros de Castro (2015): “o que devemos conceitualmente aos povos que estudamos? Para além de ir a campo compreender o outro, como devemos incorporar este outro dentro do universo de pesquisa?”.

A antropologia parece, desde o seu surgimento, tentar responder essa questão de formas diversas. A partir destas questões me interessa explorar o conceito, trazido por Luís Cardoso (1993), de choque cultural, que se trata de uma situação “onde um enigma intelectual é acompanhado por um forte componente emocional” refletindo assim o lado vulnerável da disciplina e pouco abordado quando se fala no percurso da pesquisa: a produção de emoções, intersubjetividades e afetividades em campo. Confrontar com as questões e a humanidade das minhas interlocutoras de pesquisa, em diálogo com a minha própria humanidade vinculada a teorias científicas, é o corpo do intenso debate ético e é uma tarefa árdua que esta antropologia não deve se furtar de executar.

Ir a campo é estar propensa a produzir afetos, sendo afetada e afetando a todo momento. Toda essa dinâmica de afeto produz uma experiência singular, iniciática, que deve compor o corpo da análise etnográfica. Seguramente o trabalho de campo desenvolvido para a presente pesquisa me fez revisitar noções pessoais sobre o que é ser mulher a partir da observação e envolvimento com mulheres que estavam na rua e eram usuárias de crack. Revisitou também temas difíceis de lidar pessoalmente: a cada relato que ouvia de estupro, rememorava o meu próprio episódio de estupro. Precisei buscar suporte terapêutico e me colocar em análise para que os relatos que ouvia não produzissem, em mim, tanto sofrimento e paralisia. Este trabalho de campo produziu profundas reflexões existenciais sobre o caráter intenso da experiência etnográfica.

Esta pesquisa etnográfica me possibilitou a produção de uma arena dialógica que uniu os saberes das *parceiras* de pesquisa com o saber que eu acumulava a partir do referencial teórico e ainda as informações vinculadas pela mídia que representavam o tema da mulher e uso de crack para o entendimento da cultura de uso de crack no Centro da cidade de Salvador. Nesta etnografia, me coube a produção de um conteúdo teórico a partir do encontro de subjetividades divergentes que, por uma situação de pesquisa, se afetam mutuamente produzindo a intersubjetividade de todo encontro etnográfico. Este encontro produz uma condição existencial singular onde investigar o outro passa também por um processo de investigar a si do qual, neste processo, não há

como sair ileso. Afertar-se com o outro e também com nós mesmas é o início do processo etnográfico.

A antropologia produzida a partir deste trabalho etnográfico nos permite compreender a segregação e a dinâmica de violência do Estado a partir da observação da cultura de uso de crack. Observar a cultura de uso de crack é nesta proposta de investigação um recurso metodológico para compreender estruturas de segregação socioracial que constituem espaços na cidade aqui denominados de cenas de uso de crack e produzem processos de exclusão social. As questões inerentes às mulheres que ocupam cenas de uso para desenvolver a sua cultura de uso de crack e outras drogas nos conduz à reflexão acerca da relação de uma sociedade racista e machista que tem produzido sofrimento cotidiano na vida de determinadas mulheres. O crack foi apontado em quase todas as entrevistas como um meio, um veículo, para esquecer experiências traumáticas de múltiplos episódios de violências. Só foi possível acessar os relatos de violência quando nos aprofundamos na compreensão da cultura de uso, com todos os seus rituais de uso, modos de administração, formas de prevenir efeitos indesejados, seleção do local seguro de uso, maneiras de obter a droga, etc. A partir da descrição desta cultura, os episódios de violência foram trazidos como um disparador para o uso mais abusivo de crack como forma de lidar com sentimentos de revolta e humilhação.

Quem busca, neste trabalho, descrições sobre o efeito do crack ancorados na literatura científica do campo da saúde se frustrará, pois não é o meu propósito saber se o crack produz euforia, delírios paranóides ou psicose cocaínica. Essa literatura não compreende a complexidade do uso de crack no marco singular de cada trajetória de vida das mulheres que participaram desta pesquisa. Para propósitos deste empreendimento etnográfico, busco investigar narrativas que não tem sido consideradas em boa parte da literatura sobre usuários e usuárias de crack. A tentativa foi, a todo momento, produzir um diálogo profundo onde fosse possível descortinar os mitos construídos pelo pânico do crack através da realidade concreta apresentada pelas mulheres. Mais do que isso, busquei produzir uma relação de confiança e transparência, o que me fez compartilhar com as interlocutoras questões profundas que emergiam do trabalho de campo.

Neste sentido, foi impossível estar no campo apenas observando, mantendo uma possível postura neutra, sem dialogar ativamente com as pessoas que habitam aquele espaço. É muito difícil presenciar pessoas de bobeira no meio de uma cena de uso, se

não estiver acompanhada de alguma liderança local ou se estiver compondo uma das equipes que atuam na perspectiva da redução de danos naqueles territórios.

Fui questionada sobre os propósitos da minha pesquisa, qual o motivo do uso do gravador, onde eu queria chegar com aquelas perguntas, questões que me reposicionaram na reflexão ética sobre a condução da pesquisa. Fazia questão de tentar traduzir o meu trabalho etnográfico, explicava os rituais acadêmicos e todo o processo de elaboração das questões e do roteiro de entrevista. Este roteiro foi modificado a cada entrevista, pois fazia questão de deixar um ambiente confortável para que as interlocutoras pudessem trazer as questões que lhe eram relevantes. Dado momento, estava dialogando com Beatriz e, depois de uma conversa sobre o processo de pesquisa etnográfica, conclui que eu estava mais para sacióloga que para antropóloga, pois entendia que eu voltava sempre à questão do significado da categoria de *saci*. Brincadeiras à parte, compreendi que esta categoria nativa (sacióloga) parte da reflexão da interlocutora sobre o processo de pesquisa.

A relação que estabelecemos com os/as interlocutores/as de pesquisa é orientada por um local de poder hierarquizado que deve ser considerado no projeto etnográfico. Se, no ambiente acadêmico, nós antropólogas vivemos uma relação relativamente simétrica, quando vamos a campo precisamos nos mover em meio a outras relações de poder. O desafio que se coloca é situar o nosso lugar em meio às relações sociais desenvolvidas em campo e, desta forma, como representar o outro? Qual o modo de se fazer ciência a partir das relações colocadas em campo?

Autores como Boaventura de Souza Santos (1989) e Geertz (1997) trazem em seus textos questões epistemológicas importantes referentes ao modo de se fazer ciência levando em consideração a realidade vivida pela/o pesquisadora/o em interação com o contexto de pesquisa. De um lado, Boaventura nos alerta, de maneira mais ampla, falando da ciência de modo geral, do perigo do conhecimento científico em transformar alguns grupos sociais preferencialmente em objetos sociais e outros grupos, os/as cientistas em sujeitos sociais detentores de um saber que lhes atribui poder. A questão trazida por Geertz nos aponta para um debate eminentemente da construção do conhecimento antropológico e da sua natureza de ir em busca do ponto de vista dos nativos.

Aderindo à proposta da segunda ruptura epistemológica, sugerida por Boaventura, afirmo que o conhecimento científico deve se destinar a transformar o senso comum e transformar-se nele. Ao problematizar e, dessa forma, estranhar o conhecimento científico, seu sentido, sua validade como quadro de verdade, faz uma reflexão do sentido da ciência e exige então que a epistemologia seja submetida à reflexão hermenêutica no sentido de trazer a interpretação múltipla e as múltiplas verdades.

Outra questão interessante que Boaventura nos apresenta é o desvelamento das contradições existentes na comunidade científica, que é um sistema aberto atravessado por todas as contradições e sistemas de poder dominantes na nossa sociedade. Faz-se necessária então a adesão a uma proposta de epistemologia que reconheça a ciência enquanto uma ferramenta de dominação.

Schwarcz (1993) em seu instigante estudo revela que, no caso brasileiro, a “sciencia” que chega ao país em finais do século XIX não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. A constituição da ciência brasileira no séc XIX, como nos aponta Schwarcz, se nutriu de uma importante ferramenta para disputar um projeto de sociedade pautado na emergência das teorias raciais instrumentalizando o racismo científico. Com a autora, compreendemos a lógica peculiar de penetração de ideários científicos como forma de fincar um projeto racista eugenista dentro da ciência brasileira e dessa forma nas estruturas sociais: no Brasil a história da constituição de instituição da ciência esteve ligada ao projeto colonial imperialista de dominação européia.

Schwarcz (1993) aponta que a ampla aceitação de modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam uma sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização. Neste sentido, a ciência brasileira daquela época é uma ferramenta para o fortalecimento do projeto político colonial que constituía um ideal de progresso civilizatório europeu. Segundo Rodrigues Dória, renomado intelectual desta época, não havia também lugar para as mulheres no projeto de ciência nacional:

Seus passos são menores, mesmo em igualdade de estatura, e o andar é ondulante. É frugívora e assimila melhor do que o homem. É mais excitável, benévola e menos inteligente; é mais moral cem vezes do que o homem, e

seu máximo de criminalidade é aos 30 anos, ao passo que o homem, é aos 25. A elas não pertencem grandes descobertas, nem o primeiro posto nas artes e, se há exceções, confirmam a regra geral de sua menor potência intelectual. De outro lado é destinada ao parto e ao aleitamento, e não poderia ser á ciência: se o fosse, o que deveria fazer o homem? Está, pois, dividida a tarefa: à mulher a geração do homem; ao homem a geração das idéias. (Rodrigues Dória, 1894)

Spivak (2010) foi crucial para a compreensão da emergência de uma ciência decolonial, a partir dos estudos subalternos que nos apresentam a violência da inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar, no contexto de produção colonial, onde o sujeito subalterno não tem história e nem possibilidade de fala, pontuando que o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. O esforço, neste sentido, será o de seguir as pistas de Spivak e desnaturalizar estudos nos quais o sujeito etnocêntrico estabelece a si como modelo para definir o outro. A autora me auxiliou a estranhar os consensos produzidos por pesquisas científicas que apresentam verdades sobre o corpo da mulher usuária de crack e a buscar um referencial teórico que fosse capaz de me ajudar a compreender o cotidiano de violência sofrido pelas mulheres usuárias de crack. A ideia então foi lançar luz sobre a minha experiência com as mulheres, trazendo as narrativas sobre suas trajetórias de vida no marco de cada singularidade como forma de quebrar o projeto imperialista que busca universalizar as pessoas que usam crack.

Durante todo o processo de pesquisa, a reflexão sobre a melhor forma de participação das parceiras na pesquisa foi intensamente dialogada. As entrevistas gravadas e transcritas foram apresentadas para as parceiras de modo que foi possível refletir sobre fatos que poderiam entrar no texto final e outros que achava que deveria mudar ou retirar. Esta foi a forma encontrada para debater também a agência das mulheres na minha produção textual. Em todas as partes desta dissertação busco mesclar a narrativa das parceiras com dados do meu diário de campo, tentando aproximar a/o leitora/o do contexto de pesquisa.

O desafio posto pela decolonialidade, desde Fanon (2015), é uma tarefa política de reconhecer uma produção de conhecimento dos povos colonizados, problematizando a Europa como polo criador da racionalidade humana. A proposta da decolonialidade é também um movimento de despossessão, de desprendimento de uma visão de ciência que se pretende explicar toda a realidade social a partir de conceitos universais. É

principalmente um movimento teórico, ético e político que questiona os princípios da objetividade do conhecimento científico (Miglievich-Ribeiro, 2014).

A persistência dos neocolonialismos que insistem em criminalizar, controlar e domesticar a população de pobres e negras é o que conduz a epistemologia decolonial, como um discurso que resiste à violenta dominação colonial que persiste ao longo dos anos na produção científica. É sobre essas bases teóricas que compreendemos o complexo fenômeno de Guerra às Drogas que se apresenta como uma estratégia imperialista, pensada a partir de um acordo emcabecado pelos EUA para estabelecer o seu controle colonial sobre povos latinoamericanos, subalternos, constituindo-se como um projeto civilizatório de dominação. Trataremos deste tema adiante, por hora, nos cabe pensar a perspectiva decolonial para a proposta de produção científica que me proponho.

A perspectiva decolonial nos tem revelado o perigo da face oculta da modernidade, a colonialidade que importa conceitos universalizantes como liberdade, igualdade, direitos humanos ou democracia para explicar realidades singulares e colonizadas (Miglievich-Ribeiro, 2014). A partir deste olhar, sou voltada então a resignificar, bem como a problematizar essas categorias normativas e explicativas utilizadas pelo saber colonial positivista para falar sobre pessoas que usam crack, por exemplo, a partir categorias universalizantes como “crakeiros” compondo assim “um tipo social” (Morais Lima, 2016). O problema está em, mais uma vez, cristalizar o sujeito a partir do seu uso de drogas. Na decolonialidade, há a busca deste conhecimento a partir do aprendizado de proximidade deste contexto e de invenção de um conjunto de novas categorias que são incorporadas nesse estudo para compreender essa realidade, também, em seus próprios termos.

A proposta então do projeto decolonial e da subalternidade pode ser considerada um movimento epistemológico de revisão de uma série de conceitos que constituíam a racionalidade colonizada e referenciada nos clássicos polos hegemônicos de produção de conhecimento. Isso nos repõe a tarefa da leitura da vida vivida e compartilhada, dos saberes insurgentes, contra-hegemônicos dos povos colonizados. O convite da decolonialidade na ciência nos relembra o movimento da própria antropologia de estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho. Estranhar as estruturas de pensamento que pretendem explicar de modo universal todos os povos da terra. A

universalidade que torna homogêneo todos os povos é o método colonial, que explica o Outro a partir da presunção de um Eu-Hegemônico eurocentrado. Nesse sentido, não existe uma forma de me referir às minhas parceiras de pesquisa de modo homogêneo e universalizante.

Neste sentido a gramática da descolonialidade nos convoca a uma mudança de postura ética no que diz respeito à relação de produção de conhecimento. Podemos dizer que a antropologia em tempos longínquos servia ao projeto político de países colonizadores como França e Inglaterra, sem qualquer crítica a esta prática. Neste momento, problematizaremos o estatuto racional do pensamento ocidental, buscando desenvolver uma perspectiva crítica a partir tanto dos estudos ligados a estudos subalternos e decoloniais, como do debate da etnografia crítica. Aqui pontuo o compromisso ético desta pesquisa em produzir conhecimento a partir de um intenso diálogo com as mulheres interlocutoras e participantes desta pesquisa.

Nesta investigação sigo os trilhos de uma perspectiva decolonial com o propósito de reconhecer também os processos macrosociais e políticos que se fazem presentes na vida desse conjunto de mulheres, compreendendo como esses processos tomam forma, se modelam e são modelados, se constituem e naturalizam o gigantesco projeto político de gestão penal dos territórios urbanos e sujeitos deste território que fazem uso público de crack (Bentes, 2015). Esta investigação me levou a compreender com mais intensidade como é vivida e corporificada a política de drogas em seu viés repressivo e de guerra e, sobretudo, o impacto na vida das mulheres.

Na atualidade, estamos vivenciando o avanço de reformas neoliberais em todos os campos da vida social e neste avanço voltar a minha atenção para a atual política de drogas é fundamental. Pois é através desta política que se reforçam mecanismos racistas que desumanizam e exterminam a vida sobretudo de mulheres negras. Com o agravamento da situação de pobreza, o aumento progressivo do número de pessoas em situação de rua, o corte do governo de benefícios sociais acirra-se a exclusão social, situações de racismo e sexismo. Frente a este cenário, a ciência antropológica não pode se furtar à tarefa de produzir uma análise implicada que se posiciona politicamente no enfrentamento das formas de dominação que tem afetado parcela da nossa sociedade que deveria ser protegida.

Metodologia da pesquisa

Para a compreensão dos objetivos propostos nessa investigação, segui as pistas de Espinheira (2008) que afirma que o caminho, o método de pesquisa, depende de onde queremos chegar. Nesta pesquisa busquei uma série de elementos para compor a análise ampliada acerca da cultura de uso de crack entre mulheres com trajetória de vida nas ruas. Neste sentido, foi importante o cruzamento dos dados oriundas das entrevistas, em contraste com o vivido e observado nas cenas de uso com as mulheres. Para isso o método etnográfico foi uma escolha fundamental para o alcance dessa realidade. Antes de apresentar o método para a produção dos dados, creio que caberia uma breve reflexão com base nos escritos de Romani (1997) sobre os atuais modelos de percepção do fenômeno do uso de drogas a fim de situar o paradigma deste estudo.

Segundo Romani, a definição do conceito estigmatizante de *drogas* se constituiu como um consenso social, a partir dos anos 70, com a implementação da política proibicionista dirigida pelos EUA que gerou a criminalização do uso e de usuários e usuárias de drogas tornadas ilegais. Firma-se dessa forma o modelo jurídico-repressivo, neste paradigma tudo o que é relacionado à *droga* se trata através do prisma do delito, o que produz a estigmatização e criminalização de seus usuários e usuárias, a criação de um mercado ilegal com todas as suas sequelas de corrupção, a criação, ampliação e especialização de corpos policiais e burocráticos e a adesão das políticas de Estado à chamada Guerra contra as drogas. A partir deste modelo de compreensão do fenômeno se constituirá, enfim, um poderoso sistema de controle social, com aspectos formais e informais, baseado na figura da pessoa que usa drogas como bode expiatório (Romani, 1997, p.44).

Durante os primeiros vinte anos do século passado, o farmacólogo e antropólogo L.Lewin elaborava, a partir do seu trabalho clínico com morfinomanos, informações sobre os usos de drogas reconhecidas de distintas partes do mundo, os principais conceitos atualmente utilizados para definir o fenômeno de uso de drogas: dependência, tolerância, abstinência, classificações de drogas distintas. Sua obra, segundo Romani (1998, p.44) servirá de base para o desenvolvimento do modelo médico-sanitarista em que o lugar da pessoa que usa drogas como doente, indivíduo que devemos curar, implicará uma institucionalização que, como em outras áreas da medicina ocidental,

definira um itinerário para o paciente que vai desde o diagnóstico e prescrição, desintoxicação, reabilitação e reinserção social.

Importante ressaltar que estes dois paradigmas representados pelos modelos jurídico-repressivo e médico-sanitarista são atualmente a hegemonia do modo de pensar e pesquisar o fenômeno do consumo de drogas. Na contrahegemonia destes discursos, está o modelo sociocultural que tem sido tão bem representado no contexto nacional pelos estudos da socioantropologia dos usos de drogas através das etnografias. Neste modelo há a compreensão da importância da reflexão acerca do contexto social, do indivíduo e da substância como variáveis importantes na reflexão sobre o tema. Segundo Romani, se afirma de modo coerente com neste modelo as variáveis determinantes serão sempre do tipo sociocultural, posto que são estas condições que determinam a construção do sujeito, as expectativas acerca do significado de seus atos, as diversas formas de uso da droga, suas vias de obtenção, técnicas de uso, doses, etc.

A compreensão dos aspectos mais subjetivos acerca do uso de drogas só poderá vir após a criação de vínculo e de um diálogo com a pessoa que usa drogas, estes são dados que não se consegue em laboratório, mas a partir de uma aproximação cuidadosa com o sujeito e, sobretudo, da compreensão de suas crenças sobre o uso amparada nas crenças de sua rede local. A abordagem etnográfica é a mais indicada para o estudo e aproximação de populações cujas práticas são envoltas em uma ilicitude, populações marcadas pela marginalidade e que tendem a ocultar-se de olhares estrangeiros (Romani, 1999). Romani cita um informe produzido pela Organização Mundial de Saúde sobre a avaliação de metodologias possíveis para o estudo de usuários de drogas. A etnografia, segundo o informe, seria uma das metodologias mais eficientes com relação à quantidade e qualidade da informação obtida em campo (Romani 1999, p.155). A etnografia parece ser a técnica mais indicada para o estudo de pessoas que usam drogas ilícitas em seus diversos contextos já que esse processo nos permite interpretar suas ações nos termos de sua própria cultura.

A construção do campo das etnografias dos contextos e sujeitos que consomem drogas ilícitas é descrito pela autora Nancy Campbell, que faz um resgate histórico das primeiras etnografias produzidas na escola de Chicago (Campbell, 2008). Embora o campo dos estudos qualitativos envolvendo pessoas que usam drogas ilícitas seja hoje muito vasto, compreendemos que este campo produz muito mais pesquisas no campo

das ciências médicas e biológicas, buscando compreender o poder farmacológico de algumas substâncias no organismo dos sujeitos. Há que se considerar que boa parte da produção acadêmica ainda está impregnada da ideologia do proibicionismo que influenciou a produção acadêmica dos EUA através de pesquisas encomendadas pelo governo através da National Institute on Drug Abuse (NIDA) para reificar o consenso social que estava sendo produzido na época: de que qualquer consumo de drogas é ruim para a saúde do corpo, focando numa relação de causalidade que desconsidera fatores ambientais. Na época o levantamento de dados quantitativos produzidos pelo NIDA tinha como foco sustentar a evidência de que o consumo de drogas em si era o responsável por inúmeras mortes (Reinarman e Levine, 1997).

Mesmo com as alianças para a produção acadêmica mais voltada para os levantamentos epidemiológicos e surveys, Campbell nos conta que o NIDA investiu em pesquisas etnográficas que tiveram o importante papel de desvendar as especificidades de usuários e usuárias que não estavam em tratamento, mas eram atingidos por intervenções da saúde pública.

O objetivo da NIDA era descrever o abuso de drogas e os usuários de drogas ilícitas que não estavam em tratamento para poder extinguir este comportamento da sociedade norte-americana, mostrando os seus malefícios. Ao invés disso, as pesquisas apontaram um padrão de uso controlado que não havia sido identificado nos grandes levantamentos epidemiológicos. Estas pesquisas etnográficas não ganharam tanta visibilidade acadêmica e, principalmente, essas pesquisas não serviram para subsidiar políticas públicas sobre drogas, pois o resultado apresentado comprometia o interesse do NIDA de difundir o pânico relacionado ao consumo de drogas ilícitas.

As pesquisas etnográficas em cenas de uso de drogas ilícitas cumprem a importante função política de tornar visíveis contextos e sujeitos historicamente silenciados e invisibilizados tanto na política quanto nos estudos qualitativos. A etnografia pode ser uma opção honesta para o estudo de populações marginalizadas, pois se ocupa de construir uma ética com o universo pesquisado, levando em consideração toda a intensidade e os afetos produzidos na experiência vivida em campo. Neste sentido, o exercício de alteridade que a etnografia nos coloca, repõe a antropologia a assumir integralmente a sua missão, como nos fala Viveiros de Castro (2015): “*a de ser teoria-prática da descolonização permanente do pensamento*”.

Concordando com Saada (2005), acredito que há ainda um tratamento paradoxal dos afetos na antropologia. Saada reflete que, em geral, os autores ignoram ou negam o lugar das afetações na experiência de pesquisa. Saada sugere o resgate da observação da dimensão da afetividade que potencializa os encontros e a aceitação deste lugar de ser afetada pelo campo de observação que abre então uma comunicação específica com os sujeitos pesquisados. A dimensão da transformação do meu olhar a partir do encontro com as mulheres nestas cenas será também refletida, no sentido de compreender como o desenho da pesquisa foi influenciado de maneira decisiva pela intensidade e pela produção de afetos destes encontros. Deleuze (2002), citando os estudos de Spinoza, nos ensina que somos o resultado do conjunto de encontros que acumulamos na vida e dos afetos que são produzidos a partir destes encontros, o que gera a transformação de ambos os sujeitos envolvidos no processo.

O antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira (1988), parafraseando Heidegger, nos fala sobre o espanto inerente a toda boa etnografia, espanto este gerado a partir do encontro com o outro, na tentativa de mistura e envolvimento com o diferente, que marca este modo de investigar que se configura ser a etnografia. Este estranho modo de conhecer da etnografia nos convoca sempre para uma relação dual, reflexiva, na qual o contato com os interlocutores promove um campo de afetações, onde ambos os sujeitos envolvidos no processo de investigação saem modificados.

Sendo assim, seguindo um caminho traçado pela etnografia a partir de uma perspectiva decolonial, segui as indicações de Segato (2006) e me alinhei também à perspectiva nomeada pela autora como antropologia por demanda. Nesta antropologia se produz conhecimento e reflexão em resposta às perguntas que me colocaram as minhas parceiras de pesquisa, a partir do uso da ferramenta da escuta etnográfica das reflexões e demandas locais. A prática etnográfica proposta nesta investigação inclui em seus instrumentos “a observação direta de comportamentos, a observação participante (quando há um maior envolvimento no código do grupo estudado), coleta de depoimentos, história de vida, narrativas orais” (Magnani, 1993, p.7).

O instrumento do diário de campo cumpriu a função de registrar e sistematizar ao final de cada trabalho de campo, as informações mais importantes, as reflexões sobre a entrada e permanência em campo, a descrição dos rituais de uso, as categorias nativas utilizadas, bem como os aspectos mais subjetivos da imersão etnográfica. Utilizei

diários de campo de trabalhos de campos realizados entre os anos de 2007 a 2017, no território do centro de Salvador.

Segundo Peirano (1995) a experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sociohistórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados. Corroborando com Peirano, acredito que a minha trajetória pessoal neste campo me possibilitou um fácil acesso às interlocutoras de pesquisa. Fiz uma primeira seleção de vinte mulheres que se mostraram interessadas em participar da pesquisa e que dialogaram questões relevantes ao tema desta pesquisa no que se refere à cultura de uso de crack. Destas vinte, selecionei apenas nove para iniciar o acompanhamento nas cenas de interação para o uso de crack no Centro e para a execução de entrevistas semi-estruturadas acompanhadas de roteiro de entrevista que serviram de guia para as questões centrais de pesquisa.

Estabeleci como locus de investigação o Centro da cidade de Salvador. Foquei meu trabalho de campo nas cenas de uso da Rua 3 de Maio, Gravatá, rampa do mercado modelo, escadaria da Igreja do Elevador Lacerda, Praça da Piedade, Praça das Duas Mãos ou Tiradentes e Pelaporco. Para além do acompanhamento nas cenas de uso, selecionei algumas mulheres para realizar entrevistas em profundidade, estas entrevistas foram realizadas no espaço que foi mais confortável para as interlocutoras, de preferência um espaço que produzisse uma sensação acolhedora.

Utilizei da descrição da história de vida como técnica de representação da vida social (Espinheira, 2008, p.34), bem como para a compreensão da trajetória que levou essa mulher a tornar-se uma mulher usuária de crack. A reflexão conjunta acerca da constituição da rede social das *parceiras* de pesquisa foi também utilizada como uma estratégia complementar à história de vida, como representação de um aspecto do devir biográfico que pode ser representado pelas suas relações sociais (Romani, 1997), nos ajudando também a compreender a rede de relações informais como uma estratégia de proteção na rua.

Para a análise dos dados coletados em campo, utilizei algumas estratégias, como por exemplo, a seleção de categorias analíticas e etnográficas. A seleção de categorias que aparecem no discurso das entrevistadas deve ter um correspondente entre as categorias

antropológicas ou, pelo menos, esta correlação deve ser feita pelo pesquisador/a durante a análise de dados.

Considerações Éticas

O processo de pesquisa etnográfica que me propus realizar envolveu a aproximação, observação e interação em um contexto imerso de um caráter oculto e ilícito, afinal, o uso de crack é atividade ilegal e ainda produtora de alguns estigmas sociais. Sendo assim o meu intuito, neste contexto, foi conhecer com mais profundidade as histórias de vida de mulheres marginalizadas e criminalizadas por todo um sistema sócio-político-cultural, cujas identidades precisam ser preservadas, levando em consideração os limites que o campo me apresentava.

De acordo com a Resolução 196/96, instituída pelo Ministério da Saúde com a intenção de regular os aspectos éticos de qualquer pesquisa “envolvendo seres humanos”, preservar a identidade do participante da pesquisa não é uma conduta indicada, muito pelo contrário, a pessoa que participa da pesquisa deve assinar um termo consentindo a participação na pesquisa. Macrae e Vidal (2006) apontam de modo contundente as limitações apresentadas por essa resolução para a realização de pesquisas que envolvem pessoas que usam drogas ilícitas. Alguns problemas citados se referem à necessidade de aprovação do projeto por um comitê de ética que, por mais que funcione de maneira interdisciplinar, muitas vezes não contempla o olhar antropológico adequado para análise da pesquisa; a dificuldade para obter consentimento informado quando se trabalha com populações ocultas, que muitas vezes possuem problemas com a justiça e o “acobertamento”, “apologia” ou participação em atos ilegais.

No ano de 2016, houve uma mudança através da aprovação de uma minuta sobre ética de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais durante a reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde. Essa mudança possibilitou a inclusão das reivindicações das Ciências Humanas e Sociais nos critérios de definição da ética de pesquisa.

O antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte produziu uma carta avaliando os avanços e retrocessos. Nesta carta³⁴, listou os principais ganhos obtidos com a aprovação da minuta, dentre elas: a adoção de um sistema de avaliação com gradação da gravidade de

³⁴ www.abrasco.com.org.br-site-noticias-formacao-e-educacao

risco (em quatro níveis) e conseqüente tramitação diferencial dos projetos no sistema (art 21), exigência de composição equânime entre os dois grandes grupos de ciências nos colegiados do sistema CEP (Comite de Etica de Pesquisa) - Conep (Conselho Nacional de Etica de Pesquisa): seja na propria Conep, seja na CEP que pretenderem avaliar projetos de Ciencias Humanas e Sociais (CHS) (art.26 e 33); exigência de que a relatoria de CHS nesses CEP incumba a membros com competencia nessa área (art.26); possibilidade de promover a informação sobre a proteção dos participantes por meio de um “processo de esclarecimento” que não passe necessariamente por um termo formal (art. 5); possibilidade de comprovação de assentimento, consentimento dos participantes por meios não escritos (art. 15 e 17); manutenção da possibilidade de realização de pesquisas sem processo prévio de autorização, no casos justificados no sistema; adoção de critérios de situação de vulnerabilidade (arts. 2, 3 e 20); retirada do processo de registro das “etapas preliminares da pesquisa” (art.24); eliminação da referência à “relevância social da pesquisa” como critério de avaliação da ética de pesquisa em Ciencias Humanas e Sociais e finalmente a eliminação da referência à bioética como pertinente na avaliação ética em pesquisas em Ciências Sociais e Humanas.

Embora o autor aponte avanços, sinaliza também que na prática dos comitês de ética de pesquisa o excesso de burocratização não tem ajudado no desenvolvimento de pesquisas reflexivas que são realizadas pelas Ciências Humanas e Sociais. Toda essa burocratização conduz o sujeito que pesquisa a refletir que a ética faz parte de um momento específico da pesquisa, nos termos antropológicos, debatemos ética de pesquisa desde a construção do universo pesquisado, o trabalho de campo e a escrita etnográfica.

Dito isto, utilizei alguns princípios que me nortearam a preocupação ética presente nesta investigação, dentre eles o principio da confidencialidade, buscando pensar com a participante da pesquisa em formas de registro que leve em consideração o sigilo da sua identidade. Como na rua, todas as mulheres já possuem apelidos, algumas preferiram usar seus “nomes de rua” outras inventaram nomes fictícios. Outro princípio ético importante é o respeito aos aspectos culturais locais que contribui para o estabelecimento de uma relação de confiança entre a pesquisadora e o universo pesquisado.

Durante a realização das entrevistas, pergunto qual o entendimento da interlocutora sobre a participação na pesquisa pedindo para que ela me narre como aconteceu o nosso encontro e como entende as questões colocadas por mim. Dessa forma, foi possível registrar o consentimento para a participação da pesquisa, bem como a reflexão crítica acerca do tema pesquisado. Foi particularmente interessante ouvir as diversas percepções sobre a participação na pesquisa etnográfica e também em outras pesquisas no campo da saúde.

De verdade ou de boca?

Falei da minha pesquisa, e que eu gostaria de estudar histórias de mulheres como ela, que usavam crack no centro histórico de Salvador e de alguma forma construíram trajetórias de cuidado específicas. A ideia era que nós continuássemos essa conversa, só que por mais tempo, em um espaço determinado por ela e com um gravador. Disse a ela que teríamos que ter mais momentos e que eu perguntaria várias coisas que ela responderia caso se sentisse à vontade para isso. Expliquei como funciona a relação entre pesquisadora-interlocutora, trazendo a ideia de refletir com ela questões que ela mesma trazia para discutir comigo. De alguma maneira sentia que ela me escolhera para que eu pudesse relatar a sua vida e isso é claro, criava um vínculo de responsabilidade para com ela. Expliquei que a proposta é um pouco diferente do trabalho que realizava no projeto Corra pro Abraço, mas que eu estava disposta a estar próxima de outra maneira e que iríamos construir. Descrevi para Beatriz o que eu compreendia por trabalho etnográfico, que envolvia este estar próximo da realidade vivida por ela, percorrer seus trajetos e acompanhá-la sempre que fosse possível, em momentos e horários pactuados entre nós. Fez uma cara de quem estava entendendo e disse que comigo seria diferente. Me relatou um episódio de uma mulher da saúde que a convidou para fazer uma entrevista em Ondina. Ela receberia 20 reais para realizar a entrevista. Beatriz disse que “de cara” não gostou dela, marcou em um horário e demorou de aparecer, como ela não sabia ir sozinha foi embora se lamentando de ter perdido os 20 reais, mas dizendo que a moça merecia. Voltou a procurá-la no CAPSAD, onde ela fazia tratamento e onde se conheceram pela primeira vez. Beatriz respondeu as questões, só que mentiu o tempo todo, pois “ela merecia”. Esclareci que a minha proposta era diferente, eu não tinha 20 reais para dar em cada entrevista. Poderíamos estabelecer algumas trocas, mas para mim só fazia sentido pesquisar a sua vida se fosse também desejo dela fazer esse relato, não pelo dinheiro, embora saiba da necessidade. Beatriz me acalmou, me disse para eu ficar despreocupada que entre a gente “não pega nada, é tudo nosso”, ela estava me dizendo que o nosso vínculo tornava toda a relação de pesquisa diferente da moça da Faculdade de Medicina, e concluiu: “Eu conheço você a quanto tempo? Você eu sei que é de verdade não é de boca?”

Pelourinho, 18 de janeiro de 2016

“Eu participei esses dias de uma pesquisa, sobre profissional do sexo. Pra participar era só dizer que era puta, aí você recebe um dinheiro e se levar outra puta recebe mais ainda. Já participei de várias pesquisas assim, eles te

fazem um monte de pergunta, tem umas palavras difícil que não dá pra entender, mas a gente responde mesmo assim. Aí já sabe como é, né? A gente lança altos baratinos porque a gente sabe que essa pesquisa é de boca. Não tem aquele jeito que vocês tem de entrar, conhecer, trocar uma ideia, olhar no olho. Muitos não conseguem nem olhar no olho, acham que a gente não percebe o olhar que desfaz da gente. Nós já tamo na manha, treinadas: pros de boca a gente joga baratino, pros de verdade, que olha no olho, a verdade.”

Beatriz, Praça das Mãos, Comércio, 10 de agosto de 2016

As categorias êmicas “de verdade” e “de boca” traduzem um horizonte interpretativo que nos conduz na reflexão de uma certa ética de pesquisa e das relações humanas entre as pessoas entrevistadas em processos de investigação científica. Essas categorias apareceram durante o processo etnográfico para representar relações sociais com pessoas que não construíam vínculo, logo não deveriam ser consideradas de confiança (“de boca”) e com pessoas que construíam relações de confiança, geralmente determinadas por um tempo maior de relação, pessoas que são definidas como “de verdade”. São categorias que apresentam uma certa leitura do campo acerca das pesquisas científicas, que poucas vezes aparecem quando se debate a relação de pesquisa.

Estas categorias demonstram como o contexto local interpreta e julga as relações sociais e de pesquisa que são construídas: longe de representar um grupo homogêneo, o contexto investigado revela formas de avaliar as pesquisas que são realizadas a partir de suas narrativas e que devem ser compreendidas nestes termos. O que Beatriz estava me apresentando era que a qualidade do relato, bem como a sua veracidade, eram conquistas que vinham a partir do vínculo de confiança, do tempo, do olhar e aspectos que compõem determinada ética acumulada a partir da participação em outros processos de pesquisa. Quantas concepções não foram construídas a partir de um olhar apressado, ou do estabelecimento de uma relação de pesquisa no qual o pesquisador não consegue ter uma leitura dos aspectos éticos construídos pelos campo de observação?

Reconhecer determinada epistemologia arquitetada pelo campo, requer um movimento intenso de refletir com as interlocutoras sobre os processos de pesquisa, em um caminho que nos impõe a descolonização do nosso olhar duramente engessado pelo poder científico eurocentrado e colonial, que busca construir uma narrativa para o outro e não com o outro. Longe de ocultar suas intenções, ou construir uma relação pragmática com

o campo, me coube nesse processo um mergulho reflexivo, para o abandono de formulações e burocratizações em manuais de éticas de pesquisa para a leitura da experiência e do vivido em campo. Para além da epistemologia científica, nos cabe buscar ferramentas para compreender as epistemologias nativas.

Para que se possa compreender o universo investigado é preciso ir a fundo no papel de tradutor ocupado pelo/a etnógrafo/a e tão falado por Carvalho (2002), como por Pina Cabral (2003), atentando para o fato de que para que a comunicação aconteça, e que o/a antropólogo/a possa ocupar o lugar de tradutor de uma cultura, é preciso que exista um pano de fundo de semelhança entre o emissor e o receptor. O relato etnográfico, segundo Pina Cabral e a compreensão do campo dependem da existência de certa semelhança e empatia entre os mundos antropológicos e nativos. Neste sentido, cada antropólogo tem o nativo que merece, ou seja, as escolhas dos nossos objetos de estudos dizem também das nossas trajetórias acadêmicas e pessoais. O mergulho respeitoso no universo pesquisado, o aprendizado da cultura e a construção de um processo de alteridade continua me parece ser um caminho interessante de pesquisa.

Durante o meu processo de trabalho de campo, adquiri alguma habilidade de estar em campo, tive me aproximar da epistemologia que fui apresentada, me precavendo sempre para que meu processo de pesquisa não fosse considerado “de boca”. Este foi um dilema ético que me acompanhou durante todo o processo de trabalho de campo e escrita.

Tive que aprender a linguagem local que delineou a minha presença em campo: foi assim que percebi que no território controlado pela facção “Caveira” o cumprimento “é noix” e que é importante sempre estar com no mínimo um maço de cigarro para “fortalecer” quem estava usando crack, estabelecendo assim uma troca quando estava nas cenas de uso. A minha presença passou a ser utilizada para disfarçar intervenções policiais, geralmente quando estava em campo e tinha uma abordagem policial todos diziam que estavam participando de um projeto comigo. Fazíamos alguns minutos de encenação e com a saída da polícia a cena voltava ao normal. Importante pontuar que no verão de Salvador intensificava-se as intervenções policiais nas cenas de uso, o que me deixava sempre em estado de alerta para novas encenações.

Parafraseando o autor José de Carvalho, acredito na conservação do seu rito de iniciação que se repete a cada novo campo de investigação que elegemos para a imersão. A partir de uma reflexão aprofundada sobre o tema da ética de pesquisa e do fazer etnográfico,

acredito ser possível compreender a importante tarefa do “estar lá” em campo e produzir um conhecimento que parta desta experiência compartilhada com a interlocutora de pesquisa, que sempre terá um efeito transformador para a etnógrafa.

Acredito que, para além de debater a autoridade e a ética do fazer etnográfico, ser intérprete dentro do meio acadêmico reflete uma relação existencial profunda que precisa ser analisada com cuidado, e que marca de maneira irreversível a nossa presença em campo. Durante o meu processo, levei em consideração a importância do método etnográfico de orientação decolonial no entendimento de populações que buscam realizar atividades ilícitas, logo ocultam da sociedade seus aspectos mais cruciais. Não existe possibilidade de adentrar neste campo, no meu ponto de vista, sem construir uma relação de confiança e “de verdade” com o campo investigado e sem levar em consideração a ética refletida pelas pessoas que buscamos estabelecer uma relação de pesquisa. O debate acerca da ética de pesquisa, não deve se resumir a protocolos pré-estabelecidos, bem como a observação de campo que busque um afastamento para uma reflexão mais neutra. Se assim proceder, poderá cair em erros de reproduzir investigações coloniais, tomando inúmeras conclusões de observações breves e sem profundidade.

Organização do estudo

O presente estudo está dividido em três principais capítulos. No primeiro capítulo faço uma descrição etnográfica do espaço urbano, das cenas de uso, bem como da organização do comércio de crack a partir da hierarquia do tráfico de drogas comandado pela facção caveira. Neste capítulo, utilizo do referencial teórico da etnografia urbana e analiso também os rumores da mídia que ajudaram a constituir o Centro Antigo como um lugar marginal. Utilizo-me de uma guinada histórica apresentando o processo de colonização, ocupação, revitalização e gentrificação do Centro Antigo de Salvador, bem como reflito a atual gestão penal desse território a partir de investidas do Estado e a emergência da construção comoção seletiva através do discurso midiático em relação às mulheres e o uso de crack.

No segundo capítulo faço uma análise histórica da constituição do “problema das drogas” e o surgimento do advento do proibicionismo nos EUA e no Brasil apresentando o caráter colonial e imperialista dos acordos internacionais centralizados pela ONU na constituição do projeto histórico e político proibicionista. Este projeto terá a sua efervecência no ano de 1985 com a chegada do crack nos EUA e a criação do “problema do crack” que acirra o racismo institucional a partir de medidas de controle de populações marginalizadas. Neste contexto, uma ferramenta crucial para o fortalecimento do projeto colonial proibicionista é a constituição de uma agência de pesquisas que tinha por função produzir “verdades” sobre o uso de drogas. Compreenderemos como a formação de uma ciência viciada será fundamental para o projeto de dominação colonial imperialista do proibicionismo a populações pobres, negras e subalternas. Este projeto de dominação que será implementado no Brasil apresenta, por sua vez, semelhanças com os EUA no que tange a gestão sanitária e penal do “problema do crack”.

No terceiro capítulo apresento a cultura de uso de crack via apresentação das trajetórias de vida e da culturas de uso das parceiras de pesquisa a partir de um olhar crítico sobre os significados múltiplos de ser mulher. A partir da análise, desenvolvo o conceito trabalhado por Segato (2001) de feminicídio relacionado às guerras contemporâneas. No presente caso de investigação, trato da guerra às drogas que atravessa a vida das mulheres de maneira muito singular. Compreendo, neste capítulo, as estratégias utilizadas pelas mulheres que vivem à margem do Estado. Descrevo também o movimento iniciado com as *parceiras* de pesquisa de construção de rodas de conversa sobre violência contra a mulher usuária de crack em situação de rua como uma estratégia de estimular a circulação do conhecimento para a proteção e sobrevivência na rua.

No quarto e último capítulo conto a história do surgimento da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), em seu núcleo da Bahia formado, pelas parceiras a partir da participação na presente pesquisa. Neste capítulo sigo os trilhos de Rita Segato a partir do conceito de antropologia por demanda, para exemplificar certo tipo de antropologia que foi construída nesse trabalho a partir da demanda apresentada pelo contexto de pesquisa. A criação do núcleo local da RENFA foi a possibilidade de responder questões colocadas pelas parceiras de pesquisa, acerca do que faríamos para

construir um espaço de cuidado e proteção contra as violências sofridas no contexto da rua.

Na conclusão aponto os limites deste estudo, bem como as dificuldades para a sua realização tendo em vista o conjunto de demandas trazidas pelas *parceiras*. Sugiro que a atual política sobre drogas constituída a partir dos aparelhos do Estado tem atuado no sentido de retirar ainda mais a autonomia da mulher, fazendo com que haja a emergência de estratégias de proteção a estas mulheres à margem do Estado. Neste contexto, faz-se necessário aproximar a narrativa dessas mulheres para a reflexão e execução das políticas públicas que afetam a vida das mulheres em situação de rua e usuárias de crack.

CAPÍTULO 1 – O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: TERRITÓRIO, ESPAÇO URBANO E CENAS DE USO DE CRACK

Neste capítulo procederei a uma caracterização do território estudado, de acordo com as suas funções e controles sociais apontados a partir do trabalho de campo realizado e a partir da análise dos dados das entrevistas. Será crucial neste momento reconhecer a ancestralidade colonial de todo esse território, bem como compreender a sua configuração atual. No bojo desta discussão nos ancoramos no conceito de território psicotrópico e circuito de uso de crack, conceitos utilizados na minha primeira etnografia (Malheiro, 2010) para descrever um conjunto de relações ligadas ao uso social de um espaço urbano. Será crucial neste momento a narrativa das *parceiras* de pesquisa que nos conduziram na apresentação do atribulado comércio de crack do Centro de Salvador, bem como entender o papel da mídia na construção de rumores de lugar marginal.

As formulações do geógrafo Milton Santos me serviram de inspiração para a superação de uma visão tradicional de geografia que considera o território como um objeto estático com suas formações naturais. Para Santos (2002) o território é dinâmico, vivo e repleto de inter-relações. Ele propõe o detalhamento das influências recíprocas do território com a sociedade, seu papel essencial sobre a vida do indivíduo e do corpo social. Para o autor, para além das características físicas, o território é marcado pelas produções humanas. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política. Neste capítulo destrincharemos esse território dinâmico composto por uma complexidade de relações sociais que produzem um determinado uso do espaço urbano tanto pelos seus habitantes, como pelos agentes do Estado.

Aprendemos desde a Escola de Chicago que a cidade é composta por indivíduos em relação, e que a trama dessas relações sociais nos auxiliam a pensar a cidade de uma perspectiva mais dinâmica, não como um todo homogêneo, mas como um caleidoscópio de subjetividades que se cruzam. A cidade é composta por uma rede de relações complexas e intercambiáveis e a conexão destes atores e atrizes sociais, constituirá neste caso a configuração estudada (Hannerz, 1980). A partir destas reflexões, pretendo

reunir um conjunto de entendimentos que acumulei a partir da minha vivência etnográfica no Centro da cidade de Salvador. É também na condição de uma mulher que vive, mora e circula neste território que lanço o meu olhar.

Refletiremos nesta sessão os modos de vida possíveis dentro do espaço urbano, tal como ele se apresentou em uma perspectiva histórica e no presente etnográfico. Segundo Lefebvre (1969), as condições e possibilidades de uso do espaço urbano e do exercício do nosso direito a cidade está vinculado a nossa posição de gênero, raça, sexualidade e classe social: os usos do território do Centro reproduzem as relações de contradição e opressão em nossa sociedade. O meu trabalho de campo pôde de alguma forma registrar determinado uso social do espaço urbano.

Pedindo emprestado o conceito de Antonio Lancetti (2006) de clínica peripatética, trago o conceito de etnográfica peripatética na tentativa de descrever esse andar a deriva pelas cenas de uso do Centro de Salvador na companhia de algumas *parceiras* de pesquisa. Segundo o autor:

Peripatético no sentido comum do adjetivo e no sentido etimológico da palavra que provém de peritatéō: passear, ir e vir conversando (...). Conversações e pensamentos que ocorrem durante um passeio, caminhando – peripatetismo - são ferramentas para entender uma série de experiências clínicas realizadas em movimento.

No caso deste trabalho, caminhar no território com as interlocutoras me possibilitou compreender os trajetos urbanos trilhados na itinerância das mulheres nesse espaço.

Acompanhar os trajetos urbanos, no centro e também nos serviços acessados pelas mulheres, me possibilitou ter uma outra relação com a cidade, conhecendo-a sob outro ponto de vista. Lefebvre (1999) nos ensina que “a cidade se inscreve nos seus muros, nas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. Percursos e discursos acompanham-se e jamais coincidem”.

Inicialmente a minha unidade de análise se fechava nas cenas de uso de crack localizadas no Centro Antigo de Salvador. Neste momento, foi importante a observação destes espaços a partir da minha presença. Posteriormente, passei a circular por outros circuitos de acesso a serviços de saúde e assistência social na cidade. Com relação as cenas de uso, durante as entrevistas em profundidade, foi possível captar outra dimensão deste território, a reflexão acerca da escolha de cenas para o uso de crack por parte das

pessoas que usam a substância, se estabelecia a partir do entendimento dos espaços afastados da rotineira investida violenta da polícia. As cenas de uso se desfazem ou mudam os seus atores sociais a partir de brigas com traficantes locais, bem como por determinações oriundas da polícia.

O “Centro da cidade”, como denominam as parceiras de pesquisa, se refere à categoria de pedaço (Magnani, 2002), por ser evidente – por parte de suas integrantes – uma percepção imediata a respeito de quem pertence ou não pertence aquele pedaço, sendo uma experiência concreta e compartilhada. O bairro de referência das diversas cenas de uso é compreendido como sendo o Centro, e está contido nos limites geográficos do Centro Antigo de Salvador³⁵. Foquei meu trabalho de campo nas cenas de uso da Praça da Sé, Gravatá, Igreja do Elevador Lacerda, Praça da Piedade, Praça das mãos/Comércio, Julião e Pelaporco/7 portas.

Consumo de drogas é um dos grandes domínios da vida social urbana: em todas as cidades podemos observar espaços, lugares e territórios delimitados para o livre exercício do consumo de drogas. Em nosso paradigma proibicionista, a escolha deste espaço está sempre ligada à ocultação desta prática, principalmente quando este uso se dá por parte de uma população historicamente violentada. O fenômeno do consumo de crack tem proporcionado um amplo debate em nossa sociedade em suas mais variadas vertentes. As inúmeras pesquisas que tomam como objeto de investigação o uso de crack exploram uma infinidade de questões que este fenômeno suscita: do controle biomédico e da saúde ao controle penal da nossa legislação, esta temática tem mobilizado um conjunto de saberes interdisciplinares. Neste capítulo, o esforço será no sentido de pensar o fenômeno da organização de espaços de consumo de drogas ilícitas (mais precisamente o crack) como próprio do processo de urbanização, que nos ajudará a pensar a gestão pública dos espaços urbanos.

³⁵ <http://www.centroantigo.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>.

Acessado

em:11.11.2017

1.1 Do passado escravista ao projeto de requalificação urbana do Centro: a construção da cidade do colono

A cidade do colono é uma cidade firme, toda ela de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, jamais vistos, nem mesmo sonhados. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente, e a sua barriga esta sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

(Fanon, 2015)

A cidade do colono é uma analogia aqui descrita para fazer um paralelo com a parte colorida do Centro Histórico, ou o popularmente conhecido “Pelô”, como nos conta Ferraz (2014), ou como informa a *parceira* Beatriz: “o Pelourinho do gringo, pra gringo ver”. É o Pelourinho do cartão postal, o ponto turístico reconhecido pela UNESCO como patrimônio histórico da humanidade, a parte revitalizada deste sítio histórico tão complexo e que agrega em suas ruas vestígios de passado com o presente. Busquei trabalhos que me recontassem a história deste território e me deparei com os estudos de Collins (2008, 2015), Nascimento (2007), Espinheira (1971; 1984), Santos (2008) e Gomes (1990). Cruzaremos estes estudos com as narrativas das parceiras sobre os usos deste território. Utilizo os conceitos de Fanon sobre a cidade do colono/colonizado, pois acredito que o paradigma de compreensão da colonialidade me parece perfeito para compreender o Centro Histórico da cidade de Salvador, principalmente se formos compreender a sua constituição histórica.



Foto 6: Centro Histórico de Salvador. Fonte:
www.pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br

A história deste bairro é a história da própria constituição da colonização de Portugal no Brasil, que, para fins de maior controle das terras conquistadas, funda a sua primeira sede de administração sob o controle do governador-geral Tomé de Sousa, em 1549, escolhendo como lugar estratégico o Centro Antigo para o estabelecimento de suas funções. Desde os primeiros séculos da colonização, o desenvolvimento econômico é principalmente ligado ao cultivo de cana e fabricação do açúcar no interior e as outras atividades principais do meio urbano eram o comércio (atacado e varejo) e o tráfico de pessoas escravizadas (Santos, 2008). O regime político e econômico da escravidão é hoje uma herança histórica que determina a cidade e seus usos no âmbito das desigualdades sociais, da perpetuação do racismo e do exercício da cidadania (Nascimento, 2007).

A abolição da escravatura, quase no fim do século XIX, em 1888, vai trazer sérias consequências para as atividades agrícolas baseadas no trabalho escravo (Santos, 2008). Com o declínio da escravidão, milhares de ex-escravo/as, buscando formas de sustento, migraram para os centros urbanos de maior dinamismo econômico. Salvador recebeu muitos desses migrantes, os quais foram agregados ao grande número de pobres, já existente na capital baiana. A mesma cidade que esbanjava riqueza nas fachadas dos sobrados e palacetes convivia com a miséria de pessoas que habitavam as ruas da cidade, marcando o antagonismo deste território. O Centro Antigo pertencia a freguesia mais antiga de Salvador: a Sé, localidade onde funcionavam os órgãos públicos da cidade e que fora a morada dos ricos senhores de engenho do Recôncavo, dos donos de

garimpo da Chapada Diamantina, em suma: dos homens mais ricos da Bahia dos séculos XVIII e XIX (Nascimento, 2007).

Para compreendermos a dinâmica social neste período, os sobrados, construídos em estilo português, foram erguidos em um tempo em que todo o serviço de fornecimento de água e de limpeza urbana, como o recolhimento de dejetos fisiológicos, era realizado basicamente por pessoas escravizadas. Com o fim da escravidão, e, por conseguinte, da gratuidade dos seus serviços, os ricos donos de sobrados na região começaram a migrar para regiões mais novas como a Vitória e a Barra, onde poderiam contar com melhor abastecimento de água e coleta de esgoto (Santos, 1959, p. 46).

Como relata Gomes, até o século XIX o conjunto de necessidades dos habitantes das cidades é resolvido através de relações privadas e mediante recurso ao trabalho escravo. Será apenas em meados daquele século que veremos claramente as questões atinentes ao funcionamento da cidade se deslocarem da esfera privada para a esfera pública, reforçando-se e reformulando-se aí as formas de gestão e de atuação na cidade por parte do poder público – processo este que só irá se configurar plenamente no período republicano. Podemos mesmo dizer que o redesenho das esferas pública e privada constitui-se uma das questões centrais que a virada do século XIX colocará para os estudiosos da história urbana. Esta dependência fundamental da vida urbana baiana e brasileira ao trabalho escravo, durante quatro séculos, torna, portanto, indispensável o exame dessa relação de exploração (Gomes, 1990), que refunda a sociedade brasileira sob bases coloniais. O Centro Antigo carrega na sua atualidade o seu passado escravista em suas relações marcadas por opressões raciais.

Em 1763 a capital do Brasil transfere para o Rio de Janeiro. Este fator, somado a migração de famílias ricas do Centro Antigo, ajuda a constituir este território onde a presença de uma população pobre no centro provocou a constituição de um comércio de produtos alimentares não somente nas magazines, mas também nas feiras (Santos, 2008, p. 86). É neste período que as funções de centro urbano começam a se constituir, com o estabelecimento do trabalho informal e da presença de uma parcela da população oriunda de relações de escravistas de trabalho. Santos nos oferece uma descrição perfeita deste território:

Salvador oferece aqueles que a ela chegam por via marítima o espetáculo de um presépio, suas casas parecendo empilhadas umas sobre as outras, bem como a viva e chocante impressão de contraste a quem percorre as ruas do

centro: largas avenidas retilíneas, sobre as superfícies planas conquistadas ao mar, ladeada de altos e luxuosos imóveis de construção recente, na Cidade Baixa, ruas estritas e sinuosas da Cidade Velha, enladeiradas, com velhos casarões degradados; várias gerações de construções na rua Chile, avenida Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros, das quais as mais recentes sucederam, simplesmente, às mais antigas, desadaptadas funcional ou especulativamente. As igrejas, os velhos templos. É essa vizinhança quase surpreendente, toda essa desordem aparente que dá beleza e colorido próprio a essa parte da cidade. Ao lado do asfalto moderno, as velhas ruas pavimentadas de pedras irregulares, *coração-de-negro*, nos levam ao passado sem sair do presente. (Santos, 2008, p. 102)

Fanon (2015) nos ensina que os territórios colonizados são afetados de maneira mais severa pela dominação violenta, via processo de modernização urbano industrial, marcada historicamente pela violência colonial que visa à dominação e a domesticação de um povo. O século XX é marcado pela implantação de um programa de requalificação urbana do Centro Antigo de Salvador, este programa obedecia ao projeto colonizador que Fanon apontava. O programa de intervenções conduzido pelo Governo Estadual na década de 1990, privilegiou a apropriação da área pelas camadas de maior poder aquisitivo ou pelo segmento turístico, e acabou mostrando-se não sustentável ao negligenciar a grande parcela de cidadãos que, de fato, necessitava da ação governamental para melhoria da sua qualidade de vida.

Ao contrário do que aconteceu em importantes centros históricos dos países colonizadores, como na Europa, o projeto de reabilitação do Pelourinho³⁶ não partia de iniciativas de movimentos locais, mas do governo central, seguindo recomendações de organismos internacionais, vinculados à política de desenvolvimento econômico (Azevedo, 1992). A reforma do Pelourinho, que começa em 1994, pretendia afastar a população marginal, uma vez que estes interferiam na paisagem urbana de um projeto de reforma que visava à atração de turistas. Tentou-se então reformar o Pelourinho sem resolver os problemas sociais locais da sua população local – que estava vivendo em situação de extrema pobreza (Espinheira, 2005).

³⁶ O uso do topônimo Pelourinho aqui está no sentido de designação de todo o Centro Antigo de Salvador.



Foto 7: Pelourinho antes da reforma.³⁷



³⁷ Fonte: <https://goo.gl/AK8JVR>. Acessado:12/10/17

Foto 8: Pelourinho depois da reforma.³⁸

Collins (2015) nos ajuda a compreender como as políticas patrimoniais, bem como as discussões em torno da ideia de patrimônio fundaram um conjunto de intervenções estatais naquele território. Em sua brilhante etnografia denominada *Revolt of the Saints*, o antropólogo analisa a dinâmica dos moradores do Pelourinho na década de 90 a partir da configuração deste sítio como patrimônio histórico da humanidade e o impacto sentido no cotidiano dos habitantes deste território.

As contradições que moldaram o Pelourinho como patrimônio mundial, as mudanças na ideia de patrimônio que ajudaram a constituir boa parte dos eventos de 1990, a transformação das práticas do Estado voltado a este sítio urbano, bem como o conseqüente aumento do controle e vigilância da sua população nos ajuda a compreender a configuração atual deste espaço urbano. Na abertura do seu livro, Collins apresenta uma troca de cartões postais entre Manuel Bandeira e Mário de Andrade, na década de 20, no ápice do pensamento nacionalista e na efervescência do debate do mito da democracia racial, os modernistas estavam debatendo como o Pelourinho, e seus empobrecidos habitantes, poderiam servir como “o lugar mítico da alma africana do Brasil” (Collins, 2015, p.9).

Para Collins, o Pelourinho revela a configuração do povo como patrimônio e, portanto, da humanidade como uma espécie de propriedade, denunciando assim o perverso processo de mercantilização da vida cotidiana dos seus moradores, bem como dos atributos ligados à cultura afro-brasileira (Collins, 2015, p.214). Em outro texto (Collins, 2008), o antropólogo analisa o discurso popular que enfatiza a existência de corpos humanos e tesouros escondidos na arquitetura histórica e barroca do Pelourinho, este discurso era comum na década de 90 durante o processo de requalificação urbana que fez com que o Estado da Bahia expulsasse os moradores dos casarões e sobrados para depois reformá-los e repassá-los a novos donos e inquilinos, comerciantes abastardos. Collins denuncia o capitalismo selvagem e neoliberal nestas práticas onde o trabalho e as pessoas passam a ser cristalizados em objetos culturais e

patrimoniais valiosos que sugam a vida da população residente no Pelourinho antes das reformas iniciadas em 1992 (Collins, 2008, P.24).

Os discursos na mídia, das autoridades locais como nos mostra o autor em seu artigo, bem como do próprio projeto de requalificação urbana, aborda de maneira contundente a necessidade de resolver o problema do abandono do Centro e da sua ocupação por uma população indesejada. No texto de apresentação do plano³⁹ a descrição e os motivadores da reforma são bem nitidos:

a área central de Salvador passou a conviver, nas últimas décadas, com uma série de problemas originados da perda de população e da subutilização dos imóveis, da inadequação e insalubridade das moradias e da falta de manutenção dos imóveis patrimoniais, além da insegurança pública, prostituição e tráfico de drogas. Todas essas questões configuram um quadro de vulnerabilidade social em contraponto à existência de um rico patrimônio edificado, oferta de empregos e de transporte público. (Collins, 2008)

O Centro Antigo de Salvador foi estigmatizado por muito tempo e não sem razão, pois se constituiu, no passado recente, na maior concentração de prostituição da cidade, ou seja, concentrava tudo aquilo que se poderia chamar de “brega”, com a significação de mangue ou puteiro (ESPINHEIRA, 1971; 1984). Collins (2008, p.30) nos mostra como na década de 1990 o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural), numa forma estranha de preservação do patrimônio, tentou mapear o bairro como um espaço da produção da cultura afro-brasileira que o governo procurava representar a um público baiano e estrangeiro. Para além de documentar a vida dos seus habitantes e guardar esta informação dentro de um arquivo que serve como fonte de evidência para sustentar representações nacionalistas, regionalistas e históricas, o IPAC procurou retirar as pessoas “problemáticas” do novo espaço nobre do Centro Histórico. O dinheiro, em forma de indenização, foi uma das ferramentas mais eficazes neste trabalho.

³⁹ <http://www.centroantigo.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>. Acessado em :15/11/2017



Foto 9: Ladeira da Montanha desocupada, s/d

No ano de 2009, durante a minha primeira incursão etnográfica neste território, Katicilene, a minha interlocutora principal de pesquisa me relata a sua angústia: morava em um casarão na Rua 28 há mais de 10 anos e, na época, estava na sétima etapa da reforma e o seu casarão seria tomado pelo Estado. Em troca, receberia trezentos reais. Katicilene morreu sem ver a cor desse dinheiro e na minha análise (Malheiro, 2010) compreendi que a estratégia da requalificação urbana era mais uma ferramenta de retomar o controle sobre os espaços de uso de drogas. Não é a toa que os principais casarões que serviram como cenas de uso e casas de prostituição foram fechados. A famosa ladeira da montanha, que era a rua onde existia a maior concentração de bordéis, hoje não passa de um conjunto de casarões acimentados e sem uso.

Collins aborda em seu texto (2008, p.29) que neste processo de indenização cerca de 4 mil moradores foram retirados durante os últimos vinte anos, a maioria após receber uma indenização que variava entre R\$ 800 e R\$ 4.000. Oficialmente, técnicos do IPAC calcularam estas indenizações com base na quantidade de espaço ocupada, o número de pessoas no núcleo familiar, o tempo que moraram no bairro e as atividades exercidas no espaço. Ele nos informa que a quantia de dinheiro paga variava muito de acordo com o prestígio do morador, a sua possibilidade de reivindicar um status “moral,” o envolvimento de membros da família na cristalizada “cultura baiana”, e, sobretudo, as ligações entre moradores e políticos como Antônio Carlos Magalhães e técnicos do IPAC. Em uma das entrevistas com uma agente do IPAC, esta revela ao antropólogo que os cálculos e as decisões eram “na verdade muito simples: nada de travesti, maconheiro, ladrão ou puta!”.

Segundo Rodrigues (1995) "[...] o Pelourinho/Maciél deveria ser uma vitrine do turismo baiano, e, portanto deveriam se realizar ali obras que recuperassem fisicamente a área, mas que estivessem atentas às novas necessidades, que seriam instalar lojas de artigos turísticos, bares, etc.". Casarões que outrora serviram para moradia, agora são estabelecimentos comerciais de venda de produtos tipicamente baianos, com restaurantes com comida baiana, trançadeiras nas esquinas, baianas de acarajé e rodas de capoeira. Produz-se a mercantilização da cultura através da imposição de uma cultura em disputa nos projetos urbanísticos daquele território. Rodrigues aponta que “a maioria das pessoas que moravam ali e que estão morando em bairros distantes ou mesmo na Rua 28 de Setembro - uma rua próxima - sistematicamente voltam. Elas estão lá andando, vendendo, brigando, porque aquela é a área onde aprenderam a fazer tudo: a andar, a beber, a comer, a usar drogas, a brigar com a polícia, a ver os soldados da polícia representando o Estado”.

O Centro Antigo de Salvador mostra em sua contradição entre o velho e o novo, acelerado agora pela urbanização turística, que tem gerado paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais e elimina ou marginaliza outros, redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer e o consumo, alimentando assim o capitalismo avançado que lucra da memória e do patrimônio do espaço. A criação destrutiva da urbanização turística desafia a todo instante a sobrevivência de antigas paisagens e a resistência do lugar (Luchiari, 1998).



Foto 10: Ayrton de Magalhães. Pelourinho. Salvador, BA, 1968.⁴⁰

⁴⁰ **Fonte:** <http://aymphotograph.wordpress.com>



Foto 11: Pelourinho depois da reforma⁴¹

O processo de esvaziamento funcional da região do Pelourinho, ao lado de outras escolhas do planejamento e da atuação governamentais, resultaram no enfraquecimento do seu capital sociocultural ou na tentativa de “domesticação” e neocolonização dos seus agentes tradicionais. São muitos os efeitos perversos, derivados do processo de exclusão social e marginalização, sofridos por aqueles vistos como tipos anti-sociais, transgressores da ordem pública. Verifica-se aí o “perigoso jogo da desqualificação de todos aqueles que não se enquadram no padrão de cidadania da sociedade que é composta por “consumidores válidos” (Bauman, 2008), mas também pelos “que se conformam com a ordem desigual estabelecida, justificada pela responsabilidade de cada um pelo seu destino pessoal, êxito ou fracasso.” (Espinheira, 2005).

Embora os aspectos culturais venham gradativamente influenciando os projetos de renovação urbana, isso não tem representado a valorização das pessoas que habitam os lugares, que, quando muito, são incorporadas como parte do “espetáculo”: “o trágico da recuperação física de lugares urbanos é o esvaziamento da cultura, dos significados,

⁴¹Fonte:

http://www.imgur.org/user/renatofagundeskuye/721100598/1296094118254970622_721100598.

uma forma de separar o olho da mão e da alma, como fala Valéry, ou como o fim da narrativa, segundo Benjamim.” (Espinheira, 2005)

Collins não conseguiu descrever, mas é também na década de 1990 que tem início tanto o comércio, como o uso de crack neste território. Em 1996, as primeiras apreensões de crack na cidade de Salvador ocorrem no Centro Histórico e são enfaticamente denunciadas pela mídia local (Andrade *et al*, 2001). Quando o crack se inseriu no contexto soteropolitano, através do Centro Histórico, simultaneamente ao ocorrido nos EUA, a notícia foi divulgada como sinalizador da chegada do grande mal, ou da “droga da morte”⁴². Neste sentido, podemos compreender o projeto de requalificação urbana como uma forma de promover a gestão deste “problema social”, a partir da gestão penal desses territórios de uso de crack. Com a desculpa do projeto de requalificação urbana, e em nome da preservação deste importante sítio histórico se justifica o policiamento excessivo, o que resulta em constantes conflitos com a sua população.

O processo de elitização, gourmetização ou enobrecimento de lugares populares para servirem de lugares de consumo priorizam a presença e o trânsito de “consumidores válidos” dá-se o nome de *gentrificação* (SMITH, 2009). Este processo, ao mesmo tempo em que resulta na expulsão da sua população, retroalimenta a exclusão, pois interfere na valorização imobiliária dos lugares que sofrem as intervenções (HARVEY, 2006).

Na sua pesquisa sociológica, Espinheira (1971; 1984) indicava que a maior incidência de violência era provocada pela ação da própria polícia, já que muitos policiais atuavam marginalmente como escroques – chantagistas de mulheres, travestis e mesmo de ladrões – punindo os moradores sempre que esses se julgassem injustiçados pelo não cumprimento do “acordo” imposto pela “autoridade”. A violência policial conferia grande visibilidade à convivência naquele ambiente tumultuado, contribuindo fortemente para a imagem, que ainda hoje se mantém, de lugar perigoso. Relatos coletados na presente pesquisa continuam demonstrando que permanece a relação entre ações policiais e circunstâncias violentas, muitas vezes desproporcionais à necessidade

⁴² “O consumo de crack...triplicou em Salvador no ano de 1997 comparado com o ano passado. Principal área de consumo é o Centro Histórico.” A TARDE (Souza, apud Andrade et al, 2001).

de controle, sobretudo quando os envolvidos pertencem às classes desfavorecidas economicamente, ou se encontram em condições sociais, físicas e psicoemocionais de vulnerabilidade.

1.2 Territórios psicotrópicos, cenas de uso e territorialidade itinerante no Centro Antigo de Salvador: a cidade do colonizado

A cidade do colonizado (...) é um lugar de mãe fama, habitado por homens de má-fama. Lá, nasce-se em qualquer parte, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, onde os homens se amontoam uns sobre os outros, as cubatas, umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz.

(Fanon, 2015)

O olhar que se direciona para os espaços ocupados por pessoas que usam crack no Centro da cidade, na abrangência do território do Pelourinho, é atravessado pelas lentes de compreensão do processo de contínua colonização de determinados corpos e lugares. O processo de colonização guarda consigo o caráter extremamente violento e ancestral que atravessa os anos e se mantém firme (Fanon, 2015). Neste sentido, a cidade do colonizado de Fanon, são os espaços ocupados para a execução de uma atividade ilícita (uso/venda de crack), aqui denominado de cenas de uso, e demonizada na nossa sociedade. São sobretudo espaços de resistência do projeto político de expulsão desta população do Centro Antigo de Salvador.

Esses espaços obedecem ao controle tanto do comércio de drogas quanto da polícia local e de agentes públicos da requalificação urbana. Para compreender de maneira abrangente a cultura de uso de crack entre as mulheres, é crucial lançar luz sobre a forma de organização dos espaços de uso e venda, e principalmente a dinâmica do comércio de crack que constitui as regras para uso destes territórios. Os territórios psicotrópicos ou as cenas de uso de drogas ilícitas compõem os lugares da vida urbana e é uma realidade presente no cotidiano das cidades.

A categoria *cena de uso* se constitui como uma micrototalidade de sentido, um espaço no território urbano que agrega uma rede de relações sociais que se configuram a partir

da prática do uso e venda de crack. A cena de uso, além do espaço para uso, se concentra muito próximo a pista ou o local de venda da substância. Pode ser um beco, uma viela, um casarão abandonado, uma maloca construída com resto de lixo, uma escadaria de Igreja ou ocupações para moradia. A principal característica das cenas é a sua transitoriedade, uma cena pode ser desfeita a partir de conflitos com a polícia, brigas de comerciantes de drogas por pontos, ou desapropriação para a reforma. Territórios psicotrópicos “são determinados lugares na cidade, cujo perfil eco-social se mostra adequado para o funcionamento das atividades ligadas ao consumo de drogas” (Fernandes, 2004). Estes territórios podem ser divididos em zonas, chamadas por Fernandes de “zonas de labor psicotrópicas”. São os pontos de mercado, pontos de uso e zonas de aquisição de fundos, para fins do presente trabalho não utilizarei estas subcategorias, pois compreendo que elas limitam as funções do espaço. Uma mesma cena de uso, no contexto estudado, pode ser ao mesmo tempo um ponto de mercado, contendo um comércio mais especializado da droga, ponto de uso, caracterizado por lugares marginais ocupados por usuários e usuárias de drogas e uma zona de aquisição de fundos, sendo caracterizado pelo espaço onde é possível conseguir algum dinheiro.

Pela característica de múltiplas funções nos territórios estudados, me refiro a estes espaços através da categoria circuito, que indica uma noção de contigüidade espacial e reconhecimento das funções sociais pelo conjunto de usuários do espaço (Magnani, 2002), enfatizando a fluidez da categorização dessas cenas. O circuito é o que interliga as cenas de uso em uma dinâmica de venda –troca-uso de crack.

O fenômeno que procurei observar em minha incursão a campo foi consumo controlado de crack, entre um grupo específico de mulheres que circulavam no Centro Histórico de Salvador, mais especificamente, no circuito de consumo. Um circuito de consumo de crack se caracteriza por lugares no espaço urbano que são reconhecidos pelos seus moradores locais pela prática de venda e uso da substância. Esta atividade interliga os diferentes pontos no espaço urbano dando uma idéia de continuidade.

Guilherme Magnani originalmente desenvolveu o conceito de circuito “neo-esotérico” (Magnani, 1999), ou seja, um conjunto de lugares na cidade que se definem pelas práticas dessa natureza. Neste estudo, adoto seu conceito, mas a atividade estudada é o consumo de crack (compra, venda e distribuição), e – durante o trabalho de campo com

as parceiras, acompanhando os seus trajetos urbanos – pude desenhar o que seria o circuito de consumo de crack que será apresentado a seguir.

Segundo Magnani (2002), o pesquisador deve ter um olhar “de perto e de dentro” e a partir dos arranjos dos próprios sujeitos sociais, e não um olhar de passagem, orientado pelo trajeto e escolhas do próprio/a pesquisador/a. De acordo com sua teoria, o/a pesquisador/a deve estar atento às formas pelas quais os atores circulam pela cidade, utilizam seus serviços, usufruem de seus equipamentos, estabelecem suas trocas e encontros nos mais diferentes domínios. Foi seguindo os trilhos de Magnani que decidi me deixar levar e seguir os trajetos urbanos das minhas parceiras de pesquisa.

Há uma importância crucial neste modo de conhecer e analisar a cidade, a partir da experiência etnográfica aproximada com esses espaços segregados aqui denominados de cenas de uso de crack. Levando em consideração que não existe hoje, sequer uma sociedade livre do consumo de drogas, principalmente as drogas ilícitas, as pessoas que se utilizam da prática do consumo de drogas estabelecem lugares específicos para o consumo. Como esta prática ainda é criminalizada no nosso país, uma característica comum às cenas e espaços de uso de crack é o alto poder de repressão destes territórios. Para além dos controles sociais informais (Zinberg. 1984) que se constituem no processo de sociabilidade, que atuam como regulador da prática do consumo de drogas, Zinberg nos chama atenção também para os controles sociais formais que são constituído pelo projeto político proibicionista de controle destes territórios. Dado o contexto de guerra as drogas, observamos uma intensa presença da polícia nesses territórios o que determina muitas vezes a dinâmica local.

O conceito de territorialidade itinerante utilizado por Frúgoli (2005), que se inspira na utilização do termo por Perlongher (1987) em sua pesquisa sobre sociabilidades homoeróticas masculinas na região central de São Paulo, me parece crucial para compreensão da dinâmica de deslocamento destes espaços. Frúgoli entende a combinação entre certa fixação territorial e as possibilidades de deslocamentos cuja extensão depende de vários fatores como a repressão cotidiana que os usuário/as são submetidos. Observamos também essa territorialidade itinerante, que se desloca a partir de atuações repressivas tanto do poder público como de representantes do comércio ilegal de drogas. Neste texto, o autor analisa os territórios da Luz e de Manguinhos (em

São Paulo e Rio de Janeiro), que compõem projetos mais amplos de resignificação destas regiões no espaço urbano.

Discordo do autor no uso do termo “cracolândia” e neste sentido, crítico também de alguns autores que usam este termo com o objetivo de explicar um fenômeno comum que liga as várias cidades. No meu entendimento, acho a categoria demasiadamente midiaticizada e nos dá a falsa sensação de que estamos tratando do mesmo fenômeno. Precisamos cuidar desse olhar da antropologia urbana paulistana que define o espaço urbano tendo como foco o urbano paulistano. Acredito que esta generalização cristaliza o lugar auxiliando no seu processo de estigmatização. Concordo com o relato de Ana, mulher que usa crack e que já esteve em São Paulo e relata que:

Cracolândia veio de Disnelândia, é o paraíso do crack, é tipo uma festa que nunca acaba com um monte de gente como a gente que gosta de usar e ficar na onda. Cracolândia mesmo só em São Paulo.

Guardamos as devidas proporções, Frúgoli (2005) refere que os territórios analisados obedecem a lógica da produção da cidade, em que o Estado realiza investimentos em infraestrutura aliados a grandes esforços de “recuperação” de regiões consideradas degradadas, perigosas ou fora de seu alcance, com o objetivo último de tornar essas regiões permeáveis, ou atraentes para as forças do mercado. Este urbanismo pacificador denunciado pelo autor é também observado no contexto estudado, fazendo com que os usuário/as estabeleçam fluxos de ocupação de novos espaços, constituindo novas conexões. O comércio de drogas, a partir de seus acordos com a polícia local tem sido crucial para manter a ordem das cenas.

1.2.1 O Circuito de uso/venda de crack no Centro Antigo de Salvador

Maria, minha parceira de pesquisa é uma mulher de 35 anos, nascida e criada no Centro. A sua mãe veio muito nova trabalhar com prostituição no antigo Maciel. Maria acha que sua mãe conheceu o seu pai naquela época, quando ainda era novinha e recém chegada. Seu pai era policial do centro histórico e, como muitos policiais aposentados, hoje ele faz a segurança de estabelecimentos comerciais. Dessa mistura singular de um policial com uma profissional do sexo nasce Maria, que se orgulha de conhecer o Pelourinho *como a palma da mão*. Maria acha que o Centro histórico é mais liberal para fazer as coisas do que no bairro, além de ter mais oportunidade de trabalho:

Aqui sempre tem alguém que precisa de você no Centro, é o barraqueiro que precisa de ajuda pra carregar uma barraca, aí já chama. A baiana que precisa

desmontar o tabuleiro, já te chama. Época de festa aqui, no verão então, o corre é água, então no centro é mais fácil, no bairro não. Se você não tem o seu trabalho, você vai sofrer, às vezes você passa até fome ne? Ninguém pode dizer que nunca vai passar fome. No Centro tem trabalho pra todo mundo, nem sempre é um trabalho bom, mas no centro você consegue fazer a correria.

Maria me ajudou a conhecer a dinâmica do Centro Antigo e me acompanhou, sobretudo, nas cenas de uso da Rua 28 de setembro e 3 de maio. Segundo Ferraz (2013, p.75), a atual Rua 28 de Setembro, localizada no centro histórico, já foi conhecida como Rua do Tijolo, devido ao fato de ali, haverem se instalado as primeiras fábricas de tijolos da Bahia colonial, mas aparece registrada no Livro de Tombamentos dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia, datado de 1862, como sendo a Rua do Saboeiro. A rua já foi conhecida por três nomes, sendo referida hoje como uma das ruas “tomadas” pelo tráfico de drogas de Salvador.

Nesta cena observamos casarões abandonados, fechados com cimento. Entre a 28 de setembro e a 3 de maio há uma pequena concentração de homens e mulheres usando e vendendo crack. Próxima a essa cena, há o batalhão da polícia, bem como câmeras por todos os lados. Maria brinca dizendo que ali parecia o Big Brother, onde a polícia sabe tudo o que acontece, segundo Maria a maioria dos policiais são usuários também, e estão ligados em quem vende e quem fuma. É este o território de atuações violentas como a do Tenente Pedrada citado na apresentação.

Beatriz, parceira de pesquisa que de 35 anos e, destes, 15 anos passou nas ruas do Centro Antigo, principalmente na 28 e relata que antigamente quando passa pela rua havia vários grupos fazendo uso público, fora dos casarões, em grandes grupos:

Antigamente o povo fumava sem miséria, depois foi que o povo foi se malocar, se esconder, com medo da perversidade dos policiais. Pedrada mesmo até hoje dia de terça e sexta fica oprimindo usuário para não ir curtir no Pelourinho, se ele vê cachimbo quer logo quebrar e fica humilhando.

Mônica é a parceira de pesquisa que me guiou nas cenas de uso que circunscreve o território do comércio. Com 35 anos e algumas inúmeras passagens na cadeia, carrega no corpo as marcas das violências sofridas ao longo de uma trajetória de abandono. Circulávamos pela cena da rampa do mercado e nas proximidades da Igreja Católica. Daiane também me recepcionava nessas cenas, pois ela é uma liderança local, além de trabalhar para o tráfico. Defronte à Igreja há um ponto de uso e venda, gerenciado por Daiane, em um local chamado de *escadinha*, é o ponto de venda e distribuição da droga para os “aviõezinhos”. Já entrei algumas vezes: é um casarão quase caindo aos pedaços

que funciona como um importante ponto do comércio de crack. Diversas vezes presenciei a invasão violenta da polícia nesta cena, o que me fez temer a longa permanência nesse espaço – onde há, inclusive, a intervenção de serviços de redução de danos como o Programa Corra pro Abraço e o Consultório na Rua.

Mônica, quando ficava na rua, revezava entre a rua e um casarão ocupado que uma camarada alugava para ela de vez em quando. Este casarão se localiza na ladeira da montanha e é o único casarão que não foi fechado com cimento. Me recorro de frequentar as casas de prostituição entre 2008 a 2010 e realizar trabalhos de redução de danos com profissionais do sexo – hoje em dia não há sequer uma casa ativa. Provavelmente este deve ser o efeito da requalificação urbana do Pelourinho, que expulsou a sua população marginalizada deste território. Segundo Mônica, ela não gostava muito de circular pela Ladeira da Montanha, pois havia uma maldição naquele lugar onde todo momento acontece um estupro ou uma violência séria. Me recorro dessa fala de Mônica quando Ângela sofreu uma tentativa de homicídio estando grávida de oito meses, exatamente naquela ladeira. Quando soube, Mônica fez questão de me lembrar da maldição.

Nas proximidades da igreja, há também uma cena que a polícia local costuma invadir impedindo o uso de crack. Não há como ficar tranquila, a constante tensão da chegada da polícia deixa todos e todas alerta. Nesta cena, há também o controle de um policial aposentado, muito conhecido pelos frequentadores do espaço e conhecido por dar tiro na mão e no pé de quem rouba na cena.

A rampa do mercado modelo é outra cena de uso, que reúne aviõezinhos (quem vende a droga na pista) e usuários/as fazendo uso de crack. Foi nesta cena que certa feita fui acompanhada de Chá Preta, jovem negra de 31 anos, ela me relatava que havia passado a sua adolescência tomando banho de mar e invadindo os barcos ancorados no mar na frente na rampa. Foi neste espaço que ela sofreu a sua primeira tentativa de estupro na rua, o que faz com que até os dias atuais ela ficar cheia de ódio quando vai nessa cena:

Eu venho aqui para me lembrar quem eu fui e quem eu sou. Hoje em dia homem nenhum me pega a força e foi esse lugar que me ensinou.



Foto 12/13: Cena da Igreja/Comércio/Elevador Lacerda, 2016.

Chá Preta, se orgulha de ter 17 anos de rua no Pelourinho, sempre repete que é formada na universidade da rua, que foi o que a deixou forte para enfrentar qualquer adversidade. Preta me acompanhou bem de perto em todos os processos, inclusive na escrita desta dissertação. Com ela realizei algumas visitas na cena de uso do Gravatá, localizada na Rua da independência, nesse espaço o local de uso se localizava exclusivamente na fonte, a rua era ocupada de lojas de restauração de móveis, padarias, mercados e pontos de reciclagem. Na fonte há geralmente uma liderança local responsável por cumprir a função de aviãozinho e abastecer os usuários/as com a venda da droga. É essa liderança que organiza e coloca ordem na cena, em cada cena de uso há uma liderança que segue a ordem do patrão – o chefe da facção de controla todo o Centro Histórico, o Caveira.

Observamos a construção de casas de papelão – moradias improvisadas denominadas de maloca na fonte. Segundo Chá Preta, sempre quando chega perto do verão, a polícia invade com a Limpurb para limpar a fonte e expulsar quem estiver ocupando. Conheço essa cena desde 2009 e este é o ponto em que presenciei também inúmeros conflitos com a polícia e entre donos de pontos de venda. Cada cena de uso é também um ponto de venda, possuindo um responsável que será a conexão direta com o tráfico e a distribuição de droga nos pontos. Luanda, outra parceira de pesquisa que também possui 17 anos de rua no Centro Antigo, revela que havia uma quantidade boa de fontes onde

era possível tomar banho, hoje em dia o governo quer fechar-las, não pensando na necessidade de quem está na rua. Para a mulher, a situação fica mais difícil, porque se você não toma banho, acham que você é sacizeira, e sacizeira sofre mais violência⁴³. Tomar banho é então uma forma de proteção das violências na rua. No Gravatá há a atuação da equipes de redução de danos.

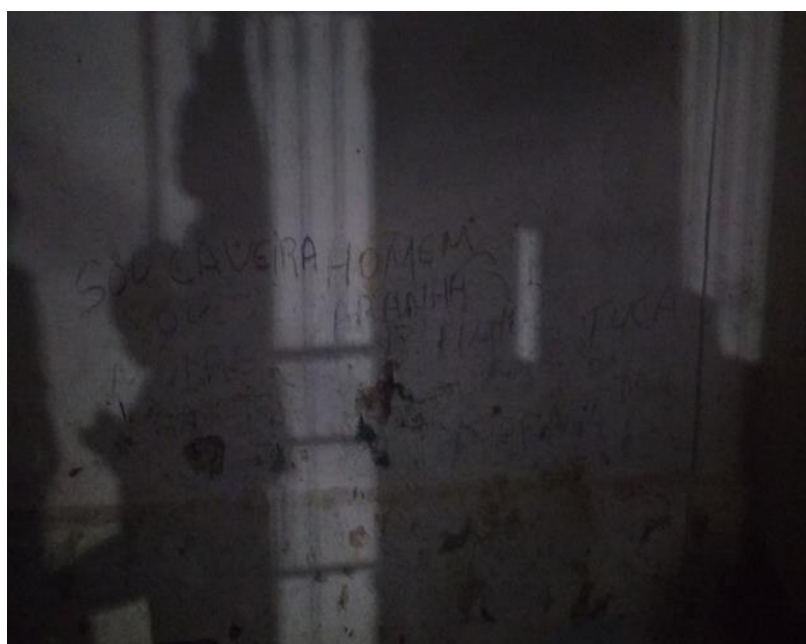


Foto 14: Fonte do Gravatá, 2016.

Na Gameleira, mais conhecida como Ladeira da Preguiça, fui por própria conta, e lá encontrava sempre Eleonora, mulher, aviãozinho, que mora na mesma rua que eu moro, na Rua do Sodré. Apesar de nunca ter conseguido gravar nenhuma entrevista com ela, foi com ela que compreendi toda a dinâmica do tráfico do centro, com ela fumei crack pela primeira vez e dividi a sensação de sintonia como descrita no trabalho de Alves (2015) participando dessa forma da sua cultura de uso. Eleonora morava em um quarto alugado pelo patrão e estava todos os dias a postos em frente ao museu vendendo. Foi durante o uso de crack que ela me explica a organização minunciosa do comando

⁴³ Aprofundo essa questão no capítulo 3.

denominado de Caveira, que possui reuniões mensais para organizar o comércio e as cenas. Nada passava aos olhos do patrão. Na Gameleira há a sede da Cristolândia⁴⁴ onde há todos os dias a distribuição de alimentação. Bem defronte da Cristolândia há uma concentração de pessoas fazendo uso e vendendo crack. A Ladeira da Preguiça mudou bastante desde 2009, todas as casas e bares estão agora grafitadas; o contraste do mar da Bahia de Todos os Santos com o colorido da Preguiça compõe um belo cenário.

Foi indo em busca de Índia, uma jovem negra de 27 anos que conheci a cena do Pela Porco, na região da Sete Portas. Conhecia Índia há pelo menos uns 5 anos. Nos acompanhamos nos diversos serviços que estive como técnica e ela como usuária. Ele me chamava de “cumadri”, pois havia me nomeado como a madrinha de sua filha. Tinha uma relação muito próxima de muito carinho com ela nos momentos iniciais da pesquisa, e quando estava em campo apenas enquanto etnografa passava tardes conversando defronte ao Rio das Tripas com ela. Índia circulava por diversas cenas, tendo começado um namoro com um jovem que vivia no Pela Porco. Neste território há uma forte atuação do tráfico de drogas e podemos presenciar uma concentração de pessoas fazendo uso de crack. O serviço Ponto de Cidadania⁴⁵ é um container instalado neste território com equipamento para banho e equipe de atenção psicossocial para atender a demandas de usuários e usuárias e há também atuação do equipamento Consultório na Rua e do Programa Corra pro Abraço.

Índia foi assassinada no Pela Porco no dia 23 de maio⁴⁶, tendo se encontrado comigo no dia anterior à noite. Me lembro do nosso último abraço e dela me dizer que não queria mais ficar naquele lugar. Enquanto conversava com ela entre os meus braços ela me contava como a Rodesp estava oprimindo quem estava trabalhando para o tráfico, e do outro lado da rua parava uma viatura. Neste mesmo mês outra mulher que trabalhava como guarita⁴⁷ havia sido alvejada com um tiro no rosto. Segundo relatos, a Rodesp

⁴⁴ Cristolândia: comunidade terapêutica ligada a Ireja Batista.

⁴⁵ Ponto de Cidadania é um serviço que também atua no âmbito da redução de danos e é ligado a Secretaria de Justiça, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado da Bahia.

⁴⁶ <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1863568-casal-em-situacao-de-rua-e-queimado-na-sete-portas>. Acessado em: 16.11.17

⁴⁷ Quem avisa quando a polícia chega.

havia prometido que se encontrasse alguém trabalhando como guarita chegaria atirando. Índia foi uma das minhas principais parceiras de pesquisa, na época da sua morte fiquei muito abalada emocionalmente e não consegui acessar os diários de campo, bem como a entrevista realizada com ela. Em nome da minha saúde mental preferi não tomar esses dados para a análise.

Ingrid, é uma parceira de pesquisa do Pela Porco também. Ela relata que as pessoas que têm assumido o posto de guarita têm morrido de tiro pela polícia:

“O pior é que as guaritas não tem apoio e quando você é chamada pelo tráfico não pode recusar”.

Ela relata que desses oito anos de rua no Pela Porco percebe como o território tem ficado cada vez mais violento, além da violência do tráfico, tem a violência da polícia:

A polícia bate, espanca, e o tráfico mata logo. O tráfico do Pela é completamente diferente, alias o Pela é diferente: Pela é mãe! É ruim mas é bom. No Pela você chega, você tem médico, tem a galera, não fica em falta. Mas para ficar mesmo no Pela tem que ter caminhada, para as mulheres principalmente, tem que saber chegar e saber sair. Tem que ter a chegada. É chegar suave, tranquila, você não vê nada, não sabe de nada e pronto. Se a caminhada é pista, é pista, se é guarita, é guarita e pronto.

Por fim, temos a cena da ocupação da Barroquinha, que serve de residência para Edna, mulher negra de 30 anos com seus dois filhos. Segundo Edna, o comando depende das mães para sustentar a ocupação, se não a polícia invade e expulsa todo mundo, por isso que nas ocupações que tem tráfico as mães são tão respeitadas, porque sem elas não há possibilidade de manter o ponto de venda. Na hora que a polícia chega, são as mães com as crianças que vão para a linha de frente. Este casarão serve de moradia a inúmeras famílias que convivem de maneira muito próxima, se ajudando nas adversidades e também provocando conflitos e tensões próprios de uma grande família. Como Edna costuma brincar, a ocupação se assemelha muito a ocupação representada no filme *O pai Ó*⁴⁸.

Ao dialogar com Eleonora sobre as cenas de uso que estava circulando, ela me revela que há um controle das cenas por parte do comando que faz uma pactuação com os jokers, ou gerentes dos pontos e com a polícia local para o ordenamento e controle desses espaços destinados a venda e uso de crack. Segundo Eleonora:

⁴⁸ Filme baiano que representa a cotidianidade dos moradores do Pelourinho.

Tem que molhar a mão deles, se não o tráfico não resiste. Precisamos da proteção deles.

Mesmo com toda a pactuação descrita por Eleonora presenciei episódios de repressão violenta pelo simples fato do uso de crack em via pública. Este território descrito é o que chamamos, com a ajuda de Fanon (2015) de cidade colonial, onde o lugar do colonizado são guetos e periferias, bairros sujos e mal estruturado, constringendo com o Centro Antigo da reforma. Na cidade do colonizado a repressão policial e o uso da violência é mais uma ferramenta de dominação colonial que se reproduz nos dias atuais, segundo Fanon: “(..) A polícia e o exército metropolitano, detendo o monopólio da força, são essenciais para assegurar a demarcação desses espaços.”

1.3 “No Centro é tudo 3!”: organização do comércio de crack do Centro

A reflexão acerca do território neste trabalho pretende compreender as dimensões referentes à territorialidade, sustentada por uma dimensão simbólica, vista como um espaço de relações sociais que possui uma dimensão de pertencimento (Lima, 2017). Este estudo estaria incompleto se na reflexão referente ao território não contasse com a dimensão do comércio ilegal de drogas, que tem tido a função de organizar as cenas de uso.

Segundo o sociólogo Misse (1997) o território do tráfico se confunde com as áreas em que estão distribuídos os pontos de venda e, no nosso caso, também as cenas de uso. Concordando com Misse, entendo que o espaço urbano é completamente alterado com o estabelecimento do comércio ilegal de drogas, fazendo com que as relações sociais obedeçam sobretudo à lógica do tráfico. Trata-se, neste caso, de regulações sociais submetidas e controladas por grupos que representam o varejo do crack.

De acordo com o estudo da antropóloga Grillo (2008) é possível dizer que o tráfico operado por setores sociais da classe média não se estabelece em territórios, mas se pulveriza, segundo a autora e essa é uma característica crucial para que este comércio prescindia do uso da violência. Neste sentido, não há a disputa pelos pontos de venda, nem a necessidade do uso da arma de fogo para defender o território. Somado a este fator, compreendo que há uma maior repressão do aparato de segurança do Estado em territórios empobrecidos, sendo mais frequente nestes territórios a entrada violenta da polícia.

No bojo desta análise, nos cabe também compreender como o comércio ilegal de drogas se torna uma possibilidade real de obtenção de renda. Bourgois (2010) em sua etnografia reflete que o consumo de drogas em zonas urbanas é um símbolo vivo de uma dinâmica profunda de alienação e marginalização. A segregação étnica, através da precarização do trabalho e da mão de obra de imigrantes porto-riquenhos e afro-americanos possibilitou a emergência do comércio de crack em um bairro empobrecido da rica cidade de Nova York. Seguindo esta reflexão, Lima (2017, p.25) nos mostra uma gama de autores que apontam sob diferentes prismas a existência de uma mão de obra precarizada no mercado de trabalho formal como pano de fundo do mercado de drogas ilícitas: Barbosa (1998), Bourgois (2010), Feffermann (2006), Misse (2002) e Teles (2010) vêm uma complexa relação de multicausalidade geradora e mantenedora de tal comércio.

Todas as parceiras de pesquisa tiveram contato em dado momento da vida com o comércio de crack do Centro e seus relatos nos mostra uma estrutura de organização hierarquizada e extremamente violenta com as mulheres. Mônica nos aponta os motivos para a sua saída do tráfico:

Quer dizer você vende um pacote de 100 reais, são 20 pedras cada uma 5. Tudo isso pra ganhar 20 reais. Quer dizer, um pacote de 100 eu tinha q dar 80 pra ele e ele me dava 20 e mais 4 pedras que eu usava. Outro pacote, 80 meu, 20 dele. Às vezes não batia..

Dandara é uma mulher de 30 anos, também minha parceira de pesquisa, que já trabalhou para o tráfico na cena do Pela Porco. Dialogando sobre as violências sofridas pelas mulheres neste território, ela refere que são diversas as situações de violência, principalmente do tráfico que gosta de encurralar⁴⁹ as mulheres:

Rola muitas vezes da mulher ir comprar uma pedra inteira e levar só uma lasca de pedra. A mulher é muito mais comediada. Fora os homem (polícia), né? Os usuários e traficantes também, quando têm uma dívida não querem resolver não, querem que a mulher levante a grana. Como eles sabem que a gente pode se prostituir e levantar dinheiro eles se aproveitam, ai se você não fizer o programa, é espancada, capaz de amanhecer morta. Isso é tipo um estupro, né?

Há uma distinção que é colocada diversas vezes pelas parceiras entre o tráfico do centro e o tráfico do bairro. No tráfico do bairro haveria um maior controle do comércio local, bem como dos moradores, em compensação o comando faz doações de cesta básica e

⁴⁹ Pressionar, colocar contra a parede.

brinquedos no Dia das Crianças. O tráfico do centro seria marcado pela opressão, controle, sem a compensação do retorno para a comunidade. Edna explica que os traficantes do centro não estão preocupados com a sua população, só pensam em oprimir o povo. No tráfico do bairro tinha família que vivia de doações, a sua família era uma delas. Em comparação, no centro se os traficantes percebem que você está usando a *criptonita*, ou a pedra verde, que caracteriza a facção rival o patrão toma e pede explicações. No centro só pode circular a pedra amarela, se há a circulação da pedra verde no centro significa que alguém comprou no ponto de venda do inimigo, estando sujeito a sanções violentas.

A chegada do comércio de crack no centro alteraria a dinâmica local, gerando possibilidade de produção de renda para uma população pobre e excluída. Maria, que já foi trabalhadora do tráfico e acompanhou a chegada do comércio, explica que:

Começou essa onda de facção com o crack nos anos 2000... Antes era só maconha e cocaína e não tinha facção. Todo mundo trabalhava dos seus lados. Não tinha guerra.. Se não me engano foi em 2005 e 2004 que começou a facção. Tinha facção para dividir o morro né? Os bairros? Aqui não é bairro, aqui é centro. Aqui demorou mais...Foi tudo por causa de uma oprimição dentro da cadeia. Então uma facção achava que a facção caveira ficava oprimindo. E a caveira tava também achando que a CP estava ai oprimindo. Ai começou aquela guerra. Dentro da cadeia, um mandando sequestrar o outro.

Todo o território do centro é comandado pela facção Caveira, que nasce de dentro do sistema penitenciário. Na hierarquia do tráfico o posto de patrão é ocupado por três homens, por esse motivo uma das forma de reconhecimento de quem é da família caveira é o cumprimento “tudo 3” e “É nós”. A facção rival, representada pelo símbolo do escorpião possui os cumprimentos “tudo 2” e “êa”. Por diversas vezes já fui chamada atenção pelo simples uso na palavra dois, conforme me foi explicado, naquele território não se fala “dois” nem “ea”, por esse motivo, o meu bairro de residência localizado no Centro não se chamava mais Dois de Julho, era agora Três de Julho. Em todas as cenas visitadas observo pixos identificando o comando do território:



Foto 15: Gravatá, Set/2016.

Lima (2017, p.46) apresenta o surgimento das quadrilhas prisionais no contexto soteropolitano, fazendo uma analogia com o contexto brasileiro. A emergência de grupos criminosos, coordenados de dentro das prisões, tem sido o foco de inúmeros estudos dos anos 1990, dentre eles Abramovay et al.,1999; Adalton, 2010; Adorno, 2012; Amorim, 2003; Beato; Zilli, 2012, Biondi; Marques; Manso, 2005; Mingardi, 2007 e Misse, 2000. Lima nos conta que na região metropolitana de Salvador, a estruturação do mercado de drogas passou a se desenvolver nos anos 2000. O aumento da população carcerária, no estado da Bahia, no início da década de 1990, desencadeou conflitos e rivalidades entre grupos de presos (Lourenço; Almeida, 2013). Havia grupos rivais nos presídios organizados de acordo com os seus bairros de pertencimento, e é a partir de 1996 que tem início o processo de ampla organização e hierarquização.

A chegada do preso com longa trajetória no sistema penitenciário do Rio de Janeiro e São Paulo, Mário Carlos da Costa, no presídio baiano, marca outro momento. Mário é integrante do Falange Vermelha, que deu origem ao Comando Vermelho e dentre as suas reivindicações estava a melhoria das condições das penitenciárias brasileiras (Lourenço; Almeida, 2013). Organizou-se uma comissão no Presídio Salvador denominada Comissão da Paz, que depois veio a ser conhecido como Comando da Paz (CP) e, segundo nos conta Lima, este é o agrupamento mais importante do Estado da Bahia. Dessa forma, um grupo de presos que cumpria pena no Presídio Salvador organizou-se sob a inspiração do Primeiro Comando da Capital (PCC). Além do controle e organização dos presídios, havia também a organização do mercado de drogas ilícitas em Salvador.

Desestabilizando esse processo de organização, houve a transferência de lideranças do Comando da Paz para o presídio Lemos de Brito, o que acarretou na mudança na

hierarquia do grupo. Segundo Lima (2017, P.48), uma liderança com o perfil baseado no uso da violência, assumiu o controle total do presídio. Desencadeou-se uma série de questionamentos sobre o uso abusivo da violência e as práticas da nova liderança, e se constituiu um grupo rival em oposição ao Comando da Paz. Estes dois grupos, desde então, rivalizam entre o presídio Salvador e o Lemos de Brito desde o começo da década de 2000 disputando cada metro quadrado da cadeia e do tráfico de drogas no estado da Bahia.

Transcrevo a seguir uma conversa que tive a autorização de gravar, transcrever e publicar com Maria e seu companheiro Marcus sobre a chegada e a organização do tráfico do centro a partir da cadeia:

Maria: Dentro da cadeia, antes era Perna contra Piti e Campanha – na época Piti era CP. CP é ali Engenho Velho da Federação... Porque antes não tinha esse negócio de facção. Não tinha negócio de CP e Caveira. Era Perna, Piti e Campanha. Antes era comissão da paz e caveira, aí a facção Comissão da Paz que quer dizer que quer paz, mas não teve paz, só teve guerra. Um queria crescer mais do que o outro, queria ter mais dinheiro do que o outro.

Eu: Quem era o chefe do CP?

Maria: Piti, ele já foi ladrão de ônibus, aí depois virou traficante. Ele primeiro roubava ônibus. Teve falha. Aí ele caiu, rodou e lá na cadeia Cláudio chamou ele para representar, aí quando ele saiu foi já representando o crime. O cara começou a assaltar banco, invadir várias quebradas para tomar os pontos, tomar a área, tá ligada? Pra se crescer! Aí começou Cláudio-Piti, Piti-Cláudio. Aí tá aí até hoje esfraquecendo, agora tem uma nova facção, Katiara. Mas no centro é BDM, Caveira. Aqui não tem negócio de CP não, aqui é caveira. Um lado é caveira e o outro é o Bonde do Maluco. Mas é tudo uma facção só.

Eu: Porque tem um pessoal, lá do comércio, da igrejinha que não pode subir?

Maria : Eles tudo trabalha para um comando. É caveira. Só que aqui em cima é um chefe, que comanda aqui o Pelourinho todo e lá embaixo tem outros, eles se desentenderam, mas é tudo da mesma facção. É Caveira.

Eu: Quais são as regras da Caveira?

Maria: Tem muitas regras, não pode matar se o homem não mandar. Não pode roubar. Se roubar apanha. Se ficar devendo... Ficar dias fumando... Roubar aqui... Tem gente que não pode roubar aqui se não toma um pau. Os pontos do Caveira é... São Miguel, 3 de maio, Praça das Duas Mãos, Escadinha, Comércio, Pela Porco, Saúde, 3 de Julho e Gamboa, mas é cada um no seu. Só se junta quando tem alguma parada para acertar.

Eu: O que é uma parada para acertar?

Maria: Alguma parada grave, que tá acontecendo entre a família. Porque chama assim, família. Alguma família boiou grave, aí tem que acertar... Se acontece alguma coisa grave que tem que ser cobrado, aí liga para todos os pontos de boca, se encontrar e resolve. Eu trabalhava para ele, vendia. Ganhava uma graninha, pouca. Porque eu também sou usuária, quando eu pegava eu pegava muitoooooo. 50 gramas... aí tinha o dinheiro dele e o lucro

era meu. Dá um dinheiro, mas não é esse dinheeeeeiro que livra a gente da cadeia, né? Não dá uma vida de luxo que vale a gente se arriscar tanto. Tudo é risco. A gente quando vai vender tem que saber de quem é a droga, se for da verdinha eu posso ser cortada. Porque verdinha é CP, essa pedra não pode circular aqui dentro não. O crack da caveira é amarelo, marron, mas se você souber que tá tendo a verdinha por aqui, é arriscado a polícia me prender e os homem me pegar.

Muitas vezes ele faz para testar noix. Chega alguém do nada e pergunta: "Tem da verdinha aí?", eu digo, "Não". Mas se eu digo que tenho, a pessoa pega e já passa para o patrão e pronto. Eu já posso esperar que alguma coisa vai acontecer comigo.

Eu: Você acha que tem alguma coisa haver com o PCC?

Maria: Tem sim, tudo veio de lá. Essa rixa começou porque foi uma mulher de lá muito forte, a mulher do mais cabeça lá de fora, do PCC. Aí mataram ela. Com armas. 6 bicos a 5 Fuzil. E não sei quantos quilos de pasta base veio parar aqui. Aí Gordo e outros da CP mataram a mulher e deixaram a criança dentro do carro. E levaram as drogas e o armamento. Aí começou a guerra. Os cara ficaram naquele descontrole, mandaram matar os melhores matadores da CP de dentro da cadeia. Aí o finado Aladim, que eu conheço mesmo, é antigo amigo meu, ele morava no meu bairro. Ele se matou. O PCC sequestrou a família dele, então César Lobão furou o olho dele na cadeia e acharam que foi armação. Ai o PCC não teve mais como apoiar o CP, ai a Caveira aproveitou essa falha e se juntou e cresceu. Caveira e BDM é o mesmo lado. Tudo contra o CP. E assim eles acham da Katiara. Mas a facção katiara não veio nem de dentro da cadeia, veio da rua, tem estatuto a facção katiara.

Marcus: Eu tirei cadeia com um cara da katiara lá na pública. Daquela vez que você foi lá lembra? O cara tem 8 anos na facção. Tem regra, tem conduto, estilo o PCC. Katiara e CP de um lado e Caveira e BDM do outro. Aí fica naquela guerra feia, aí eu não entendo é nada. Esse centro aí...

Eu: Aqui tem toque de recolher?

Maria: Esse negócio de toque de recolher aqui não existe. Só quando mataram Vitão lá no Gravatá. Ai rolou de verdade. E o cara que pediu para fechar o comércio do gravatá, ele fortalecia a comunidade. Aí por isso ninguém fala nada. Então eles nesse dia fizeram o toque de recolher, o cara que mandou é da família. A família é grande, mas cada um tem seu ponto. 3 de maio é um patrão, no comércio é outra, quebra bunda é outro, gravatá é outra pessoa, no são Miguel é outra pessoa. Cada ponto tem um na linha de frente, mas a família é só uma. É todo mundo caveira, mas é cada ponto no seu lugar. Mas na hora do "para pra acertar" todo mundo é família. Na hora que tem que fazer um assalto, junta todo mundo. Se for pra fazer uma cobrança grande, vai todo mundo junto e para formar o bonde tem que ter a reunião primeiro, tudo é decidido em reunião.

Marcus: A opinião é do homem, ele manda reunir todo mundo para dar a ideia "olhe você vai pro bonde, a facção toda, vai tomar tal lugar....tem que ir..." "Você da bonde⁵⁰4 dias lá, até tomar"... e os caras começam (trá-trá) até tomar. Sai matando.

Bonde do Maluco já tomou Cosme de Farias todo, eles eram fracos e foram se fortalecendo.

⁵⁰ Dar Bonde: Ficar de vigia.

Maria: O tráfico do centro só fortalece quem merece.

EU: E a repressão da polícia?

Maria: Se tivesse repressão assim, o tráfico não estaria tão forte, não tem como os policiais não saberem os pontos, eles sabem...

Marcus: Fale baixo que eles estão aqui... As polícia aqui do Centro Histórico tudo têm envolvimento com o tráfico. (fala baixo). Sr Carmo, por exemplo...

Marcus: O tráfico do Centro histórico paga para a polícia, faz chantagem, então eles abusam... por isso que mataram Amarelinho....

Maria: O tráfico daqui é muito aberto para a polícia não saber... Você se arrisca, porque tem que pagar 2000 reais todo mês. Ele ta ali pra ganhar do governo, se te pegar na rua te espanca e ainda tem que pagar 2000 reais toda vez. Eu já paguei tanto... Parava era uma D-20 na minha casa, cheia de polícia. Dia de sábado, pra pagar propina se não desse eu não trabalhava no Gravatá. Aqui sempre foi assim, corrupção...

Eleonora me auxiliou a compreender melhor a hierarquia dos postos de trabalho assumidos na organização do comércio de crack do centro, sua experiência de mais de dez anos de trabalho no varejo lhe dava subsídios para falar com propriedade. Como já havia descrito anteriormente, o comando central é de três homens, irmãos, que tem a função de controle de todo o território. Segundo Eleonora nunca houve uma mulher no comando do tráfico, este posto é essencialmente masculino. Só quem possui contato direto com o patrão é o Joker, que é tipo um gerente. É quem é responsável pela gestão dos pontos de venda e o controle das cenas de uso, da imposição de regras, gerenciamento do recolhimento de dinheiro, seleção do/as demais trabalhadore/as, da distribuição da droga, do recolhimento dos lucros. Segundo Marcus, companheiro de Maria, o joker:

É quem faz a contabilidade. Sabe quantos kilos vai pegar, quem tem as funções de distribuir, guardar, todo um trabalho. Então é uma equipe. Nem todo mundo pode fazer isso, tem que ter a confiança no homi.

Abaixo do joker está o soldado e depois o avião. O avião é responsável pelo transporte, distribuição e venda de crack na pista⁵¹, ou nas cenas de uso. O soldado possui um status diferenciado, pois porta arma de fogo e é responsável por resolver questões de confronto ou com outras facções, ou para apaziguar brigas entre os jokers gerentes dos pontos, ou para cobrar uma dívida. Por último e numa esfera de maior subalternidade esta o posto de guarita, que é quem fica responsável por avisar quando a polícia está chegando, é geralmente um posto mais ocupado por mulheres.

⁵¹ Pista é o local de venda que geralmente fica próxima a cena de uso.

Diversas vezes ouvi das mulheres que o posto de guarita era um posto arriscado, afinal, quando assumem o posto, recebem ameaças da polícia, mais precisamente a Rodesp que ameaça atirar em quem estiver no posto. Do outro lado, o tráfico obriga e constrange as mulheres a assumir o cargo de guarita. Durante a entrevista que realizei com Dandara, ficamos um tempo discutindo a questão do papel da mulher guarita na organização do tráfico, refletindo sobretudo as inúmeras violências que as mulheres se submetem tanto do comando quanto da polícia. Segundo Dandara:

Fui guarita. A minha experiência foi péssima. Porque Batmam e Rob⁵² veio e me quebrou toda, eles pegam os nossos cachimbos para poder fumar, eles fumam e cheiram. Pega a droga e fala esse daqui é o doce, guarde um desse pra mim que amanhã eu venho buscar. Aí eu dava logo que eu não queria tomar pau da polícia. Eles estão vendo tudo. Tem guarita em todos os lugares, eles nos vigiam o tempo todo. Quando não é o tráfico é a polícia, e a gente fica aqui sendo oprimida de todos os lados.

Dandara nos apresentou também, um contexto de violência sexual contra as mulheres tendo como agressores os homens que assumem os altos postos do tráfico. Há uma percepção de que as mulheres mais jovens, que acabaram de chegar na cena sofrem mais violência do que outras com uma caminhada maior na cena. Boa parte das vezes, essa mulher recém chegada na cena, que ainda não sabe se portar na rua e nem controlar o uso é nomeada de sacizeira. Diversas vezes essa categoria é evocada como uma forma de distinção moral, a maioria das minhas interlocutoras se localizam como usuárias, enfatizando a todo momento um afastamento do estilo de vida da *sacizeira*. Segundo Dandara:

Eu acho que os homens se aproveitam demais das novinhas, porque eles querem trocar drogas por sexo, não se importa se a menina tem 15 ou 16 anos, quanto mais nova melhor. Ai pega essa novinha, que ainda ta no saci, é sacizeira, para se aproveitar porque sabe que ela ta começando a usar a droga agora e ainda não sabe se controlar. Aquela mesmo, R. sabe? É isso que ela sofre, só que ela não fala. No *Pela* mesmo acontece direto com as mulheres. O tráfico pega estupra e depois larga. E você acha que é só o tráfico é? A polícia também. No *Pela* tem uma violência que ninguém enxerga, acho que porque é violência contra as mulheres e a gente mesmo depois fica acuada de denunciar. Vai denunciar pra quem? Ai tem que ficar calada, você vê a violência ali com a sua parceira e você não pode fazer nada, porque se você falar pode morrer também, aí ninguém fala, tem esse silêncio... Isso me mata, eu sofro com isso. E se você viu o bagulho e não conta você ganha logo moral com o patrão da boca. Aí o patrão fala: *ta vendo aquela neguinha? Ela viu aquele bagulho acontecer e não falou nada, libera ela, não precisa fazer nada com ela não*. E o tráfico do *Pela* é foda, tá tudo vigiado, eles sabem de tudo, tem guarita na quadra, nos prédios em todos os lugares, tá tudo grampeada, se a gente fizer uma coisa de errado, todo mundo sabe. Se eu

⁵² Dois policiais: Um bate e o outro rouba.

brigar agora lá no Pela, pode não ter ninguém olhando, o tráfico sabe. E a polícia também encurrala legal. Principalmente guarita. E é sempre mulher e todas morrem, Você lembra de Érica? Itamara? Então, foram mortas porque não tava na posto de guarita... E a polícia sempre ameaça matar, avisa que vai passar de madrugada dando tiro se encontrar alguém na guarita, como já fizeram. É muita violência, pô... Ali no Pela, o traficante às vezes não deixa fumar na frente dos outros. Não pode fumar ali no prédio. Aí agora só pode fumar atrás do caminhão, e é engraçado que quando você chega você não vê ninguém, né? Ai você vai para o caminhão e no rio e tem um mundo de gente lá.

Os estudos de Veena Das (2007) nos ajuda a compreender como o gênero é acionado o tempo inteiro para as mulheres usuárias de crack que se relacionam com os poderes hegemônicos do tráfico e da polícia, como uma gramática que vai autorizar a violência cotidiana. Este cenário de intensa militarização dos territórios, dada a estratégia de guerra instaurada pela atual política de drogas, expõe a mulher a recorrentes episódios de violência. Das (2000) chama a atenção para o silenciamento do sofrer, como exposto por Dandara, e a importância de compreender as linguagens de resistência que transformam a experiência da dor e do sofrimento. Para além de estudar o sofrimento exposto, nos cabe também buscar os nexos nos processos políticos e sociais que redesenham novas tecnologias violentas e coloniais e perpetuar a dor em sujeitos subalternos e que vivem a margem do Estado.

Das e Poole (2004) nos ensinam que este lugar fora do Estado e à margem “é o lugar a partir do qual [é possível] entender o Estado” e é também o lugar de reconfiguração do Estado, a partir do qual podemos partir dessas experiências a margem para pensar alternativas para refundar o Estado. Neste sentido, se faz também necessária para a compreensão da intensidade deste território estudado, entender o imaginário social e a construção midiática sobre o território e seus sujeitos sociais, para a partir da análise da margem compreender as políticas forjadas pelo Estado.

1.4 Os rumores que rondam o Centro: o problema da drogas na gestão urbana

Inúmeras reportagens que denunciam o aumento do consumo de crack na cidade de Salvador referenciam o Centro Antigo de Salvador e suas adjacências como o lócus principal de realização desta prática. Os rumores, construídos pela mídia e pelo imaginário social, pintam o quadro do Pelourinho como um lócus de insegurança desde

a década de 40. Em seu estudo sociológico, Lima (2017) nos oferece um breve histórico dos rumores construídos pela mídia com relação à chegada do comércio de drogas em Salvador. Revela que a primeira apreensão ocorreu em 1944 num momento em que se comercializava maconha. Os microtraficantes individuais do varejo de maconha, estavam concentrados no centro de Salvador. A maioria das apreensões entre 1932 e 1970, por exemplo, ocorreu na capital e em áreas como Água de Meninos, Praça Cairu, Elevador Lacerda, Cosme de Farias e Hotel da Bahia. As matérias de jornais da época ajudaram a espalhar o rumor que associa o tráfico à pequena marginalidade.

Ainda segundo o autor (Lima, 2017, p.44) em 1962 há os primeiros anúncios de apreensão de maconha e cocaína, sendo que neste mesmo ano a então delegacia de Jogos e Costumes fez a apreensão – embora na época o comércio de cocaína não tenha tanta expresividade. O tráfico de cocaína só começa a ser mencionado pela imprensa a partir da década de 60. É na década de 90, com a chegada do crack no Pelourinho, que a mídia começa a anunciar de maneira alarmante o uso de crack, produzindo estigmatização do seu espaço e sujeitos frequentadores.

O consumo de crack.... Triplicou em Salvador no ano de 1997 comparado com o ano passado. Principal área de consumo é o Centro Histórico (Souza apud Andrade et al, 2001).

Moradores e turistas sofrem com a violência no Centro Histórico: quem vai ao Pelourinho precisa tomar cuidado com os usuários de drogas. Usuários de crack são constringentes no Pelourinho 53 (Correio da Bahia, Gauthier, 2009).

O Pelourinho é uma ilha cercada de crack por todos os lados 54 (Lyrio, 2009).

Região do Centro Antigo, que inclui o Pelourinho, é área onde há mais crianças e adolescentes usuários de crack em Salvador⁵⁵ (Correio da Bahia, Gauthier, 2013).

⁵³<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/moradores-e-turistas-sofrem-com-a-violencia-no-centro-historico/>. Acessado em: 16.11.17

⁵⁴<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ha-oito-ruas-no-pelourinho-onde-e-praticamente-impossivel-trafegar/>. Acessado em 16.11.17

⁵⁵<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/metade-dos-menores-de-rua-e-viciada-em-crack/>. Acessado em: 16.11.17

Fernandes (1995) aponta para a necessidade de compreender as modalidades discursivas que envolvem o fenômeno droga, já que elas se apresentam como determinantes nas práticas sociais desenvolvidas com o fim de intervir neste fenômeno. O problema da droga é, principalmente, uma construção discursiva que envolve um enquadramento normativo e um importante apelo moral. Essa narrativa é construída principalmente pela grande mídia que tem ajudado a fixar esses rumores sobre os espaços de consumo de drogas ilícitas em lugares públicos.

A construção do estereótipo de lugar marginal a partir do discurso midiático em territórios urbanos em que se concentram cenas de uso e venda de drogas – construção do terror, do medo e da insegurança urbana – é também observado com relação ao território desta investigação. Os territórios de circulação das drogas passam a ser os lugares da gênese dos estereótipos. Cria-se um rumor em torno destes espaços como lugares de insegurança e desestabilização social: não há mais o problema social, o grande problema é o crack, uma substância inerte. Fernandes (1995) define rumor como:

Um processo de comunicação que não se define pela verdade ou falsidade das mensagens que transmite, mas pela função social que preenche: acalmar uma tensão que a opinião pública experimenta como uma ameaça na ausência de orientação política clara.

O rumor é uma forma de pensamento social de senso comum a propósito de fatos inquietantes, perturbadores ou vividos como transgressivos. O rumor organiza noções difusas sem recorrer a explicações avançadas ou profundas, sem recorrer ao conhecimento científico: antes mesmo de se compreender do que se trata vemos emergir o rumor. Ele tem, assim, condições de se instalar quando tais fatos são alvo de pedido social de intervenção urgente mesmo antes da sua natureza ser esclarecida, como é o caso do fenômeno do uso de crack no centro da cidade de Salvador.

A função da construção desses rumores é também o de criar certa identidade ao território estudado, fazendo com que este espaço urbano seja em si representado como o grande mal, gerando como efeito a cristalização das funções desse espaço. Segundo Fernandes (1995), passamos então da problematização das drogas enquanto uma questão do indivíduo e da doença para um problema de constituição do espaço urbano, interrogando o dispositivo de gestão pública da cidade agenciando dessa forma inúmeros aparelhos de controle urbano, seja a partir de equipamentos de socioassistenciais (serviços de saúde, assistência social e redução de danos), de

segurança pública (policiamento via viaturas, ônibus adaptados, aumento do número de policiais do espaço urbano) ou de gestão do patrimônio histórico (controle de agencias como o IPHAN, IPAC, além de demais órgãos de turismo).

Apesar de todos os rumores em torno das cenas de uso de crack no Centro Antigo de Salvador, estes espaços urbanos abrigam uma diversidade de práticas, organizações, memórias, sociabilidades, encontros e conflitos que se organizam a partir do que chamamos de cultura de uso de crack. Essa cultura não é estática e não pode ser cristalizada. A organização deste espaço urbano, em função da constituição de uma cultura de uso de drogas ilícitas, é uma realidade social excessivamente pautada pela mídia e que precisa ser compreendida a partir da imersão nestes territórios, do diálogo com os seus atores sociais e do imaginário social dos meios de comunicação.

1.5 Construções sociais da mídia sobre pessoas que usam crack e a epidemia do crack:

Por vezes, esse maniqueísmo chega ao extremo de sua lógica e desumaniza o colonizado. Para falar claramente, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica.

(Fanon, 2015, P.46)

Esta investigação não se trata de uma ciência neutra, mas uma ciência anunciada em sua pactuação social (Espinheira, 2008) para desvelar as verdades encobertas, principalmente pelo poder da grande mídia. Neste sentido, quando tratamos na construção social do problema do crack, não podemos nos furtar a compreender também o papel da mídia na construção de consensos sociais sobre as pessoas que usam crack. Para a mulher, a quem é dada a responsabilidade social da reprodução, o debate acerca do uso de drogas ilícitas, sobretudo o crack, retoma com toda a força o viés biomédico: a mídia cumpre um importante papel de disseminar o imaginário social de que o uso de drogas entre mulheres possui um risco maior, dado toda a expectativa social depositada nas funções sociais que estão destinadas a mulher em nossa sociedade, sobretudo as mulheres negras.

O campo do uso de drogas está estigmatizado em nossa sociedade dada ao advento da proibição, fazendo com que em cada contexto os grupos sociais se instrumentalizem para lidar com estes episódios de violência simbólica através do estigma. Dada a representação da sociedade dominante, droga, principalmente crack se remete a estigma. O termo estigma é utilizado aqui no sentido dado por Goffman (1964) em referência a um atributo profundamente depreciativo, que define uma linguagem de relações tornando o sujeito estigmatizado desacreditado e desacreditável socialmente.

O autor nos explica a característica sociológica do estigma: um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impôr à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente do que havíamos previsto. Argumento que este processo de estigmatização da pessoa que usa drogas ilícitas é construído historicamente com a intensa participação da mídia que reforça e reatualiza a estigmatização. Segundo Goffman, o indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre a sua identidade, pois acredita na crença social que funda o seu processo de estigmatização.

Fazendo uma analogia com o texto clássico de Levi-Strauss (2003), “O Feitiçeiro e sua Magia” podemos refletir sobre o processo de rotulação e estigmatização a partir do processo de enfeitiçamento onde o sujeito imerso na crença local acredita estar enfeitiçado: o corpo social sugere a morte da vítima, que não pretende mais escapar daquilo que ela considera como seu destino inelutável, o sujeito enfeitiçado segue a sua profecia auto realizada e acredita dessa forma no rótulo que lhe é atribuído. Dessa mesma forma, muitas vezes ouvi esses senso comuns espalhados pela mídia reproduzidos em campo, no sentido de responsabilizar a sua adesão a uma cultura de uso de crack por todas as suas mazelas sociais. O sujeito incorpora e acredita no rótulo que lhe foi atribuído, passando a se relacionar socialmente a partir deste rótulo. Aprendemos com Mauss (2003) que toda magia depende da aprovação social que a legitima, e a mídia ajudou na construção da crença da desumanização da pessoa que usa crack, sobretudo pessoas negras e pobres.

O contexto social das pessoas que usam crack tem ocupado calorosos debates no cenário político brasileiro, em suas mais variadas vertentes. Vivenciamos atualmente a construção de um discurso que tem como foco a demonização da pessoa que usa crack,

a partir do empreendimento de muitos setores sociais que se utilizam do mecanismo da mídia para cumprir a função de disseminar uma idéia cristalizada, por exemplo, da mulher usuária de crack, sacizeira, violenta, promiscua, sem perspectivas de salvação, abandonadas nos atuais guetos, cracolândias ou cenas de uso. Observamos emergir no cenário brasileiro a figura exótica e caricaturada da mulher que usa crack, perambulando nas cenas de uso, com aparência decadente – essa construção da mídia auxiliou na constituição dos consensos sociais de ser mulher usuária de crack.

Zanotto (2016) em sua tese de doutorado faz uma análise da representação midiática de usuários de crack em jornais e revistas e nos informa que, apesar da chegada do crack, na cidade de São Paulo, na década de 80, foi apenas depois de 20 anos que esta droga começou a tornar-se uma preocupação no território nacional e que somente a partir de 2009 houve um aumento em sua visibilidade, período no qual ganhou mais espaço em pesquisas, na atenção e assistência a saúde dispostos no Plano de Enfrentamento do Governo Federal e também na mídia, escrita, falada e televisionada. É inegável o papel da mídia na construção de consensos sociais sobre o uso de crack em nossa sociedade.

O cenário de uso de crack, pela população em situação de rua em locais públicos, tem gerado uma demanda aos meios de comunicação em divulgá-los por meio de reportagens sensacionalistas, como forma de atrair leitores/telespectadores e também de formar uma opinião pública sobre a questão. Na maioria das vezes estas informações não têm embasamento em pesquisas científicas sobre o tema, e cumprem a função de atualizar o processo de estigmatização de pessoas que usam drogas ilícitas, negras e que estão em condição de pobreza.

Diversas são as pesquisas produzidas no Brasil sobre representações do uso de crack e outras drogas em meios de comunicação impresso, entre elas além da própria pesquisa de Zanotto (2016); Santos, Neto e Souza (2012), que faz uma análise das representações sociais do crack na imprensa pernambucana; Bruck (2013) estudou a cobertura jornalística do uso e venda de crack no jornal de Minas Gerais; Chagas e Seeger (2013) investigou a produção discursiva sobre o problema social das drogas em editoriais; Queiros e Buchele (2015) abordou a questão da droga no meio de comunicação impresso; Ferreira (2016) analisou matérias sobre crack vinculadas no Jornal Nacional; e Souza e Oliveira (2009) analisaram o conteúdo de reportagens sobre uso de drogas em jornais de grande circulação na cidade de Salvador. Todas as pesquisas acima citadas

consideram a influência desta mídia como uma importante fonte de formação sobre o tema, influenciando principalmente em nossas políticas públicas sobre drogas.

A pesquisa de Rocha (2016), sobre representação de usuários de crack no jornal Folha de São Paulo, chega à conclusão que o discurso midiático parece se organizar em torno da sobreposição entre a animalização do usuário e a chamada a sua responsabilidade moral, categorias que se fazem presentes nas diversas posições do espectro ideológico, apesar de diferenças importantes de forma e grau em que aparecem em cada matéria. Segundo Lopes (2013) é cada vez mais crescente o destaque que vem sendo dado ao crack nos meios de comunicação de massa, bem como a discrepância que as notícias vêm recebendo em relação a outras drogas lícitas ou ilícitas. Estas matérias reforçam a ideia de que o crack seria um dos grandes problemas atuais da nossa sociedade, com forte apelo emocional e sobrecarga moral, fazendo uma rápida associação entre crack e violência. Segundo Lopes, toda essa produção discursiva parece gerar nos/nas leitores/as uma constante preocupação, preconceito e produção de estigma.

Segundo Zanotto (2016), alguns estudos realizados no Brasil (Noto *et al.*, 2003; Galduróz *et al.*, 2005; Romanini; Roso, 2012; Santos *et al.*, 2012) e nos Estados Unidos (Reinerman e Levine, 1997), com o objetivo de estudar o fenômeno do consumo de crack e outras drogas e a abordagem midiática, verificaram uma abordagem alarmista, superficial e tendenciosa quando se referem ao uso dessa substância, reforçando a estereótipo do usuário como violento e perigoso. No Brasil, o setor de comunicações foi assumido há muitos anos por alguns grupos familiares, pelas elites políticas e pelas igrejas evangélicas. Toda dinâmica da globalização não foi suficiente para alterar essa hierarquia dos grupos que controlam historicamente o setor no país (LIMA, 2007). Dito isso, o discurso produzido pela mídia, em nosso contexto, contribui para a desumanização de determinados sujeitos para a disputa de quadros normativos de realidade (Butler, 2015).

Toda a construção imagética do terror relacionado ao uso de crack deve ser compreendido dentro da complexidade dos jogos de poder presentes em nossa sociedade, que utiliza do recurso do consumo de crack para desumanizar alguns humanos. Segundo Thompson (2007), a mídia é um importante veículo de transmissão da ideologia nas sociedades modernas, ou seja, está diretamente ligada às formas simbólicas que estabelecem e sustentam relações de dominação e poder.

A antropóloga Nancy Campbell, em seu livro sobre gênero, política e justiça social, analisa as peças publicitárias que caracterizavam as mulheres usuárias de drogas, com especial atenção ao alerta da mídia que relacionava a particular e poderosa atração das mulheres ao uso de crack que teria o poder de “tirar o amor da mãe de seu filho” (Campbell, 2000). A autora chama a atenção para a construção de um discurso político através da mídia com relação ao uso de drogas ilícitas pelas mulheres. Seu livro reconta os significados culturais das mulheres e uso de drogas ilícitas para mostrar como as construções públicas são produzidas, como circulam e especialmente como interferem nas políticas públicas.

Em seu estudo, Campbell apresenta o caráter racista da representação da mídia nos Estados Unidos, que associa a mulher branca como usuária de metanfetamina cujo uso serve para auxiliar nas suas tarefas domésticas, já as mulheres negras são representadas pelo uso de crack que gera compulsão sexual, as transforma em péssimas mães ou se tornaram prostitutas a partir do uso, perdendo toda a sua capacidade de obter autonomia. O discurso da criminalização se direciona, sobretudo, às mulheres negras, enquanto o discurso da medicalização cabia para a mulher branca. Quando uma mulher viola uma norma de gênero ao usar drogas ilícitas, sendo negra, elas são representadas como se estivessem cometendo falhas irreversíveis e recebem uma maior atenção da mídia (Campbell, 2000).

Os jornais locais, da cidade de Salvador, passam a noticiar o crescimento do uso que sai do centro da cidade e se espalha para outros bairros, anunciando a chegada da “epidemia do crack”. Nascia neste momento também a narrativa articulada pela grande mídia e reforçada por setores conservadores da nossa sociedade lançando foco sobre a mulher usuária de crack. É principalmente a partir ano de 2012 que a mídia local passa a enfatizar a questão do consumo de crack no universo feminino, e cresce o número de reportagens que citam a questão:

Aos problemas do mundo, geradoras de renda, agraciadas por carregar no ventre a humanidade. As mulheres são seres especiais, mas, apesar de toda essa fortaleza, um inimigo tem conseguido atingir de forma cruel, desumana e devastadora parte das meninas, adolescentes e adultas do sexo feminino: o crack. (A TARDE, 2012)

No ano de 2014 a grande mídia nacional, representada pela a revista *Veja*⁵⁶ e posteriormente a Rede Globo, faz uma série de reportagem com Loewy Marques, ex-modelo famosa, capa das principais revistas de moda, branca e loira que vivia na cracolândia paulistana:

Uma loira magra, de 1,79 metro de altura e olhos verdes, no entanto, não consegue passar despercebida. Alguns de seus traços de beleza ainda resistem, apesar das cicatrizes no corpo.

Acompanhei algumas reportagens sobre a vida da modelo, com um discurso de recuperação a partir da internação em centros de reabilitação ou comunidades terapêuticas. Aquela vida era passível de salvação e produzia uma comoção coletiva. Após uma série de reportagens na mídia impressa e televisiva, a Rede Globo lança em 2015 a novela “Verdades Secretas”, apresentando a história de uma ex-modelo loira branca de olho azul que foi parar na cracolândia. Graziella Mazzafera representa a usuária de crack Larissa, que se recupera do vício a partir da internação, e revela em reportagem que o caso de Loewy Marques lhe serviu de inspiração para compor a personagem e que se sensibilizou com a história da ex-modelo⁵⁷.

Neste mesmo ano a Globo lança uma grande série de reportagens que foi transmitida durante uma semana. A série, denominada “Filhos do crack”⁵⁸, mostrava o poder devastador da droga em mulheres negras que não conseguiam cumprir a função social de ser mãe ao fazer o uso da droga. A questão racial estava colocada no imaginário social da mulher que usa crack: a mulher branca é passível de pena e salvação, causa comoção, pois é uma vida que importa do quadro ideológico de uma sociedade que

⁵⁶ <https://vejasp.abril.com.br/cidades/loemy-modelo-cracolandia/>. Acessado em 17/11/17

⁵⁷ <https://vejasp.abril.com.br/cidades/grazi-massafera-loemy-novela-verdades-secretas/>

⁵⁸ Filhos de mulheres usuárias de crack, foi tema do programa “profissão repórter” e alvo também do pânico moral na época. Boa parte da literatura médica sobre o tema incorpora esta categoria (Camargo e Martins, 2014) para se referir a um conjunto de sintomas apresentado pelo bebe em consequência do consumo de crack da sua mãe. Embora haja um consenso de que os filhos de mulheres usuárias de crack já nascem dependente, a médica gaucha Gabrielle Cunha demonstra que não há evidências científicas que comprovem tal afirmação (Cunha, 2000), ela realiza desde 1994 estudos relacionando uso de drogas e gravidez e constata que bebês expostos ao crack durante o período fetal não nascem necessariamente dependentes da droga.

qualifica as pessoas a partir da categoria raça. As mulheres negras eram representadas como sem salvação, desumanizadas, e incapazes do exercício da maternidade.

A gramática racista permeia a forma como a mídia se refere a determinadas pessoas que fazem uso de crack. Não é por acaso que figuras mitológicas como o saci⁵⁹ ou sacizeiro⁶⁰ entram em processo de resignificação no sentido de as desqualificar, e dessa forma, cristalizar o sujeito a partir do consumo de uma substância. O mito do saci-pererê, de origem indígena, foi recriado por Monteiro Lobato⁶¹ (1998) como um menino negro, de uma perna só sempre com um cachimbo na mão, representando a identidade nacional. A categoria usada pela mídia para produzir a demonização do uso de crack nos revela um processo já conhecido produzido pelo racismo de desumanização de corpos negros. Da mesma forma, dentro da lógica da gramática racista da nossa sociedade, Zumbi passa a representar um sujeito sem vida, usuário de crack, me fazendo refletir a inversão que a mídia faz com o nome de um grande ícone da libertação do povo negro Zumbi dos Palmares. Não tenho como pensar que isso seja mera coincidência..

A partir de 2014, enquanto todo o Brasil junto com a mídia se comovia com a história da modelo loira de olhos azuis, representada na novela Verdades Secretas, do outro lado estavam as inúmeras reportagens que apontavam para o perigo de mulheres usuárias de crack gerarem crianças. Em todas as reportagens sobre as mães usuárias de crack a representação era do corpo negro, gerando um forte apelo para que o poder público atuasse com agilidade. Embora com poucas pesquisas científicas sobre o assunto, o poder judiciário, a começar por Minas Gerais, passa a determinar que os profissionais de saúde comuniquem à Vara Cível da Infância e da Juventude o nascimento de bebês em situação de “alto risco”, o que inclui a dependência química das mães, principalmente do crack – droga que geralmente coloca a pessoa em situação de rua e que tem facilitado que muitas usuárias engravidarem múltiplas vezes. Pela

⁵⁹ No capítulo 3 apresentaremos uma problematização da categoria que aparece muito no discurso das mulheres: sacizeira.

⁶⁰ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pelourinho-a-rota-do-turista-e-a-rota-do-crack-743.html>

⁶¹ LOBATO, Monteiro. Sacy-Perêre – Resultado de um Inquérito [edição fac-similar]. Rio de Janeiro: Gráfica JB S. A., 1998

regulamentação, a mãe deve ser conduzida ao tribunal para ser ouvida, e caberá ao juiz decidir se o bebê ficará com familiares ou irá para um abrigo. Aprofundaremos este tema no capítulo 3, quando apresentarmos a narrativa de uma interlocutora de pesquisa, mas cabe aqui pontuar que houve uma resposta do poder judiciário ao apelo da mídia: os casos de retirada de crianças de mães negras usuárias de crack se tornou fato corriqueiro em vários Estados do Brasil.

Davis (1944) nos ensina que, para as mulheres negras, o direito à maternidade sempre foi uma conquista, visto que no ambiente da escravidão boa parte das mulheres tinham esse direito negado. Exercer a maternidade, em um ambiente extremamente violento, onde essas mulheres eram constantemente estupradas, fazia com que elaborassem métodos abortivos que evitassem ter filhos e filhas em um ambiente que inevitavelmente exporia a criança a violências, além disso a maternidade idealizada pelas mulheres brancas, não era possível para as mulheres negras que eram obrigadas a cuidar dos filho/as de famílias brancas. Davis se referia a um momento que no Brasil podemos nomear de colonial, porém na leitura que faço dos dados produzidos por essa pesquisa compreendo que há uma releitura do colonialismo a partir da continuidade de ações racistas de dominação de determinado grupo social colonizado. Compreenderemos ao longo de toda essa dissertação como a atual política de drogas reproduz ideais colonizadores racistas.



Figura 1: Representação das mulheres na mídia.

A forma como a mídia pautou a questão do crack influenciou o panorama político, reverberando nos modos de gestão dessas pessoas pelo Estado. Macedo, Roso e Lara (2015) analisam a série de reportagens denominada “Filhos do crack” da Rede Globo apontando que a comunicação de massa hoje atua como um dos principais meios de transmissão e construção de ideologia, e citam van Dijk (2008) para afirmar que não é qualquer concepção que é transmitida, mas, sim, das elites simbólicas ou elites dominantes: os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos, ou seja a branquitude. Para as autoras o que interessa no estudo é descobrir os discursos que produzem e reforçam relações de dominação, como é o caso da questão do uso de crack entre mulheres.

Na análise da reportagem, as autoras relatam que abre-se espaço para o pensamento dicotômico, que opõe indivíduo e sociedade como se pudessem ser inseparáveis, externos um ao outro. É possível notar a lógica de responsabilidades/méritos que recaem unicamente no indivíduo a partir da fala de um dos repórteres, quando o mesmo refere que o problema de saúde pública são as mães do crack. O fato dessas mulheres engravidarem e, ao mesmo tempo, fazer uso de crack é posto como “o” motivo desse problema de saúde pública, ou seja, as falas dão a entender que o problema existe somente por fazerem uso de crack. Dessa forma, as autoras destacam que nos discursos reproduzidos na reportagem transparece a lógica de opressão das mulheres, assim, além de reduzir a mulher à mãe, inscrevem um julgamento moral por engravidarem, pois esses discursos salientam o dever da mulher de controlar sua potencialidade biológica de engravidar. As reportagens omitem os homens que são pais e também usuários de crack como um problema para a saúde pública.

As autoras concluem que, abordando a situação das mulheres que usam/usaram crack na gravidez como um problema de saúde pública, a reportagem nos leva a refletir sobre dois aspectos aqui imbricados: a) a questão do corpo da mulher e o modo como o controle sobre ele se dá a partir de ações do Estado; e b) a questão de do fortalecimento desse controle, (re)produzido pela mídia por meio de um discurso de exclusão, e que, analisado criticamente, faz pensar na veiculação da reprodução da antiga ferramenta de desumanização utilizada pelo racismo desde os primórdios da colonialidade. A reportagem reforça o discurso de exclusão e desumanização das mulheres.

No artigo de Murphy e Rosenbaum (1997) no livro “Crack in America” as autoras argumentam que classe, raça e gênero são mais importantes na formação das experiências e consequências do uso de cocaína/crack do que as próprias drogas. Isto é, as consequências do uso estão mais atreladas ao contexto, marcadores sociais e ambiente de uso do que à substância em si. Em consonância com essas asserções, o estudo da médica neonatologista Hallam Hurt, desenvolvido na Filadélfia (EUA), desmitifica a conexão entre uso de cocaína pelas mães e prejuízos para os filhos como advindo de fatores unicamente biológicos, concluindo que, na verdade, há uma discrepância que pode ser crucial ao desenvolvimento reside nas situações de vulnerabilidade social.

Desde 1989, Hallam Hurt desenvolve pesquisa sobre o tema, atuando no Children’s Hospital of Filadélfia. Hurt et al. (2009) constatam que os efeitos da droga não são tão graves se comparados à pobreza, que pode prejudicar muito mais o desenvolvimento infantil do que o consumo de alguma substância por parte da mãe na gestação, ou seja, o ambiente familiar, as condições sociais, o acesso a um bom pré-natal são fundamentais para que a criança possa se desenvolver. O real problema é a pobreza e a falta de acesso a um bom acompanhamento, medicamentos e alimentação, e não apenas o uso da cocaína.

A grande questão está na cristalização da mulher usuária de crack. No direcionamento dos estudos pós-coloniais, como nos informa Mata (2015), está não apenas a ruptura com as noções essencialistas de identidade, mas uma epistemologia que propõe a (re)leitura do colonialismo a partir de paradigmas que consideram experiências de alteridade, racializadas e culturalizadas, nas sociedades contemporâneas no jogo social e político das relações de poder. Alerto o/a leitor/a que a tentativa de representação das mulheres usuárias de crack obedece um projeto colonial que se direciona para a violência dos corpos negros atualizando dessa forma a ferramenta do racismo que desumaniza vidas negras.

Mais do que uma reflexão sobre essas pessoas, produziu-se um discurso centralizado na questão do crack, responsabilizando a droga por uma condição de miséria urbana. Milhares de homens e mulheres perambulando nas cenas de uso de crack, com uma invisível existência, passam a ser foco da grande imprensa ganhando então uma notável visibilidade. Pessoas com vínculos sociais rompidos, fracassados na luta simbólica por

reconhecimento, pessoas com suas trajetórias de vida marcada pela total ausência de políticas de proteção; conduzir nosso olhar para as cenas de uso de crack nos fez ver um pouco daquilo que estava encoberto.

Os territórios de consumo de crack passaram a ser alvo pesado de investidas da grande mídia, assim como também aconteceu no início do consumo de crack nos EUA (Reinarman & Levine, 2004): inúmeras reportagens passavam a retratar o suposto flagelo social do consumo de crack construindo a figura do/a usuário/a como irrecuperável. O governo do estado da Bahia, no ano de 2014, lança a campanha em outdoors espalhados pela cidade com os dizeres “Crack é cadeia ou caixão”, apresentando esta noção baseada no senso comum de que uma vez que se inicia o consumo de crack o caminho é sem volta, bem como o outdoor dizendo que 80% dos crimes na Bahia eram causadas pelo uso de crack: o discurso da histeria social e do pânico do crack se espalha em solos soteropolitanos.



Figura 2: Campanhas publicitarias em outdoors espalhados na cidade de Salvador.

A complexidade da produção do discurso de demonização da mulher que faz uso de crack, sua rede de operadores no contexto social brasileiro e principalmente soteropolitano, é aqui compreendido como interligado com o jogo do poder normalizador descrito por Foucault (2001). Esta rede de operadores formados pela mídia, o saber psiquiátrico e setores do governo produziu uma suposta “epidemia” de crack que gerou como resposta uma série de políticas higienistas que acabaram por tentar retirar este sujeito do espaço público, a partir de medidas como as internações compulsórias ou internações em instituições religiosas, as comunidades terapêuticas, fazendo com que o cuidado ofertado para esta população seja constituído por estratégias muito mais punitivas do que protetivas ou acolhedoras.

A produção deste discurso de demonização e estigmatização da mulher que usa crack é definida neste estudo a partir do conceito de pânico moral. Este conceito foi difundido pelo sociólogo Stanley Cohen, mas esta noção aparece de modo inovador no estudo de Jock Young, que se refere ao “efeito espiral” (1971, cit. Thompson 1998: 7) entre a mídia a opinião pública, os grupos de pressão e os políticos, acerca da preocupação com o consumo de drogas. Com Cohen, este conceito foi popularizado e vem sendo utilizado na compreensão da adoção de medidas drásticas de controle social relacionadas a fenômenos culturais tais como brigas de gangues, prostituição e condutas homossexuais, implicando também na criação de categorias de desviantes sociais a serem culpabilizados. Cohen explica o funcionamento do pânico moral:

“um problema é identificado, as causas são simplificadas, os participantes são estigmatizados, uma campanha da mídia por ação é seguida por respostas das autoridades que reificam o problema e recomeçam uma nova onda de pânico moral naturalizado” (Cohen, 1987).

As discursividades desta rede de operadores morais, definidas como pânico moral, participam da estratégia de criminalização de usuários e usuárias de drogas (especialmente o crack) que ocorre hoje em dia na sociedade brasileira. Petuco (2012) cita as campanhas publicitárias nazistas que criavam a idéia da anormalidade dos judeus para criar um ambiente permissivo para o seu extermínio fazendo um paralelo com as campanhas de prevenção que colocavam o usuário e usuária de crack como zumbis, ou podemos citar a partir de Butler (2015) o esforço do governo dos Estados- Unidos através das campanhas publicitárias contra o terrorismo de produzir um sentimento social de que determinadas vidas não valem a pena e merecem ser exterminadas. Cabe-nos refletir sobre a violência da produção do rosto (Levinas, 2004) de sujeitos descartáveis, que no caso brasileiro tem sido muito bem representado pelo do usuário e da usuária de crack.

Butler (2006) nos ensina sobre a dimensão invariavelmente pública do corpo e da vida. Nesse contexto emerge a problemática da representação do Outro em nossos tempos mediatizados, quando frequentemente não nos permitem ver a alteridade ou a apresentam de forma a destituir o outro de humanidade e dessa forma responsabiliza-la pela sua condição. Para ela, algumas vidas não são percebidas como vidas, o que permite que se torne visível em sua precariedade e em sua necessidade de amparo. Butler reflete que o problema diz respeito à mídia, na medida em que só é possível

atribuir valor a uma vida com a condição de que uma vida se torna perceptível como tal (Butler, 2015, p.82).

No livro *Vidas Precárias* (2014) a autora reflete que se certas vidas são consideradas merecedoras de existência, de proteção e passíveis de luto e outras não, então essa maneira de diferenciá-las não pode ser entendida como um problema de identidade nem sequer de sujeito. Trata-se, antes, de uma questão de como o poder configura o campo em que os sujeitos se tornam possíveis ou, na verdade, como se tornam impossíveis. Como a vida das mulheres usuárias de crack são retratadas como menos humanas? A autora pretende compreender, em particular, como os enquadramentos que alocam a condição de ser reconhecido de certas representações do humano remetem, eles mesmos, a normas mais amplas que determinam o que será ou não uma vida passível de luto. Nesse campo de realidade perceptível, a noção do humano reconhecível se forma e se reintera, em oposição aquilo que não pode ser nomeado ou encarado como humano, uma representação de não humano que determina negativamente e perturba potencialmente o que é reconhecidamente humano. Neste contexto, a construção de todo esse imaginário social cumpre a função de constituir o humano moralmente aceito e aquele que deve ser negado.

Quando percebemos a construção da desumanização da mulher negra usuária de crack a partir da mídia, nesse contexto amplo da epidemia do crack, compreendemos que este movimento é de orientação racista e tem sido um método eficaz no processo de desumanização desde o período colonial no Brasil. Na argumentação de Butler, a representação da alteridade constitui-se em um meio de humanização/des-humanização, de reconhecimento do vínculo ético-moral com o outro ou de justificativa para sua eliminação. Schwarcz (1957) aponta que o racismo como fenômeno recente responde sob uma forma moderna a uma função antiga. Reintroduzida, já em inícios do século XIX – enquanto princípio de hierarquização em sociedades igualitárias, o dogma racial da desigualdade pode ser de certa forma como um estranho fruto, uma perversão do iluminismo humanitarista, que buscava naturalizar a desigualdade em sociedades – só formalmente – igualitárias e pautadas da idéia de humano europeu do Iluminismo, sendo raça uma categoria determinante em nosso contexto.

Compreendemos, dessa forma, que o racismo tem um lugar importante na racionalidade própria do biopoder no contexto brasileiro. Mais do que o pensamento em termos de

classes sociais (a ideologia que define a história como uma luta econômica de classes), a raça se constituiu como uma sombra sempre presente sobre o pensamento e prática das políticas ocidentais/colonialistas, sobretudo quando se trata de imaginar a inumanidade de povos subalternos e a dominação que deve exercer se sobre ele. O racismo é, em termos foucaultianos (1976), ante toda uma tecnologia que pretende permitir o exercício do biopoder, o velho poder soberano de matar que se reatualiza a partir do mecanismo da Guerra às Drogas. Desta forma, devemos compreender a centralidade do racismo em nossa sociedade para conseguir produzir uma leitura sobre o contexto de vida dessas mulheres.

O projeto político hegemônico da nossa sociedade brasileira se orienta para o controle e genocídio de corpos negros, sustentados pelo mito da democracia racial, dando uma falsa sensação de que os nossos problemas não são de caráter racial. Neste projeto político hegemônico, Carneiro (2005) e Flauzina (2014) relatam que a filiação racial informa processos de humilhação, subordinação, demonização, criminalização e desumanização de pessoas negras em nossa sociedade. Em contrapartida, há uma proteção a pessoas brancas. Flauzina (2014) nos descreve como o direito penal foi construído como uma estratégia para encarcerar pessoas negras, dando continuidade ao projeto colonial pós-escravista.

Não podemos, ao debater sujeitos e contextos de consumo de drogas, nos alienar da história da constituição do racismo, bem como da nossa herança colonial de controle, cristalização e catequização de populações negras, principalmente quando estamos tratando do contexto na cidade de Salvador, com resquícios políticos pós-abolicionista. Apesar disso, contamos com pouquíssimos estudos brasileiros que abordem a questão racial em contextos de uso de crack na rua.

Na sua dissertação de mestrado, Bentes (2015) reflete sobre o fenômeno da crackolândia e as tentativas de dar inúmeras respostas a essa suposta “epidemia” definindo a maneira de como o debate sobre drogas têm sido conduzido: permeado de impressões e fundamentações proibicionistas que reforçam o modelo repressor, racista e moralista das discussões. É notória para a autora a existência de um pânico moral em torno da questão do crack, do alarmismo em relação a uma substância que apareceu em decorrência da proibição do mercado de cocaína, e que se propagou visivelmente em nossa sociedade. Bentes aponta para a necessidade de se desconstruir as referências

mediáticas e do senso comum sobre a questão do *crack*, esboçando questões para contribuir com a superação do paradigma proibicionista que reforça estigmas e criminalizações.

A lógica do discurso que produz a epidemia do crack segue no sentido de humanizar a droga, dando-lhe poderes como o de matar ou destruir vidas e desumanizar seus consumidores e consumidoras, além de tirar o foco de um problema maior: a existência de uma parcela da população que vivia em condições de vida precária, sem acesso a qualquer política pública por conta de dinâmicas sociais do racismo e das desigualdades sociais. É neste contexto que a mídia e o governo brasileiro passam a se referir ao fenômeno da chegada do consumo da “epidemia” de crack em que Drauzio Varella escreveu um artigo argumentando a favor de uma epidemia de crack:

“O crack é uma epidemia. Os especialistas acham que não caracteriza uma epidemia, mas a definição que eu aprendi de epidemia na faculdade de medicina encaixa perfeitamente. Primeiro que ela se espalhou pelo país inteiro. Acabou se espalhando e em todas as capitais brasileiras há cracolândias. O que é isso?” (O CRACK, 2013)

Apesar de reconhecer o aumento do consumo de crack do Brasil, desde o seu surgimento, na década de 1980, os dados científicos levantados até o momento não indicavam uma epidemia de crack como a mídia e alguns políticos brasileiros argumentavam para falar da questão do crack. Mesmo sem evidências científicas, a mídia insistia em tratar a questão do consumo de crack como uma epidemia e a elaboração das políticas públicas partia de mitos difundidos pela mídia do pânico do crack, como aborda a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas em reportagem sobre o lançamento do Plano de Enfrentamento ao Crack, no trecho a seguir:

“Em 2010, lançamos o plano integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas. Não temos, neste momento, nenhum número exato de consumo de crack no país. São apenas meras especulações.”

Nesta mesma reportagem, Paulina Duarte, a então Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, anuncia investimento em um levantamento nacional realizado pela

Fiocruz e publicado em 2014, que traz um dado inesperado: não existe uma epidemia de crack no Brasil, pois, somando 26 capitais e o distrito federal, o consumo atinge 0,8 por cento da população o que representa 370 mil usuário(a)s regulares; o estudo ainda revela que a droga mais consumida não é o crack. (BASTOS; BERTONI, 2014)

O fenômeno da representação do consumo de crack na mídia, com todo o seu tom apelativo, nos ajuda a pensar como, em vários momentos históricos relacionados ao modelo proibicionista de guerra às drogas, as campanhas midiáticas ajudaram a construir a demonização e a estigmatização de determinadas pessoas que usam drogas (negros e negras, pobres, imigrantes, latinos, minorias étnicas, etc). Não por acaso presenciamos, no contexto brasileiro, a demonização do usuário de maconha na década de 30, quando o seu consumo era associado a práticas da cultura negra (MacRae e Alves, 2016) – revelando o caráter altamente racista da proibição da planta em nosso contexto. Na atualidade, é o discurso do pânico do crack que associa o seu consumo com populações pobres e negras, em específico a população que está em situação de rua, dando continuidade ao ciclo de estigmatização de populações que fogem a normatividades hegemônicas.

Compreendemos que decorre da própria lógica proibicionista o recurso da estigmatização de determinados grupos sociais cujos corpos devem ser controlados a partir de um enquadramento moral violento. Já existem estudos que apontam a perspectiva histórica que alia a estigmatização das ditas classes perigosas a políticas de controle de drogas (MacRae e Alves, 2016). Veremos a seguir como nasce e se dissemina o paradigma proibicionista que edifica o processo de estigmatização no Brasil e no mundo, alinhando-se ao projeto racista de controle de minorias étnicas.

CAPITULO 2 – PROIBIÇÃO, GUERRA E POLÍTICA DE DROGAS NA ERA DO PÂNICO DO CRACK

Neste capítulo busco conexões para compreender as raízes históricas da constituição do regime proibicionista de guerra às drogas no mundo, a partir dos EUA, bem como a sua incorporação no Brasil. Busco compreender este regime político a partir das lentes de compreensão do colonialismo, tendo em vista que a atual política de drogas serve a princípios imperialistas e colonizadores dos EUA que, através dessa ferramenta, exerce controle sobre os corpos e nações colonizadas e subalternas da America Latina. A partir de pesquisa bibliográfica compreendo como o proibicionismo desde o seu surgimento serviu como ferramenta de perseguição a minorias étnico-raciais, o que faz com que a história da proibição seja também a história da perseguição a populações negras e latinas.

A ideia da colonialidade se assenta na distinção e hierarquização das raças (Quijano, 2005), é sobretudo, esse olhar que nos serve quando tratamos da colonialidade: compreendo o Estado brasileiro como colonial, logo, marcado pelo racismo. Mills em seu livro o Contrato Racial descreve que:

uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o *status* de brancos e não-brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume. E o objetivo desse Estado, em contraste com o estado neutro do contratualismo clássico, é, *inter alia*, especificamente o de manter e reproduzir essa ordem racial, assegurando os privilégios e as vantagens de todos os cidadãos integrais brancos e mantendo a subordinação dos não-brancos. (Mills, 1997, p. 13-14).

As pistas que trago neste capítulo, nos revelarão a trama do projeto político de Guerra às Drogas, pactuado em acordos internacionais e que produz e acirra as ferramentas de opressão racista e sexista. Este projeto tem influenciado a organização do Estado brasileiro e interferido na vida de inúmeras pessoas que cruzam com a temática das drogas. Compreendo que ele reproduz a face oculta da modernidade trazida por Ribeiro (2014): a colonialidade, que mascara os erros da modernidade como imprevistos e indesejáveis – incalculáveis até – quando na verdade a leitura pós-colonial nos apresenta que estes erros fazem parte de elementos constitutivos desse projeto: são seus acertos planejados. A política sobre drogas em seu projeto de guerra reproduz a violência

colonial de controle de corpos subalternos. A política sobre drogas permite o reordenamento de relações de contato próximas às relações do colonizador e o colonizado, onde segundo Césarie (1978, p.25):

(...) só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

A construção de um campo de poder, na emergência do proibicionismo, contou com a articulação da mídia, com o governo que passa a financiar pesquisas que tem a função de reificar mitos sobre o tema do uso de drogas tornadas ilícitas. Campbell (2000) e Reinerman e Levine (1997) nos apresentam a ciência proibicionista, representada pelas pesquisas financiadas pelo National Institute of Drug Abuse (NIDA), que ajudaram a construir os mitos que hoje temos sobre o uso de drogas ilícitas. Hart (2000) é outro autor que nos ajuda a compreender como a ciência pode ser uma arma para a construção política ao reificar o senso comum de uma sociedade desigual e racista. Neste sentido, os autores apontam de diversas formas para a ausência de neutralidade científica nessas pesquisas e da necessidade de pactuação e comprometimento político no contexto de uma sociedade de múltiplas opressões.

No bojo dessa discussão, apresentarei a trajetória de surgimento do pânico do crack nos EUA na década de 80 no contexto de recrudescimento do Estado de Bem Estar Social, e ampliação do Estado Penal do governo de Ronald Reagan. Neste contexto, a mídia e os setores conservadores da sociedade norte-americana constroem a narrativa que responsabiliza o uso de crack pelas principais mazelas sociais, denunciando o surgimento de uma suposta epidemia. De forma muito similar ao que ocorre no contexto norte-americano, o surgimento do crack no Brasil através da cidade de São Paulo e posteriormente chegando na cidade de Salvador, segue a mesma trajetória de pânico, contando também, com o trabalho da mídia para disseminar a chegada da epidemia. Procederei algumas aproximações entre estes dois contextos, colocando ênfase na questão racial que, embora seja colocada por pesquisadores/as norte-americanos/as ao tratar da questão da guerra às drogas, não acontece no Brasil - onde é ensurdecido o silêncio de pesquisadore/as brasileiro/as sobre a questão - e mostra a necessidade de um olhar que compreenda o caráter estrutural do racismo em nossa sociedade.

O contexto socio-político de emergência do problema do crack no Brasil e nos EUA e as soluções dentro da organização do Estado serão problematizadas à luz de um

conjunto de autores americanos/as e brasileiros/as que nos ajudam a pensar o marco sócio-histórico de compreensão da problemática. Reflito sobre a noção de dispositivo da racialidade na era do pânico do crack, me referindo ao conceito de dispositivo de Foucault (1979) para observar a emergência do pânico que fundou as políticas sobre crack e outras drogas no Estado Brasileiro. Um dispositivo é sempre relacionado ao poder, que opera em um determinado campo e que engendra de uma multiplicidade de elementos através da relação de poder que entre eles se estabelece. O dispositivo expressa, ainda, um objetivo estratégico que atende a uma urgência histórica.

2.1 O Proibicionismo e a cruzada moral contra “populações perigosas”

Para compreender melhor essa política, cabe aqui analisar de modo breve o surgimento deste modelo que teve origem nos EUA, no início do século passado, e é o resultado da aliança entre os modelos explicativos, oriundos da medicina e da farmacologia científica, e o ponto de vista jurídico-legal (Escotado, 1995). Vale ressaltar que decorre da própria constituição dos EUA a política de guerra e a construção fantasiosa de um inimigo comum, que deve ser combatido por todos: o terrorismo foi considerado recentemente o inimigo número um dos EUA, assim como foram às drogas na época de Nixon. Segundo Trad (2009), foi na passagem para a sociedade urbano-industrial que a medicina científica moderna, enquanto instituição social, e o Estado se firmaram como instâncias máximas no controle das drogas e dos/das usuários/as, fundamentando o modelo proibicionista de drogas, que ajudará a produzir uma complexa máquina inesgotável de guerra.

O que hoje compreendemos como política proibicionista mundial se refere ao regime internacional de controle de drogas, construído a partir de 1961, através de acordos internacionais capitaneados pelo escritório das Nações Unidas. A sua primeira Convenção Única sobre Entorpecentes consagra o proibicionismo como forma de tratar o tema das drogas no mundo, padronizando todas as políticas de drogas dos países signatários do acordo firmado na mesma – que se comprometem com o combate às drogas, compreendendo-as como um flagelo social. O proibicionismo, segundo FIORE (2012), é uma forma simplificada de classificar o paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias consideradas ilícitas.

Na atualidade o proibicionismo determina profundamente o fenômeno do consumo de drogas em nossa sociedade, fazendo com que no imaginário social este paradigma seja

compreendido como hegemônico para lidar com a questão. Isso encobre o fato de que, na história da humanidade, sempre houve consumo de substâncias psicoativas para uma diversidade de fins, e que sociedades diversas, em outro momento histórico, não regularam as drogas através do proibicionismo (Escohotado, 1995; MacRae, 2001). De fato, o dado que temos é que nunca existiu uma sociedade “livre de drogas” – como prega o modelo proibicionista.

Segundo Saad (2011) o movimento que levou o mercado de drogas da legalidade à ilegalidade foi relativamente rápido e violento. No Ocidente, a toxicomania transformou-se em problema social no momento em que se tornou insuficiente o controle tradicional, tendo destaque os “abusos/excessos” que eram atribuídos à “ruptura com a ordem estabelecida” (Castel e Coppel, 1991). Ignorando as particularidades culturais de cada sociedade, seus usos e a relação com as diferentes drogas, o proibicionismo chegava como prática moral, religiosa e política (Rodrigues, 2008), que produz uma identidade comum aos países signatários do acordo pactuado com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Paralelamente ao avanço dos movimentos proibicionistas no mundo, ocorriam significativas mudanças na prática médica e suas instituições no contexto brasileiro. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, houve um processo de consolidação da medicina como saber científico legítimo. A ciência, representada pelos médicos e profissionais de saúde, vai apoiar e legitimar o controle do Estado sobre as drogas, trazendo para sua responsabilidade o acesso a tais substâncias (Fiore, 2005).

Em um contexto de crescimento das cidades, alto índice de doenças, desordem e prostituição, o saber médico tomou para si a responsabilidade de prevenir, sanear e tratar. A prevenção e o saneamento eram tão importantes quanto a cura de doenças (Fiore, 2006). O usuário de drogas era considerado, antes de tudo, um doente que, assim como os enfermos de doenças contagiosas, ameaçava a saúde, o bem-estar e a integridade do resto da população (Fiore, 2005). No ano de 1914 os Estados Unidos, potência que vem encabeçando a “cruzada contra as drogas”, decreta o *Harrison Act*, primeira lei no mundo dedicada à fiscalização do uso não-medicinal das drogas de origem vegetal (Henman e Pessoa Jr., 1986).

Segundo Saad (2011), a guerra contra as drogas sempre esteve fortemente marcada por um caráter racial e xenófobo presente nas campanhas políticas e publicitárias. Nos

Estados Unidos, as drogas foram associadas a grupos sociais considerados perigosos pela maioria branca e protestante e, assim, a maconha era relacionada aos mexicanos, assim como a cocaína aos negros, o álcool aos irlandeses e o ópio aos chineses (RODRIGUES, 2009:6).

Analisando o conteúdo da mídia proibicionista, Carl Hart (2014, p.235) aponta que as reportagens sensacionalistas auxiliaram no movimento de proibição das drogas nos EUA e no mundo. Citando o estudo de Musto (1973), compreende como as leis de proibição das drogas como cocaína, opióides e maconha baseavam-se menos em questões farmacológicas e mais em difamação e discriminação racial. Traz-nos o dado que, entre 1889 e 1914, foram publicados na literatura científica e na imprensa popular vários artigos exagerando a associação de crimes hediondos ao uso de cocaína por parte dos negros nos EUA. Segundo Musto, vários especialistas tinham declarado em depoimento ao Congresso que “a maioria dos ataques a mulheres brancas do sul é resultado direto de um cérebro negro enlouquecido pela cocaína”. Hart relata que não foi difícil conseguir a aprovação da Lei Harrison de Impostos sobre Narcóticos de 1914, que na verdade proibia o uso de drogas – revelando o caráter racista que funda a política sobre drogas.

As histórias de proibição do uso de drogas inevitavelmente eram antecedidas de uma cobertura noticiosa, cheia de relatos assustadores sobre o uso de drogas entre minorias desprezadas, não raro imigrantes e pobres. Como relata Hart citando Musto, no caso da cocaína os temores estavam ligados aos negros do sul, da maconha eram os negros e mexicanos os bichos-papões e do ópio, os ferroviários chineses. Nos três casos, o noticiário sensacionalista era acompanhado de perfis lascivos de homens desses grupos fazendo uso de drogas para facilitar o estupro ou a sedução – ou ambos – de mulheres brancas. Até a Lei Seca sobre bebidas alcoólicas fora aprovada com o objetivo de controlar o comportamento daqueles que as correntes majoritárias da sociedade viam como grupos minoritários assustadores. Nesse caso, eram sobretudo alemães afeitos à cerveja e outros imigrantes pobres, durante o envolvimento dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial e um pouco antes.

Saad aponta que a proibição da maconha em território norte-americano só se deu em 1937 – o Brasil se antecipou aos Estados Unidos nesse aspecto. Na sua dissertação (2013), ela discute o processo histórico que culminou na proibição da maconha no

Brasil em 1932, a partir da análise de teses médicas escritas desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX – dando ênfase a um famoso médico já citado neste trabalho, Rodrigues Dória. No cenário político de uma abolição e uma República recém-decretadas, se intensificou a visão de que os hábitos e práticas dos negros seriam obstáculos para concretizar os anseios por uma nação civilizada, em uma época em que se constituía a identidade nacional. O consumo de maconha seria, assim, um dos empecilhos à modernização e ao progresso de um Brasil constituído nos ideais da democracia racial e com um projeto político de embranquecimento da nação – uma vez que seus usuários tenderiam a adquirir comportamentos violentos, imorais ou insanos. Saad nos ajuda a entender a história da criminalização da maconha e a sua associação com este projeto de embranquecimento e criminalização de práticas culturais negras, como foi o caso dos cultos afro-brasileiros, como o candomblé.

Nos referenciamos em Sueli Carneiro (2000) na compreensão da centralidade do debate de raça quando pensamos qualquer aspecto da nossa sociedade brasileira. Assim como Carneiro, parto do pressuposto de que a racialidade vem se constituindo, no contexto da modernidade ocidental, num dispositivo tal como essa noção é concebida por Foucault. Nesse sentido, segundo a autora, racialidade é compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder. É o que funda a concepção de sujeito de direitos e distingue o grau de humanidade.

Segundo Carneiro, H. (2002) a Guerra às Drogas declarada nos anos 70 serviu ao *“enriquecimento direto das máfias, das polícias e do aparato penal, serve para o controle dos cidadãos até mesmo no íntimo de seus corpos vigiados com testes de urina e batidas policiais”* e, serviu principalmente de instrumento imperialista que possibilitou os EUA estender o seu controle sobre países da América Latina. Ainda segundo Carneiro, o proibicionismo, que nasce nos EUA e se alastra pelo mundo, faz parte da política de industrialismo norte-americano de controlar a vida privada da sua mão-de-obra e também, para o controle étnico-racial de minorias.

Para Carneiro (1994) *“a droga como objeto claro e definido nunca existiu [...] A droga sempre foi um conceito, antes de tudo, moral”*. Estamos então em um contexto de disputa entre esquemas normativos de inteligibilidade (Butler, 2011) que enquadra

determinados comportamentos como aceitáveis e outros como não aceitáveis, o marco da disputa do campo das drogas é moral e não a busca da saúde e do bem comum. O discurso do proibicionismo nos induz a pensar que o Estado se preocupa com a saúde e a segurança da população sem distinções e em nome dos seus propósitos se justifica inúmeras mortes e violações de direitos, se justifica tortura, coação, humilhação durante o tratamento, pena de morte velada ou até arrastar o corpo de uma mulher negra no asfalto⁶² em nome do combate ao tráfico. Em nome da proteção de vidas brancas, vidas negras são violadas e a política sobre drogas segue demarcando cada vez mais a hierarquização racial.

Mais do que uma guerra em nome da erradicação deste produto, cabe pensar a Guerra as Drogas como uma verdadeira cruzada moral (Becker, 1966) cujo objetivo final é o extermínio e a eliminação de determinadas vidas que não merecem ser vividas em nome de noções normativas de humano (Butler, 2004). A mulher negra que usa crack, na atual conjuntura brasileira, é aquela que foge a estas noções de humanidade e a construção do discurso de demonização edifica também este sujeito como o anormal contemporâneo, cujo corpo precisa ser controlado tanto pela saúde como pela justiça.

2.2 Guerra às drogas e o dispositivo da racialidade na era do pânico do crack

Na década de 1970, a maconha era a principal droga ilegal de exportação da América Latina para os Estados Unidos e Miami era um grande ponto de redistribuição segundo Hart (2014, p. 159). A mobilização proibicionista de militares americanos para interceptar a maconha destinada ao país contribuiu para aumentar o cultivo e venda de cocaína, menos volumosa, mais lucrativa e mais fácil de esconder. A partir do fim da década de 1970, o preço da cocaína caiu acentuadamente, pelo menos durante uma década, com a saturação do mercado.

Na comunidade negra, como também entre os brancos da época, Hart indica que a cocaína era vista como uma droga de ricos. A “droga de rico”, ou o “champanhe das drogas” como era nomeado o uso de cocaína começava a se tornar acessível para

⁶² Claudia Pereira da Silva foi baleada no pescoço e nas costas em meio a uma operação da Polícia Militar na manhã do dia 16 de março de 2014 no Morro da Congonha, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Desacordada a mulher foi colocada no porta-mala da viatura aberto e durante o trajeto seu corpo rolou do porta mala, sendo arrastado pelo asfalto. Imagens da cena circularam na grande mídia.

qualquer um. O tráfico da maconha sul-americana entrou em colapso com a ascensão do comércio de cocaína, que era mais rentável. Obedecendo assim a uma lógica de mercado, o preço da cocaína começou a baixar a medida que o fornecimento aumentava.

O consumo de crack parece ter o seu início nos anos 1980 em algumas grandes cidades dos Estados Unidos da América, como Los Angeles, Miami e Nova York. O seu surgimento percorre uma trajetória que vai desde o crescimento do consumo de cocaína inalada por classes altas, até o nascimento da forma fumável de cocaína através do freebase (Iniciardi, 1993; Domanico, 2006; Garcia, 2007; Hart, 2014). A década de 1970 é marcada pela difusão do uso de drogas entre as camadas sociais médias americanas e europeias, impulsionando o uso de cloridrato de cocaína por via intranasal (Domanico, 2006).

O consumo de cocaína veio a substituir o consumo de outras drogas como as anfetaminas e a maconha, que estavam em falta no mercado de drogas devido à política de repressão. O cloridrato de cocaína em formato de pó, porém, agregava consumidores com estilos de vida associados às classes de alto poder aquisitivo, já que o seu valor de mercado da substância era considerado alto. Com o objetivo de popularizar o consumo do cloridrato de cocaína, consumidores e traficantes passam a produzir uma forma menos pura da cocaína, o freebase. Para produzi-lo bastava diluir o cloridrato de cocaína em uma base líquida (Garcia, 2007), que poderia ser amoníaco, bicarbonato de sódio ou hidróxido de sódio. O objetivo desta mistura seria a remoção do ácido clorídrico – o alcalóide produzido passava pela etapa de purificação com o éter e finalmente era aquecido em fogo brando, dissolvendo então a sua parte líquida. A substância era usada em cachimbos de vidro e consumia-se o vapor de cocaína pura.

Segundo Garcia, as lojas destinadas à venda de insumos necessários para a transformação do cloridrato de cocaína em freebase foram um fator determinante para a proliferação do ato de fumar cocaína na forma de freebase (2007, p.44). O surgimento do crack pode ser considerado como uma variação da modalidade de consumo do freebase, mostrando similaridades na sua produção. A única diferença em relação à cocaína é que a fabricação do crack prescinde da etapa de refino, em que é acrescentado éter ou acetona.

Diferentemente do noticiado pela mídia norte americana na década de 1980, o crack não era nem uma nova droga nem uma nova forma de se usar cocaína, já que o uso do freebase (cocaína fumada) era prática corrente desde a década de 70 (Reinerman e Levine, 1997). O elemento inovador proporcionado pelo crack é percebido na lógica do mercado: o que era considerado o champanhe das drogas (cloridrato de cocaína) passou a ser comercializado de forma mais rentável – pois era mais simples de se produzir. Para manter seus lucros e driblar as medidas da política proibicionista que tirou de circulação insumos básicos para o refino da cocaína (éter e acetona), os traficantes passaram a produzir crack a partir da mistura da pasta base de cocaína com amoníaco ou bicarbonato de sódio, como uma resposta à queda no mercado de comércio de cocaína em pó (Domanico, 2006, p.27).

De acordo com Hart (2014, p.163), consumir por inalação a base de cocaina feita em casa do pó já se tornara popular anos antes da droga começar a ser comercializada como crack, graças ao sensacionalismo de histórias publicadas na imprensa enfatizando a intensidade da onda. O autor relata o acidente envolvendo Richard Pryor⁶³, em 1980, que chamara a atenção de todo o país para a prática de converter cocaína em pó na forma passível de ser fumada. O ator havia sofrido graves queimaduras em metade do corpo, as informações iniciais davam conta de que ele fora queimado quando uma quantidade de base que estava processando com éter explodiu, o éter é altamente inflamável, e essa maneira de fazer base de cocaína oferecia grande risco se a pessoa acende fogo perto. Na época, no auge da popularidade, Pryor e suas queimaduras tornaram-se objeto de intensa cobertura dos meios de comunicação.

Em consequência, o uso de base de cocaína logo deixou de ser uma prática marginal pouco conhecida do público para se transformar em algo considerado extremamente perigoso. Isso contribuiu para levar muitos usuários a não recorrer ao éter, optando pela técnica muito menos perigosa do “bicarbonato de sódio”, além disso, o controle de circulação do éter impactava o mercado cocaína (Reinerman e Levine, 1997). Nesse método, a cocaína e bicarbonato de sódio são dissolvidos em água e aquecidos, até que se formem cristais de cocaína que produzem um característico estalinho (crack). Não se lança mão de qualquer elemento químico potencialmente explosivo. Segundo Hart,

⁶³ (1940-2005): comediante, ator e cantor americano, vencedor algumas vezes do Grammy, ficou famoso por suas sátiras ao racismo.

muitos acreditam que o “crack” produzido quando a cocaína se cristaliza está na origem do nome da droga assim gerada.

Dessa forma, o crack começou a ser vendido como produto pronto para uso quando os traficantes se deram conta de que podiam industrializar o processo de produção de base com o método seguro e fácil do bicarbonato de sódio. Os preços mais baixos provocados pela superoferta de cocaína levaram a experimentação com novos produtos. De modo oportuno, Hart indica que o incidente protagonizado por Pryor também aumentou a conscientização quando ao perigo do método utilizando éter.

A produção de crack foi uma maneira de reforçar o comércio de cocaína, introduzindo a droga em camadas pobres da sociedade americana, nos guetos das cidades de NY, Los Angeles e Miami, lugares de moradia da população de jovens negros imigrantes africanos e latinos. Reinerman e Levine (1997) apontam as razões do sucesso no comércio de crack na década de 1980 nos EUA:

- 1) Rentabilidade da produção e comercialização da droga: Com poucas quantidades de cloridrato era possível a produção de grandes quantidades de pedras de crack, caracterizando a produção como de baixo custo; somando-se a isso havia a facilidade da produção caseira de crack;
- 2) Produção de um efeito mais intenso do que a cocaína inalada em formato de pó, fazendo com que a droga tenha uma fácil aceitação pela população de consumidores;
- 3) O comércio de crack era uma possibilidade real de empregabilidade para a massa de jovens desempregados afroamericanos, fazendo com que eles se inserissem em uma atividade mais rentável do que as ofertas disponíveis no mercado formal. Ressalta-se ainda neste ponto que os empregos disponíveis para jovens negros e latinos, consistiam geralmente em trabalho fabril, com altas horas de trabalho e uma renda mínima para a sua sobrevivência. Vender crack era ainda uma opção mais viável do que outras atividades ilícitas, como assaltos e roubos.

De acordo com Alexander (2010), a maioria das pessoas e intelectuais nos EUA assumem que declarou-se a guerra contra as drogas em resposta à crise causada pela cocaína-crack em bairros empobrecidos da cidade. Esta visão sustenta que as disparidades raciais em condenações e sentenças de drogas, bem como a rápida explosão da população carcerária, não refletem mais do que os esforços zelosos do

governo, mas benignos, para lidar com o crime desenfreado de drogas em bairros pobres e minoritários. Esta visão, embora compreensível, dada a cobertura sensacionalista da mídia de crack nas décadas de 1980 e 1990, é simplesmente errada. Segundo a autora, a guerra foi uma conspiração racista que teve como resultado uma maior segregação racial nos EUA, e na minha análise o Brasil segue o ordenamento da política de drogas americana.

Embora seja verdade que a publicidade em torno da crack-cocaína levou a um aumento dramático no financiamento da guerra contra as drogas (bem como a políticas de sentença que exacerbaram muito as disparidades raciais nas taxas de encarceramento), não há verdade para a noção de que a guerra contra as drogas foi lançada em resposta ao crack e à cocaína. A guerra às drogas foi lançada por Nixon, cujo governo foi de 1969 a 74. O presidente Ronald Reagan recrudescer a guerra re-anunciando seus propósitos oficialmente em 1982, antes que o crack se tornasse um problema na mídia ou uma crise em bairros negros pobres. Poucos anos depois da declaração da guerra às drogas, o crack começou a se espalhar rapidamente nos bairros pobres e negros de Los Angeles e, mais tarde, emergiu em outras cidades do país. A administração de Reagan ganhou funcionários com a tarefa de divulgar o surgimento de crack e cocaína em 1985 como parte de um esforço estratégico para construir apoio público e legislativo para a guerra (Alexander, 2010 p.6).

Antes de Reagan, no dia 18 de junho de 1971 o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, faz o seu histórico discurso declarando que o abuso de drogas é o inimigo público número um dos EUA⁶⁴. Nesse mesmo discurso anuncia a criação de um escritório de ação especial para a prevenção do abuso de drogas e solicita US \$ 155 milhões para subscrever o esforço, dos quais US \$ 105 milhões serão dedicados ao tratamento e reabilitação. O modelo imposto por Nixon foi rapidamente adotado ao redor do mundo, a partir de acordos internacionais firmados através da ONU. Em questão de pouco tempo, vendedores de plantas e compostos químicos começaram a ser tratados como terroristas em ameaça à segurança e à saúde pública, contando com uma investida militar. Juntamente com as substâncias, foram também enquadrados seus portadores/as e consumidores/as, aumentando exponencialmente a lotação dos presídios: só nos Estados Unidos, a população carcerária aumentaria mais de 140% só

⁶⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=y8TGLLQID9M>: Discurso de Nixon. Acessado em: 06.12.2017.

nos primeiros 10 anos de aplicação da política contando com a sua maioria de negros/as e latinos/as (Alexander, 2010).

John Ehrlichman, nesta época era o então conselheiro chefe do presidente Nixon e admitiu que a política da "guerra às drogas" foi criada com o objetivo de perseguir os movimentos antiguerra e pelos direitos da população negra nos EUA, e não visava assim o controle de drogas. Em entrevista concedida ao jornalista Dan Brum, em 1994 John Ehrlichman aponta:

“Você quer saber sobre o que era realmente tudo isso?” – perguntou com a rudeza de um homem que, depois da desgraça pública e um período na prisão, tinha pouco a perder. “A campanha de Nixon em 1968, e da Casa Branca de Nixon depois disso, tinha dois inimigos: os ativistas de esquerda, que eram contra a guerra do Vietnam, e os negros. Você entende o que estou dizendo? Sabíamos que não podíamos transformar em crime ser contra a guerra, muito menos ser negro, mas podíamos fazer o público associar os hippies à maconha e os negros à heroína e, em seguida, criminalizar a maconha e a heroína de maneira tão cruel que conseguiríamos acabar com a força dessas comunidades. Nós poderíamos prender seus líderes, invadir suas casas, acabar com suas reuniões, difamá-los dia após dia nos noticiários. Sabíamos que as drogas eram só uma desculpa? Claro que sabíamos.”⁶⁵



Foto 16: John Ehrlichman com Nixon.⁶⁶

⁶⁵ <https://harpers.org/archive/2016/04/legalize-it-all/>. Acessado em :08.12.17

⁶⁶ Fonte: <https://www.dailykos.com/stories/2016/3/22/1505025/-Top-Nixon-Aide-Admits-War-on-Drugs-was-Excuse-to-Target-Blacks-and-Hippies> Acessado em 06.12.17

Produzindo um paralelo entre a proibição da maconha no Brasil, também orientado para a perseguição do povo negro, perceberemos certa identidade do projeto histórico da política de drogas orientada pela guerra racial. Saad (2013, p.14) apresenta em seu estudo o texto mais antigo, de autoria de Rodrigues Dória, onde ele declara que a maconha teria sido trazida pelos escravos africanos – sabidamente “inferiores” – e transformada em meio de vingança contra quem os tinha tirado da terra natal. Os argumentos dos estudos de Dória, baseados nas teorias racialistas, levam a crer que tal hábito estava associado ao estilo de vida africano. Neste sentido, me alinho com Eduardo Ribeiro⁶⁷ que afirma que a guerra às drogas é um sucesso no sentido de cumprir os seus objetivos centrais e inicialmente não declarado: o genocídio da população negra, latina, pobre e subalterna no mundo. Ehrlichman em sua entrevista acaba de confirmar esse projeto político que foi firmado com diversos países no mundo através da ONU e que traveste de guerra às drogas o que sabemos ser a guerra contra o povo negro e pobre.

Buscando compreender com mais profundidade o dispositivo da racialidade da guerra às drogas, nos voltaremos para o contexto sociopolítico dos EUA na era do pânico do crack. Entre os anos de 1985 e 1992, a política estadunidense se caracterizou pelo extremismo antidrogas, representado pelo movimento de abstinência. Em linhas gerais, este movimento tinha como principal meta a construção de uma sociedade livre de drogas, envolvendo diferentes interesses econômicos e políticos, como os de grupos religiosos, da emergente indústria farmacêutica, de diferentes nações industrializadas em competição, de políticos tanto da ala democrata quanto republicana e de segmentos da corporação médica representando assim a elite hegemônica da branquitude nos EUA. A idéia de um modo de vida e de uma nação que servissem de modelo para o mundo, suscitou campanhas na mídia enfatizando o *American way of life* ou estilo americano de vida.

Nesta época, campanhas midiáticas promovidas por políticos locais alertavam a sociedade sobre os problemas sociais relacionados ao uso de drogas, especialmente o crack, associado a setores carentes e, sobretudo, negros da população. Jornais, revistas e telejornais divulgavam a epidemia da droga que, proveniente dos guetos, estaria

⁶⁷ <https://www.revistaforum.com.br/2015/09/09/a-guerra-as-drogas-sucesso-de-critica-e-publico-parte-i/>.

Acessado em 09.12.17

atingindo a cidade e corrompendo a sociedade americana. Esse momento é descrito como a era do pânico do crack ou crack “scares” (Reinerman e Levine, 1997). Os problemas relacionados ao crack eram apresentados como característicos dos guetos e áreas urbanas problemáticas, Hart nos ensina que essas expressões são um código para se referir a pessoas e lugares negros.

Assim, o consumo de drogas, associado a grupos subalternos, era responsabilizado por diversos problemas sociais, configurando-se como argumento perfeito para o controle social e a perseguição política a trabalhadores imigrantes, minorias étnicas e principalmente, jovens negros/as, percebidas como classes perigosas. Um dos maiores fomentadores desta política foi o presidente dos EUA Ronald Regan, que tinha como base da sua política a guerra às drogas, ressaltando que as drogas são ameaçadoras à sociedade americana. Dentre as propostas políticas de Regan, tem-se a escola livre de drogas, expansão do tratamento para o uso de drogas, leis mais severas relacionadas ao uso e venda dessas substâncias. Nesta época, ocorreu um investimento público em campanhas na mídia que pretendiam sensibilizar a população frente à suposta ameaça das drogas ao mundo, fazendo com que políticos locais e estrangeiros, e a mídia abraçassem a proposta de Reagan de que a guerra às drogas seria imprescindível.

A era inaugurada pela eleição à presidência de Ronald Reagan foi marcada por uma renovada tentativa de propaganda do colapso da estrutura familiar negra como responsável pela erosão do bem-estar material da comunidade negra (Davis, 2017, p.69). Segundo Davis, de forma arrogante, a administração de Reagan deu a entender que o sistema de bem-estar social provocou esse colapso na estrutura familiar negra. Assim a solução lógica envolveria a redução dos programas governamentais de proteção social e a exigência de que indivíduos atendidos por eles oferecessem sua força de trabalho ao Estado, além da implantação de projetos elaborados para identificar pais ausentes, obrigando-os a contribuir para o sustento de suas crianças. O contexto sociopolítico da era Regan é marcado pelo enfraquecimento do Estado de bem-estar social, para dar lugar ao Estado punitivo, tal como ocorre atualmente com o nosso Estado brasileiro.

Em seu recente livro publicado no Brasil, Davis (2017, p.20) nos revela as particularidades deste contexto político impactando a vida do povo negro. Observa uma correlação direta entre as taxas sem precedentes de desemprego da população

adolescente negra e o aumento da taxa de natalidade entre as mulheres negras com menos de vinte anos. Ainda assim, responsáveis pela elaboração das políticas da administração Reagan sistematicamente formularam o problema da gravidez na adolescência atribuindo, de modo implícito, às meninas negras a responsabilidade parcial pelo estado de carência da comunidade negra. A narrativa de Reagan ajudava a responsabilizar as pessoas negras por questões sociais complexas.

De acordo com Davis, diversas pressões destrutivas são exercidas sobre as famílias negras, como a disponibilidade cada vez menor de educação de qualidade para a juventude, o aumento do acesso de drogas e a prevalência de outros fenômenos diretamente arquitetados pelas instituições racistas dos EUA. Na era Reagan, o fardo mais devastador, entre a juventude negra é a predominante falta de emprego, o que gerou a entrada de muitos jovens no comércio de crack.

Durante o mesmo período histórico da era Reagan o percentual de homens negros empregados segundo Davis despencou de cerca de 75% para 55%, provavelmente menos da metade dos homens afroamericanos deste país de fato possui uma ocupação e a renda mediana das famílias negras era inferior a 60% da renda das famílias brancas. E o fato é que a economia dos Estados Unidos tem reduzido de forma gradativa e rápida os empregos tradicionalmente ocupados pela população negra. Esse fator, segundo Davis, impele um número cada vez maior de pessoas negras as margens externas da vida econômica do país, somando-se a crescente militarização da economia norte-americana que teve o seu boom neste governo.

Neste sentido, continuo seguindo os trilhos de Davis (2017, p.66) na compreensão de que a medida que a economia se tornava cada vez mais militarizada, os empregos eram devorados. A militarização crescente da economia é uma das maiores causas de desemprego e dos níveis escandalosos da falta de trabalho para pessoas negras. Estatísticas da Agência de Pesquisa sobre Trabalho indicam que US\$ 1 bilhão de gastos em armas produz 22 mil empregos militares, mas o mesmo US\$ 1 bilhão produziria uma média de 25 mil empregos não militares, até 54 mil empregos em hospitais e 72 mil empregos em educação. A população negra – em particular, as mulheres negras –, que procuram empregos em massa nas áreas de saúde e educação, é especialmente afetada pelo padrão de militarização da economia.

Enquanto Reagan promulgava uma lei federal que destinava um orçamento de 1,7 bilhões de dólares para repressão, os programas de saúde eram regularmente cortados para alimentar o exorbitante orçamento militar dos EUA. A administração Reagan convenceu o Congresso a fazer cortes nos programas assistenciais de financiamento estudantil em um momento em que quase metade de toda a população negra de dezessete anos é analfabeta funcional (Davis, 2017).

O cenário da era Reagan de aumento do Estado Penal e a diminuição dos programas sociais possui aproximações com a realidade atual no Brasil – com a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff, a partir de um impeachment arquitetado por um Congresso Nacional representado por uma maioria de homens brancos representantes das elites. Com votos proclamados publicamente e transmitido em rede nacional em nome de Deus e da Família, assume a presidência Michel Temer, que arquiteta uma coalizão neoliberal com uma série de medidas de enfraquecimento do Estado de Bem Estar – como o congelamento por duas décadas dos gastos públicos para educação e saúde a partir da PEC 241⁶⁸, o corte de até 96%⁶⁹ nos principais programas sociais e o investimento em segurança pública e na força militar nacional, que quintuplicaram⁷⁰.

Outro fator importante do governo Reagan para compreender a guerra racial do projeto da política de drogas foi o aumento do encarceramento de jovens negros dos bairros pobres nos EUA a partir da promulgação da lei federal em 1986 que atribui penas mais severas para traficantes de crack, produzindo distinções entre traficantes de crack e de cocaína. A lei era popularmente conhecida como “100 para 1” e atribuía penas 100 vezes maiores para traficantes de crack em relação à cocaína. De acordo com a legislação, a venda de 5 gramas de crack resultaria em um encarceramento de no mínimo 5 anos – a mesma pena era aplicada ao tráfico de cocaína somente a partir dos 500 gramas (Hart, 2014). Nesse momento, toda a mídia proibicionista produzia a associação de pessoas negras com o tráfico e consumo de crack e pessoas brancas como

⁶⁸ <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-congelam-verba-da-saude-e-educacao-por-20-anos>. Acessado em: 09.12.17

⁶⁹ <https://catracalivre.com.br/geral/politica/indicacao/em-quatro-anos-programas-sociais-do-governo-tem-corte-de-ate-96/>. Acessado em:09.12.17

⁷⁰ <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/01/investimentos-em-seguranca-publica-quintuplicaram-em-dois-anos>. Acessado em:09.12.17

usuárias e traficantes de cocaína (Campbell, 2000). No mesmo ano da promulgação desta lei Reagan declara o mês de outubro como o mês da consciência contra o crack aumentando assim o discurso de pânico e há um aumento absurdo do encarceramento de pessoas negras, sobretudo as mulheres, fazendo com que o movimento negro começasse a denunciar o racismo da Guerra as Drogas (Hart, 2014).

No dia 3 de agosto de 2010 Obama assina uma lei chamada *Fair Sentencing*, diminuindo as disparidades entre crimes ligados a crack e cocaína, ao invés de 100 para 1, 18 para 1. Alexander (2010) reflete que esta medida não resolve a criminalização do povo negro que foi alimentada através desta lei que ajudou a produzir o fenômeno do superencarceramento. A pena continua a ser distinta para substâncias farmacologicamente semelhantes, revelando como as leis são orientadas pelo senso comum de uma mídia desinformada e uma ciência voltada para o projeto proibicionista (Hart, 2014).

O fenômeno apontado pelos autores Reinerman e Levine (1997) como a era do pânico do crack foi vivido nos EUA e em outros países que seguem a política proibicionista (como o Brasil) em diferentes épocas em relação a diferentes consumos de drogas. A demonização do crack decorre de processos subjacentes à historia dos EUA, independente do atual aumento do uso de drogas ou de problemas decorrentes dos seus usos e abusos. A cultura norte-americana carece de uma compreensão mais ampla da questão das drogas e possui um repertório de atualização da segregação racial bastante amplo, assim como no contexto brasileiro. O discurso sobre drogas, primordial na cultura norte-americana, e nos países que seguem a sua política, é dominado por determinismos farmacológicos e preconceito racial, que pouco ajudam a compreender o complexo fenômeno dos consumos de drogas. A consequência desta cruzada antidrogas e do direcionamento do conhecimento produzido para servir à políticas punitivas tem sido a profunda demonização das drogas, a estigmatização dos seus sujeitos consumidores e o acirramento da segregação sócio racial.

No contexto brasileiro, busquei me orientar pelo conceito de dispositivo da racialidade na era do pânico do crack como um conceito crucial para a compreensão da atual política sobre drogas que cumpre a função de brutalizar e desumanizar pessoas negras e pobres. Este conceito é importante para compreender o conjunto de operações, saberes, práticas, discursos, políticas, legislações, normativas, reportagens, enfim, todo um

aparato que se constitui na era do pânico do crack, todo um empreendimento social organizada por empresários morais (Becker, 1963) que atuam em nome de um grupo social dominante. No meu entendimento, este é um conceito que nos serve para compreender o contexto estudado, pois coloca a categoria raça como elemento crucial para a manutenção do sistema de dominação, que no Brasil é pautado a partir da filiação racial. É, portanto, a raça e a função estruturante do racismo que informa classe em nossa sociedade. Segundo Carneiro (2000), no contexto brasileiro, ao demarcar o estatuto do humano como sinônimo de brancura terá por consequência redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão, e veremos que a política de drogas vai instrumentalizar o Estado racista em várias de suas dimensões.

O conceito de dispositivo da racialidade foi elaborado por Sueli Carneiro a partir da sua leitura sobre o conceito de dispositivo, e nos ajuda a compreender certa especificidade do contexto brasileiro. Com relação ao conceito de dispositivo explica Foucault:

através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (Foucault, 1979, p. 244).

Segundo Carneiro citando o estudo de Foucault, ao apresentar o conceito de dispositivo, compreende que há uma multiplicidade de operações em diferentes momentos e de diversas formas se reproduzindo através dessas operações estratégicas. É o que permite que o sistema de dominação e hierarquia tenha uma certa estabilidade na distribuição e manutenção dos sistemas de poder. Este conceito me pareceu crucial para compreensão do conjunto de operações acionadas a partir do discurso do pânico do crack. O primeiro movimento na composição de um dispositivo é demarcar a sua rede de operação e sua composição heterogênea, o segundo passo para a constituição de um dispositivo é:

demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (Foucault, 1979, p. 244).

O dispositivo da racialidade na era do pânico do crack responde a uma urgência colocada tanto pela mídia como pelo poder público para a resolução rápida a uma questão complexa. Vamos compreender como o discurso que surge em torno do uso de crack tem a função de mascarar os reais problemas da nossa sociedade brasileira, não situando este problema no consumo de uma substância, mas na estrutura desigual, sexista e racista. As respostas do Estado Brasileiro ao pânico vão se orientar, na minha concepção, a partir da idéia foucaultina de dispositivo que segundo o autor vai corresponder a “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 1979, p. 244).

O conceito de dispositivo em Foucault nos ajuda a compreender a estratégia de afirmação da burguesia enquanto detentora de poder e classe hegemônica e as operações para a reatualização de uma hierarquia no Brasil. Para este importante autor, esse processo de afirmação de classe social é acompanhado pelos dispositivos da sexualidade. Sueli Carneiro (2000) vai aliar este conceito à emergência e operação do dispositivo da racialidade na qual a cor da pele irá adquirir um novo estatuto. Segundo a autora:

Há, portanto, um não-dito na formulação de Foucault que é a imbricação do dispositivo de sexualidade com o de racialidade, abrangendo este um território mais vasto do que o de sexualidade, pelo estatuto que tem nele a cor da pele (Carneiro, 2000).

Esta dissertação tem a função de refletir a política sobre drogas a partir da análise do contexto local, guardando as especificidades inerentes ao contexto soteropolitano e brasileiro, porém acredito ser necessário ampliar este olhar em uma perspectiva macrosociológica. A proposta de realizar aproximações com o contexto dos Estados Unidos é uma estratégia referenciada em autores (Rodrigues, 2012; Carneiro, 2002) que vão compreender a importância de se debruçar sobre a política de drogas que é gestada pela cultura norte-americana e disseminada entre os países signatários dos acordos internacionais da ONU. Compreenderemos, sobretudo a partir da análise da trajetória de vida e da cultura de uso das parceiras de pesquisa, como a política sobre drogas, em seu viés repressivo importado pelos EUA, será adaptado a partir das demandas locais de controle de populações negras e pobres no Brasil. Neste sentido, as políticas sobre drogas nos países latino-americanos possuem uma identidade comum, do militarismo,

pois foram padrozinadas a partir do controle e financiamento feito pelos EUA a partir da ONU (Rodrigues, 2012).

Segundo Rodrigues, o discurso de guerra às drogas permitiu aos EUA se construir e se considerar como vítimas de grupos ilegais provenientes de outros países, externalizando as “fontes” de um problema para, assim, acionar uma retórica de segurança nacional que, na linha dos efeitos dos processos de securitização estudados por Buzan et al. (1998), permitiu ações excepcionais em nome da defesa do Estado e da sociedade (com ampla chancela da sociedade estadunidense), tanto no plano interno – como o endurecimento das penas para traficantes e usuários, e consequente aumento do encarceramento – quanto no plano internacional, com intervenções policial-militares em países estrangeiros (Rodrigues, 2003; Herschinger, 2011).

Para Serrano e Toro “a política antidrogas dos Estados Unidos incluía a colaboração de muitos governos latino-americanos, que receberam cada vez mais ajuda econômica e técnica, adotaram programas de capacitação da polícia dos EUA e se converteram em anfitriões de numerosos agentes da DEA”; além disso, nesses países, “destinaram-se cada vez mais policiais e soldados para as tarefas antidrogas” (2005, p. 242-243).

Segundo relata Rodrigues (2012), a adesão dos países latino-americanos foi impulsionada por pressões diplomático-econômicas, com destaque para o processo de “certificação”, pelo qual, a partir do governo Reagan, os presidentes estadunidenses passaram a publicar anualmente uma lista dos países que, na avaliação dos EUA, colaboraram ou não com a “guerra às drogas” no ano anterior – prevendo sanções econômicas e reprimendas diplomáticas aos descumpridores. Todavia, o aceitação da lógica punitiva e da militarização por Estados latino-americanos respondeu, também, a processos próprios a cada país que já eram – à época das decisões de Reagan – signatários dos tratados proibicionistas e que já procediam, cada qual a seu modo, o combate às drogas como tática de governo e repressão seletiva sobre suas próprias populações. Em Estados como o Brasil e o México, a “guerra às drogas” reforçou políticas de segurança pública voltadas à repressão seletiva aos grupos sociais empobrecidos (Batista, 2003).

Dessa forma, acredito ser de suma importância apreender uma certa racionalidade dos países do que diz respeito a políticas sobre drogas, e para a apreensão dessa racionalidade faz-se necessário a compreensão do contexto estonidense, não para

produzir uma associação acrítica, mas no sentido de aprofundar a compreensão desta estratégia de guerra, que nasce nos EUA e se espalha pelo mundo inteiro.

2.3 Ciência proibicionista na guerra às drogas

O governo dos Estados Unidos da América, na gestão de Nixon, ao declarar o abuso de drogas como o inimigo número um dispõe de um grosso orçamento para a construção de pesquisas científicas que serviram para reforçar o senso comum de que todo uso de drogas ilícitas gera um abuso e desencadeia uma série de problemas sociais complexos. Foi no final do governo Nixon que nasce o National Institute on Drug Abuse (NIDA) com a missão de produzir avanços na ciência no que diz respeito às causas e consequências do uso e abuso de drogas, produzindo conhecimento para embasar as políticas públicas em saúde. No ano de 1974 o NIDA é estabelecido com o foco em pesquisas federais para embasar tratamentos, prevenção, treinamento de profissionais, serviços e coleta de dados no que diz respeito ao abuso de drogas⁷¹ (Campbell, 2008).

Ressalta-se que o conhecimento produzido na época, sobre o uso de drogas em geral e em específico sobre o uso de crack, tinha o objetivo claro de justificar a guerra às drogas. Todas as iniciativas de se pensar uma política de drogas era pautada em uma perspectiva moralista antidrogas (Rodrigues, 2008), com o objetivo de demonizar o consumo de psicoativos ilícitos e os seus sujeitos consumidore/as utilizando-se do dispositivo da racialidade que produz a hierarquização de sujeitos em nossa sociedade.

Os chamados especialistas antidrogas divulgavam pesquisas que enfatizavam o poder destrutivo das drogas. Essas pesquisas, porém, eram voltadas para o estudo dos chamados usos problemático de drogas, criando um consenso científico de que todo uso de drogas acarretava um seu conseqüente abuso. No ano de 1986, reportagens de capa de importantes veículos de comunicação divulgam o resultado dessas pesquisas, denunciando o poder devastador do crack como uma praga que produziria uma serie de outros problemas sociais de alta complexidade (Reinarman e Levine, 1997).

⁷¹ <https://www.drugabuse.gov/>. Acessado em:09.12.17

Segundo Hart, a missão do NIDA declaradamente era “assumir a liderança da conscientização do país quanto á importância dos conhecimentos científicos em relação ao vício e ao abuso de drogas”. Cabe lembrar também que o NIDA, ainda hoje, financia mais de 90% das pesquisas sobre as principais questões envolvendo abuso de drogas. Isso significa que a esmagadora maioria das informações sobre o tema publicadas na literatura científica, nos manuais e na imprensa popular tende a enfatizar os aspectos negativos (Hart, 2014, p.292). Pesquisas encomendadas pelo governo através do instituto serviam para reificar o consenso social que estava sendo produzida na época de que qualquer consumo de drogas é ruim para a saúde do corpo, focando numa relação de causalidade que desconsidera fatores ambientais (Campbell, 2008).

O levantamento de dados quantitativos produzidos pelo NIDA, na década de 80 tinha como foco sustentar a evidência de que o consumo de drogas em si era o responsável por inúmeras mortes (Reinarman e Levine, 1997). Mesmo com as alianças para a produção acadêmica mais voltada para os levantamentos epidemiológicos e surveys, Campbell (2008) nos conta que o instituto investiu também em pesquisas etnográficas, que tiveram o importante papel de desvendar as especificidades de usuários e usuárias que não estavam em tratamento, mas eram atingidos por intervenções da saúde pública. Como essas pesquisas não apresentavam dados diferentes, apresentando padrões de uso controlado de crack, não foram muito divulgadas. Segundo Campbell, o objetivo da NIDA era descrever o abuso de drogas e os usuários de drogas ilícitas que não estavam em tratamento para poder extinguir este comportamento da sociedade norteamericana, mostrando os seus malefícios.

No livro de Campbell (2007) *Discovering Addiction: The Science and Politics of Substance Abuse Research* a autora nos brinda com uma análise política sobre as pesquisas no campo do abuso de drogas. Segundo Campbell, os historiadores do uso de drogas contextualizaram nossa compreensão das reivindicações da ciência do uso abusivo de drogas, tendo exposto as construções culturais das teorias científicas passadas sobre o uso abusivo de drogas. Persuadidos de que as substâncias alteram a função cerebral e o comportamento humano, os “cientistas do uso abusivo de drogas” não sentem necessidade de considerar contextos culturais e históricos que permeia o consumo de drogas. No livro, Nancy D. Campbell problematiza a falta de neutralidade científica, apresentando o campo de poder envolto na elaboração dessas pesquisas, em um contexto marcado pelo investimento público na construção do consenso de que o

grande problema estava no uso de drogas e não no contexto socio-cultural. A autora acredita que, se historiadores e cientistas se ouvirem, a história se tornará uma ferramenta essencial, persuadindo os cientistas a abandonar o objetivo impossível da abstinência em favor de estratégias mais realizáveis para reduzir os danos associados ao vício.

O paradigma científico que funda o campo das pesquisas sobre o abuso de drogas nos EUA e que influenciaram o campo das pesquisas brasileiras no campo da saúde é altamente marcada e determinada pelos anseios políticos da militância científica proibicionista da época (Campbell, 2007). Campbell apresenta a retórica tradicional para se abordar este tema marcado por um léxico moral sobre o vício, citando o trabalho da atual diretora do Instituto Nacional de Abuso de Drogas, Nora Volkov, e seus colegas como exemplos, e descobre que sua noção de "vontade interrompida" é paralela às construções do vício do século XIX como uma doença da vontade "sujeita ao controle voluntário" e reduzida ao aspecto do desejo do sujeito de seguir usando drogas. Assim, escreve Campbell, com "gesto amnésico em direção ao seu próprio passado reprimido, o empreendimento de dependência, disseminado pelos cientistas do vício, chega em círculo ao presente", reproduzindo o senso comum moralizante (Campbell, 2007, p. 221).

Neste sentido, há um intenso volume de pesquisas que envolvem o tema do uso/abuso de crack as pesquisas, geralmente da área de saúde, que utilizam o léxico proibicionista disseminado pela mídia como categorias de entendimento do fenômeno do uso de crack em nossa sociedade. Tais pesquisas acabam por reforçar categorias estigmatizantes. Temos, por exemplo, as pesquisas que utilizam categorias como "a pedra que pariu" (Almeida e Quadros, 2016), o "pulmão do crack" (Lazzarotto, Bristol, Piazza e Forte, 2009; Castro et al, 2014) e "filhos do crack", herdeiro da literatura americana sobre os crack-babies⁷². A ciência como um campo inserido em nossa sociedade que reproduz o modelo proibicionista e se apresenta também como um campo de poder hegemônico, cabe a pesquisas como essa produzir o contraponto de uma ciência antiproibicionista com uma pactuação social e compromisso político de revelar as relações de poder imersa na produção acadêmica.

⁷² <http://www.nytimes.com/2013/05/20/booming/revisiting-the-crack-babies-epidemic-that-was-not.html>.

Acessado em:02.12.17

2.4 O pânico do crack e a retirada de direitos civis

Em um dos artigos do livro *Crack in America: demon drugs and social justice* organizados por Reinerman e Levine (1997), bem como no livro de Alexander (2010) há uma análise interessante sobre como a era do pânico do crack e as políticas racistas que foram criadas constituíram um ambiente de intensa injustiça social com a retirada de direitos civis de jovens negros/as. Nos textos as autoras refletem como a política de drogas cumpre esse papel pós-abolição.

Como percebemos a partir da discussão feita até aqui, o aumento dramático do encarceramento, especialmente de negros/as e latinos/as, foi em grande parte resultado do pânico de crack e da anunciada guerra contra as drogas. Os muitos homens e mulheres encarcerados por posse de drogas ou negociações menores são devidamente entendidos como "prisioneiros de guerra" civil. Estes são talvez os mais óbvios (mas não os únicos) direitos e liberdades civis retirados através das políticas de drogas de Reagan, Bush e Clinton (Reinerman e Levine, 1997). Michelle Alexander postula que esse aumento dramático nas taxas de encarceramento representa uma reação ao ganhos civis de homens negros. De fato, o encarceramento em massa, ela argumenta, é "um sistema incrivelmente abrangente e bem disfarçado de controle social racializado" que tem criado uma cidadania "segregada e de segunda classe" e funcionalmente idêntica para homens negros (2010, p. 21).

O encarceramento em massa, que tem início na era do pânico do crack, tem a função de bloquear e fixar pessoas negras em uma posição inferior (Alexander, 2010, p.2). Os homens negros, ela ressalta, são desproporcionalmente mais policiados e presos, fisicamente segregados em prisões e legalmente desprotegidos depois disso. Por causa de condenações, aproximadamente trinta por cento de homens negros não podem servir em um júri (p. 119). Estima-se que quase trinta por cento dos homens e mulheres afro-americanas da próxima geração pode esperar perder o direito de voto em algum momento de suas vidas. Uma condenação por crime custa a um indivíduo o direito para acessar assistência à habitação pública por pelo menos cinco anos (p.141). Muitos reclusos são obrigatórios a trabalhar durante o encarceramento, e podem ganhar até 25 centavos a hora. Na libertação da prisão, antigos detentos são automaticamente desqualificados da votação (p. 154). Como tal, enquanto a legislação Jim Crow, o primeiro conjunto de leis da segregação racial, foi legalmente desmantelado, Alexander

afirma que o sistema de castas raciais nos Estados Unidos tem assumido simplesmente uma forma diferente através do encarceramento e da atual política sobre drogas.

Em nome da Guerra as Drogas muitas carreiras e vidas foram arruinadas. Da mesma forma, durante a Segunda Guerra Mundial, uma potente combinação de racismo e histeria de guerra levou ao internamento de 110.000 cidadãos japoneses americanos e o confisco de seus bens pelo governo dos EUA. Na era do pânico do crack, embora a maioria do consumo de drogas estivesse entre os brancos, a histeria social e o medo público foram associados aos negros criando um ambiente político propício para adotar leis e práticas repressiva que restringisse os direitos civis do povo negro e de minorias latinas (Reinarman e Levine, 1997, p.231).

No ano de 1986, em pleno ano eleitoral, o Congresso aprovou a lei de abuso drogas. O ato agravou as sentenças já longas para quem comete delitos de drogas federais, na maior parte não-violentos, e contribuiu ainda mais para o aumento dramático da taxa de encarceramento dos EUA. Ao mesmo tempo, as legislaturas estaduais promulgaram dúzias de leis draconianas, incluindo sentenças mínimas obrigatórias para muitas infrações menores e não-violentas de drogas. Mesmo as propostas mais extremas receberam aceitação geral e começa-se a constituir uma narrativa do vilão da guerra as drogas como sendo pessoas negras, e as vítimas, que precisavam ser protegidas, as pessoas brancas (Reinarman e Levine, 1997, p.234). Perceberemos como esse viés se repete no caso brasileiro, bem como no contexto atual de legalização da maconha em estados americanos que beneficiam uma branquitude enquanto os índices de encarceramento e violação de direitos se acirra com o aumento da repressão, ambos relacionados a pessoas negras (Alexander, 2010).

O professor Norval Morris, da Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, resumiu com precisão a situação: "Todo o movimento da lei e da ordem está em operação, anti-preto e anti-subclasse". Em 1984, mesmo antes de a epidemia de crack estar em andamento, o Departamento de Polícia de Nova York lançou um importante programa no Lower East Side de Manhattan para lidar com o tráfico de drogas a nível da rua. Apontado "Ponto de Pressão da Operação", o programa foi uma tentativa maciça de livrar a área do comércio de drogas ilegal: "Um grande número de recrutas irregulares recrutados a pé dispersaram multidões, fizeram buscas e prisões e questionaram aqueles que eram percebidos como compradores ou vendedores

(Reinarman e Levine, 1997, p.234). Algo muito parecido com as intervenções violentas da polícia brasileira, em operação de combate ao tráfico de drogas nas favelas e bairros populares de todo o Brasil.

Todos esses programas/operações policiais visavam bairros negros e pobres, esmagadoramente minoritários, urbanos, onde a luta contra a droga tendia a ser aberta e fácil de detectar. Assim as prisões por porte e venda de drogas se concentram no tráfego de rua visível e em bairros empobrecidos. O objetivo desses esforços era fazer tantas prisões quanto possível. E a esse respeito, praticamente todos conseguiram. As taxas de prisão subiram drasticamente (Reinarman e Levine, 1997, p.235).

Para o arsenal repressivo da guerra as drogas, cidades e vilarejos em todo o país adicionaram leis que punem pessoas simplesmente por congregarem-se nas chamadas áreas de alta atividade de drogas ilícitas. Nos aeroportos, estações de trem, depósitos de ônibus e nas rodovias estaduais, pessoas negras eram interceptadas e investigadas com base em "perfis subjetivos e racialmente definidos de traficantes de drogas" (Reinarman e Levine, 1997, p.237). Tal como acontece com as leis anteriores, os perfis são utilizados pela polícia quando a evidência real não está disponível: as pessoas ficam presas não pelo que fizeram, mas por causa de como elas se parecem. É inevitável, evidentemente, que quando a polícia pode decidir quem "parece" um criminoso, o preconceito racial entrará em jogo. As práticas policiais que floresceram durante a guerra contra as drogas e que foram justificadas como um preço que devemos pagar para vencer o crack são antiéticas ao espírito e à carta que instituiu a Constituição democrática dos EUA (Reinarman e Levine, 1997, p.239).

Em 1988, por exemplo, Minnesota decretou uma lei que aumentou a penalidade por posse de "base de cocaína" (crack), mas não por cocaína em pó. O juiz foi persuadido pelas estatísticas apresentadas pelos arguidos: 92,3% de todas as pessoas condenadas por posse de crack em 1988 eram negras; 85,1% de todas as pessoas condenadas por posse de cocaína em pó naquele ano eram brancas, reforçando que tanto essa lei estadual, como a lei federal acima citada de distinção de penas para o tráfico de cocaína e crack possuem motivações racistas (Reinarman e Levine, 1997, p.240).

Embora as práticas de sentenças disparadas baseadas na raça sempre existiram nos Estados Unidos, a Guerra contra as Drogas tornou essas disparidades significativamente maiores. Como processos anteriores de pânico de drogas, os medos sobre crack se

fundiram facilmente com medos raciais. É verdade que uma pequena minoria de jovens afro-americanos foi atraída para vender crack durante meados de 1980. Também é verdade, no contexto de um sistema de educação pública em colapso, uma taxa de desemprego de 50% para adolescentes negros e a agressiva defundação de programas sociais de Reagan – que poderia ter feito a diferença –, o tráfico de drogas se tornou o principal programa de trabalho do país para a juventude do gueto nos anos 1980. Tudo isso contribuiu para o clima em que se tornou possível prender um número desproporcionalmente maior de jovens negros. Ao mesmo tempo que o homicídio foi a principal causa de morte entre os sobreviventes: em 1990, havia mais homens negros jovens na prisão do que na faculdade (Reinarman e Levine, 1997, p.240; Alexander, 2010)

Durante a era do pânico do crack, o chamado *crack baby* tornou-se uma imagem de mídia comum. No entanto, como agora está nitido, quase todo o fenômeno do *crack baby* foi resultado da pobreza severa - o que aumentou durante os anos de Reagan e Bush. Os bebês com problemas físicos e médicos estavam nascendo para o mesmo grupo demográfico e pelo mesmo motivo de sempre: falta de cuidados pré-natais, má nutrição, abuso e negligência do cônjuge e o uso intenso de muitas substâncias, incluindo álcool e cigarros.

No entanto, a identificação de tais crianças como "bebês pobres" teria pedido aos Estados Unidos que se concentrassem nas políticas sociais de apoio e serviço aos pobres, e esses programas tornaram-se tabu durante os anos Reagan-Bush. Chamando esses bebês *crack babies*, promoveu a ilusão com problemas fisiológicos, médicos ou comportamentais e permitiu que os tribunais respondessem a esse problema punindo as mães – na sua maioria negras (Reinarman e Levine, 1997, p.242). Da mesma forma, no Brasil, a histeria social com relação ao uso de crack por mulheres gestantes, levaram a adoção de medidas de retirada de crianças recém-nascidas de suas mães já na maternidade – tornando esse mas um direito civil violado em nome da guerra.

As liberdades civis foram amplamente violadas como resultado da guerra contra as drogas, mas desproporcionalmente contra os/as negros/as. Mais frequentemente do que brancos, os/as afro-americanos/as foram vítimas de um conjunto de lei discriminatórias que condenavam os negros a permanecerem excluídos dos principais direitos civis.

Segundo os autores Reinerman e Levine (1997) não é exagero dizer que os americanos estão testemunhando a dizimação de jovens negros e negras.

Durante o período colonial, os colonos americanos chegaram a odiar as inspeções gerais realizadas pelos agentes alfandegários colonizadores britânicos e autorizadas pelo rei, com o argumento de que invadiam a sua liberdade. Essas inspeções não exigiam um mandado específico ou causa provável para acreditar que um crime havia sido cometido: os agentes da coroa podiam entrar na casa de qualquer colonizado à vontade e procurar e apreender qualquer contrabando, incluindo panfletos críticos do domínio britânico. Após a revolução, o povo americano insistiu na proteção constitucional contra tais buscas e apreensões – Quarta Emenda –, porém a guerra às drogas retira esse direito de proteção e viola a constituição democrática americana e também brasileira.

Hoje, as proteções básicas da Quarta Emenda da constituição norte-americana foram perigosamente diluídas em políticas que afetam negativamente muitos americanos. Um exemplo apontado pelos autores acima citados é o teste de drogas no local de trabalho, uma prática inédita. Todos os anos, milhões de trabalhadores presumivelmente inocentes devem provar sua pureza química para obter ou manter um emprego (Reinerman e Levine, 1997, P 243).

Tendo a guerra contra as drogas como justificativa, registravam-se em 2006 mais de 40 mil invasões policiais militares de residências por ano, com a entrada intempestiva, nas casas, de equipes da polícia especial. A maioria ocorria em bairros negros. Em alguns casos trágicos, a polícia invadia endereços errados e matavam inocentes (Hart, 2014, p.157) tal como acontece nas periferias brasileiras. Compreendo que essa política cumpre a função de violar direitos humanos e criar dessa forma em diversos países um Estado de excessão e retirada de direitos que se acirra no contexto atual de avanço do conservadorismo dos EUA e nas democracias latinoamericanas.

Segundo Rodrigues (2006) na análise da política sobre drogas brasileira, a partir da sua legislação, não há como não considerar a enorme influência da política anti-drogas norte-americana. É a partir de um olhar sobre o modelo da política de drogas norte-americana, seus caminhos e impactos na sua população que podemos entender certo direcionamento adotado pelas políticas sobre drogas brasileira, exatamente por esse motivo me demorei na análise norte-americana, pois prevejo no nosso futuro a chegada de uma era extremamente militarizada, de avanço do Estado Penal o que gerará

inevitavelmente um impacto sobre a política de drogas e determinadas populações, bem como um caminho das políticas de bem estar social que tenderá retroceder nos avanços até então alcançados. Consigo imaginar a era Temer com semelhanças a era Reagan-Bush.

2.5 A chegada do crack no Centro de Salvador: da seringa ao cachimbo

Maria: O crack veio de fora, veio da gringa, dos Estados Unidos. O cascão não se faz com a pedra, se faz com o pó, a pasta do pó ai faz o cascão, mas não era bem O CRACK. As pessoas aqui do Pelourinho que tentaram fazer não seguiram em frente, não era todo mundo que sabia fazer não. Fizeram uma vez aqui e virou Oxi, aqui quem sabe fazer crack e tá vivo são só duas pessoas, que é daquela época, de antigamente e ainda está vivo. Na época do “mangue”. Quem trouxe foi um gringo dos States. Sabe como é esse Pelourinho, né?

Eu: Antigamente quanto era uma pedra?

Maria: Sempre foi 5, antes era 5. Agora que inventaram essa onda de 2 e meia...PORQUE ai é as partes, mas sempre começou a vender de 5. Hoje tem para todos os gostos. Se você quiser uma pedra grande de 10 você compra, tem a pedra de 5 e você ainda pode pagar um tiro. Você vai lá e pega, é mais barato. Porque em todo lugar agora tem boca, antigamente era a maior onda, você não sabia se a pessoa estava armando ou não. Hoje não, tem boca em todo canto, parece queimado...

Dentre os mitos da chegada do crack na cidade de Salvador, Maria me relata que o crack foi trazido por turistas dos Estados Unidos, corroborando com toda a literatura científica exposta acima sobre a origem dessa droga no mundo. Todo esse processo de histeria social na era do pânico do crack foi reproduzido com suas particularidades no contexto brasileiro. Como uma estratégia imperialista de controle de outras nações, a política sobre drogas arquitetada pelos EUA reproduz uma mesma identidade racista e opressora em outros países latinoamericanos como o Brasil.

Percebe-se então uma semelhança chave que marca a inserção do crack tanto nos EUA como no contexto local da pesquisa, no Centro Histórico de Salvador: a presença do discurso alarmista. Problemas sociais complexos como a violência urbana são então associados ao simples uso de crack. A chegada da droga no Centro Histórico promove mudanças nos padrões de uso da população, bem como em suas relações sociais, fazendo com que usuários/as de cocaína injetáveis migrassem para o uso de crack – a droga do momento (Nuñez 1997, p.16). Nuñez relata, em sua dissertação de mestrado defendida no ano de 1997, que as notícias da inserção do consumo da substância no

Centro Histórico de Salvador eram difundidas pelos meios de comunicação, que noticiavam de forma exaustiva o consumo de crack e, em sua pesquisa, acessando os relatos clínicos do Centros de Estudos e Tratamento do Abuso de Drogas (CETAD), percebe a migração do padrão de uso de cocaína injetável pelo crack fumado.

No Centro a que ela se refere, o CETAD, há um aumento significativo no atendimento a pessoas que consumiam crack, como descreve abaixo:

Em Salvador, enquanto em 1993, entre 1394 pessoas atendidas no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) não se registrou nenhum caso de consumo de CRACK (Relatório CETAD, UFBA, 1993), no ano de 1995, os usuários de CRACK se constituem em 2% dos atendimentos (CETAD, UFBA, 1995); no ano de 1996, o CRACK não aparece como droga única relatada e sim associada a maconha em 0,2% ,e sendo associada a três ou mais drogas em 3,8% da população atendida. (Relatório CETAD, UFBA, apud Nunez, 1997).

Em seu trabalho, a autora relata também a mudança de consumo de cocaína injetável para o crack, percebida em campo pelos agentes redutores de danos e seus supervisores que atuavam no Programa de Redução de Danos da Universidade Federal da Bahia. Estes dados foram coletados através dos relatos de campo que os redutores de danos faziam ao finalizar o trabalho nas suas respectivas micro-áreas. Com relação a estudos que apontam a inserção do consumo de crack no Centro Histórico de Salvador (Andrade et al, 2001), observa-se a gradual mudança do padrão de consumo de cocaína injetável por crack fumado, decorrente da inserção do crack no mercado de drogas, principalmente no Pelourinho. Nesta pesquisa, Andrade et al (2001) apontam que o consumo de crack havia começado pelo Pelourinho e depois se espalhado por outros bairros na cidade de Salvador como o Engenho Velho da Federação, Pituba e Patamares. A popularidade da droga, neste território, foi atribuída principalmente a dois fatores: primeiro, aos fortes efeitos provocados pela droga e, segundo, pela forma de uso menos agressiva e com menos custos sociais do que o uso de cocaína injetável. No segundo semestre de 1996, o estudo aponta para menções do aumento do uso de crack no Pelourinho.

Mais evidência da rápida inserção do consumo de crack no Pelourinho pode ser constatada através do levantamento de reportagens da mídia local da época. Segundo levantamento de reportagens da mídia local de Andrade et al, a primeira menção sobre o uso de crack data de julho de 1996 e, em agosto deste mesmo ano, a droga é apontada como um problema para a polícia, segundo um jornal de grande circulação local:

A droga da morte é um problema para a polícia no sudeste do país, e agora chegou em Salvador, fala o policial...O traficante fala que os usuários de cocaína agora preferem o crack porque é mais forte e mais barato do que a cocaína. (Souza apud Andrade et al, 2001)

No ano de 1997, o autor contabilizou vinte e quatro reportagens mencionando o tráfico e uso de crack no Centro Histórico de Salvador, como observamos no trecho abaixo:

O consumo de crack....triplicou em Salvador no ano de 1997 comparado com o ano passado. Principal área de consumo é o Centro Histórico. (Souza apud Andrade et al, 2001)

Durante meu trabalho de campo realizado no ano de 2009 e 2010 (Malheiro, 2010), os interlocutores de pesquisa me apresentavam outra versão acerca da inserção do crack em Salvador. Longe de ressaltarem o aspecto da “droga da morte”, como noticiada pela mídia, relatavam como a mudança de padrões de consumo interferiu na dinâmica local, bem como na relação do consumidor com a comunidade do entorno do Centro Histórico.

Jorge: Era mais fácil de usar e ainda dava para fazer em casa, era o famoso cascão. Não tinha mais treta de ter que arrumar seringa, ficar com os braços tudo fudido... Agora tá de boa, é só colocar a Pedrita (crack) na nave espacial (cachimbo) e viajar. (risos) No cachimbo era bem mais fácil e dava pra fazer de boa, com bicarbonato, ainda tirava um trocado. A onda é a mesma porra, só que a danada da pedra a lombra passa logo, é foda...

Assim como sugerido por Nappo (1996, p.324) em sua pesquisa com consumidores da droga na cidade de São Paulo, observa-se neste estudo que a mudança do padrão de consumo de cocaína injetável por crack fumado se deu especialmente porque os consumidores temiam o contágio com HIV e outras doenças infectocontagiosas, de transmissão sanguínea. Com relação ao início do consumo de crack em cidades brasileiras, registra-se que a partir de meados de 1988 têm-se os primeiros indícios do consumo de crack na cidade de São Paulo (Garcia, 2007). Pesquisas científicas apontam que no final da década de 1980 e início de 1990 percebe-se a gradual substituição da modalidade de consumo de cocaína por via intravenosa pelo consumo de crack por via fumada (Nappo et al., 1999).

Pode-se dizer que no Brasil a mudança no padrão de consumo de cocaína se deu principalmente pela percepção, por parte do/as usuário/as, dos riscos inerentes a práticas de consumo de cocaína por via intravenosa. Somando-se a esse fator, os traficantes descobriram que poderiam aumentar seus lucros vendendo crack, produzido de forma mais caseira e barata do que a cocaína (Nunez, 1997), fazendo com que a droga mais disponível no mercado seja agora o crack.

Outro indicador do aparecimento do consumo de crack no Brasil, inicialmente na cidade de São Paulo, foi o aumento no registro de apreensões da droga pela polícia. A primeira aparição da droga acontece no ano de 1991 (Iniciardi, 1993), a partir daí o número de apreensões só veio a aumentar, assim como reportagens na mídia noticiando o aumento do seu consumo no mundo. No relatório da Organização Mundial de Saúde do ano de 1992, o Brasil aparece como um dos países onde era crescente a expansão no consumo de cocaína e seus derivados.

2.6 As respostas do Estado Brasileiro na era do pânico do crack: do projeto racista civilizatório de gestão penal ao controle da maternidade

Compreender as respostas do Estado Brasileiro ao pânico do crack é crucial antes de adentrarmos na cultura de uso das mulheres que participaram dessa pesquisa, sobretudo para evidenciar a materialidade do projeto histórico da guerra às drogas no cotidiano dessas mulheres. Veremos como as políticas públicas criadas para responder a emergência da questão do uso de crack, bem como a atuação da justiça criminal, é engessada pela seletividade penal que acaba atuando no sentido de aumentar a hierarquização socio-racial em nosso contexto a partir da proteção e reconhecimento da vitimização de pessoas brancas, contrapondo a criminalização e da atuação do projeto de genocídio antinegro no país (Abdias, 1978; Flauzina, 2008).

Segundo Bentes (2015) a trajetória da implementação das leis e das políticas públicas sobre drogas no Brasil tem em sua temporalidade a caracterização sincrônica com as determinações legislativas e discursivas da ordem proibicionista do modelo estadunidense. Neste sentido, a reprodução das políticas sobre drogas estadunidense em contexto brasileiro compõe um projeto político imperialista de controle de povos latinoamericanos, atuando numa lógica de dominação colonial. Observaremos como no Brasil houve também uma gestão penal da questão que disputou narrativas entre a saúde e a segurança pública.

No ano de 2009, o Ministério da Saúde decretou a portaria nº 1190, que prevê a implementação do *Plano Emergencial de Ampliação ao Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e Outras Drogas*, inserido dentro do Sistema Único de Saúde, compreendendo esse dispositivo que compete ao Estado a responsabilidade do tratamento em caso de abuso de psicoativos tornados ilícitos (Bentes, 2015, p. 52). Tal plano já insere a questão do crack como uma substância que vem tomando atenção dos

órgãos públicos e que necessita de atenção e políticas públicas específicas. O programa define quatro eixos no plano de ação, voltados para o cuidado com a saúde, a integração familiar e o enfrentamento ao estigma.

No ano de 2010 participei do Grupo de Trabalho organizado pela Coordenação Nacional de Saúde Mental, álcool e outras drogas do Ministério da Saúde com o objetivo de realizar a caracterização dos usuário/as de crack e avaliação da rede de atenção, bem como propor diretrizes para a Política de Saúde Mental voltada para os mesmos⁷³ (Brasil, 2010). O grupo tinha a função de responder à urgência que se colocava com relação aos modos de cuidado a pessoas que usam crack, e contava com profissionais de saúde, pesquisadore/as, gestores federais, psiquiatras, representantes de conselhos federais de psicologia e medicina, além de representantes da redução de danos e de organizações não governamentais. A partir da reunião construímos as bases de um documento de consulta pública intitulado *Abordagens Terapêuticas a Usuários de Cocaína/Crack no Sistema Único de Saúde* e pontuamos diretrizes para a investigação e a elaboração de políticas públicas de saúde com um foco no fortalecimento das redes de cuidado proposta na Política Nacional de Saúde Mental do governo federal.

Apesar de todo o esforço de pensar este documento norteador da política, pouco do que foi proposto foi de fato incorporado no que viria a ser a primeira política pública voltada para pessoas que usam crack. A política é instituída a partir do decreto nº 7.179/10 intitulada de *Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack*, vinculada a Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) que se localizava na época do governo Lula no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O plano apresentava diretrizes a serem implementadas nos estados e municípios, mas não explicava ao certo como iria se dar a sua execução.

No ano de 2011 com o mandato da presidenta eleita Dilma Rousseff o plano sofre algumas alterações a partir de mudanças estratégicas do governo, como por exemplo, a SENAD que se vincula agora ao Ministério da Justiça e não ao Gabinete da Presidência, acirrando a disputa das políticas de repressão com as de acolhimento. O programa muda de nome e ganha o tom apelativo dos meios de comunicação: *Crack, é possível vencer*.

⁷³ http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_320_abordagemuscrack.pdf

Na transformação e aprimoramento do plano, este passa a estabelecer como finalidade a prevenção ao uso, o acesso ao tratamento, a reinserção social de usuários/as e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas a partir da definição dos eixos cuidado, prevenção e autoridade. Na sua reconfiguração, passa a ser gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) dando o tom da gestão penal do programa.

Na dissertação de mestrado de Bentes, ela levanta a hipótese de que o programa tem por finalidade intensificar a gestão penal dos territórios urbanos caracterizados pelo consumo público de crack. Nesse cenário, o crack é, portanto, um instrumento legitimador da criminalização da pobreza e de controle social das populações socialmente excluídas. A pesquisadora faz uma análise do programa e conclui que os equipamentos dos eixos “cuidado” implicam na efetivação de instrumentos de internação, incluindo a internação compulsória, tratamentos ambulatorial, psicoterápico, medicamentoso e de autoajuda. O eixo “prevenção” destina-se a realizar cursos presenciais e à distância para os diferentes públicos, entretanto têm sido priorizadas as capacitações voltadas para a perspectiva de “cura pela fé”, como por exemplo o curso *Fé na Prevenção*, oferecido pelo Ministério da Saúde, já demonstrando o investimento no campo da ampliação das comunidades terapêuticas de cunho religioso. O enfrentamento às drogas do eixo “autoridade”, por sua vez, adota política de videomonitoramento nas cenas de consumo de crack como controle destes espaços, e fortalecimento da ostensividade para combater o tráfico de drogas na região. Outra orientação é o fortalecimento das fronteiras do Brasil com a Colômbia, Peru e Bolívia – principais produtores de pasta-base de cocaína – para evitar a entrada de substâncias tornadas ilícitas por essa região.

É neste momento político que aparecem as iniciativas de internação compulsória para o uso de crack em via pública nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em paralelo ao financiamento público a comunidades terapêuticas de cunho religioso para o tratamento do uso abusivo de crack. A entrada das comunidades terapêuticas⁷⁴ como um ponto da

⁷⁴ As comunidades terapêuticas passaram a fazer parte da rede de cuidados a partir da portaria n.131 de 26 de janeiro de 2012. Essa portaria foi fruto da operação de setores conservadores ligados a igrejas evangélicas com representações no legislativo.

rede de cuidado, constitui um enorme retrocesso aos modelos de cuidado democráticos e em liberdade, já que partem da lógica da internação e da conversão moral e religiosa.

Na pesquisa de doutorado de Alves (2014) ele explica que durante o mês de dezembro de 2012, o ministro da saúde defendeu por diversas vezes a internação involuntária em um quadro nacional para ele característico de uma “epidemia de crack” (MOURA; MONTEIRO, 2011) com o uso dos consultórios na rua⁷⁵ para promover a avaliação dos casos de internação. O autor aponta que neste momento:

há também os interesses comerciais das comunidades terapêuticas em possuir uma clientela cativa, não no sentido de quem foi cativado, mas no daquele colocado em cativeiro (Alves, 2015).

Nesse contexto, um conjunto de poderes se alia para produzir respostas eficazes e rápidas para o problema que se apresentava e era anunciado na mídia: o uso de crack. Claro que não é qualquer uso de crack que é problematizado, a grande questão de ordem pública é o uso de crack por pessoas negras e estigmatizadas como criminosas por nossa cultura racista. O crack foi a grande desculpa para dar seguimento ao projeto pós-colonial de genocídio do povo negro e pobre e fortalecer a aliança entre setores que representam a hegemonia da branquitude: a corporação médica, através da sua associação de classe, proprietários de clínicas particulares e religiosos evangélicos gestores de comunidades terapêuticas – que mais poderia se comparar com campos de concentração que tem por finalidade isolar o sujeito perigoso do seu contexto social sob o pretexto do tratamento em saúde. Todo esse campo se une em uma cruzada para promover a defesa da vida por meio da internação, ou contenção involuntária de pessoas usuárias de crack (Alves, 2015). É no contexto da era do pânico do crack no Brasil que presenciamos o avanço de alternativas que, travestidas de cuidado, acabam por violar direitos fundamentais.

No nosso contexto de pesquisa, no centro da cidade de Salvador, podemos perceber a chegada do Plano *Crack é possível vencer*. O governo do estado da Bahia e o município de Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro e Vitória da Conquista

⁷⁵ Consultórios na rua: A estratégia Consultório na Rua foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Instituído a partir da PORTARIA Nº 122, DE 25 DE JANEIRO DE 2011.

aderiram ao programa com um investimento robusto no eixo autoridade da segurança pública. A Bahia, através deste programa, tem 9 bases móveis de videomonitoramento, cada base móvel consta de um kit com 20 câmeras de videomonitoramento, 2 viaturas, 2 motocicletas, 50 pistolas de condutividade elétrica e 150 espargidores de pimenta. Percebemos, através da implantação deste programa, o fortalecimento do Estado Penal a partir da gestão das políticas sobre drogas.

Neste sentido, com relação a Bahia podemos dizer que o Plano *Crack é possível vencer* é uma materialização do projeto de guerra com financiamentos robustos que cumpriram o papel de aumentar a gestão penal das pessoas que usam crack, operando a partir da segregação socioracial, na medida que os seus equipamentos implantados tanto na segurança como no cuidado cumprem a função de retirar a liberdade do povo pobre e negro: as ações de policiamento ostensivo, bem como a reclusão em comunidades terapêuticas atinge sobretudo essa população.

Segundo Rodrigues (2006) o modelo repressivo da política criminal de drogas no Brasil reforça o encarceramento e superlotação da prisão por pessoas pobres, e aqui ênfase por pessoas negras em nossa sociedade. O encarceramento é hoje uma potente ferramenta de controle e segregação socioracial, que se amplifica a cada investida do Estado penal, me levando a inferir que uma das respostas do Estado brasileiro a construção da “epidemia do crack” foi o encarceramento dessas pessoas tanto em presídios como em comunidades terapêuticas na busca de produzir o isolamento social, conforme ocorre também no contexto norte-americano. Na Bahia, segundo informação de uma profissional que atua na segurança pública do Estado da Bahia⁷⁶ o nosso governo do estado estabelece metas de produtividade para a segurança pública que segundo nos conta cumpre com uma das funções do Plano Crack é possível vencer: o indicador de qualidade da execução do plano seria o aumento do número de prisões relacionadas a apreensões de crack, mesmo sendo pequenas quantidades. Essa profissional revela que pessoas que usam crack foram pegadas com pequenas quantidades e enquadradas como traficantes.

⁷⁶ Essa profissional não quis que fosse exposto o seu posto de trabalho, nem qualquer informações que revelasse a sua identidade com medo de retaliações.

Esta análise casa com a prisão ocorrida com a parceira de pesquisa Catarina, que ficou oito meses presa e na época não estava envolvida com o mercado de crack. Foi pega ao fim do uso de quatro pedras de crack que havia separado para uso pessoal:

“Eu tinha acabado de fumar tudo, peguei quatro e na mesma da hora pipoquei tudo, justamente pra não deixar flagrante. Ai os homi me pega, não quer nem me ouvir e me leva como se eu fosse traficante.”

Maria, me relata que de uns tempos para cá o Centro havia virado o “big brother”, com câmeras espalhadas em todos os cantos, sobretudo próximo as cenas de uso. Segundo Maria, os policiais do Centro sabem de todo o movimento de uso e venda de crack, e com a chegada das câmeras do big brother o controle aumentou. Uma das unidades móveis, um ônibus todo equipado com câmeras, foi instalado no Pelourinho e sempre que passamos na frente ela se referia ao equipamento como o big brother. Maria se referiu muito também à atuação de policiais aposentados que também cumpria essa função de controle dos sujeitos e do território.

Certa feita, estava em trabalho de campo na escadaria da Igreja próxima ao Elevador Lacerda, onde todos os dias depois do fechamento dos estabelecimentos comerciais um conjunto de pessoas se reúnem para fumar crack. Estava sentada na escada conversando com Mônica – uma das minhas interlocutoras. De repente chega G., o policial aposentado que recebe um salário dos comerciantes locais para manter a “área segura do roubo de sacizeiros” – é assim que ele apresenta o seu trabalho. Todos ficaram tensos com a sua chegada e ele começa a dizer que não é permitido roubo naquela área, se não ele mataria. Contou a história de um “sacizeiro recém-chegado” que ele havia matado a tiros à poucos dias. Sacou o celular e mostrou a foto do corpo morto para todos, lembrando que aquilo poderia acontecer com qualquer sacizeiro que roubasse. Subiu a escadaria e pediu para que um dos meninos que estava sentado levantar e perguntou quem era, pois ainda não havia visto ele na cena. Sacou o celular mais uma vez e tirou foto do rosto. Explicou que conhece todos os sacizeiros, permitindo que eles usem o espaço para fumar, mas roubar é imperdoável, segundo relatou neste mesmo dia “sacizeiro ladrão tem que morrer mesmo”.



Fotos: Unidade Móvel do Pelourinho, dez/2017

Podemos compreender que este programa de governo auxiliou no maior controle e gestão penal desse território, como bem nos indicou Bentes, e sobretudo incrementou o projeto racista de controle de corpos negros. Assim como nos EUA, a construção da era do pânico do crack cumpriu a função de acirrar políticas de controle penal do povo negro sob o pretexto de controle de uma substância psicoativa. Com relação às mulheres, este cenário político também ajudou a construir políticas que estigmatizam e produzem o projeto de morte subjetiva a mulheres negras, usuárias de crack – especialmente as gestantes. Vamos nos recordar de todo o apelo midiático, que ajudou a

construir o consenso de que as mães usuárias de crack não têm a capacidade para o exercício da maternidade, para compreender como as respostas do Estado atuaram no sentido da violação do direito a maternidade.

Durante o meu processo etnográfico, acompanhei quatro gestações, e em todas elas a questão da retirada da criança recém-nascida e do seu abrigamento foi colocado como possibilidade. Quando atuava no Programa Corra pro Abraço, a partir da experiência de acompanhamento dos casos de gestantes usuárias de crack em rede, constituímos um grupo de trabalho sobre o cuidado materno-infantil para mulheres usuárias de drogas em situação de rua. Foi a partir desse grupo que foi possível debater o cuidado com profissionais das maternidades e descobrir que o Juiz da Vara da Infância havia emitido um documento solicitando que todas as maternidades comuniquem casos de mães em “risco social” ou de mães que queiram deixar o seu filho para a adoção. Todos os casos de mulheres usuárias de crack em situação de rua era notificado tanto à Vara da Infância como ao Conselho Tutelar. A partir daí, seguia-se a uma disputa entre as maternidades e os serviços orientados pela redução de danos (Consultório na Rua e Programa Corra pro Abraço) para disputar o direito à maternidade, levando em conta a escuta do desejo da mãe.

Joana, uma mulher amiga de Edna, com quem tive contatos breves, me relata, durante uma das rodas de conversa em que tocamos nesse assunto, que:

É só descobrirem que você está na rua e fuma crack que querem tomar a sua criança. São várias histórias. As mulheres vão para a maternidade para ter a criança e o juizado leva. Não quer dar um apoio, ou nem perguntam se você quer ficar com a criança. Depois que tomaram o meu primeiro filho eu enlouqueci. Quando fiquei grávida, comecei a me cuidar mais e eu juro que queria sair dessa vida. Tentei abrigo, tentei “minha casa, minha vida” e nada. Ai, quando roubaram meu menino, eu me joguei mesmo na pedra. Não queria ficar sã nem 1 minuto para não lembrar que tive o meu filho retirado. Você vai na rua e conversa com outras mulheres e a história só se repete. Quem consegue aguentar uma dor dessa sem surtar? Sem se jogar a ver no crack?

Esta abordagem, focada na mulher que usa crack em situação de rua, se justifica em meio a um conjunto de concepções sociais difundidas pela mídia e incorporadas pelo judiciário sem qualquer crítica, tendo como resultado o controle social dessa população a partir do controle de natalidade, estratégia já utilizada em outro momento da história para o controle de mulheres negras (DAVIS,1982). Essa resposta do Estado na era do pânico ataca diretamente o direito de mulheres já vitimadas por um sistema racista e

machista, e nos mostra como o projeto político da guerra às drogas controla o corpo das mulheres.

Nos remetemos à Rita Segato (2006), quando esta descreve a passagem das amas-de-leite (mais comumente mulheres negras e escravizadas) para as amas-secas, ou babás, e a contribuição na construção da maternidade na sociedade brasileira. Segato, ao descrever como se dá a manutenção dos serviços de ama-de-leite na sociedade brasileira – apesar do contrário discurso científico higienista – fortalece o imaginário do corpo da mulher negra como sendo um objeto de tal maneira que pode ser usado a despeito da maternidade branca, inclusive nesse momento íntimo e inicial de construção da psique da criança, sabidamente influenciado pelo toque dos corpos, nesse caso, da mãe e bebê. Apesar de uma necessidade econômica, ou qualquer outra que objetivasse a liberdade individual da mulher branca, quem corporificava os desfechos daquela amamentação eram a mulher negra e a criança.

Desse ponto de vista, a mulher negra era obrigada a ter essa relação corporal com uma criança branca e com os desfechos dessa relação. Tendemos a não acreditar que essas obrigações foram impostas sem mecanismos de resistências por essas mulheres, ou como estratégias para facilitar, de alguma forma, a vida de outros negros e negras que não tinham acesso ao cotidiano da família branca. Então, fazendo referência a um trecho que explicita nitidamente o discurso racista que influenciou na transição do costume das amas-de-leite para as amas-secas, tem-se:

O Constitucional, jornal paulistano, explicava em 1853: ‘O infante alimentado com o leite mercenário de uma africana, vai, no desenvolvimento de sua primeira vida, aprendendo e imitando seus costumes e hábitos, e ei-lo já quase na puberdade qual outros habitantes da África central, sua linguagem toda viciada, e uma terminologia a mais esquisita, servindo de linguagem (O Constitucional 7/5/1853:3, apud Alencastro 1998)

Dessa forma, como dissemos antes, tais práticas racistas não parecem novas, mas sofrem modificações e adaptações. O que temos visto são mulheres negras que ainda têm tido sua vida vulnerabilizada e, no que tange à maternidade, controlada pelo Estado e limitada pela estrutura racializada dessa sociedade pós-colonial. O fenômeno do consumo de crack entre mulheres com trajetória de vida nas ruas nos revela as diversas facetas do racismo contemporâneo, sendo imprescindível para o entendimento da questão. Este Estado que alimenta o racismo cria um tipo de Estado que Agamben

(2014) chama de Estado de Exceção, com a retirada de direitos civis de determinadas populações.

Na tese premiada de Taniele Rui (2012) ela parte da figura do *nóia*, compreendida pela autora como categoria de acusação e de assunção e que agrupa um segmento de usuários de crack que produz uma corporalidade chamada pela autora como abjeta. Em todo o texto ela joga no corpo a abjeção. Rui se inspira em Kristeva (1982) para propor que:

tais corpos causam abjeção menos pela falta de limpeza ou pela possibilidade de transmissão de fluidos/doenças e mais porque perturbam ficções de identidade, sistema e ordem; porque não respeitam fronteiras, posições e regras; em suma, porque são ambíguos.

O conceito de abjeto utilizado para nomear a corporalidade de uma pessoa que faz uso de crack nos mostra certo olhar da pesquisadora, que é generalizante e no meu entendimento reduz a complexidade das experiências que cruzam a vida de uma pessoa que usa crack. Rui cita Butler (2002) para explicar a idéia de abjeto como aquele cuja vida não é considerada legítima e, portanto, que é quase impossível de se materializar. Neste sentido ao falar da corporalidade da pessoa que faz uso de crack, ao centralizar no corpo, Rui não situa a racialidade das vidas que estava tratando em sua tese e, no meu ponto de vista, situa no corpo do sujeito a falha do Estado colonial brasileiro. Não são corpos ambíguos, são corpos racializados que são alvo de um projeto genocida do Estado Brasileiro.

Meu argumento é o de que, uma vez se estabelecendo nesses locais, os usuários de crack evocam limites em interações específicas, que envolvem níveis distintos e diferenciados de violência física e simbólica, gestão social e policial, segregação espacial e moral. (Rui, 2014)

O corpo abjeto é o corpo colonizado, racializado, inferiorizado, criminalizado pela sua filiação racial (Carneiro, 2000). Qualquer trabalho que se debruce sobre esse contexto e não pontue a centralidade do racismo na determinação das relações desses sujeitos com o Estado, omite um fator crucial para o entendimento da questão em nosso contexto. Abjeto me soa como mais uma categoria de acusação, dentre tantas outras categorias que nomeiam o corpo da pessoa que faz uso de crack. Estamos falando de corpos negros que vivem a margem do Estado (Veena Das e Poole, 2008) em um contexto onde o Estado é o vetor da violência contra esses corpos.

Lancetti em sua última obra antes de falecer relata que:

E os corpos não são abjetos, apesar da afirmação de Taniele Rui, abjeta é a sociedade da qual os craqueiros escapam. Abjeta é a prática de acertar nóias, isso é, pessoas que ficam no fluxo, com estilingue como contam usuários referindo-se a policiais.

Abjeta é a atitude de desenhar cruces suásticas no peridental de um homem gay e negro na madrugada de São Paulo.

Abjeta, como disse Deleuze, é a dependência onde cada drogado tem seu próprio buraco. É quando a droga para de fazer novas conexões e tudo rebate sobre si. O momento de meu papel, meu pino, minha pedra, minha dose, é o próprio narcisismo.

Abjetos são os presídios nos quais são trancafiados negros, jovens e mulheres pobres, a maioria das vezes por adicção punitiva de juizes, policiais e políticos produzindo violência e infundável injustiça (Lancetti, 2015)

Nesta investigação reflito o projeto histórico de guerra às drogas, que é o que funda a política de drogas brasileira como um projeto genocida que revela mais uma vez a violência do colonizador: este projeto nos acompanha desde a invasão européia no Brasil e fez parte da constituição da nossa sociedade. Uma importante marca desse projeto é então a desumanização dos corpos colonizados, via retirada da liberdade e da noção de si para a permissão para a violação de direitos fundamentais. Esta guerra é uma ferramenta que reatualiza a violência colonial e é o que tem permitido hoje no Brasil o processo de superencarceramento completando dessa forma o projeto pós-abolicionista e racista. Mais do que uma guerra em nome da erradicação deste produto, cabe pensar a Guerra as Drogas como uma verdadeira cruzada colonial cujo objetivo final é o extermínio e a eliminação de determinadas vidas que não merecem ser vividas em nome de noções normativas de humano.

2.7 Das vítimas da Guerra a Seletividade penal: cenários de injustiça socioracial no Brasil

Das consequências da guerra às drogas e do projeto genocida do Estado brasileiro, vivenciamos um contexto marcado pela injustiça social e pela seletividade penal direcionada pela proteção de pessoas brancas e ricas e criminalização de pessoas negras e pobres. Flauzina e Freitas (2017) produzem uma reflexão sobre privilégio branco de ser vítima e a negação do sofrimento negro a partir da análise de dois momentos: da

reparação das vítimas da ditadura militar e o caso do único preso político das manifestações de maio de 2013: Rafael Braga.

No artigo, as autoras descrevem o intenso trabalho com vistas a situar as violações perpetradas durante o regime militar, visibilizando-se alguns segmentos sociais especialmente afetados, tais como: trabalhadores, camponeses, povos indígenas, universitários, comunidade LGBT, militares perseguidos dentro das Forças Armadas, dentre outros (Brasil, 2014). Em nenhum momento foi citado casos de pessoas negras, além disso foi feito um rigoroso relato da história de vida e da circunstância da morte de 434 pessoas, registrando-se as falsas versões oficiais e as incongruências encontradas nos processos, bem como as descobertas frutos das investigações desenvolvidas nas últimas décadas. (BRASIL, 2014)

Segundo as autoras, observa-se grande dedicação e cuidado em se construir uma narrativa em quem se postule a amplitude das práticas de violência no contexto da ditadura militar no país, reconhecendo-se que há ainda muitas mortes a serem contabilizadas nesse processo histórico. O que se percebe no contexto da ditadura militar, é que a suspensão do conjunto de liberdades historicamente experimentadas pelas elites desencadeou uma reação que faria com que os corpos brancos insurgentes fossem submetidos a uma espécie de violência sistemática que esteve historicamente associada a negros, pobres e indígenas no país (Flauzina e Freitas, 2017, p.54). Neste sentido, os crimes da ditadura não contabilizavam as violações a corpos marginalizados, toda a comoção girou em torno de pessoas brancas que sofreram a violência que sistematicamente é direcionada a corpos subalternos.

As autoras descrevem ainda o caso de Rafael Braga, preso em 2013, acusado de manusear explosivos durante a participação em atos políticos na cidade do Rio de Janeiro. Rafael é um jovem negro, que estava em situação de rua. Após migrar para o regime semiaberto em outubro de 2014 foi novamente preso e condenado, desta vez acusado de suposta participação no tráfico de drogas.

As autoras apresentam como ambas as prisões são amplamente controvertidas e marcadas por sérias denúncias de fraude na ação policial. Em 2013 Rafael Braga foi preso no bairro da Lapa por portar, segundo os policiais civis que o detiveram, um coquetel molotov para uma suposta participação nos atos de milhares de pessoas que ocorriam no centro do Rio de Janeiro. A defesa do jovem apresentou provas de que o

suposto explosivo era apenas uma garrafa de Pinho Sol; de que Rafael não tinha qualquer relação com aquele e nem com nenhum movimento político; e de que, naquela ocasião, sequer sabia o que era *black blocs*, coquetel molotov ou qualquer coisa que o valha. A prisão não passava de uma truculência policial. O testemunho de Rafael presente no artigo de Flauzina e Freitas (2017) é ilustrativo:

Os policiais me chamaram (“vem cá moleque”) e atendi. Começaram a me dar porrada e depois me levaram para a cela da Delegacia da Criança, perto do casarão onde eu deixava as minhas coisas. Me tiraram uma hora e meia depois, mais ou menos, e quando cheguei na 5ª DP, a garrafa de Pinho Sol não tinha mais a cor do produto. Estava com uma cor mais clara e um pedaço de pano na boca da garrafa. Eles forjaram. Não sei porque tiveram o prazer de mentir e fazer isso comigo.

A condenação de Rafael, mesmo contando com forte crítica do movimento social a partir de atos na rua e campanhas na internet, foi comemorada pelo jornal O Globo de 06 de dezembro de 2013 e confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em agosto de 2014. Ele passou então a cumprir pena em regime fechado no qual permaneceu até outubro de 2014, quando progrediu para o regime semiaberto (Flauzina e Freitas 2017, p.63).

Sempre foi evidente que Rafael não era percebido como um dos manifestantes, mas fora condenado como se estivesse a participar das manifestações e foi o único preso político das manifestações de 2013. A decisão do sistema de justiça criminal, condenou Rafael Braga e nem sequer processou as centenas de milhares de jovens envolvidos em atividades ilícitas que estavam nas ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades no mesmo período (Flauzina e Freitas 2017).

No dia 8 de abril de 2017, Breno Borges, branco, filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, a desembargadora Tânia Garcia Freitas Borges, foi preso com 130 kilos de maconha, uma pistola nove milímetros e 199 munições de fuzil calibre 7,62, de uso exclusivo das forças armadas. O desembargador concedeu liberdade para que Breno cumpra tratamento psiquiátrico. Enquanto isso Rafael Braga segue encarcerado.⁷⁷

Nesse sentido, é importante que o contexto marcado pelo projeto político da Guerra às Drogas, colonizador e racista aponte para os privilégios mantidos pela branquitude, e o

⁷⁷ <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/07/27/rafael-braga-e-breno-borges-quando-9g-de-racismo-pesam-mais-que-129kg-de-maconha/>. Acessado em: 10.12.17

seu significado em termos de aprofundamento das assimétrias raciais, denunciando o caráter seletivo da indignação social perante a violência (Flauzina e Freitas, 2017). Compreendemos que pessoas brancas receberam uma maior proteção, enquanto as pessoas negras foram mais violadas pelo Estado Brasileiro, sendo o mecanismo da política de drogas neste contexto uma ferramenta importante para a manutenção dessa hierarquia racial, na medida em que observamos que as pessoas brancas mesmo com grandes quantidades de drogas são consideradas usuárias, na medida que pessoas negras seguem sendo criminalizadas nem necessariamente precisar portar drogas. No Brasil, o projeto gestado nos EUA e controle racial cumpriu a função de firmar os privilégios da branquitude e seguir a perseguição ao povo negro.

Achille Mbembe (1999) é o autor central para produzir uma leitura sobre o contexto das participantes desta pesquisa. Em seu texto denominado *Necropolítica* define a soberania como o poder de controle da mortalidade e residiria amplamente no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. A soberania pode ser entendida também como o direito de matar que se alimenta da urgência de uma noção ficcionada do inimigo, assim como acontece com a construção midiática da mulher que usa crack.

A noção de biopoder não dá conta da forma de política que faz hoje do assassinato do inimigo como seu objetivo primeiro e absoluto com o pretexto de guerra, de resistência e de luta contra o terror. Biopoder segundo Foucault (1994) é o domínio da vida sobre o qual o poder estabelece o seu controle. Mbembe se ocupa de pensar a soberania como o direito de matar e para desenvolver a sua argumentação enlaça a noção foucaultiana de biopoder com dois outros conceitos: estado de exceção e estado de sítio. Nessas situações, o poder (que não é necessariamente um poder estatal) faz referência contínua e invoca a exceção, a urgência e uma noção ficcionada do inimigo, que na Guerra será determinado a partir da raça.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar segregando as pessoas que devem morrer e aquelas que devem viver. Este controle pressupõe a distribuição da espécie humana em diferentes grupos, a subdivisão da população em subgrupos, e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre uns e outros. E aquilo que Foucault se refere com um termo aparentemente familiar: racismo (MBEMBE, 1999). Segundo

Foucault (2005, p. 304) para exercer o poder de morte e a função de morte em um sistema político centrado no biopoder o racismo intervém.

Refletindo todas as questões trazidas neste capítulo, compreendemos que a gestão do crack produziu a gestão de corpos negros, que insere o racismo nos mecanismos do Estado. Segundo Foucault (2005) o racismo é:

O meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros.

O racismo tem um lugar importante na racionalidade própria do biopoder no contexto brasileiro, mais do que o pensamento em termos de classes sociais (a ideologia que define a história como uma luta econômica de classes), a raça se constituiu como uma sombra sempre presente sobre o pensamento e prática das políticas ocidentais, sobretudo quando se trata de imaginar a inumanidade de um povo e a dominação que deve exercer-se sobre ele. O racismo é, em termos foucaultianos, ante toda uma tecnologia que pretende permitir o exercício do biopoder, o velho poder soberano de matar que se reatualiza a partir do mecanismo da Guerra às Drogas. Desta forma, devemos compreender a centralidade do racismo em nossa sociedade para conseguir produzir uma leitura sobre o contexto de vida dessas mulheres.

Na economia do biopoder, a fundação do racismo consiste em regular a distribuição da morte em fazer possíveis as funções mortíferas do Estado. É, segundo afirma Mbembe, a condição de aceitabilidade da matança. Mbembe nos informa que todo relato histórico sobre a emergência do terror moderno deve ter em conta a escravidão, que pode ser considerado como uma das primeiras manifestações de experimentação biopolítica. A escravidão foi então o primeiro sistema de controle do corpo negro, no pós-abolição, como estratégia de controle de populações negras – criou-se um estado de exceção direcionado para essas populações. Segundo Agamben (2004), a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere a vida e a inclui em si por meio da sua própria suspensão.

Podemos dizer que o mecanismo da Guerra às Drogas obedece a anseios coloniais e imperialistas, para a construção da soberania norte-americana sobre países latino-

americanos, criando uma máquina de controle dos corpos subalternos. O contexto da Guerra às Drogas é por excelência um estado de exceção, que acirra o racismo institucional e permite o extermínio de vidas negras. A trajetória de vida das mulheres nos apontará para os efeitos deste amplo sistema proibicionista nas microrelações dessas mulheres. O poder, para Foucault, é sempre visto a partir de sua microfísica, de sua incidência sobre os corpos individuais em suas práticas cotidianas, isso significa, em uma expressão, que “as relações de poder penetram os corpos”.

CAPITULO 3: TORNAR-SE MULHER, USUÁRIA DE CRACK: CULTURA DE USO E TRAJETÓRIAS DE VIDA

De acordo com o último levantamento sociodemográfico sobre pessoas em situação de rua na cidade de Salvador, chegou-se a um número aproximado de 3.060 mulheres que hoje vivem nas ruas, dentre estas 1.838 mulheres negras, 1.030 mulheres pardas, em comparação a 192 mulheres brancas⁷⁸. Todas essas mulheres que transitam pela condição de rua na cidade de Salvador possuem trajetórias de vida diversas, e constituem as suas estratégias de resistência a uma cultura permeada pelo racismo, desigualdade social e pelo sexismo. Neste capítulo, apresentarei a trajetória de vida de oito parceiras de pesquisa, além de descrever a cultura de uso de crack que pude observar durante os trabalhos de campo com vinte mulheres que foram, durante a pesquisa, o meu universo de observação.

Como já abordada na parte metodológica desta investigação, e aqui enfatizo mais uma vez, optei por manter o trabalho de campo com as vinte mulheres e escolhi apenas nove para fazer entrevistas mais aprofundadas. Dessas nove selecionei oito entrevistas com a finalidade de reduzir o volume de dados e trabalhar com entrevistas das mulheres que me acompanharam em todo o momento da pesquisa e que constituíram comigo as rodas de conversa na sede do movimento população de rua. As entrevistas foram particularmente interessante para compreender questões específicas no que se refere a constituição da cultura de crack, porém contrastar o que eu ouvi nas entrevistas com o que vivi acompanhando as mulheres nessas cenas foi de fato o mais interessante.

Esta investigação segue as pistas do debate da ciência antropológica na tentativa de aprofundamento reflexivo e prático em certa cultura local, para a partir daí buscar os conceitos analíticos que norteiam a melhor compreensão dessa cultura. Segundo Strathern (1987) o trabalho analítico inclui, pois, dar conta das idéias das pessoas, que se tornam parte dos dados de pesquisa e revela a relação entre idéias das interlocutoras e as ideias do discurso analítico/teórico. Esse exercício de compreender as categorias incluídas nas narrativas das interlocutoras e transformar em discurso acadêmico

⁷⁸ Cartografia dos Desejos e Direitos: Mapeamento e contagem da População em Situação de Rua. Projeto Axé. UFBA.2016.

compreensível também para o/a meu leitor/a é uma preocupação da escrita antropológica. A preocupação está também no fato de que como antropóloga tenho total compreensão que a minha escrita enquadra uma certa realidade a partir do meu olhar, da minha história, e dessa forma sou também autora de um certo enredo resultado de um conjunto de relações que me envolvi durante este processo de pesquisa. Segundo Strathern (1987) o/a etnógrafo/a também é autor/a, ele/a o é em relação a seu público leitor/a em casa – fui testemunha de uma dada realidade em um dado espaço de tempo. Neste sentido, o material apresentado a seguir passa pela consciência da etnógrafa-que-esteve-presente (Clifford,1983), ouviu, viveu e produziu muitos afetos com todo o universo pesquisado.

Quando me proponho a descrever a cultura de uso de crack entre as mulheres, o que eu compreendo como cultura não se fecha em uma formulação absoluta e estática, que se cristaliza. Alguns trabalhos, que se propõem a descrever a cultura de uso, o fazem de forma a catalogar padrões de uso, descrever comportamentos que apresentam a cultura como estática e não sujeita a mudanças. É importante ressaltar que a cultura é inventada e reinventada a todo instante, ela não é absoluta e não se aprende de uma única maneira. Olhá-la a partir de uma generalização cuidadosa é apenas uma ferramenta analítica que auxilia no processo inventivo e de entendimento da realidade, segundo Wagner (2010) o/a antropológo/a deve experimentar a cultura a qual pretende estudar, para a partir dessa experiência ter a capacidade de produzir formulações analíticas.

A síntese dos dados no que se refere à cultura de uso de crack que apresentarei neste capítulo é o que Wagner (2010) compreende como a invenção da cultura que acontece a partir da junção dos significados da antropóloga com o significado nativo a partir da experiência de campo que gera dados de representação do contexto estudado. Seguindo os trilhos de Wagner, compreendo cultura como constructo exploratório, e foi para mim um recurso analítico que me permitiu compreender para além do uso da droga, aspectos da vida das mulheres que emergiam a partir da compreensão dessa cultura de uso de crack. A cultura que descrevo neste trabalho partiu do enriquecedor processo de construção do saber antropológico que foi gestado a partir da compreensão das trajetórias de vida, e do saber acumulado pelas parceiras de pesquisa na reinvenção da sua cultura.

Não será o meu objetivo essencializar a mulher que faz uso de crack, nem apresentar aspectos de uma cultura cristalizada: pretendo apresentar o meu olhar acerca da cultura de uso de crack. Apresentarei dessa forma uma cultura que é fruto da partilha de práticas entre pares e concepções debatidas durante as entrevistas ou durante o trabalho de campo. Wagner (1975) nos ensinou que o trabalho do/a antropólogo/a consiste também em utilizar da própria cultura para falar da cultura do outro, o que inclui também uma autoanálise e uma reflexividade importante. Objetividade absoluta nesse trabalho é impossível, o que alcançamos é uma objetividade relativa. Acredito que um bom trabalho em antropologia, seguindo as pistas de Wagner, deve utilizar como critério a profundidade, a abrangência do entendimento do/a etnógrafo/a sobre a cultura estudado, se deixando domesticar pelo/as nativo/as.

Antes de adentrarmos nas trajetórias das mulheres que participaram desta pesquisa, realizarei uma reflexão sobre a condição da mulher. O título desta dissertação cumpre o papel de fazer uma analogia ao glorioso trabalho de Becker (1960), em seu livro chamado “Outsider: estudos da sociologia do desvio”, em que um dos capítulos – intitulado “Tornando-se um usuário de maconha” – que ele descreve de maneira pioneira a cultura de uso de maconha e apresenta os saberes constituídos pelos sujeitos que se engajam na cultura de uso. *Tornando-se mulher usuária de crack* pretende apresentar este conjunto de saberes que fazem com que mulheres se engajem na cultura de uso de crack, e é também uma provocação à questão colocada por Beauvoir em 1949, do tornar-se mulher como um processo que é construído socialmente e imposto para as mulheres numa condição de destino, determinado pela sua biologia e com pouca margem de escolha para as mulheres.

Beauvoir (1949) é a primeira intelectual que problematiza o destino biológico que constitui formas de ser mulher em nossa sociedade, neste contexto a relação que os homens mantêm com as mulheres, segundo a autora, é sempre de submissão e dominação e este é o cenário que marca as relações sociais das mulheres. Neste sentido observamos a partir desta pesquisa como certas mulheres usuárias de drogas ainda são vistas presas em um destino biológico, no qual o consumo de drogas determina a sua condição existencial. Simone apresenta as construções culturais que impõem a condição de subalternidade à mulher e, neste sentido, compreender esta questão que Beauvoir coloca em 1949 ainda parece atual na medida em que entendemos que a condição feminina posta em questão nos conduz ao entendimento de uma cultura marcada pela

hierarquização dessa relação. Faz-se necessário ainda trazer esta questão para contextos culturais diversos, tendo em vista que em cada sociedade há concepções culturais locais sobre ser mulher, não determinadas portanto por destinos biológicos. Esta condição de ser mulher, no contexto estudado apontou para uma diversidade de questões, mas o que mais me inquietou foram as formas de reinvenção da própria vida a partir de inúmeras violências decorrentes da condição de ser mulher na rua.

Neste trabalho etnográfico, abandono os trabalhos científicos que centralizam na questão farmacológica do crack na vida das mulheres, como se o uso da droga determinasse um certo destino biológico do encontro da mulher com a substância. Para além dos efeitos diversos da droga no corpo das mulheres, me interessou mais compreender os aspectos relacionados a produção de cultura e dessa forma colocar em suspenso o determinismo biológico que destinava as mulheres a serem compreendidas a partir do seu uso de drogas. O desafio foi partir da compreensão desta prática para o entendimento de noções múltiplas de ser mulher.

3.1 Sobre tornar-se mulher usuária de drogas: gênero e poder no contexto do uso de drogas ilícitas

Beauvoir (1949) nos ensina que não se nasce mulher, torna-se, pontuando a importância de refletirmos a constituição da mulher a partir nas construções culturais dos homens e do patriarcado. Segundo Beauvoir a mulher não tem um destino biológico, ela é formada dentro de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade. Ao sair da formulação unicamente biológica para a construção cultural, Beauvoir inova no campo que posteriormente vai se denominar de estudos do gênero. Djamila Ribeiro (2015) pontua que a autora não quer negar o “ser mulher”, sendo quase inédito seu esforço em reconhecer a “situação” da mulher (ou a mulher como situação):

Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “Sou uma mulher”. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. (BEAUVOIR, 1980, p.9).

Ao pontuar que “não se nasce mulher, torna-se”, a autora pretende problematizar uma certa condição socialmente construída que impõe uma determinada cultura e forma de ser mulher que é anterior a nossa própria existência no mundo. Antes de nascer, nós, mulheres, teríamos um destino informado pela nossa condição biológica e nos

constituimos como sujeitos a partir do contraste com o homem. Para Beauvoir, a mulher é definida em detrimento ao homem, a partir do olhar masculino que pretende reforçar a sua dominação e hierarquia sobre as mulheres. A condição biológica é então informada por uma cultura que impõe um certo olhar sob as mulheres tendo como parametro o homem.

Beauvoir foi crucial para o entendimento de uma filosofia da condição da mulher imersa em uma sociedade marcada pelo poder do patriarcado, durante um momento histórico que estas noções eram desconhecidas. O estudo da filósofa é o ponto de partida para o entendimento do gênero enquanto construção social e não um destino biológico. Segundo Ribeiro (2015) o pensamento de Simone vai influenciar a teoria feminista da década de 60, porém o seu estudo é muito anterior, possibilitando a emergência de um debate que problematizasse as opressões de gênero⁷⁹. Beauvoir possibilita um rompimento com a idéia de neutralidade epistemológica, pontuando o seu local de fala é na condição de mulher, lugar social que ocupa, bem como a ausência de neutralidade de estudos sobre a mulher realizados por homens, que buscam reproduzir um sistema de dominação patriarcal e epistêmica.

Ribeiro (2015) aponta que este olhar que comporta significações hierarquizadas dadas à mulher através do olhar masculino, funda a categoria do *outro* beauvoriano. Beauvoir explica que esta categoria do outro é antiga e comum. Segundo a filósofa, nas mais antigas mitologias e sociedades primitivas já se encontravam presente uma dualidade: a do Mesmo e a do Outro. Esta divisão não teria sido estabelecida inicialmente tendo como base a divisão dos sexos, pois a alteridade seria uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade, portanto, se definiria nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. A própria antropologia produz um extenso debate sobre a constituição do Outro em um processo de alteridade.

Na medida em que a mulher é considerada o Outro absoluto, isto é – qualquer que seja sua magia – o inessencial, faz-se precisamente impossível encará-la como outro sujeito. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo

⁷⁹ Compreendemos que os estudos de gênero vai muito além do que o binarismo de homem e mulher, incluindo nesse escopo todas as formas de transgêneros. Para efeito desta discussão focaremos na perspectiva das mulheres cisgeneras, tendo em vista que a presente investigação não acessou mulheres trans e travestis. Pontuo a importância de investigações que se debruçam sob a perspectiva das mulheres trans e de antemão coloco o limite deste trabalho, merecendo posterior aprofundamento.

separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens. (Beauvoir, 1949, p.40)

No estudo de Ribeiro (2015), bem como no de Butler (2015), elas pontuam que esta filósofa ao definir mulher, o faz do ponto de vista de uma mulher branca e burguesa, ignorando então intersecções de raça, classe ou sexualidade nesta definição ontológica da mulher. Beauvoir diz:

Existem outros casos em que, durante um tempo mais ou menos longo, uma categoria conseguiu dominar totalmente a outra. É muitas vezes a desigualdade numérica que confere esse privilégio: a maioria impõe sua lei à minoria ou a persegue. Mas as mulheres não são, como os negros dos Estados Unidos ou os judeus, uma minoria; há tantos homens quanto mulheres na terra. (Beauvoir: 1980:16)

Ribeiro (2015) reflete que, nesta passagem, Beauvoir ignorou o fato de entre os negros e os judeus existirem mulheres, e a pergunta que Djamila Ribeiro faz em sua dissertação é: de quais mulheres Beauvoir estaria falando? A mulher negra e judia, neste caso, aparece como uma espécie de subclasse das mulheres, dos negros e judeus – suas situações não foram esmiuçadas e levadas a cabo de um estudo filosófico e conseqüentemente político. Em outro trecho, Beauvoir continua: “os proletários dizem ‘nós’. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em ‘outros’ os burgueses, os brancos. As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas - não dizem ‘nós’” (Beauvoir, 1980).

Os judeus são “outros” para o anti-semita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Levi Strauss pôde concluir: “A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar os dados fundamentais e imediatos da realidade social. Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade”. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. (Beauvoir, 1980).

Nas formulações teóricas de Djamila Ribeiro, ela aponta que, se para Simone de Beauvoir a mulher é o outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, problematizando a questão da construção de uma essência do ser mulher, para Grada Kilomba (2010), a mulher negra é o outro do outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade. Compreendo que há então uma colonialidade epistêmica que

toma como a branquitude como modelo de humanidade, estando ausente de formulações as mulheres negras e indígenas, não é a toa que dos estudos que se propõe a pensar a mulher usuária de drogas, não encontrei estudos que abordassem o elemento raça como crucial para a análise. As parceiras de pesquisas se incluem nesta categoria de Outro pontuado por Kilomba, porém neste contexto outros marcadores sociais e da trajetória de vida como o uso de drogas, passagem no sistema prisional, vida nas ruas, adiciona um estigma que vai desumanizar essas vidas, dificultando assim a reciprocidade do olhar de outros sujeitos sociais.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro. (Kilomba, 2010, p.124)

Para Kilomba, ser essa antítese de branquitude e masculinidade impossibilita que a mulher negra seja vista como sujeito, a mulher negra então seria o outro absoluto para usar termos de Beauvoir. O olhar tanto de homens brancos e negros, e mulheres brancas confinaria a mulher negra num local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado. Neste sentido qualquer universalidade do termo mulher tem o perigo de generalizar experiências completamente distintas, e negligenciar a especificidade de experiências de ser mulher em um mundo marcado por opressões raciais.

Sojourner Truth é uma mulher negra, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797 e foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). Sojourner proferiu um discurso como uma intervenção na Convenção dos Direitos ds Mulher (Women’s Rights Convention) em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851 problematizando também o estatuto ontológico de ser mulher. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis, intelectualmente débeis, porque Jesus foi um homem e não uma mulher e porque, por fim, a primeira mulher fora uma pecadora (Davis, 1944):

Sojourner-truth: Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me

ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Quando nos propomos a compreender as mulheres, não podemos cair no equívoco de tomar como modelo a mulher branca e burguesa, pois as experiências de trabalho, lutas e resistências das mulheres negras e indígenas são completamente distintas das mulheres brancas. Sobretudo em uma sociedade com o histórico marcado pelo processo de escravidão que formou a nossa sociedade brasileira, compreender a influência dos marcadores sociais de raça e classe na constituição da mulher nos ajuda na compreensão do nosso universo de pesquisa.

Davis (1981) reflete sobre a idealização da mulher branca restrita ao ambiente doméstico e o contraste da mulher negra que já ocupava postos de trabalho tanto no ambiente doméstico, como no ambiente público no contexto do avanço do capitalismo industrial. A ideologia da feminilidade não considerava as especificidades de outras mulheres não brancas:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização - se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de mãe e dona de casa, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia.

No mês de setembro de 2016, ao final a roda de conversa que realizamos com as parceiras de pesquisa e outras mulheres convidadas pelas parceiras, na sede do Movimento de População de Rua, no Pelourinho, Janete, uma mulher negra jovem, fala da violência sofrida pelo companheiro e da sua revolta com a negativa de acesso a um serviço de proteção previsto na lei Maria da Penha: a casa abrigo. O serviço, segundo a lei, é voltado para todas as mulheres que sofrem violência doméstica. Foi a questão de Janete que me chamou atenção para a complexidade da condição de ser mulher, na rua e dos entendimentos com relação ao acesso as políticas voltadas para as mulheres. Foi a

partir da fala de Janete, que comecei a me questionar sobre a condição de ser mulher que estavam sujeitas minhas parceiras de pesquisa:

Eu estava sendo ameaçada pelo meu marido. Eu ficava com ele ali na Praça dos Correios, eu, minha filha e ele. A gente tava morando na rua e eu fiquei com medo dele e fui nessa delegacia da mulher. Eu não sabia como era isso, então neste mesmo dia que fui ameaçada, juntei meu dinheiro, deixei a menina com uma camarada e fui prestar a queixa. Fui muito mal tratada. Estava querendo falar das ameaças e a delegada perguntando se eu fumava crack, se eu tinha filho, que eu não deveria andar em certos lugares. Pedi a ela ajuda quase chorando, precisava sair da rua e ir para algum lugar. Ela me disse que existia a casa abrigo, mas eu não podia entrar porque era moradora de rua e usava droga e lá não aceita. Sai cheia de ódio, aquela não era uma delegacia para mulher? Então eu sou menos mulher? Não sou mulher não?

Sobre as diversas especificidades ou essas diversas mulheres contidas no “ser mulher” que estão submersas na categoria mulheres, Butler argumenta que, “além das ficções fundacionalistas” que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum (BUTLER, 2015, p. 20). Em seu livro *Problemas de gênero* – um dos principais marcos teóricos centrais para explicitar a invisibilidade de certos grupos de mulheres dentro do próprio movimento feminista – Butler (2015, p. 21) aborda a especificidade cultural singular dos significados de ser mulher em qualquer sociedade. A presunção política de ter que haver uma base universal para o feminismo, que define o que é ser mulher a partir de uma base universal de dominação patriarcal e masculina, acaba por presumir o que é ser mulher, como um sujeito universal do feminismo. Precisamos compreender, nesse contexto, a complexidade e a diversidade imbuídas no que é ser mulher em nossa sociedade, para que possamos nos debruçar sobre este tema, compreendendo que a concepção de mulher não pode ser presumida e definida a priori.

Segundo Butler (2015, p. 20) a crítica feminista também deve compreender como a categoria “mulheres”, a sujeita do feminismo é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação. Butler reconhece que o gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente - raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado.

Quando falamos no conceito de gênero, evocamos os trabalhos de Butler (2015) para afirmar o gênero como um processo interpretado e adquirido e não como um conceito biológico inato. Para Butler, o gênero, e também o sexo, são construções culturais, que

devem ser compreendidas no marco de cada cultura em específico. Scott (1989) é outra autora que nos ajudará a compreender gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1989). É possível ter uma leitura sobre as relações sociais e a prática do uso de drogas em termos de gênero, tendo em vista que vivemos imersos em uma assimetria, que faz com que as mulheres estejam sempre em uma relação de subalternidade em relação aos homens. O poder em nossa sociedade se constitui a partir da supremacia masculina branca, neste contexto veremos que não só o gênero, mas também classe social, raça e sexualidade serão determinantes das relações de poder.

O debate em torno do conceito de gênero inicialmente vai aparecer entre as feministas americanas como uma qualidade social das distinções baseadas no sexo. Este conceito surge como uma crítica e negação ao determinismo biológico que preconcebia comportamentos a partir do que era denominado de “diferença sexual”, no lugar disso, o conceito de gênero traz uma lógica relacional. Mesmo que aponte para uma perspectiva relacional, gênero neste momento, na década de 80, aparece como sinônimo de mulher, para indicar uma seriedade acadêmica das produções sobre mulheres, numa busca de legitimidade de algumas feministas (Moraes, 2011).

Segundo Scott, o uso do conceito de gênero rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. Neste sentido, observar as especificidades do consumo de drogas entre mulheres, nos ajudará a compreender como a violência da desigualdade de gênero produz vulnerabilidade feminina ligada a situações de discriminação.

A temática do consumo de drogas entre mulheres nos fornece elementos para refletir a especificidade desta prática no contexto de uma sociedade construída a partir da desigualdade social, racial, sexual e de gênero. Refletir sobre o consumo de drogas entre mulheres requer também perceber os imaginários sociais que constroem papéis sociais fixos para mulheres, circunscritos ao âmbito doméstico – sendo a mulher usuária de drogas considerada um desvio de uma determinada norma de gênero. Faz-se

imprescindível tomar com maior profundidade a especificidade do universo feminino, pois acredito que não há como produzir uma intervenção no campo dos consumos de drogas sem considerar alguns marcadores sociais que se mostram como elementos estruturadores das relações sociais.

O imaginário social sobre mulheres usuárias de drogas está permeado pelo discurso da loucura, promiscuidade, agressividade, e desajuste com o papel social dito feminino (Campbell, 2000). Segundo Oliveira e Santos (2007), o consumo de drogas ilegais entre as mulheres leva consigo uma carga emocional de desgosto e medo do público, carga esta que está relacionada com a associação da concepção do consumo de drogas como um comportamento socialmente desviante (Becker, 1966); com os papéis sociais e culturais hegemonicamente destinados às mulheres brancas, quais sejam: mãe, esposa e cuidadora da família; e os papéis sociais e imaginário social destinado a mulheres negras, que já ocupavam os espaços públicos a partir da sua força de trabalho e que eram vistas pelo olhar desumanizador do racismo como incapazes do exercício da maternidade e criminosas. Nesta perspectiva, a mulher que adota o consumo de drogas está contrariando tais normas sociais.

Desta forma, quando falamos sobre os aspectos culturais do consumo de drogas, as questões racial e de gênero se coloca como imprescindíveis para a análise. Neste sentido, Campbell (2000) aborda que em uma sociedade patriarcal e racista mulheres que fazem uso de drogas ilícitas incorporam falhas sociais e recebem pesadas sanções sociais. O consumo de drogas entre as mulheres, abordado no contexto da sociedade estadunidense por Campbell (2000), compreende a expectativa social de estímulo e de indução a uma intensa pressão social sobre a mulher, para que ocupem o lugar que classicamente a supremacia masculina branca tem buscado designar a partir da lógica de subalternidade ao masculino. Neste sentido, o consumo de drogas se mostra incompatível com a realização destes papéis sociais e segundo a autora:

“[...] o uso de drogas por parte das mulheres apresenta na cultura popular como um sintoma de outras formas femininas de desvios tais como a prostituição e o lesbianismo [...]” (Campbell, 2000)

Apesar da literatura científica evidenciar os danos individuais e sociais causados pela droga, associando principalmente o uso de crack a saúde materno-infantil (Mangaroni, 2010, Mangaroni e Oliveira, 2012, Yamaguchi, Cardoso, Torres e Andrade, 2008), pouco conhecimento científico se tem produzido examinando a partir da perspectiva

intersubjetiva e social, remetendo as vivências e os significados que o crack tem na vida destas mulheres, as múltiplas violações de direitos e as barreiras no enfrentamento dessa problemática.

Segundo dados da pesquisa nacional sobre o consumo de crack e outras drogas (Bastos, 2013):

As mulheres usuárias de crack e/ou similares encontram-se inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e apresentam baixa escolaridade, experiência cotidiana de viver em situação de rua, histórico de violência sexual, uso concomitante e intenso de drogas lícitas e ilícitas, uso infrequente de preservativos, troca de sexo por dinheiro e/ou drogas, entre outros elementos de vulnerabilidade individual e social.

A trajetória dessas mulheres, marcada pela desigualdade de gênero e pela inserção social precarizada, se torna ainda mais adversa, no contexto do uso abusivo de drogas ilícitas e sua inserção nas cenas de uso. A pesquisa aponta também que as mulheres costumam enfrentar barreiras relevantes quanto a acessar serviços de tratamento especializado, onde são, frequentemente, vítimas de discriminação e preconceitos, e têm suas necessidades específicas simplesmente ignoradas (Green, 2006).

Segundo Nuria (2006, p.77) é provável que distintos elementos do contexto que formam a construção de gênero de ser mulher em nossa sociedade, influenciem na forma em que as mulheres usem drogas ilegais. Segundo Pardo (2009) não faz muito tempo que o consumo de drogas era uma conduta que se mantinha na população masculina adulta. Segundo o autor, com a modernização da sociedade e a redução da desigualdade de gênero, as mulheres passam a assumir condutas tipicamente masculinas, entre elas o consumo de drogas ilícitas. O autor coloca que segundo o seu desejo de conquistar a igualdade com os homens, as mulheres imitaram certos comportamentos característicos do público masculino. Percebo que Pardo parte então deste olhar patriarcal que enxerga a mulher como o contraste do homem. Responsabilizar as conquistas da igualdade de gênero pelo consumo abusivo de drogas entre as mulheres é irresponsável e desconsidera que as violências de gênero podem ser os grandes responsáveis por um uso mais descontrolado de crack como observei na presente pesquisa. Os caminhos que levam as mulheres a recorrer ao uso de uma substância são diversos e não podem ser essencializados, nem imaginados pela subjetividade masculina.

Campbell (2000) ao abordar o campo de estudos sobre uso de drogas e mulheres percebe que as preocupações com a justiça social – a exploração da vulnerabilidade

econômica, política e social das mulheres – são deslocadas pela ênfase na atividade biológica e endocrinológica. A pesquisa de drogas com ênfase em gênero investiga a maior "vulnerabilidade biológica" das mulheres ao vício por interações entre os hormônios sexuais e os neurotransmissores. O reducionismo biológico, segundo a autora, nos impede de atender a questões de valor, julgamento e parcialidade na pesquisa e tratamento específicos de gênero e não apresenta outras formações sociais – raça, etnia, sexualidade e classe – que se cruzam com o gênero na experiência de análise do uso de drogas em pesquisas científicas. A diferença de gênero é combinada com a diferença biológica sexual em estudos recentes sobre gênero e os efeitos farmacológicos de drogas ilícitas.

Os estudos se concentram nas diferenças metabólicas entre homens e mulheres, mostrando que as necessidades das mulheres diferem das manifestações masculinas em termos biológicos e não socioculturais. A questão que Campbell aborda é, se é possível reconhecer que as mulheres que usam drogas de maneira abusiva enfrentam problemas específicos de gênero, sem reduzi-los a questões de metabolismo individual?

O foco exclusivo na vulnerabilidade biológica das mulheres produziu resultados problemáticos no campo das pesquisas. Campbell considera um recente estudo financiado pelo NIDA por Scott Lukas no Harvard-affiliated Alcohol and Drug Abuse Research Center. O estudo descobriu que a cocaína afeta homens e mulheres de forma diferente porque "as flutuações hormonais desempenham um papel importante nas respostas das mulheres à droga". Realizado em apenas seis voluntários de cada gênero, o estudo negligenciou a raça, a experiência anterior de drogas ou a localização social - qualquer coisa além do gênero que poderia ter feito a diferença nos resultados.

A interpretação desta descoberta foi que as mulheres eram "muito menos sensíveis" à cocaína. Curiosamente, os homens não eram "muito mais sensíveis", apesar dos efeitos mais rápidos e "significativamente mais episódios de euforia, ou bons sentimentos, e disforia, ou sentimentos ruins" do que as mulheres – a reflexão se baseou na idéia simples do contraste, compreendendo homem como o oposto da mulher. Essa estrutura de reflexão binária reduz a complexidade inerente à prática do consumo de drogas entre mulheres.

Neste sentido cabe refletir a importância de um olhar voltado para uma certa interseccionalidade (Crenshaw, 1994) necessária para a compreensão da multiplicidade

de opressões que atravessam a vida dessas mulheres, o que nos auxilia na reflexão acerca da complexidade da política sobre drogas a partir do foco em uma economia de gênero.

3.2 As parceiras de pesquisa e suas trajetórias pessoais:

Apresentar as histórias de vidas via trajetórias pessoais das mulheres que participaram desta pesquisa é um importante caminho metodológico para compreender como a política sobre drogas se corporifica no cotidiano, como suas opressões se materializam e reforçam violências de gênero. A cultura de uso para além de um conceito, se percebe na vida prática, nas trajetórias que demonstram certa reflexão que tentamos construir nesse trabalho. Essas trajetórias se tornam paradigmáticas para a compreensão do engenhoso projeto envolto na nossa política sobre drogas brasileira.

Neste trabalho o esforço será o de compreender a cultura de uso a partir das práticas observadas em campo e das histórias contadas pelas parceiras de pesquisa. O retorno à infância, à adolescência e a episódios marcantes na trajetória do uso de drogas das parceiras, possibilitou a compreensão das mulheres antes do seu encontro com a substância psicoativa (Korman, 1995) e após este encontro. Indagar sobre as suas vidas antes de passarem a usar crack foi uma estratégia eficiente para levar os sujeitos de pesquisa a refletir sobre a sua situação de vida atual.

Optei pelo uso de trajetórias de vida, pois entendo que os conhecimentos produzidos sobre os indivíduos investigados só são passíveis de compreensão no contexto das experiências, tal como são vividas e tal como são definidas em suas narrativas. Utilizo aqui como referência o estudo de Becker sobre usuários de maconha, o autor se debruça no estudo da trajetória de vida de casos concretos de usuários de maconha. Becker faz generalizações, buscando estabelecer uma seqüência típica de mudanças na atitude individual em relação ao uso desses produtos ao longo da vida dos sujeitos, parto das trajetórias de vida, da formulação da cultura de uso para posteriormente trabalhar pontos específicos dessa cultura.

Começaremos conhecendo um pouco de Beatriz, parceira que conheço a cerca de oito anos podendo acompanhar vários momentos da sua vida, desde as gestações até os conflitos com o seu companheiro e também pai do seu último filho. Beatriz possui hoje 35 anos de idade, apesar de eu a ver como uma mulher negra, ao ser perguntada sobre a

sua cor, se define enquanto morena. Viveu boa parte da sua infância e adolescência no Centro Histórico de Salvador, residindo atualmente no bairro de Pernambués. Nos encontramos sempre no largo do Terreiro de Jesus, que era também o seu local de trabalho. Na época em que eu a conheci, ela vivia nas ruas do Pelourinho, passando cerca de três a quatro dias seguidos sem comer só tomando cachaça e fumando crack. Hoje em dia trabalha como ambulante, vendendo bijouteria para os “gringos”, o que a ajudou a se organizar tendo verba fixa para cuidar do seu filho e manter a sua casa.

Beatriz teve ao todo seis filhos, mas só conseguiu criar poucos, tendo que delegar a outros familiares e até a conhecidas o cuidado de seus filhos, ela também havia sido criada por uma tia, pois sua mãe não tinha condições de assumir a sua criação. É muito apegada ao seu caçula, com quem se responsabilizou pelo cuidado desde o momento do seu nascimento. Tinha uma relação muito próxima com a sua mãe, que veio a falecer por conta da bebida, lhe causando um enorme vazio. Se orgulhava muito de ser parceira de sua mãe quando esta estava viva.:

A gente na verdade era parceira de droga, parceira mesmo. Minha mãe me doou para a minha tia lá de Camaçari me criar, ai ela me criou até os meus oito anos. Ai quando eu tinha oito anos ela foi lá e falou: “Eu quero a minha filha”. Ai eu vim pro Pelourinho e fui vendo a realidade da droga. Pelourinho era ponto de droga, eu morava em Camaçari e quando eu vim morar aqui onde eu morava era ponto de droga. A gente fumava aqui no Maciel. Depois a gente foi morar na Misericórdia, na 28 até ir pro gueto. Vim pra 3 de maio, pior ainda. Ai pronto já fui vendo o pessoal usar, veio essa curiosidade, de experimentar e eu fiquei drogada também.

Sua mãe nunca estudou, morava com um rapaz que a sustentava vendendo picolé. Beatriz não sabia bem do que a mãe vivia, mas fazia questão de enfatizar que não vendia drogas. Ela nunca conheceu o pai, mas também não fazia tanta questão assim. A sua infância foi marcada pelo uso de drogas e participação em projetos no território do Pelourinho:

Minha infância era assim... Quando eu estava cansada de fumar eu ia para os projetos. Ia para “Os nossos filhos” que era aqui na ladeira do São Francisco. Ficava o dia e depois ia para a Casa d’oxum dormir. Eu durmia lá, eles levavam a gente para passear, participar do circo Picolino, tinha muito mais abrigo. Tinha abrigo para menina e para menino. O dos meninos era Dom timotheo. Era bom, a gente se alimentava, tinha o nosso próprio armário, de boa.

Beatriz consegue nos brindar com uma reflexão necessária acerca da rede de abrigamento disponível neste território quando ainda era criança, comparando com o

que temos na atualidade. A partir da sua vivência, compreende que hoje em dia são poucos os abrigos disponíveis para as crianças, tendo sido fechado os abrigos que ela considerava de qualidade, com atividades lúdicas e educativas. Compreende que hoje consegue perceber mais crianças “largadas” ou totalmente “entregues ao uso”, dormindo nas ruas, sem maiores cuidados, pois elas não possuem mais o suporte de inúmeros abrigos como existia na sua infância.

Ao narrar a sua infância, Beatriz começa a me contar sobre quando iniciou o seu uso de drogas, quando tinha de 12 para 13 anos de idade:

É toda uma história. Começou com a maconha, ai depois bebi, eu cheirei cocaína e não gostei, não quis. Por último foi o crack. Eu tenho uma luta grande, às vezes dá uma recaída, ai eu começo a pensar que eu tenho filho, eu trabalho e não posso ficar de boqueira. Esse meu último filho que me deu uma segurada. Quando ele chegou eu melhorei, não quero perder ele.

Com relação a sua trajetória de uso de drogas, reflete sobre a sua luta para manter o controle no uso. Beatriz passou por alguns episódios no qual lhe foi retirado o direito a maternidade, embora não queira ou não consiga entrar com mais profundidade nesta questão, entende como a garantia do exercício da sua maternidade durante a gestação do seu último filho foi crucial para que ela atingisse o uso controlado de drogas e passasse a organizar a sua vida para a chegada da criança. É neste momento que Beatriz diminui o seu uso de drogas, vai em busca de serviços socioassistenciais e de redução de danos para garantir o seu cuidado e consegue organizar a vida não mais em torno do uso de drogas, mas da sua maternidade.

A chegada na situação de rua ocorre aos 20 anos e segundo Beatriz, foi por causa de macho. Como ela brigava muito com a mãe, saía para a rua e não queria mais voltar. Sua mãe tinha um marido, e quando ela bebia ficava com ciúmes do marido com a filha, segundo Beatriz era porque ela era mais nova e bem cuidada, e o esposo da mãe a olhava com maldade. Essa situação de desconfiança da mãe deixava Beatriz possessa de raiva, fazendo com que ela buscasse dormida defronte ao estacionamento na ladeira da ordem terceira de São Francisco no Pelourinho, ou na Coelba. Foi no Pelourinho que conheceu a sua família da rua, carinhosamente chamada de maloca por Beatriz. E foi também onde conheceu o pai do seu filho e o seu principal agressor.

O problema da sua vida sempre foram os homens, desde o marido da sua mãe até seus maridos que a agrediam fisicamente. O seu agressor, pai de seu filho Aipim foi o

homem mais cruel que ela já teve, causando traumas até hoje lembrados. Foi durante a sua gestação que decidiu abandonar o companheiro e se engajar em práticas de cuidado. Os serviços de cuidado no centro foram citados como importantes no suporte a essa mudança de vida. Beatriz ainda faz uso de crack, agora de forma controlada, conseguindo se estabilizar indo morar em uma casa em Pernambués e articulando a credencial com a prefeitura de Salvador para poder trabalhar com venda de bijoutherias no Centro Histórico.

Beatriz me conta com muita tranquilidade que não pretende deixar de usar drogas, mas entende que não poderá mais retornar a usar de maneira tão abusiva como fazia antigamente, se deixavando muito largada a ponto do seu ex-companheiro lhe violentar de diversas formas. Durante a nossa conversa, se alterava muito sempre que falava do ex-companheiro, seu agressor, refletindo que os momentos em que ela fazia o uso mais abusivo era quando sofria as violências físicas, emocionais e sexuais do ex-companheiro. Cada vez que ela fraquejava, usava a pedra sem parar, ele a humilhava, Beatriz entrava em uma tristeza profunda que só anestasiava com mais cachaça misturado com crack. Quando percebeu os motivos que a levava a ter esse uso, decide se separar do companheiro conseguindo assim regular melhor o seu uso de crack. Essa regulação é muito atribuída ao seu último filho, que segundo conta foi o responsável por salvar a sua vida.

Catarina é a parceira mais jovem, com 22 anos de idade, se declara como negra e com relação a sua escolaridade estudou até a segunda série. Conheço Catarina a cinco anos e me recordo até hoje do nosso primeiro diálogo: ela estava com uma conta de Ogum no pescoço e eu com a conta de Oya. A identificação foi imediata, ela me conta do enredo de Ogum com Oya, dois orixás da guerra, que foram inclusive amantes. Catarina estava nesse mundo para vencer a sua guerra do dia a dia, seguindo assim o seu fundamento que lhe foi dado por Ogum.

Catarina mora em um espaço improvisado na rua, feito com maderite em uma cena de uso de crack, porém vai de vez em quando para a casa de sua mãe no bairro de Tancredo Neves, todo final de semana e demais datas comemorativas prefere passar com a sua mãe, reservando os dias de semana para ficar na correria do Centro. A mãe de Catarina é auxiliar de classe de uma escola pública no Arenoso, segundo me conta “quase uma professora”. Todos os seus irmãos estudaram lá, menos ela. Desde muito

cedo sentia a diferença no tratamento dos irmãos que tinha tudo e dela que não tinha direito a nada. Se perguntava sempre o que acontecia com ela para ser tratada daquela forma.

Conheceu o pai, que não é casado com a mãe, mas nunca teve um contato próximo com ele. Catarina sequer sabe o que ele faz para sobreviver. Cresceu só com a mãe e os irmãos e até certa idade tinha uma boa convivência. Foi parar na rua por conta de amizades lá de Tancredo Neves, quando ela ficava na rua até mais tarde com umas amigas. Essas amigas a introduziram no uso de algumas drogas segundo me conta. Atualmente faz programa de vez em quando, trabalha como tráfico e descuida. Quando perguntei a ela o que era descuido, me conta que é tipo um roubo, mas a culpa no caso seria da vítima, que deixou o objeto exposto, descuidado em qualquer lugar, pedindo para ser levado. Geralmente a culpa do descuido é de quem deixou ser roubado.

A sua entrada no mercado de crack aconteceu a partir da sua inserção no sistema prisional, quando foi presa pela primeira vez sem portar a droga. Como já foi debatido no primeiro capítulo, o sistema prisional baiano é hoje marcado por facções que disputam de dentro do presídio o controle dos territórios do mercado em Salvador. Catarina descreve com muita raiva da sua primeira cadeia, quando foi pega no Gravatá:

Eu fiquei 8 meses presa, esperando ser julgada. Foram os piores 8 meses da minha vida. Eu fui pega usando, não estava traficando, não tinha nem flagrante! O policial quando me levou ficou repetindo que eu era muito jovem para estar na rua jogada daquele jeito, que aquele não era lugar de mulher. Eu nunca tinha ido na cadeia, nunca participei de facção, mas uma vez lá dentro não tem como não se envolver.

Percebemos na fala de Catarina o caráter sexista dos operadores da lei que enfatizam a incongruência do lugar da mulher ocupando uma cena de tráfico de drogas. Diversos são os relatos de prisões que acontecem nessa época sem que a acusada sequer porte a droga. Acompanhei a passagem de Catarina pelo Presídio Feminino, e pude perceber um maior engajamento com atividades ligadas ao mercado de drogas no centro da cidade, após saída do encarceramento.

Catarina cita este momento como crucial para que ela aprendesse a se virar na rua. Depois que passou pela cadeia, Catarina disse que passou a ser mais reconhecida e cuidada pelo comando. O trabalho na venda de drogas é levado muito a sério por Catarina, e é o que a impulsiona a não descontrolar no uso. Separa alguns dias para entrar no reggae e usar crack, e os outros para o trabalho. Catarina iniciou o uso de

drogas com o uso de maconha e depois crack, passando para a cocaína. Atualmente a droga que mais gosta é a maconha, crack só faz uso de vez em quando, atribui a sua adesão ao controle a partir da sua inserção mais qualificada no comércio de crack, quando passa a ter mais responsabilidades.

Chá Preta é uma das minhas principais parceiras de pesquisa, nos conhecemos a cerca de dez anos. Possui 31 anos, se define como negra, é lésbica e estudou até o primeiro colegial, tem dez anos que não vai na escola, mas tem muita vontade de retomar os estudos. A sua correria é vender balas, mas já guardou carro, já trabalhou de cordeira no carnaval, já catou latinha e também já trabalhou no tráfico. Chá Preta fala com orgulho que é correria e que tudo o que aprendeu na vida ela deve a rua, que foi a sua principal escola.

Passou a morar na rua porque foi violentada pelo companheiro da mãe. Este fato ainda mobiliza muito Chá Preta, pois ela guarda um rancor porque a sua mãe não acreditou na sua fala, confiando na fala de um homem. Sua mãe estudou até a quarta série e é empregada doméstica. Segundo conta, já foram morar em São Paulo, onde sua mãe conseguiu comprar uma casinha, mas ela teve que deixar tudo por causa de Chá Preta, fazendo com que a sua mãe venda a casa em São Paulo. Chá explica bem superficialmente que se envolveu com umas tretas em São Paulo, fazendo com que a mãe tenha que sair fugida com ela. Com relação a seus laços familiares me conta que muito recentemente tem retomado sua relação com seus familiares:

Tô voltando os laços familiares, to visitando minha irmã, minha mãe. Agora mesmo que eu to vendo minha mudança, hoje eu aceito, antes era muita raiva, é muita coisa que acontece na vida ta ligada? Enquanto mulher mesmo ta ligada? (olha no olho e se aproxima) Muita coisa errada acontece, é vida louca, mas, é uma coisa que eu quero esquecer o que eu sofri ta ligada (voz tremula)? Eu fui pra rua porque eu fui estuprada pelo meu padastro (fala baixinho), ta ligada? Eu fui pra rua por causa disso...(treme a voz e chora).Eu to me fortalecendo, indo na casa da minha irmã, da minha mae. A gente vence, ajudando a outra a gente se cura. Hoje em dia homem nenhum toca a mao em mim. Eu guerreio grandão

Casos que envolvem violência sexual na infância são exaustivamente relatados tanto pelas parceiras de pesquisa mais próxima tanto pelas demais mulheres que compõe o meu universo de pesquisa de vinte mulheres. Reflito essa questão com Chá, e ela me conta que boa parte das mulheres não estão na rua por causa da droga, como habitualmente se pensa, elas vão para a rua fugindo das violências que sofrem no ambiente familiar. Provavelmente se tivessem o suporte da família, não estariam hoje

vivendo em situação de rua. Embora entenda que a rua é um espaço de violências, sobretudo contra a mulher, Chá Preta conta um outro lado da rua. A rua foi e é para essa parceira uma importante fonte de aprendizado, é a sua escola, onde ela aprendeu a viver e a hoje ter orgulho de ser quem ela se tornou: uma mulher forte, corajosa, que conta com uma grande rede de suporte na rua, que é a sua maloca. Fala com orgulho que possui quinze anos de vida nas ruas do Pelourinho.

Quando chegou na rua a primeira coisa que fez foi cheirar cola com meninos no Pelourinho, não demorou muito para fazer amizades verdadeiras e perceber que na rua poderia constituir a sua família. Depois do estupro sofrido, pega um ônibus com apenas algumas mudas de roupa na mochila e sai revoltada aos quatorze anos para a rua:

Aconteceu isso comigo e não acreditaram em mim, não botaram fé, e depois quando minha mãe foi ver já era tarde demais, eu já era do mundo. Eu sou do mundo, do meu jeitinho. Depois que eu cheguei na rua, era barril...eu era bonitinha, novinha, eu não vestia de roupa de homem...Foi complicado, os caras vinham me pegar e eu tinha um terror, uma raiva, aí eu fui indo, levando a vida do jeito que eu te falei, na rua, vendendo, pedia. Comecei a andar com os pivetinhos no Pelourinho, aí vivia pedindo nos bares.

As estratégias para evitar violências sexuais na rua foi um dos principais ganhos apontados por Chá Preta, depois de tudo o que passou, se sente forte para enfrentar tudo. Já trabalhou no tráfico, começou como guarita, o que ganhava fumava de pedra. O pagamento era a pedra e um café da manhã todos os dias. Certa feita, vai para Arembepe, começa a fumar maconha e passou a vender também. Por conta de conflitos com o tráfico local, Chá Preta sai de arembepe e retorna ao Pelourinho.

Ai teve um dia que eu fiquei um dia fora e fui para Arembepe, cheguei lá comecei a fumar maconha, ficava lá destilando e vendendo lá, maconha. Aí o bicho pegou lá, eu aprontei, os caras estavam querendo me cortar no aço. Eu tava demais. Porque outras bocas não estavam tendo o lucro que eu estava tendo, eu vendia de quantidade, foi a briga do tráfico mesmo, aí eu tive que partir.

Chá Preta, durante todos esses quinze anos de vida nas ruas, acessou uma diversidade de projetos que historicamente atuaram no centro. É uma figura conhecida em todos os serviços de cuidado do Centro Histórico, além de ser muito considerada entre o povo da rua. Por onde passa comprimenta e é cumprimentada por muita gente. Chá acredita a sua mudança de vida por conta de amizades da rua que passaram a fortalecer ela, a se preocupar de verdade. Os vínculos constituídos com profissionais de saúde dos serviços é também apontado como um importante momento para a sua mudança de vida. Ser cuidada por uma diversidade de serviços, aumentou a sua auto-estima fazendo com que

ela aprendesse com o seu cuidado a cuidar da sua rede. Ela é uma referência de cuidado na rua, com outras pessoas que estão na condição que ela um dia esteve. Diz querer mudar de vida, para mudar a vida dos seus e das suas camaradas na rua. O seu compromisso político e afetivo com a rua é enfatizado a todo momento em sua fala:

Eu posso sair da rua, mas a rua nunca vai sair de mim.

Chá me acompanhou durante todo o processo de pesquisa desde o começo, foi com ela que compartilhei as principais questões e ao seu lado foi possível também construir o núcleo local da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionista que abordarei mais adiante. Chá é uma liderança entre as mulheres, bem como entre as parceiras de pesquisa. Todas as parceiras aqui citadas tiveram participação na formação da rede, mas Chá sempre se colocou do lugar de uma liderança política, o que a destacava das demais.

Ingrid se define como negra, tem 31 anos e estudou até a 6^a série, atualmente tem cinco anos que parou de estudar, mas pretende voltar. Para voltar a estudar, tem que ter oportunidades, pois é muita correria para sobreviver, se organizar, ter um canto para descansar, se proteger das violências cotidianas, segundo conta. Hoje mora em sua casa, porque está recebendo um auxílio aluguel da prefeitura, possibilitando a sua saída da rua tem seis meses. Reside na 7 portas, popularmente conhecido como Pelaporco.

Possui três filhos, que moram com a mãe que tem 57 anos. A sua mãe voltou a estudar de noite, e hoje trabalha na copa de uma Clínica de Saúde Mental, voltada para internação em casos de transtorno mental e uso de drogas. Não tem contato com o pai, mas sabe que ele trabalha em um depósito de bebidas. Cresceu com a sua avó em Meireles, no Pero Vaz, Liberdade. Foi criada pela avó, que cuidava de mais um casal de primos. Sua mãe morava em outro bairro, e elas viveram separadas durante a infância. Só depois dos dez anos que ela começa a ir nos finais de semana para ver a mãe.

Sua infância foi suave, segundo conta, porque foi infância sendo criada com avó sem atribulação. O que marcou a sua infância foi os seus quinze anos com a surpresa que pai fez. Ele não tinha aparecido a muitos anos, e no dia no aniversário de quinze anos ele apareceu, junto com sua mãe e deram uma festa para ela. Esse episódio ficou marcado em sua memória, pois ela nunca tinha tido a experiência de ter um festão de aniversário.

Quando conversamos sobre o início do seu consumo de drogas Ingrid relata:

A primeira droga que eu usei foi a maconha, com 17 anos, foi massa. (Risos) Fumei com a minha cunhada em casa de quebrada. Aí depois eu comecei a fumar na escola e já tinha aquela galera mesmo, a gente se juntava e antes de ir pra casa tinha que fumar um, e aí aquela onda. Depois veio o crack, eu tinha uma camarada que eu fumava pitilio e ela fumava a vera, aí ele ficava dê um pau que é mais forte. Eu comecei no piti. Aí a parceira disse que a vero era mais forte aí eu gostei e fui.

Começou a morar na rua porque teve problema no bairro por causa de droga:

Aquela agonia. Eu comecei a usar e começou a dar problema no bairro, comecei a vender minhas coisas, naquela agonia. Nessa época eu já morava com a minha mãe. Quando eu tinha 20 anos que eu sai de casa e fui para a rua, fui para o Pela. Tenho 8 anos morando no Pela, antes eu ficava com a minha mae no IAPI.

No momento da pesquisa estava trabalhando com a pesquisa sobre o levantamento sociodemográfico da população em situação de rua, a partir da sua vinculação com o movimento nacional de população de rua, que inclusive foi facilitado, pois iniciamos rodas de conversa neste espaço, o que proporcionou a Ingrid se engajar em atividades no movimento social. Antes desse trabalho, trabalhava com reciclagem e faxina.

A sua mudança de vida é experienciada a partir do momento em que começa a reconhecer as violências sofridas pelo companheiro, percebeu que estava “muito pra frente” e começa a construir estratégias de controle. Em sua fala, descreve a importância dos serviços de cuidado que atuam no território como determinante para o seu engajamento em outras práticas que não unicamente o uso de crack.

Dandara é a parceira de pesquisa que junto com Chá me acompanhava nos meus trajetos em campo e me ajudou muito a pensar as questões de pesquisa. Possui 30 anos, se declara como negra, e possui ensino fundamental incompleto. No momento da pesquisa residia em São Caetano, estando a dois meses que havia saído da condição de rua, no Pelaporco. Possui um filho de três anos que mora com a sua irmã. Sua mãe faleceu em 2010, com 40 anos. Relata que tinha uma ótima relação com a mãe, pois a sua mãe era uma guerreira:

Eu gostava tanto da minha mãe que eu queria ficar na rua para não dar trabalho em casa para ela. Porque eu pensava assim, chegar em casa, suja fedendo, para ainda dar trabalho para minha mãe? Eu preferi estar na rua. Ela dizia: “Não minha filha, eu te amo assim mesmo, fica aqui mais eu”. Eu dizia, “não minha mãe, vou ficar na rua”. Ela ia me buscar. Aí ela ia na rua me buscar, aí ia ela e Henrique, meu padastro.

Seu pai faleceu quando Dandara tinha 2 anos, ele era o maior assaltante do bairro do marotinho, morreu com 21 anos. Relata nunca ter tido muito contato com ele, e se teve

não se recorda. A sua mãe morreu de infarto, com 40 anos. Segundo Dandara a mãe morreu de desgosto:

Já tinha eu pela rua lutando por mim sem saber o que fazer, depois meu irmão começou a roubar e juntou uma coisa com a outra. Eu já presa porque eu fiquei presa no CAM (centro de medida socioeducativa) 1 ano e 7 meses, ela ficou muito abalada. Por parte de mãe eu tenho 4 irmãos, de pai eu tenho 5. Mainha vendia cafezinho e trabalhava em frente ao moinho salvador no comércio perto da receita federal.

Passou a sua infância na chamada antiga convivência, no bonocô. Segundo conta era um abrigo de convivência para menores de idade de 7 a 10 anos. Na maioria do tempo, fugia da pobreza de casa e ia para abrigos municipais, revelando como a condição de pobreza é também crucial para traçar as experiências na vida de Dandara:

Eu parei no abrigo porque eu pedi para o juizado para ir lá para diminuir a despesa na casa de minha mãe. Eramos quatro, não tinha pão direito, não tinha café... Meu irmão pequenininho queria mingau e nada. Aí eu pensei, agora que eu sou grande vou me virar, eu tinha 11 anos, eu mesma fui no projeto axé e pedi para ir para a convivência. Mainha ia me ver nos finais de semana, antes dos 11 eu convivia com a minha mãe em São Caetano na casa de mainha. A minha infância era fazer cursos e teatros. Uma lembrança ruim que eu tenho da minha infancia foi quando a minha mãe começou a conversar que não tinha mais condições de ficar com a gente, que teria que dar para o juizado, porque ela vendia cafezinho e mostrava quanto tinha rendido. Dava no máximo 40 reais. E tinha a luz, o gás, e ela no desespero sem saber como pagar, aí eu falava, eu vou aqui e volta e sumia. Do que adiantava uma boca a mais? Eu preferia viver a minha vida só, toda vez que eu tinha um dinheiro eu ia lá. E representava, fazia a feira pra minha mãe. Eu ficava em varios abrigos, todo final de semana eu ia pra casa e quando dava segunda eu voltava para o abrigo. Foram vários abrigos, Julieta Calmon, Casa D'Oxum, várias.

A infância de Dandara é marcada por estratégias para driblar as adversidades da sua condição de pobreza, podemos compreender a partir da sua fala o acesso a serviços de abrigamento voltado para infância, que foi responsável por garantir que Dandara pudesse ter refeições e se inserir em projetos sociais. Narra com muita dor o episódio do falecimento da sua mãe quando tinha apenas 16 anos, o que fez ela voltar para casa.

Quando eu voltei de vez para casa foi depois que minha mãe morreu, cheguei e a minha irmã dizia que la não entrava droga, que era para eu voltar pra rua, porque não queria sentir cheiro de maconha. Ai eu passei a me jogar, não tinha mais minha mãe para me apoiar e depois que minha mãe morreu minha irmã cresceu pra mim. Ai quando eu engravidei eu parei a droga e voltei pra casa. Ficava com o meu sobrinho dentro de casa de boa, aí ela fugiu com o meu filho. Minha irmã sumiu com o meu filho. A gente morou junto um bom tempo, só os irmãos. E ela só falava, a casa é minha, está em meu nome! Ai eu passei a ter raiva e fui embora, fiquei ali no pelaporce mesmo.

Inicia o seu uso de drogas com a maconha aos 10 anos na escola. O crack, começou a fumar logo depois que foi estuprada pela primeira vez. Relata que começou a fazer

programa por um tempo, tendo início a esta atividade, pois havia sido estuprada na rua por um grupo de homens. O estupro fez com que ela fizesse o uso abusivo de crack, gerando um sentimento de desprezo com relação ao próprio corpo:

Eu comecei a fazer programa foi depois de ser estuprada, eu tinha 12 anos só e depois que me estupraram eu descuidei do mim e resolvi fazer programa na pista do calabetão.

Trabalhou também no posto de guarita tendo sido traumatizante por conta das violências policiais que sofria:

Ser Guarita é você ser olho do traficante, a minha experiência foi péssima. Porque Batmam e rob (dois policiais) veio e me quebrou toda, eles pegam os nossos cachimbos para poder fumar, eles fumam e cheiram. Pega a droga e fala esse daqui é o doce, guarde um desse pra mim que amanhã eu venho buscar. Ai eu dava logo que eu nao qria tomar pau da policia.

Dandara relata que é uma sobrevivente da rua, exhibe as marcas de violência espalhadas por todo o corpo e se orgulha de hoje saber brigar, se defender sozinha e defender outras mulheres na rua. Atualmente vive de pequenos bicos com o tráfico e algumas correrias que aparecem no centro como descarregar caminhão. Prefere evitar o trabalho de guarita, pois já viu algumas parceiras morrer com esse trabalho, e programa também não rendia muito, além dela sofrer muita violência.

Quando começou a conhecer projetos, a partir da sua ida aos abrigos, lhe foram ofertadas possibilidades de cursos e oficinas. Um novo mundo se abriu para Dandara, que se apegou a estas oportunidades, passando a ficar menos tempo nas ruas do Centro Histórico. Sair das ruas, passar a frequentar toda uma rede socioassistencial foi crucial para que Dandara pudesse traçar outros caminhos, fugindo assim das violências que marcaram a sua infância e adolescência. Curso de teatro, oficina de crochê, de feitura de cadernos, curso de artesanato, Dandara passou a seguir em busca de projetos, pois para ela aprender coisas novas aliviava a sua mente do sofrimento vivido.

Dandara atribui a sua mudança de vida real, a partir do momento em que ela conhece toda essa rede, enfatizando os serviços que atuam na lógica da redução de danos. Ponto de Cidadania, Consultório na Rua e Programa Corra pro Abraço foram os serviços mais citados por Dandara, onde ela pôde frequentar cursos que abordava temas que era importante para a sua vida, podendo dessa forma refletir melhor sobre o seu uso de drogas, aprendendo a auto-regulação. Tendo boa parte do seu tempo ocupado com as atividades do projeto, tinha agora pouco tempo para pensar nos sofrimentos que passou

na vida, logo usava menos crack. Sempre que voltava a sua memória os estupros sofridos e as humilhações, o único remédio que anesthesiava a sua dor era o crack. Ao passar do tempo, Dandara me conta que os cursos dos projetos lhe trazia novos conhecimentos, sendo crucial para que pudesse aprender novos caminhos e dessa forma conseguir ter o controle no uso.

Mônica é outra personagem deste enredo, com uma vida marcada por múltiplas violências desde a sua infância. Possui 35 anos, se declara como negra e estudou até a 8ª série. Quando saiu da escola tinha 10 anos, e só saiu do por conta do falecimento da sua mãe. No momento da entrevista residia em um abrigo municipal, mas atualmente mora em uma casa alugada perto da casa dos atuais sogros em Camaçari. Sua mãe morreu de tiro na porta da cadeia, ao ir visitar o namorado. Na época Mônica tinha 10 anos e este fato é sempre lembrado por ela, pois a morte aconteceu no dia das mães, o que a faz odiar as comemorações dessa data. Sobre a sua mãe relata:

Eu estudava em colégio particular até o momento que ela estava viva; até a minha 8ª série. Até ela teve uma briga com uma mulher, neste dia ela tava pegando a ficha para entrar na cadeia, porque na época a gente pegava ficha. Ela tinha um namorado lá, eu era pequenininha... Não entendia de nada, não sabia de nada, não sabia da briga dessa mulher e dela. Aí um certo dia quando eu tinha 10 anos a gente foi visitar este presídio. Na penitenciária. Aí quando chegou lá, minha mãe brincou de picula comigo, uma coisa que ela nunca tinha feito, aí ela me bateu neste dia porque na hora da gente ir, aí eu acho que ela estava tendo um aviso porque o botão da bermuda dela quebrou. Aí ela pegava e me batia e eu ficava sem entender nada e perguntava “Minha mãe porque você está me batendo?”, aí ela “quando eu morrer você vai passar pelo que eu passei, vai viver o que eu vivi, porque a vida não é assim”. E eu a criança, não sabia de nada, não entendi nada.

Ela me batia quando eu fazia alguma coisa errada. Mas me dava de tudo. Amor, carinho. Aí eu peguei e dei a mão a ela, ela disse para eu pegar a outra bermuda, eu peguei, o elcê quebrou e ela me bateu de novo. Aí ela pegou e botou aquele negócio que bota nas fraldas das crianças, uma presilha, aí ela pegou e botou em mim. Aí eu tava brincando de picula também com as outras crianças que foram visitar seus pais no presídio. Aí eu perguntei: “Minha mãe posso brincar com Erica e Verinha?” Ela falou: “Pode brincar”. Aí eu fui, tudo que eu pedia nesse dia ela me dava, chocolate, ela dizia que podia, mas só depois de almoçar. Aí pronto, o horário de sair era quatro horas que apitava Piiiiiiiiiii e agente ia saindo da visita. Neste dia ela saiu cinco horas, pela primeira vez, eu brincava de picula e ela me abraçava, me beijava, parecia que estava se despedindo de mim, aí ela saiu e foi atravessar a pista. Eu vi a mulher bulindo dentro da bolsa, mas eu não sabia que a mulher tava pegando uma arma para atirar em mainha. Eu não sabia da briga, não sabia de nada. Aí ela apertou minha mão (tosse, engasga e tenta segurar o choro).

Neste momento do relato, pergunto a Mônica se ela quer parar com a entrevista e ela segue:

Eu quero falar. (choro) Eu lembro que todo ano a gente ia comprar presente para ela, porque era ela quem me dava de tudo, ela que pagava, eu só fazia escolher o que eu ia dar a ela no dia das mães. Eu dei uma blusa de seda para ela e uma sandália, uma sandália bonita que estava na moda na época. Comprei uma rosa pra ela, eu nunca me esqueço. Ai a mulher deu o primeiro tiro PÁ! ela nem olhou pra trás, a gente tava dado as mãos, porque ela sabia que ia morrer. Meus parentes mexe com esse negócio de macumba e o viado mandou dizer que a minha mãe ia morrer na véspera do dia das mães. E ela não botou fé, não acreditou e neste dia a gente estava indo para a casa do meu avô, porque ela fazia os trabalhos dela, além dela tomar banho daqueles bichos, no corpo todo, ela me dava também, eu lembro que eu chorava. Ai nesse dia ela ia pegar o ônibus, antes dela morrer e da mulher dar o tiro, para a gente ir na casa do meu avô para fazer limpeza de corpo, macumba. Ai na hora que a mulher deu o primeiro tiro eu estava de mãos dadas com ela, ela nem olhou pra trás, me empurrou ai falou assim: “minha filha não”, ai atravessou a pista ai quando virou a mulher deu que ela caiu de frente com a mão no rosto. Ai eu comecei a gritar: “Oh moça não mate minha mãe não moça” e as população das mulé que conhecia minha mãe tudo me segurando. E eu querendo ir pra cima. Tudo me segurando: “Mônica! Mônica!”, e eu : “Oh moça, vc não tem filho não? Não mate minha mãe não moça, me mate, mas não mate minha mãe”. Ai a mulher tava dando, eu vi que ela tava dando com medo, eu vi. Hoje eu falo por experiência porque naquele tempo eu não sabia nada disso. Não sabia de furto de roubo de droga de nada. De quem ta matando ou quem ta morrendo. Se a pessoa ta matando porque gosta de matar, ou quando ta matando com medo. Eu não sabia.

Sabe quel foi a treta, a minha mãe tinha dado um murro na cara dela e tomou a ficha número 1 para entrar no presídio, para ser a primeira a entrar na cadeia. Ai a mulher não deixou passar não, foi lá e cobrou. Minha mãe nem roubava. Era ligeira, descuidista. Ela pegava a bolsa das pessoas, tirava a carteira, tirava o dinheiro, e depois botava de novo, e ninguém via nada. Ela não me levava não, ela pagava para os outros me olhar. Mas eu pequenininha ouvia a conversa dela, de minhas tias, das parceiras delas, e eu ficava escutando aprendendo

Segundo Mônica, essa foi uma experiência marcante que determinou toda a sua vida. O seu atual marido já conhece como ela fica e cria estratégias para tranquilizá-la sempre no dia das mães. Este relacionamento foi determinante para Mônica conseguir se organizar. Mônica acumula uma revolta por todas as violações sofridas ao longo da sua vida:

Eu posso demonstrar assim ser uma pessoa dura, mas foi o mundo que me fez eu ficar assim, porque eu já apanhei, eu já fui estuprada, eu já fui cortada, eu já fui queimada, já fui maltratada, já fui feita como escrava, isso tudo, ai eu fiquei revoltada da minha vida, ai eu comecei a tirar a fome dos outros, os outros tirar o meu, mas antes de começar, eu fumava quieta, calada, chorando. Implorando, me humilhando...Fumar aliviava..

Mônica enfatiza ter sido nascida e criada no Pelourinho, tendo uma infância muito ruim. Depois que a mãe havia morrido, não teve mais o mesmo suporte afetivo:

Minha infância foi muito ruim. Depois que a minha mãe morreu eu não tive mais brinquedos, não tive mais amor, nem carinho. Eu não tive mais uma pessoa para dar a bença, pra se preocupar comigo, para eu contar os meus problemas, pra desabafar, e antes dos 10 anos eu tinha isso com a minha mãe.

Hoje eu vejo que muita gente tem mãe e não dá valor, e eu só queria ter a minha.

Quando a mãe faleceu foi viver com seus familiares, que a fizeram de escrava. Mônica repete em sua narrativa que o que ela vivia era escravidão, porque fazia todos os trabalhos domésticos e não ganhava salário. Era constantemente humilhada e espancada por seus familiares que a obrigava a cumprir com todas as funções destinadas ao cuidado da casa e de outras crianças mais novas. Começou a viver na rua, pois havia sido estuprada pelo tio aos 10 anos. Ela já havia presenciado ele estuprar uma prima recém-nascida e ela, ainda criança não compreendia o que estava acontecendo, diz ter conhecimento mesmo do que estava acontecendo depois de grande:

Eu falei com minha tia que ele estava bulindo nas minhas partes. Ele ficava passando minhas partes nas partes deles. Ela disse que era mentira minha, me bateu e deixou ele me bater também. E isso ele ficava me olhando com olho de ameaça nesse dia. Ai eu pensei, eu não vou dormir aqui não, porque esse homem pode me matar, eu vou é fugir daqui. Ai eu fugi pela janela. Tava todo mundo dormindo, neste dia fez tanto frio, aí eu fui pra prainha, fiquei na areia, na prainha. Aí tava aquele ventão, perto do mar você sabe como é né? Ai uma moça foi e me deu um lençol pra mim dormir, eu já tava toda melada de areia. Aí pronto, eu fui, fiquei com fome de manhã e fui buli no lixo, comecei a comer as coisas do lixo. Tinha maçã, banana, melancia...Aí depois eu passei a morar na casa de uma mulher lá na Mata Escura. Aí pra eu morar lá eu teria que ir toda semana na Ceasa pedir, se não ela me colocava pra fora. Ai eu arrumava tudo, fazia tudo. Fazia faxina na casa dela, e tinha que acordar cedo viu? E não podia faltar não.

A trajetória de Mônica na rua é marcada de múltiplas violências sofridas na tentativa de conseguir meios de trabalho para sobreviver na rua. Mônica sempre foi muito correria, e ostenta com orgulho as marcas no corpo das inúmeras brigas que já se meteu para conseguir se manter viva. Trabalhou no tráfico por cinco anos, mas o que gosta de fazer mesmo é descuido. No momento da entrevista estava grávida de sete meses. A sua gestação é mencionada como o marco transformador da sua vida. Depois que a filha nasceu, sai de vez da rua e passa o tempo em sua nova casa em Camaçari. O apoio dado pela família do companheiro, que passa a tratá-la como filha, é um fator apontado por Mônica pela sua melhora.

Mônica identifica que consegue aprender a controlar o seu uso depois que se entrega a sua maternidade e sai definitivamente das ruas, através do acesso a uma vaga para casal no abrigo municipal e depois de ter conseguido o auxílio aluguel, o que possibilitou que ela alugasse uma casa em Camaçari. O acesso a toda uma rede de serviços foi também apontada por Mônica como um fator determinante para “a sua melhora”, o que nos leva

a refletir que embora essa rede tenha dificuldades para o pleno funcionamento, é ainda uma opção que marca a trajetória de vida de algumas parceiras de pesquisa.

Luanda é uma das parceiras de pesquisa mais jovem, com 23 anos de idade, se declara negra, estudou até a 5ª série, quando interrompeu os estudos aos 14 anos. Saiu da escola por vários motivos, dentre eles o namorado e o uso de drogas que já fazia parte da sua vida. Luanda tinha problemas com seus familiares e no momento da entrevista estava grávida de cinco meses e morava em um abrigo municipal. Possui um filho de doze anos que mora com a sua irmã.

Nunca teve uma convivência intensa com a mãe, chegou a fazer algumas visitas a tempos atrás, mas acabaram se desentendendo por causa do padrasto fazendo com que Luanda rompesse de vez o vínculo com a sua mãe. O companheiro da mãe havia tentado estuprar Luanda sem sucesso, ao denunciar a mãe, está acreditou na história do companheiro brigando com a filha:

Porque meu padastro tentou me estuprar, mas não conseguiu. Eu falei pra minha mãe que ele estava mexendo nas minhas partes íntimas e ela não acreditou, preferiu acreditar nele. E aí eu resolvi sair de casa, eu tinha uns 13 anos. Aí eu comecei a morar na rua, a me envolver com vários tipos de pessoa. Minha tia foi na rua me buscar, foi aí que eu comecei a estudar de novo, voltei os estudos. Mas aí acabou que a minha tia faleceu, e eu voltei pra rua e fiquei até esses dias. E hoje não que eu to aqui no abrigo.

Os casos de estupro na infância foram apontados como a principal causa para o início da vida nas ruas, não só por Luanda, mas por Chá Preta, Mônica, Dandara e as outras mulheres que fizeram parte do meu universo de observação. Saindo assim do senso comum de que é a droga que leva muitas dessas mulheres para a rua, a cultura do estupro, a naturalização dos casos e a negação desses casos no âmbito familiar gera um processo de sofrimento intenso para as mulheres, que recorre muitas vezes ao uso da substância como forma de aliviar suas dores.

O pai de Luanda morreu quando ela tinha apenas 11 anos com problema nos rins, e ela era muito ligada a ele. Atualmente tem ligação com a sua irmã e mais dois irmãos. Quem a criou foi o pai e a sua companheira na cidade de Itabuna, interior da Bahia. Depois que “caiu no mundão” e veio para Salvador.

Com relação a sua infância, relata que tinha momentos bons e ruins. Os momentos bons foram os que ela curti com a família, o momento ruim foi quando ela foi para a rua e começou a se envolver com vários tipos de homens e drogas. Luanda iniciou o uso de

drogas pelo uso de maconha, depois passou a usar a cola, a cocaína e por último passa a fazer uso de crack.

Foi na rua conheceu Mário, seu companheiro e pai da sua filha, com quem está até hoje. Apesar de já ter sido espancada diversas vezes pelo marido, enfatiza que seria pior se ela estivesse sem ele na rua. Atualmente é sustentada pelo companheiro que trabalha como ambulante. Luanda e Mário saíram da rua e foram morar no abrigo municipal por conta da gestação de Luanda. Passados seis meses, o casal recebeu o auxílio aluguel e se mudaram para uma casa próxima da sua sogra, no bairro da paz. Este fator foi crucial para desencadear a mudança na vida de Luanda, que passa a se cuidar mais na medida em que é também cuidada pela sogra e se sente mais uma vez pertencente a uma família.

Por fim, temos Maria, parceira de pesquisa que me ajudou a compreender melhor a complexidade da violência sofrida pelas mulheres na rua. Maria possui 35 anos, se define como negra e estudou até a oitava série. Largou a escola nova, depois voltou mais velha e agora tem cinco anos que largou a escola de novo. Na adolescência largou a escola na quarta série, voltando já mulher. Voltou por sua própria vontade para a quarta série, para ocupar a sua mente. Fez até a oitava série e não foi pegar o resultado, mas tem muita vontade de voltar a estudar.

No momento da entrevista Maria vivia na rua Rui Barbosa, em um casarão ocupado pelo tráfico com o companheiro. Depois foi para o abrigo municipal e atualmente mora em um quarto na barroquinha. Sua mãe era cozinheira e profissional do sexo. O seu pai é policial aposentado e tem uma relação muito conflituosa com a filha. É nascida e criada no centro, a sua mãe veio muito nova quando o Pelourinho era conhecido como Maciel, nessa época ela conheceu o seu pai, que era policial no Centro Histórico. A sua mãe engravidou de Maria e logo depois eles se separaram – Maria tem mais contato com a sua mãe. Sua infância foi tranquila, sua mãe cuidava muito bem dela, o que irritava Maria era que a mãe tinha que trabalhar demais, recebia muitos clientes, então ela e a sua irmã tinham que viver trancada dentro de casa, porque não tinha ninguém para cuidar delas. A sua infância foi mais trancada do que solta, só ia para o colégio e voltava pra casa. Maria odia viver trancada.

Maria fala que passou a viver na rua, por causa de seu namorado que na época que vivia nas ruas e era usuário de crack. Na rua do Pelourinho, segundo Maria é possível fazer a

correria pra comer, usar a droga, pois o Pelourinho tem trabalho pra todo mundo. Com relação a trabalho, Maria é trabalhadora do tráfico e faz correria:

De dia eu vendo água na Praça da Sé, às vezes meu companheiro bota carro, essa é a correria do Centro Histórico. Rola de carregar barraca em dia de festa, as novas viram garçonetes... Esse é o corre do centro. Tem trabalho pra todo mundo, nem sempre é um trabalho bom, mas no centro você consegue fazer a correria.

Maria relata a sua participação em serviços de cuidado do território como cruciais para o desenvolvimento de estratégias para controlar o uso de crack em sua vida. Além do desejo dela de querer mudar de vida, passou a se engajar nas atividades dos serviços, sendo uma liderança política para outro/as usuário/as nos serviços. Conflitos com o seu companheiro que é agressivo com ela, por vezes desencadeia o uso abusivo de crack, mas reflete que hoje consegue retomar o controle com facilidade.

Podemos perceber que de maneira geral as parceiras que foram acessadas por essa investigação, possuem baixa escolaridade tendo abandonado a escola muito cedo, embora a grande maioria revele desejo de retorno ao ambiente escolar. A condição de pobreza é outro marcador importante para analisar as trajetórias pessoais das parceiras. Conflitos familiares, como abandono, rejeição, falecimento de genitores ou responsáveis pelo cuidado, episódios de estupro na infância por membro da família e as denúncias desses episódios que nunca são levados a sério é também outra recorrência que vai determinar os caminhos trilhados pelas parceiras. Casos de estupro no contexto da rua e violência física, emocional e sexual de companheiros são fatores importantes que desencadeiam certa desorganização psíquica, levando muitas parceiras a buscar conforto a partir do uso abusivo de crack.

3.3 Cultura de uso de crack das parceiras de pesquisa:

Estava com Edna junto com os seus filhos no casarão ocupado do centro. Hoje em dia, ela me fala que gosta de derreter olhando os seus filhos e dentro de casa para evitar covardia. Estava no bar do rasta tomando cerveja, ela me puxa e me pede para acompanhar ela no casarão que é a poucos metros de onde estávamos. Despistamos todas e subimos para o casarão. Subimos a escadaria improvisada, Edna deixa a os filhos na cama e me chama para o seu fumodrómo. Me mostra duas pedras e pede para que eu prepare. Aceitei o desafio. Amassei a lata, fiz quadro furos com o brinco. Edna cortava a pedra e fumava o cigarro para preparar a cinza. Peço para ela botar e ela me pede para fazer tudo. Coloco a cinza e a pedra na lata, antes de derreter, Edna me alerta:

- Isso você só pode fazer aqui, ou em algum lugar escondida. É queimação ficar no saci na frente dos outros, ninguém mais te respeita. Não faça isso com qualquer pessoa não viu minha nega? Me prometa.

Concordo com a cabeça, ela cai na risada, derreto e passo para ela. Gastamos toda a nossa lombra com Edna explicando as humilhações que já sofreu quando era sacizeira, fumava em qualquer lugar, com qualquer pessoa, em qualquer situação. Hoje ela só fuma com poucas pessoas e sempre próxima aos filhos, para garantir que nada lhe aconteça. Não nega que fuma, mas sempre lembra que é uma usuária que controla a crack e não é mais controlada pela droga.

Diário de campo, 16 de setembro de 2017.

Para melhor compreensão da cultura de uso de crack entre as mulheres, contrastei os dados produzindo durante entrevistas gravadas com as parceiras de pesquisa com a minha própria vivência participando em alguma medida de rodas de uso de crack, quando me foi permitido. O uso de crack se deu em momentos pontuais, sendo finalizado com o término do trabalho de campo. Produzir o contraste do que se diz com o que se vive me pareceu o mais rico para a produção de material para a presente investigação. Para além de registrar falas extensas sobre rituais de consumo de crack, foi particularmente interessante participar desse ritual, do meu lugar de antropóloga-usuária, com a certeza de que participar de tais rituais não teria a capacidade de produzir uma experiência de pertencimento tal qual as minhas parceiras de pesquisa, mas não posso negar que o aprendizado que obtive a partir da minha vivência foi crucial para aguçar o meu olhar.

Durante o trabalho de campo nos circuitos de consumo de crack, buscava compreender principalmente como se forma uma carreira de uso de crack a partir da análise de trajetórias de uso, tomando como base o método utilizado por Becker em 1950 com usuários de maconha. Assim como Becker, estava interessada em entender como as parceiras montavam o conhecimento necessário para iniciar o consumo de crack, como este conhecimento era adquirido e compartilhado na sua rede de sociabilidades, quais os métodos de aquisição do produto e como construía noções sobre formas seguras de uso da substância. Estava interessada em como se fixa e se constrói a cultura da droga, que para Becker significa um conjunto de entendimentos comuns sobre a droga, suas características e a maneira como ela pode ser melhor usada (Becker, 1966).

A partir da apreensão da trajetória de vida, pude compreender melhor as carreiras de uso. Por carreira de uso, entende-se uma seqüência de etapas reconhecidas e valorizadas pelos consumidores/as, a partir de suas experiências com a substância e dos modos de

reação que desenvolveram em relação aos vários controles sociais relativos ao consumo de drogas: segredo, maneiras de manter o uso de drogas e a postura diante da moral vigente (Becker, 1966).

No seu estudo com usuários de maconha, Becker (1966) identifica como certas atitudes individuais são modificadas a partir da experiência com a substância em suas etapas de aprendizado. Becker identifica três etapas: a primeira seria a etapa de aprender a técnica de uso da substância; em seguida viria o aprendizado acerca da percepção quanto aos efeitos e, por último, estaria o aprender a desfrutar os efeitos da substância. Depois dessa etapa, o consumidor passa por três outras etapas, a do iniciante, a do usuário ocasional e do uso regular. O estudo de Becker sobre as etapas de aprendizado com a experiência psicoativa foi um dos trabalhos que guiou as minhas observações de campo, de modo que pude perceber as categorias nativas que descrevem os níveis de aprendizado com a droga. Tanto na minha monografia (Malheiro, 2010) quanto na dissertação, a distinção entre sacizeira e usuária descrevem etapas distintas do uso de crack como bem explica Edna no trecho do diário de campo. A categoria de patrão não apareceu, pois o meu universo de pesquisa era composto por mulheres que não tem como ascender ao posto de patrão, destinado aos homens, mostrando como há a reprodução da lógica patriarcal neste espaço.

Com relação a este momento inicial de aprendizado, a maioria das parceiras colocaram que aprenderam a usar com a rede constituída na rua, incluindo também familiares, confirmando a concepção do aprendizado entre pares no início do consumo:

Maria: Eu comecei a usar no cigarro, no pitilho. Depois de anos eu conheci o cachimbo, eu boto a cinza, boto o crack e fumo. Eu não sei fazer o cachimbo, nem apertar beck eu sei, mas na rua eu me viro, na rua aprendi tudo.

Chá preta: Primeiro eu comecei usando cola, era massa. Mo onda. De vez em quando eu dou..Eu cheguei na rua e peguei logo amizade na rampa do mercado, ficava jogando capoeira. A primeira vez que eu fumei crack foi através da capoeira no mercado, de manhã a gente tomou um banho ali mesmo na rampa, ai o mestre mandou chamar eu e o parceiro e me jogou na roda. Esse parceiro me chamou, eu fumei com ele e gostei. O efeito é a maior onda, eu parei de usar tudo e fiquei só na pedra e na cachaça. Depois eu comecei a usar direto eu já roubei bastante. Quem me ensinou foi esse broder. Na época eu usava no copo de água mineral, depois passei do cachimbo, até a latinha. No cachimbo é melhor. Eu não faço o cachimbo eu compro.

Ingrid: Eu aprendi a fumar crack e a fazer o cachimbo na rua, com as parceiras mais velhas. O meu, eu faço com bateria de televisão, aquela bateria que vem o capacitor, a antena e o laminado ou o copo de água mineral. Para

fumar você acende o cigarro, bota a cinza em cima do cachimbo e bota o crack.

Dandara: A minha irmã quem me ensinou, Elaine. Ela me ensinou a fumar no copo. O copo grande a fumaça exala mais, o menor você puxa melhor. Vou pegar dois copos, um meu e um seu, aí ela me ensinou, você fura aqui o laminado com palito de dente, você bota o bagulho em cima com cinza e derrete.

Com relação às modalidades iniciais de uso do crack no campo estudado, as parceiras descrevem este momento inicial, que seria caracterizado por um maior descontrole da droga. Outro fato marcante no contexto estudado são os casos de violência sexual e de gênero como desencadeadores do uso abusivo de crack. Neste sentido, compreender a cultura de uso dessas mulheres é também perceber como as violências patriarcais tomam forma neste contexto de pesquisa e sobretudo como o crack é utilizado para aliviar sofrimentos gerados de violências de gênero:

Beatriz: Eu só queria saber de fumar no começo, eu fiquei doente por causa disso, era o próprio saci. Vc conhece Pin? Eu colava com ele. Eu não queria saber de mais nada, só de pedir, eu não trabalhava, eu nem tomava banho.

Maria: No começo eu usava demais, perdi vários kilos, fiquei bem magrinha. O que fez eu dar uma diminuída foi eu me olhando no espelho, e vi que já tava mal. Aí eu fui embora para o interior de novo, fiquei com minha família. Aí fui morar no interior com minha mãe que é de Itacaré. Mas eu tava a capa do batman, tipo uma sacizeira mesmo.

Ingrid: Foi um tempo de terror mesmo. Hoje eu não fumo mais tanto não, mas quando eu fumava muito e me descontrolava era por atribuição da rua mesmo, o estresse da rua, agora que eu tô mais de boa. É piora quando é mulher, o meu companheiro era uma pessoa psicopata, sempre andando de faca, aquela agonia, aquele estresse...aquela onda da cachaça..Por isso que neguinha se chapava logo e acabava logo com tudo. Era só porrada. Aí quando eu tomava porrada era que eu usava mais, e era crack a vero com cachaça, não tinha controle quando eu tava cheia de ódio.

Dandara: No tempo que eu usei mais foi quando eu perdi a minha mãe. Eu não entendia porque Deus tinha tirado ela de mim, eu fumava e conversava com ele: Minha mãe tinha 10 anos de obreira, porque vc levou ela? Aí juntou com o estupro e o Hiv, eu fumava de dia, de tarde e de noite, eu comia pedra. Dormia com o crack e acordava com o crack, eu não dormia. Porque eu fumava pedra e eu esquecia dos meus problemas, eu escondia todos os meus problemas atrás do crack. Tava uma sacizeira. O crack era a substância para esquecer todos os meus problemas, mas quando passava aquela onda, voltava tudo a mesma miséria e aí faz o que nessa hora? Fuma de novo para esquecer e assim vai...

Luanda: Aqui realmente é um local bom, o que me ajudou porque antigamente eu fumava 5 gramas. Ou 20, 30 pedras de crack entendeu? Hoje em dia eu não perco mais noite, não tenho medo mais de dormir, antigamente eu tinha medo de dormir. Era o medo de colocar a cabeça pra dormir e não saber se vai acordar.....

O contraste entre sacizeira e usuária era colocada para definir as modalidades de consumo controlado do crack e me pareceu categorias que se contrastavam: a usuária se

constitui em oposição a sacizeira, significan usuárias controladas (usuárias) e compulsivas (sacizeira). Os trabalhos de Norman Zinberg e Jean Paul Grund foram de fundamental importância para a compreensão das modalidades de uso da substância, bem como do estabelecimento de controles sociais informais que agiriam na regulação do uso. No meu universo de pesquisa as parceiras se definem como usuárias, tendo em vista que no passado, passaram pelo estágio de sacizeira – que seria esse estágio inicial do uso de crack, onde se aprende as técnicas de uso da substância. Dessa forma pude perceber regras e valores que emergiam do conhecimento adquirido em anos de uso da mesma substância. Me interessava sobretudo em compreender as variações do uso e os momentos onde o descontrole emergia.

Norman Zinberg, em seu estudo sobre o uso de drogas ilícitas, faz uma importante distinção entre o uso compulsivo e uso controlado de substâncias ilícitas. Por uso controlado, compreende-se um uso funcional, sem grandes custos sociais e pessoais para o consumidor e a sua rede social. Uso compulsivo, ao contrário, seria aquele uso disfuncional e com altos custos para o consumidor. Este foi um estudo pioneiro que, pela primeira vez na literatura sobre drogas, aborda usos controlados de substâncias ilícitas, fenômeno que na época era pouco reconhecido. O que caracterizaria, segundo Zinberg (1984), o uso controlado é que este seria regido por regras e sanções sociais que teriam por função regular o consumo da substância em um determinado meio social. Na relação entre pares, no exercício da sociabilidade e em interação com o aprendizado com a substância, emergiriam os controles sociais informais que se relacionam tanto com a cultura hegemônica como com a cultura de uso de crack. Estes controles sociais interessam ao olhar antropológico principalmente por revelar as nuances da regulação do uso da droga para o estabelecimento de um padrão controlado de uso da substância, bem como os aspectos socioculturais que estariam envolvidos neste processo.

Estar atenta para estes controles sociais significa, segundo Zinberg, observar as definições internas ao grupo de usuário/as sobre usos aceitáveis e não aceitáveis, assim como os padrões estabelecidos, a seleção do contexto físico de uso a fim de proporcionar experiências seguras e agradáveis, a identificação de efeitos negativos e os métodos utilizados para prevenir estes efeitos. Daí apreende-se que diferentes contextos e sujeitos produzem diferentes estilos de consumo. No contexto estudado, esse uso disfuncional, em via pública, se expondo a violências é considerado inaceitável, estas são as denominadas pelas parceiras de sacizeiras. O uso controlado, aceitável é

composto de uma diversidade de estratégias de controle que serão descritas mais a frente.

Jean Paul Grund, em seu estudo sobre comportamento de risco entre soropositivos e usuários de drogas injetáveis retoma as idéias de Zinberg, confirmando a sua tese de autorregulação do uso de drogas e acrescentando mais dois fatores na compreensão do fenômeno: disponibilidade da droga e estrutura de vida. Grund ressalta a importância dos controles sociais que partem da base sociocultural dos consumidores, realizando um estudo de seqüências estereotipadas de consumo de drogas. As regras e rituais de administração, e o aprendizado do consumidor em sua rede social aparecem também como importantes fatores para a compreensão biopsicossocial da questão.

Segundo este autor, a disponibilidade da droga se reflete na adesão a rituais de uso. Para um usuário regular de drogas, a preocupação com a disponibilidade da droga interfere nos padrões de consumo, de forma que a elaboração de rituais de uso estaria atrelada à facilidade ou dificuldade no acesso a droga. O foco da/o usuária/o na busca da droga, em situação de escassez, conduziria a uma forte limitação de expressões comportamentais quando esta droga se torna disponível. Como resultado da escassez da droga, a usuária estaria mais preocupada com formas de obtenção da substância, e à facilitação do seu uso, mas menos voltada à autorregulação e à criação de regras e rituais visando à proteção da sua saúde. Esta teoria pôde ser comprovada no campo estudado, quando as usuárias se queixavam, por exemplo, de épocas de falta de maconha. O uso da maconha entre as parceiras é extremamente importante para minimizar os efeitos do uso de crack. O consumo dessa substância possibilitaria a emergência de outros efeitos no corpo, como a sonolência e a fome, sendo um importante regulador do uso de crack.

De acordo com Grund, a estrutura de vida, a disponibilidade da droga e as normas, regras de conduta e rituais sociais são fatores que dialogam em um processo circular e lógico, onde estes fatores se reforçariam e se modificariam de acordo com os resultados alcançados. Os processos de autorregulação no uso de drogas seriam reforçados por este circuito, chamado por ele de circuito retroalimentado, ou feedback circuit (GRUND, 1993, p. 300-301).

Grund foi um autor importante para este estudo, pois ele retorna as idéias de Becker e Zinberg enfatizando a importância de controles sociais informais, desenvolvidos pelos/as próprios/as usuários/as no estabelecimento de padrões controlados de uso de

drogas. Suas concepções serviram de base para esta investigação de consumidoras controladas de crack, que se autodenominam como usuárias. Compreenderemos como surgem os controles no contextos de vida das parceiras.

Norman Zinberg (1985), ao tratar do tema do aprendizado social no uso de drogas ilícitas reflexe que no ambiente proibicionista são limitados os espaços de aprendizado para o controle do consumo de drogas ilícitas. Este espaço de aprendizado fica circunscrito à experiência entre pares, no desenvolvimento da cultura de uso de drogas, por isso a importância de estudos que possam registrar essa cultura como forma inclusive de melhor compreender a questão do uso no marco das trajetórias de vida. Segundo o autor, as entrevistas realizadas em sua pesquisa mostram que os rituais e sanções de controle entre pares funciona de quatro formas básicas: 1) Primeiro, as sanções definem o uso moderado e condenam o uso compulsivo. Os usuários de opiáceos controlados, por exemplo, segundo o autor têm sanções limitando a frequência de uso para níveis muito inferiores aos necessários para o vício. Muitos têm sanções especiais, como "não use todos os dias". Um ritual que completa essa sanção restringe o uso de um opiáceo aos fins de semana (ZINBERG, 1984, p.17-8).

Durante vários momentos, participando do ritual de uso de crack ou através das entrevistas, as parceiras descreveram uma série de estratégias de controle do uso definindo padrões de uso aceitáveis e outros condenados. Neste sentido a categoria êmica de *sacizeira* era sempre invocada para delimitar o uso não aceitável como foi colocado nas falas anteriores. Importante perceber e enfatizar como situações de violência de gênero são apontadas como fator que gera o uso descontrolado, sendo que a emergência de um ambiente livre da violência proporciona a emergência de controles sociais como bem descreve Beatriz:

Com a pedra eu fico com medo, me escondo das pessoas. Principalmente quando eu usava com meu ex, eu tinha muito medo dele. Quando eu fumava com ele eu já ficava assim o: Bora velho, sair daqui. Ele ficava pirraçando. Eu ficava com medo de alguém fazer alguma covardia com ele, porque os outros via o que ele fazia comigo. Eu ficava com medo de alguém vim de lá e dar um tiro nele, esses caras ai debaixo, vc sabe como são. Ou vim e dar uma facada. Dentro de casa às vezes eu dou um pau e fico com medo. Me cago, com medo. "Será que tem alguém ai fora?" Ai hoje eu ligo a televisão, ligo o ventilador, tomo banho, boto primeiro Aipim (filho) para dormir, depois dou o meu pauzinho lá na cozinha com o ventilador ligado para a fumaça não ir nele né? Ai fico naquela onda com medo. Apago a luz, acendo a luz. Mas com certeza é bem mais tranquilo do que fumar na rua. Fumar em casa é outra lombra. Se eu fumar na rua hoje em dia eu acho que eu morro do coração. É muito medo, tenho medo dele vim fazer alguma coisa comigo, porque ele ta na rua né? Eu ainda não me liberei do medo dele não. Ele

derramou muito o meu sangue, bebeu muito sangue meu. E eu era apaixonada por ele. O povo sempre me dizia, nega, cuidado....nega esse cara vai te matar, já me colocou no HGE várias vezes. Minha mãe dizia: menina esse homem vai te matar...Minha filha se saia desse homem. Ele queria que eu desse dinheiro para ele. Toda terça ele queria uma bermuda, uma camisa e um boné novo e eu dava. Pegava o meu dinheiro e dava todo para ele. E não comprava nada para mim, não me cuidava. Eu tinha 50 reais, eu dividia 25 pra mim e 25 pra ele, ai eu comprava 5 drogas, ele entocava o dinheiro dele e tomava minha droga. “Você ta guardando pra seus machos é?” Depois quando vc tiver ai bêbada tem aqui dinheiro. Às vezes que deus colocava a mão no coração dele, mas tinha vez que ele se picava, me mordida, mordida minha mão, metia a mão nos meus peitos e nas minhas partes para saber onde estava o dinheiro. Me levava para o canal pra fumar, chegava lá me mordida, metia a mão nas minhas calças e levava o dinheiro todo. Não tinha nenhum cuidado comigo, me deixava dormindo no chão. Às vezes os caras me davam lençol ele batia nos caras. Chola, Macaco, ele batia legal nos caras. Os caras diziam: “O vei, dê para ela, ela tá de barriga”. Eu grávida, passando frio e ele “Porra nenhuma, essa puta ta me dando é corno”. E eu sem dá, quando eu dei ele viu...Comecei a me sair dele. Até a lombra da droga é outra, agora eu controlo e fico mais tranquila.

As formas de atingir o controle devem ser compreendidas nos próprios termos das mulheres. É possível fumar crack todos os dias de forma controlada, com estratégias construídas em seus cotidianos. Isso não significa que não existam momentos de uso intenso. O que pude compreender a partir dessa pesquisa é que as situações de violência de gênero contra as mulheres na rua possibilitam a emergência de formas de uso descontrolado. Mas as estratégias de controle são diversas:

Chá Preta: Eu consigo controlar o meu uso de crack usando maconha, isso eu aprendi sozinha mesmo. Quando tava na lombra feia do crack eu fumava logo um beck e ficava massa, passava a abstinência. Além da maconha, muita gente me ajudou, foi uma caminhada longa, se eu tivesse sozinha eu nao conseguia. Ai eu fui buscar ajuda, minha mudança veio desde o Ponto de Encontro, o CAPS, o Corra pro Abraço, os serviços me ajudaram muito.

O consumo de maconha é aceitável e recomendado pelas parceiras de pesquisa como método de controle em momentos de uso abusivo de crack. Em todas as entrevistas o uso de maconha como método para desacelerar a onda do crack foi citada, ajuda a abrir o apetite e a entrar em estado de *hibernação*, ou seja, o longo descanso após um uso continuado de crack. Há, por outro lado, também o problema de que o uso da maconha permite um relaxamento às vezes difícil quando se está na rua:

Maria: O problema é que com a maconha eu fico sequelada e o crack eu fico alerta. Na rua se você se passa, fica sequelada, você não se pega a visão dos perigos e pode sofrer uma covardia. Na rua só da para relaxar, para dormir de boa, quando tem alguém vigiando.

Mônica: Agora que eu to no abrigo, a melhor hora do dia é quando meu marido chega com a massa. Eu to grávida, ai para parar de usar a química recomencei a usar a massa. Uso todo dia, quando me vem a ânsia na boca de

usar o crack eu aperto um morrão e pronto. Começo a gastar a minha onda e esqueço que o crack existe.

Beatriz: É bom para diminuir a cólica e quando a gente quer diminuir o uso de crack. Troca uma droga pela outra. A natural reduz, diminui de usar a química e também faz bem. Vai tirar o pensamento de vc usar a química.

O uso da maconha pode ser compreendido como uma estratégia de agenciar o controle do uso de crack, além de possibilitar aliviar as dores de cólicas menstruais.

Em segundo lugar, as sanções limitam o uso a configurações físicas e sociais que são condutoras para uma experiência de drogas positiva ou "segura". A máxima é, segundo Zinberg em seu estudo: "Use em um bom lugar ao bom tempo com pessoas boas". Dois rituais consoantes com tais sanções são a seleção de um ambiente rural agradável para o uso psicodélico e o tempo de uso para evitar dirigir enquanto "tropeçar" — limitando o uso a meios físicos e sociais que propiciem experiências positivas e seguras (ZINBERG, 1984, p.17-8).

Neste sentido, percebo uma mudança crucial na cultura de uso de crack que eu investiguei em 2009. No contexto atual de pesquisa o uso é feito em casarões abandonados, becos e vielas, locais que passem despercebido aos olhares da polícia ou de outros possíveis agressores. Em 2009 observava mais pessoas usando em vias públicas, aos olhos de todos.

Beatriz: Rapaz..antigamente eu usava em qualquer lugar, sem miséria. Hoje em dia não. Primeiro eu vou, compro uma garrafa de goro, uma garrafa de vinho, arrumo a casa toda, faço rango, ai vou tomando uma de vagazinho, brinco com um, brinco com outro, dou risada com um e outro. Ai vou na boca pego 2. O dinheiro que eu tenho, eu deixo na mão de tia guardado, pago o que estou devendo, ai depois o que sobra eu compro o crack. Quando tem eu fumo, quando não tem ta de boa. Ai eu chego em casa, tomo mais um pouco de goro pra ficar lombradona e dou meu pau na pedra e vou dormir. Isso é quando Aipim (filho) está lá em casa. Quando ele não esta, eu vou para a pracinha abusar os outros bebuns (risos) mas a droga eu não compro mais. Nem fico no saci pra conseguir mais. Porque a pedra do bairro é pequenininha e acaba logo. Ai eu boto de uma vez só, acaba e ai acabou. Eu fui aprendendo a usar, o que me ajudou a eu pegar a visão foi Aipim e as pancadas que o pai dele já me deu. Se ele não fosse um cara assim eu ia fumar em qualquer lugar, todo mundo fuma eu posso fumar. Mas só de pensar que posso me bater com ele, a lombra passa e eu fico no pânico. Então eu diminui o uso por causa de Aipim e também por causa do pai dele, por conta dessas ondas ai. Porque quando ele chegava no lugar e me via fumando, ele na onda muito doido pensava logo: "Hummm essa puta me cagoetou, olha como ela ta aquela desgraça, mete uma porra em mim, ainda mais aqui no Pelourinho que ele circula".

Catarina: Tem que se malocar, se não eu sismo que alguém vai fazer alguma coisa de ruim comigo. Ai tenho que me malocar para usar, me esconder principalmente dos policiais que gostam de fazer maldade com as mulheres.

Maria: Eu antes escolhia o meu canto que eu gostava de ficar, quieta no meu canto, mas hoje com tanta violência na área que eu moro eu prefiro usar na rua, na frente de outras pessoas. Onde eu moro, lá no prédio ta mto perigoso e eu não fico de boa.

Chá Preta: Eu ficava ali no hotel no comércio e roubava muito. Morei um tempinho lá. Eu usava só lá. Não da para usar na rua porque os homi(policiais) oprime, a ideia era usar em local fechado.

Mais uma vez o contexto de violência direcionada ao corpo da mulher, seja por parte de agentes do Estado (policiais), ou pelos ex-companheiros que seguem ocupando os espaços de uso na rua, determina a sua cultura de uso, fazendo com que a escolha do local possa proporcionar uma experiência segura, longe de violências.

Em terceiro lugar, as sanções identificam efeitos de drogas potencialmente adversas. Os rituais incorporam as precauções a serem tomadas antes e durante o uso. Os usuários de opiáceos, no caso do estudo de Zinberg, podem minimizar o risco de overdose usando apenas uma parte da droga e aguardando o efeito antes de usar mais. Os usuários de marihuana também valorizam sua dosagem para evitar tornar-se muito alto (disfórico) (ZINBERG, 1984, p.17-8).

Para Beatriz o efeito indesejado do uso de crack é o sentimento de medo, que ela consegue identificar ser oriundo de traumas de experiências de violência sofrida com o ex-companheiro. Para controlar o efeito do medo, Beatriz usa cachaça que, segundo ela, rebate o medo. Para Maria a noia é o efeito que costuma não lhe agradar e faz uso de maconha para diminuir o uso de crack e conseguir se alimentar – a alimentação é crucial para a diminuição da noia. Outra estratégia é se dedicar a atividade que está fazendo no momento, como uma correria, ir no CAPS realizar atividades. Segundo Dandara:

O efeito que não gosto é de ficar com medo. Ai eu não fumo na rua, ia sempre no hotel, porque eu me sentia mais segura. Na rua tem muita violência, você vê muita coisa. Eu já vi uma pessoa tomar um tiro na cara, ai se você dá um pau na rua, você pensa logo que vai morrer. Eu sempre escolhia um lugar seguro. Cada lugar a substância do crack é diferente, tem lugar que é mais forte, ou mais fraco. A do pelaporco é a mais forte do centro todo, mas a mais forte de todas é a de pernambues que é a jade, mas não pode fumar aqui porque o HOMI não deixa. Você dá um pau pequeno e acabou a mulher...rs. Eu sempre fumava em local fechado.

Mônica usa como estratégia para regular o uso de crack o uso da maconha que, segundo relata, dá fome e não tira o apetite como o crack faz. Para Luanda o efeito do pânico, advindo de experiências traumáticas na rua faz com que tenha algumas precauções:

Quando eu to na rua, eu já fico mais naquele pânico entendeu? Na rua eu já vejo um mundo de coisas, ai quando eu fumo em outro lugar, já é diferente.

Porque eu me sinto mais segura, sei que ninguém vai tocar em mim, nem fazer maldade.

Tem certos tipos de pânico que pra mim é adrenalina, minha mesmo. Quando eu to na rua, eu já fico mais naquele pânico entendeu? Na rua eu já vejo um mundo de coisas, ai quando eu fumo em outro lugar, já eh diferente. Porque eu me sinto mais segura, sei que ninguém vai tocar em mim, nem fazer maldade.

Ai só a maconha, não tem outro remédio, só fumando muita maconha. É uma droga também, mas é uma droga que ajuda. Porque acalma a pessoa, da fome, da sono, é muito medicinal. Essa é uma droga que a galera deveria usar diariamente ne? Tem gente mesmo que usa o crack mas não fuma maconha, ai é mais difícil de deixar o crack. Eu mesmo tinha um tempo que eu tava na casa da minha sogra e ela é muito doida da maconha também. Ai eu fiquei um tempo legal sem usar crack só usando maconha, toda semana era duas cocadas para eu fumar. Se não a abstinência de fumar o crack batia, e a minha abstinência é mto forte e só passa com a maconha. A minha abstinência eu começo a suar, dar dor de cabeça, da uma ansiedade entendeu? Quando eu quero fumar o crack, ai é só fumar a massa que passa.

Em quarto lugar, as sanções e os rituais operam para compartimentar o uso de drogas e apoiar as obrigações não relacionadas às drogas. Por exemplo, os usuários podem orçar a quantidade de dinheiro que gastaram em drogas, como fazem para o entretenimento, ou podem usar drogas somente durante a noite e nos fins de semana para evitar interferir com o desempenho do trabalho compartimentalizando o uso de drogas, respaldando as obrigações e relações que os usuários mantêm em esferas não diretamente associadas aos psicoativos (ZINBERG, 1984, p.17-8).

Luanda: Aqui (no abrigo) quando da vontade de fumar a gente assiste TV, joga baralho, tem um banheiro pra a gente. Não tamo vendo saci de lá pra cá com o cachimbo na mão. Ai a gente fuma de vez em quando nos finais de semana em uma quantidade bem menor.

Mônica:Foi aqui, o lugar que eu to. Eu to no abrigo, não to mais no meio de um bocado de drogado para cima e para baixo, com o cachimbo na mão com a pedra na mão dizendo que é o doce, é o doce...Que é a boa, que fulano que tem, beltrando que tem, ai quando bate a vontade, eu tenho um marido que me fala que um dia a gente vai parar. É aos pouquinhos, mas um dia a gente para em nome de Jesus. Ainda mais agora que a gente ta se apegando a este filho que eu estou esperando. Vou fazer 4 meses, então eu não vou querer ficar pra cima e pra baixo, com o cachimbo na mão, com meu filho no colo, no sereno na chuva, no sol pra poder sustentar o meu desejo, que eu, quando meu corpo pede é porque eu quero mesmo, eu sei que eu não vou querer isso com meu filho. Ai hoje a gente já faz outras coisas e frequenta outros lugares. A gente não parou de usar, mais agora não é todo dia e nem aquela quantidade toda.

O acesso ao abrigo foi apontado como importante para o controle do uso de crack, mostrando como a ampliação desse acesso auxilia na adoção de modelos menos danosos de uso de crack. O investimento público nesses equipamentos voltados para mulheres usuárias de drogas é crucial para iniciar o processo de retomada de direitos

sociais básicos. Algumas estratégias foram pontuadas como cruciais para atingir a regulação do uso de crack, obviamente não existem estratégias fixas para o uso desta substâncias, é a partir de cada singularidade que percebemos a adoção de determinadas estratégias. A partir do relato de Mônica e Luanda, compreendemos que a saída do espaço da rua, ao alcançar o acesso a um equipamento de moradia auxilia no processo de controle do uso, fazendo com que ritualizem este uso a partir da determinação de horários e dias para a realização do uso, conforme nos indica a formulação de Zinberg.

Ainda segundo Zinberg, o processo pelo qual o controle de rituais e sanções são adquiridos varia de sujeito e contextos. A maioria dos indivíduos vem por eles, gradualmente durante o curso de suas carreiras de uso de drogas, construindo estratégias ao longo do tempo. Sem dúvida, a fonte mais importante de preceitos e práticas de controle é o grupo que partilha esta mesma prática e compartilha esse conjunto de saberes alimentando essa cultura. O grupo de pares, a criação de vínculos afetivos e de cuidado, o acesso a políticas sociais e de saúde forneceu instruções e reforçou o uso controlado no contexto estudado nesta pesquisa. Zinberg coloca que na imagem popular os pares são uma força corruptora que empurra os indivíduos fracos para o uso indevido de drogas, as entrevistas de Zinberg, bem como nossos dados de pesquisa apontam que há um conjunto de saberes nessa cultura de uso que auxilia na adoção de outras modalidades de uso que se adequem as mudanças ocorridas em suas vidas.

De acordo com Becker (1976), o conhecimento de um consumidor de drogas deixa-o identificar efeitos colaterais não desejados e lidar com eles de uma forma que considere satisfatória. O modo como este tipo de conhecimento é passado do consumidor regular para o iniciante, é importante na medida em que este usuário tende a reproduzir o conhecimento que lhe foi passado. É válido ressaltar que, segundo este autor, quando uma pessoa ingere uma substância psicoativa a sua experiência será influenciada pelo conjunto de saberes e crenças sobre a droga. Este saber orgânico ou nativo influencia as modalidades de uso da droga, as significações atribuídas à experiência, as maneiras pelas quais o individuo interpreta seus efeitos múltiplos e como responde a eles e, por fim, como lidam com as conseqüências da sua experiência.

No texto de Zinberg (1984), o autor, ao se debruçar sobre o uso de heroína por veteranos da guerra do Vietnã, conclui que não seria mais viável, para entender a complexa experiência com a droga, limitar-se a farmacologia (drug) e a personalidade

do usuário (set), mas também dever-se-ia atentar ao ambiente (setting) físico e social em que o uso ocorre. O setting proporcionado pela guerra não permitia que sanções sociais de controle e rituais tivessem chance de se desenvolver. Mas, assim que os usuários compulsivos de heroína foram retirados do ambiente nocivo, o abuso virtualmente cessou e, ao prosseguir suas pesquisas com outros usuários de heroína, Zinberg percebeu a existência de numerosos padrões de uso, como usuários de final de semana e mesmo usuários ocasionais de longa duração, foi a primeira vez que este tipo de uso foi relatado em estudos acadêmicos.

Neste sentido, Zinberg nos ajuda a pensar o contexto social de mulheres que fazem uso abusivo de crack e estão imersas em um setting de “Guerra às Drogas”, em um ambiente de constantes violações dos seus direitos. Perceberemos a partir das narrativas apresentadas a seguir, que os episódios constantes de violação proporcionado por este “setting”, ajuda a produzir consumos abusivos de crack entre mulheres. O consumo de crack é apontado diversas vezes como uma forma utilizada para resistir a situações de violência.

O corpo teórico central que formula sobre cultura de uso de drogas os autores (Zinberg, 1984; Grund, 1993; e MacRae, 2004) são cruciais nesta análise, pois em seus respectivos trabalhos concluem que o uso de drogas (mesmo as ditas mais pesadas) não leva, necessariamente, a padrões de uso descontrolados ou nocivos como divulgado pela mídia e por algumas pesquisas médicas. Embora o uso de psicoativos possa tornar-se uma atividade predominante na vida de algumas mulheres, ela é raramente uma atividade isolada e é, geralmente, social e comunitária. Padrões de uso (quem usa o que e como) estariam sujeitos a diversos determinantes como: disponibilidade da droga, tendências e padronização cultural.

Os autores alertam, também, que o modelo de análise proposto não é fechado e independente; os elementos da abordagem (disponibilidade da droga; valores, regras e rituais; estrutura de vida) são sujeitos a variáveis e processos externos distintos que vão desde fatores psicológicos pessoais e culturais até regulamentos oficiais e considerações mercadológicas (MacRae, 2001). Grund considera que, portanto, o uso de psicoativos não pode ser isolado do seu contexto social e, concordando com Zinberg, afirma que o controle sobre o uso dessas substâncias é principalmente determinado por variáveis sociais (Grund 1993). A questão de gênero, somado a todas as cobranças e expectativas

sociais em torno da mulher, produzem controles sociais muito mais rígidos para as mulheres e sobretudo para as mulheres negras em uma sociedade violentamente racista, machista e patriarcal.

Zinberg em seu estudo, não considera, por exemplo, a especificidade das sanções sociais que recaem sobre as mulheres que se diferenciam dos homens – não há um recorte de gênero. Para as mulheres, segundo Moutian (2007), os papéis sociais estereotipados estão ainda muito relacionados à esfera doméstica. As mulheres usuárias de drogas são vistas como péssimas mães e mulheres, já sofrendo, portanto, uma sanção social que regula as relações sociais dessas mulheres em nossa sociedade.

O olhar da antropologia nos possibilita apreciar uma dimensão simbólica presente nos diversos usos sociais do corpo em culturas distintas, assinalando a importância do sistema de crenças no entendimento dos processos físicos do corpo. Um fato social, como é a cultura de uso de crack deve ser entendido como um fato social total, que afeta a fisiologia, catalisa emoções dos indivíduos e interferem em suas relações comunitárias produzindo uma totalidade social específica (Mauss, 2003). Colocando em relação à fisiologia e o social, Mauss já chamava atenção em 1926 para a importância do entendimento do fazer do corpo humano como produto de suas técnicas e representações adquiridas em determinada cosmologia. Entender o uso de drogas enquanto um fato social total, como uma técnica corporal, reforça a questão posta por Zinberg e seus sucessores, da necessidade do olhar biopsicosocial, voltado para a complexidade do ambiente, que dê conta da multiplicidade da questão.

Parte das pesquisas que tem como foco sujeitos que consomem crack prefere – por uma escolha analítica e política – focar no poder destruidor da substância no organismo biológico daqueles/as que consomem, e pouco exploram os aspectos relacionados ao contexto social em que estes sujeitos estão imersos. O poder farmacológico do crack – unicamente – não explica a condição de precariedade de muitas vidas que foram atravessadas pelo consumo deste produto. A narrativa midiática e de alguns especialistas responsabilizaram o consumo de crack por uma série de questões sociais complexas, utilizando-se de uma fórmula simples, como se a experiência do uso em si justificasse a existência de sujeitos sociais precários.

Segundo estudo realizado por Campbell (2000) produzir investigações etnográficas, a partir da experiência aproximada com mulheres usuárias de drogas em contextos de

maior vulnerabilidade nos ajuda a perceber como a nossa sociedade regula essa mulher a partir de uma prática e nos ajuda a refletir a expectativa social em relação à mulher em nossa sociedade.

3.3.1 O início do consumo de crack: os instrumentos de uso e atividades empreendidas após o uso

Durante as entrevistas gravadas e também em conversas informais, dialogamos sobre as sensações e percepções do início do uso de crack na trajetória de vida das parceiras de pesquisa. Neste momento não houve relatos de entrada imediata no padrão de uso abusivo e descontrolado como nos informam os mitos do senso comum de que o crack causa dependência a partir do primeiro uso. Esta noção do uso descontrolado a partir do primeiro uso foi também uma noção compartilhada nas campanhas de prevenção do governo federal. Segundo Petuco (2011) o Ministério da Saúde lançou no Natal de 2009 uma propaganda de prevenção ao uso de crack em rede nacional e horário nobre. O filme de 30 segundos concluía dizendo que o crack causa dependência e mata. Não observei em toda a análise de diários de campo e entrevistas este padrão de uso divulgado pelo governo federal do primeiro uso que causa dependência seguida de morte.

Diversas foram as narrativas e concepções sobre este início:

Beatriz: Porra foi massa. O coração acelerou, eu achei uma quantidade, via minha mãe fumando com uma amiga, ai depois fui la e achei uma quantidade, botei na boca e achei que era cocaína. Disse pra minha mãe, que eu achei um pedaço de cocaína, e ela disse:- menina isso não é cocaína não, é pedra. Foi lá cortou tudo, guardou metade debaixo do colchão e subiu pra fumar tudo na casa de uma amiga. E eu disse, agora eu vou experimentar. Eu sozinha peguei uma lasca (eu tinha visto minha mãe fazer), peguei uma cinza de cigarro que tinha lá mesmo e botei, comprei um fósforo e ai pronto, fumei tudo.

A proximidade da cultura de uso de crack no ambiente familiar a colocou em contato com rodas de uso de crack das quais participou com a mãe. A experimentação, segundo me conta Beatriz, era inevitável, pois a observação da roda aguçava a curiosidade da jovem.

Catarina: O crack bateu logo tudo de vez. Eu comecei a usar por causa de amizade mesmo, veio me ofereceu eu aceitei e estou até hoje. Eu aprendi a usar com essa broder. Eu comecei com o pitilho que era mais leve, ai eu comecei a usar o crack na lata, porque diziam que na lata batia mais, ai depois passei a usar no copo, porque começaram a dizer que na lata trazia doenças. Até chegar no cachimbo.

Catarina nos apresenta aspectos da sua cultura de uso incluindo o aprendizado entre pares para o uso da substância. Percebemos na sua fala a circulação de saberes da redução de danos sobre o uso seguro de drogas. Catarina, que convive há muitos anos no Pelourinho e já conheceu boa parte dos serviços que atuam na lógica da redução de danos, nos mostra que a cultura de uso de crack no Pelourinho sofre também a influência do contato entre pessoas que usam crack e redutores/as de danos nos locais de uso. Os saberes dessa cultura são construídos entre os pares de consumidores/as e também a partir do contato da redução de danos que interfere nesta cultura.

Maria: Eu comecei com amizade...ela tava usando e eu fiquei logo curiosa...Eu comecei a usar mais velha, porque no começo eu gostava era de pó (cocaína). Ai teve um dia que me deu a curiosidade e foi. Eu comecei a usar droga com 28 anos. Com 28 eu comecei a usar o crack e fui pra rua com meu esposo, que não guntava mais pagar aluguel e fomos pra rua. Depois a gente foi pro interior, mas não deu certo e eu vim me embora de novo ai fui pra casa da minha mãe.

O uso entre seus pares foi o que estimulou Maria a adentrar na cultura de uso de crack e nela permanecer. No discurso de Maria, por diversas vezes ele pontua que a continuidade do seu uso se dá por conta de seus companheiros, pois ela sempre se relacionou com homens que eram também usuários de crack e adere à cultura para acompanhar seu esposo. Apesar de sempre responsabilizar seus companheiros pela adoção de práticas mais descontroladas de uso, Maria pontua com frequência que ela começou a usar o crack porque quis e sentiu curiosidade, da mesma forma que um dia sentiu também curiosidade com a cocaína.

Ingrid: Na primeira vez que eu fumei o crack não bateu não. Na real eu não entendi o efeito, fiquei boiando. Para mim a onda do crack é dançar, quando começa a bater eu quero logo dançar, mas ai depois controla tudo. Depois de uns 4 anos eu consegui controlar o uso de crack. Eu sempre usei de boa, mas depois que passou a rolar a abstinência, de querer e não aguentar ficar sem. Foi ai que eu acabei com tudo e vendi as minhas coisas. Até meu nome foi para o Spc (risos).

A compreensão do efeito da droga advém do seu aprendizado no uso com os pares. Becker (1966) pontuava a noção do aprendizado para detectar os efeitos e noções sobre os efeitos compartilhados socialmente. No primeiro uso, Ingrid não compreendeu o efeito, após um aprendizado de quatro anos passa a conseguir controlar o uso. Longe de reproduzir o senso comum de que o uso de crack vem necessariamente seguido de atitudes violentas das pessoas que usam, o principal efeito identificado por Ingrid foi a vontade incontrolável de dançar. De fato todas as vezes que estive com Ingrid sob efeito de crack, ela conversava, ria e dançava, com um rebolado particular que aprendi e

sempre que a encontrava sob efeito a cumprimentava com o passinho da dança. A leveza da dança e do riso de Ingrid quebram qualquer estereótipo que encontramos na literatura da saúde sobre os efeitos do uso de crack.

Mônica: Na minha primeira vez tinha duas amigas minhas, a gente roubava juntas, eu tinha meus 12 anos. A gente começou a roubar junto, mas comecei a fumar com 17 anos. Antes era cola e maconha. Eram 4 cabeças, eu Neginho, Kel e Juliane. A gente fez um roubo, de perfume, creme, hidratante e fomos expor o nosso roubo. Ai ela veio, e disse “eu vou pro hotel”, ai eu disse, eu vou para a bença no olodum. Ai ela disse venha vamos dar um pau...Ai eu disse bora que eu vou dar um pau. Ai eu dei um pau, ai comecei a fumar só dia de semana.

Mônica iniciou o seu consumo de crack sete anos depois de estar em situação de rua. Há algumas pesquisas, sobretudo a de Silva (2000) que aponta que a adesão à cultura de uso de crack acontece a partir da adesão a cultura da vida nas ruas. Para além de atrelar uma droga em específico para associar a situação de rua, sabemos que o uso de múltiplas drogas é uma realidade neste contexto, mas acredito que não podemos generalizar como se fosse um destino comum para as pessoas que estão na rua. Apesar do crack ser apontado – como abordaremos mais a frente – como um elemento importante para suportar as adversidades na rua, outras drogas como o álcool podem também cumprir este papel. Houve um tempo que o uso de cocaína injetável era o que caracterizava a “droga da rua”, até a entrada do crack. Em todos os espaços sociais as drogas sempre acompanharam os humanos de diversas formas, não sendo, portanto, uma característica intrínseca ao espaço social da rua.

Luanda: Rapaz...foi uma mistura muito complicada...eu tinha curiosidade, porque já tinha visto outra pessoa fumar, e essa pessoa falou pra mim que era um remédio. Ai eu perguntei, e como usa? Ai essa pessoa disse que era bom. É um remédio bom pra a cabeça; ai eu fiquei com a curiosidade de usar e acabei usando. A primeira vez eu não gostei, eu me sentia anestesiada, não sentia nada, mas aquela lombra assim sabe?

A noção do crack como um remédio que anestesia as dores é uma noção muito compartilhada no contexto estudado. De dores físicas a emocionais, de dor de dente a dor da humilhação do estupro, contataremos mais a frente a partir de outros relatos das parceiras como o crack é compreendido como uma ferramenta para aliviar dores insuportáveis. Neste sentido, o crack foi muito apontado como a substância usada para dar força às mulheres e se alienar das violações enfrentadas no dia a dia.

Com relação aos instrumentos utilizados nos rituais de uso de crack pontua-se o uso do cachimbo, produzido artesanalmente pelas mulheres e certo aprendizado nos rituais que

possibilita às mulheres aperfeiçoarem seus instrumentos de uso. O estigma do uso de crack em lata foi pontuado como um fator que possibilitou a mudança para o cachimbo, além da circulação de informações sobre o risco do uso de lata e a contaminação com leptospirose, e por fim o aprendizado na confecção do cachimbo ter sido pontuado como fundamental para a autonomia do seu uso.

Beatriz: Usar na lata era mais feio, mas mal visto. O cachimbo não, com um capacitorzinho você faz, um cabo de antena, um laminadozinho e já foi. Tive que aprender a fazer o cachimbo para não depender de homem. Faço com capacitor de televisão, meu tio tem um ferro velho, e o povo traz televisão quebrada, rádio, antena todo dia eu pegava uma. Ai eu mesmo faço, serro com uma faca de serra. Um cachimbo bom é um cachimbo médio, nem tao grande, nem tao pequeno. Algo que de para malocar da policia, porque é mo onda se a policia ve o cachimbo. A policia bagaça legal.

Esconder o cachimbo dos olhares de policiais é um método de prevenir violências durante o uso, um bom cachimbo precisa ser pequeno para caber no sutiã. No território do Pela Porco, observou-se a elaboração de cachimbos com cápsulas de bala recém usadas, muitas mulheres ostentam os cachimbos feitos com restos de bala do confronto que regularmente acontece neste território.

Catarina: Eu comecei com o pitilho (crack + maconha) que era mais leve, ai eu comecei a usar o crack na lata, porque diziam que na lata batia mais, ai depois passei a usar no copo, porque começaram a dizer que na lata trazia doenças. Até chegar no cachimbo. As minhas amigas que tinham me apresentado o crack, elas eram todas mais velhas que eu e me ensinavam a usar. A melhor forma de usar é no cachimbo. O cachimbo a gente mesmo faz. Tem que pegar um capacitor, pega um pedaço de antena de televisão ou radio, quebra e enrola com um plástico o capacitor com a antena. Pronto.

Maria: Eu comecei a usar no cigarro, no pitilho. Depois de anos eu conheci o cachimbo, eu boto a cinza, boto o crack e fumo...

No que diz respeito ao uso individual ou em grupo conservou-se a preferência pelo uso na rede de confiança da mulher, no sentido de evitar situações de violência. Perceberemos como toda a cultura de uso de crack entre as mulheres investigadas é repleta de estratégias para evitar situações de violência que se mostram como o cotidiano dessas mulheres.

Beatriz: Antigamente eu usava em grupo, quando eu era laranja! Hoje em dia sozinha, antigamente só de galera, era um bocado de gente. Hoje em dia, tem gente que eu nem quero, que faz covardia minha filha.

Luanda: Eu não gosto de barreira, mas como era so eu e meu marido...Era eu e ele, então quando fumava, fumava eu e e ele. Quando tinha barreira a gente fumava e se saia, não ficava de bobeira. Porque eu via bicho com alguma coisa...ai eu não ficava em um lugar so eu se saia. Ou então eu já via a policia..ja..ai é mo onda...

Ingrid: Eu gosto mais de usar com meu companheiro. Não gosto de fumar em grupo porque eu me sinto mais segura com o meu companheiro. Não tem nenhum efeito no crack que eu não gosto, não gosto da ressaca, nem da ansiedade. Ai agora eu to reduzindo o uso e fico mais ansiosa, o que me fez reduzir mais o uso foi o meu tratamento no CAPS e a minha força de vontade. E ai eu não tenho mais aquela coisa, agora, graças a deus eu to suave e aprendi a controlar. Quando eu to usando demais, na hora eu sei quando parar.

Dandara: Eu gosto de usar eu e o parceiro, uma pessoa só. Porque quando você tá sozinha você fica mais na fissura da droga, só tem você e a droga, quando você tá com alguém não, você destila, dá uma gastada, conversa, tem aquelas conversas profundas, pensa na vida...Você já pensa em outras coisas quando você tá com outra pessoa e não só em fumar. Com outra pessoa você distrai a mente, diminui o medo que é o que eu nao gosto no crack.

O uso com o parceiro é entendido por Dandara como um fator de proteção, o que possibilita uma boa onda. Quando se refere a categoria de parceiro, Dandara se refere a pessoas de extrema confiança dela. Das atividades empreendidas após o uso de crack que foi referenciado pelas mulheres, foi pontuado atividades de trabalho como venda de drogas, prostituição e reciclagem, além de atividades lúdicas como dançar e beber cerveja.

Maria: Bebo muita cerveja depois do pau.. Fico no corre. No trabalho, no corre, na lombra. Eu me controlo mais do que meu marido, ele se controla quando eu pego no pe dele. Gosto mais de fumar só eu e ele. Sem muita gente e a gente fica na onda de trabalhar e fumar.

Ingrid: O efeito do crack que eu mais gosto é ficar com vontade de dançar.

Dandra: Trabalhar, ficar na correria. Trabalhava com o que chegasse, o que me indicavam para trabalhar. Eu nao perdia tempo. Dava o pau e ia trabalhar. O crack me ajuda a fazer as minhas correria.

3.3.2 Saberes compartilhados sobre uso de crack e a vivência da violência de gênero:

Nesta etnografia, faço questão de apresentar a riqueza dos discursos das parceiras sobre o que entendem do campo das mulheres que usam crack. Importante ressaltar que parte destes diálogos fizeram parte de momentos onde discuti também os meus achados de pesquisa com as parceiras. Há o entendimento nativo de uma gramática de gênero que é acionada para manter as mulheres sob a dominação de homens:

Beatriz: Só quebraça, os caras é só quebraça. Ficavam me comediando, me vendiam doce de leite dizendo que era crack. Porque naquela época, era marron, ai no olho grosso,o cara falava: tome aqui um pedaço grandão, 5 reais, quando chega la pra fumar é doce de leite.

Sabe porque a mulher é mais discriminada? Porque o homem se aproveita do momento da fissura, percebe quando a mulher está mais frágil e chama: “Vamos ali fazer um sexo por 5 reais”, ou da uma pedra, ou um pouco de resina, eu já vi várias vezes isso acontecer. E eles depois ainda ficam discriminando! “Olha ali, fez um boquete no cara por 5 conto, o paí que sacizeira fuleira essa!”. Você me entendeu? Por isso que elas são todas discriminadas. E o pior é que quem se aproveita é o mesmo que discrimina. Isso deixa até as outras que não fazem pegar a fama. Vira tudo a mesma coisa, esse é o problema.

Para Beatriz a mulher sempre passa por diversas violências até aprender as ferramentas para conseguir se proteger na rua. A afirmação da masculinidade, a partir da desqualificação da mulher é uma atitude comum ao mandato da masculinidade (Segato, 2003), e reatualiza a dominação patriarcal sobre as mulheres na rua:

Beatriz: Ele fuma o dia todo e não quer que eu fume. Se eu fumo ele me espanca, me humilha em público dizendo que crack não é coisa de mulher, que a mulher tem que ficar de cara para cuidar do marido. Mas ele não pode ficar de cara para cuidar de mim.

O patriarcado é o nome que recebe essa ordem de status que no caso do gênero, é uma estrutura de relações entre posições hierarquicamente ordenadas e que tem consequências a nível observável (Segato, 2003) e etnografável na vida cotidiana, como podemos ler nos relatos. As consequências deste complexo sistema não são lineares, casualmente determinadas ou sempre previsíveis – cada contexto tem a sua materialização. O patriarcado é entendido, assim, como pertencendo ao estrato simbólico e, em linguagem psicanalítica segundo Segato, como a estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribuem valores entre personagens no cenário social. A posição do patriarcado é, portanto, uma posição no campo simbólico, que se transpõe em significantes variáveis no curso das interações sociais (Segato, 2003).

É nas relações sociais concretas que observamos a materialização do patriarcado, que se afirma a partir da negação da mulher enquanto sujeito autônomo. Beatriz vê sendo reproduzida, em sua relação, a responsabilização da mulher sobre a tarefa do cuidado e o controle do homem sobre o uso do corpo da mulher. A existência da mulher, neste contexto, está atrelada a servir o seu companheiro, sendo o uso de drogas entre as mulheres uma atitude discriminada pelos homens, pois desvia a função social da mulher.

Beatriz: Por exemplo, se ela for fumar a droga do cara, ela vai ter que fazer alguma coisa pro cara. Com uma mulher nada é na boa vontade na rua, tem que fazer alguma coisa. E se ela não faz o cara quebra ela no pau. Isso é com todas, não tem para onde correr. Acontece muito isso pelo fato de ser mulher e dos homens se aproveitarem mesmo.

Todas as mulheres do meu universo de pesquisa sofreram violência sexual na rua, e este momento é apontado como o início da vida nas ruas, quase como um ritual de passagem para o estabelecimento das relações de hierarquia entre homens e mulheres, e também para fixar as mulheres usuárias – que transgridem a ordem do papel social destinado a mulheres – em um lugar de subalternidade.

Catarina: O que leva a mulher a usar crack sabe o que é? Estresse de família, de homem, cobranças, discriminação da mãe, do pai. O crack serve também para ficar ligada, porque se relaxar a gente é estuprada. Por isso que na rua não dá para “ficar de bobeira” só no beck. Tem mais violência contra a mulher, porque a mulher é mais fraca, não tem força e muitos se aproveitam disso.

Percebemos também a reprodução da lógica patriarcal que entende que a mulher é mais frágil, logo mais fraca, obedecendo assim a uma construção social machista que permeia também o imaginário das mulheres.

Maria: É mais difícil porque é mais frágil... Sofre mais violência, quando é usuária de crack a discriminação é pior mesmo. Assim para mim nunca veio a violência porque eu sempre fui muito bruta, de verdade. Mais sempre tem o povo que fala né? Fulana tá demais, tá se vestindo assim, tá de mal jeito....Ai você ganha novas amizades, novas galeras. Eu já vi muita violência com as mulheres, eu tive uma amiga que estava drogada, foi numa boca e deram uma cacetada nela, ela hoje é deficiente da perna por causa disso. São muitas histórias..

A mulher quando usa crack ela se afunda mais, porque além dela não tem ninguém pra olhar, às vezes não tem um companheiro do lado. Então eu acho que essa mulher precisa de carinho, atenção...porque assim, eu tenho meu companheiro e eu não vou me dedicar só ao crack porque eu tenho ele também, tenho q ter o meu momento pra cuidar dele. E quando a mulher não tem isso, ela só tem o crack e vai ficar ali...Tenho uma amiga que tá passando por isso, ela largou o marido e só tá no crack, troca o dia pela noite, o tempo todo é crack.

A conformação ao rótulo de cuidadora como uma estratégia de autocuidado também foi pontuado por Maria. Em seu discurso, Maria sempre recorda de como é difícil estar na rua sem a presença de um homem para fazer a proteção, por mais que ela também sofra violência física do companheiro, estar com ele parece ser o caminho mais seguro do que estar sozinha.

Maria: E o povo quando vê só faz maltratar a mulher, discriminar mais. Você acha que ela não sente? Ela sente tudo, e só faz se afundar mais. Cada vez mais ela vai piorando, porque não tem ninguém por ela...

Pra mim se eu tivesse um dia como ajudar elas, essas meninas, como eu, era de abrir um lugar que elas pudessem ir para se desabafar. Um lugar aberto para todas as mulheres, um lugar com regras, mas que realmente cuidasse e desse atenção. Porque não adianta você ter um lugar, e não dá atenção que vai ser a mesma coisa, ela vai entrar e sair. Tinha que ter alguma coisa pra ocupar a mente, pra ela esquecer o que passou lá atrás, limpar o coração.

Porque quando a gente tem algo na cabeça a gente esquece. Quantas vezes eu parei de usar a droga, porque via um bando de gente cuidando de mim, se esforçando, tirando meus documentos? Você se sente cuidada, a vontade passa. Ganhei materiais de manicure e pedicure. Eu perdi meus materiais na mão de um ex companheiro. Ta vendo? A minha vida é isso. Eternamente eu perdendo minhas coisas porque to com um cara que não tem a mente no lugar, mas é isso, do meu lado tem uma melhora.

Quando dialoguei sobre as diversas violências sofridas pelas mulheres que usam crack, Maria reflete de maneira brilhante qual seria o serviço ideal para as necessidades dessa mulher, enfatizando a partir da reflexão acerca da sua trajetória de vida a importância de ser cuidada para a regulação do uso de crack. Mesmo com todas as violências sofridas, a aposta no cuidado parece ser o caminho apontado por Maria.

Maria: Todas elas têm algum problema para chegar a esse ponto, pode ser um filho que perdeu, o marido que traiu, uma violência que sofreu sempre tem alguma coisa. Muitas vezes as mulheres não querem falar, nem assumir, mas tem. Eu sei que todas elas tem algo pra contar, são muitas histórias, porque ninguém vai se jogar no crack assim de bobeira.

Chá Preta: As mulheres sofrem muito mais do que os homens, principalmente na rua. E é revoltante isso. Para se proteger a gente vai pra cima, vira bicho. Tem que ser, tem que brigar igual ou mais que homem. As mulheres que não sabem brigar, ficam pra tras.

Há uma compreensão de que momentos em que se atinge o uso abusivo de crack, se relacionam com alguma adversidade sofrida pela mulher – diversas foram as histórias contadas seja das próprias vidas ou de histórias de outras mulheres. Percebi um senso comum de que o recurso ao uso abusivo de crack é uma possibilidade concreta para lidar com situações de intenso sofrimento psíquico. A percepção dessas violências e a construção de estratégias de proteção é um assunto que sempre se repedia durante os diálogos.

Ingrid: Eu já vi várias vezes as pessoas que passam na rua e os comerciantes desfazer. Desfaz da mulher, mas eu não vejo falar dos homens, olhe, tem muito mais homem no Pela e só falam das mulheres. Ai o povo passa e fala: *quem foi fulana, tão bonita, ta acabada no crack*. O pessoal que ajudava, dando até um copo de água não ajuda mais, porque viu que a mulher não sabe controlar, ta naquele momento saci...Para mim isso é um preconceito né? Desfaz muito mais da mulher do que do homem..Já presenciei muito violência contra a mulher que usa crack. Dentro do carro mesmo, os próprios traficantes, de chegar e espancar.

Ingrid nos apresenta um conceito muito usado entre as interlocutoras de pesquisa que é *desfazer*. É considerada uma grande ofensa quando alguém desfaz de outra pessoa, ou seja, humilha. Ingrid, a partir da leitura das suas vivências compreende a expectativa social que é gerada sobre as mulheres e o maior estigma que sofrem, mesmo estando em condições sociais semelhantes aos homens. Para as mulheres, é importante manter a

imagem do uso controlado, pois muitas vezes é o que garante uma imagem menos desqualificada. Outro conceito muito usado em campo que Ingrid fala é o *saci*. Estar no *saci*, é estar na onda da droga, não necessariamente o crack, mas qualquer outra droga. Um *saci* pode ser bom, quando as condições (local seguro, rede de confiança, etc) estão dadas para uma boa onda, ou o *saci* pode ser ruim, geralmente chamado de *saci feio* que é atribuído ao comportamento de busca a qualquer custo do crack.

Ingrid: As adolescentes de hoje em dia que eu falo que ta chegando hoje na rua e fuma crack, ela não se da mais o valor, entendeu. Se o cara tiver com uma amostra de droga, chama ela pra fazer um corre...Eu já tive a minha vida que eu já fiz isso...Quando eu era fraca e tinha a mente fraca, não sabia as covardias que eu ia sofrer entendeu? Mas hoje em dia eu não passo mais isso.Eu tenho aquela segurança de saber quando acabou, acabou. O que eu tiver precisando o meu marido me ajuda, meu marido esta do meu lado e eu não preciso disso, mas as jovens hoje em dia é assim,o cara chega com uma bucha de crack e fala, bora ali? E elas, bora....

Apesar de reconhecer que são os homens os agentes da violência contra a mulher que usa crack na rua, Ingrid incorpora a visão machista e responsabiliza a mulher nova, recém-chegada na rua por violências sofridas. Mais uma vez o aprendizado no contexto é pontuado como importante para evitar episódios de violência e os diferentes estágios, das mais novas as mais velhas, como diferentes níveis deste aprendizado.

Luanda: Ai a maioria dessas meninas que ta na rua agora que passa por isso, pra mim assim, essa menina teve algum problema sabe? Pra se jogar assim no crack, sempre tem um motivo. Muitas foram estupradas, outras foram abandonadas, espancadas...É isso, eu mesmo ia dormir, quando eu tava morando com a minha mãe, porque eu não morava com ela. Fui passar uns tempos com ela. Porque eu tava desobediente, muito rebelde, ai minha irmã procurou ela. Eu tinha um conjunto de baby doll que eu sempre usava, e ai eu cheguei na casa de minha mãe, fui usar, ai eu tava dormindo e eu tava vendo aquele negócio passando a mão em mim, me alisando. Ai eu acordei assustada e era ele. Era meu padastro. Só que ai, na época eu tinha uns 13 anos, 12 pra 13 anos, e ai, ele falou pra minha mae que era mentira minha e aconteceu a primeira vez, a segunda vez, ai eu cheguei, arrumei minhas coisas e sai de casa. Ela não acreditava em mim, ás vezes queria me bater porque eu estava dizendo que o marido dela tava tentando me estuprar. Ai eu resolvi sair de casa, quando resolvi sair de casa, foi ai que eu comecei a conhecer esse mundo.

Episódios de estupro foram amplamente citadas pelas parceiras de pesquisa, sobretudo o estupro realizado no contexto familiar. Na pesquisa de Vallim (2015), ela identifica também o caso de uma jovem de 11 anos que foi para a rua porque era abusada pelo pai. Segundo Segato (2003), a violência doméstica e os abusos cometidos na intimidade do lar entre pessoas emparentadas são as formas mais comuns e freqüentes desses crimes, constituindo, para as estatísticas conhecidas nas mais diversas localidades do Brasil e do exterior, aproximadamente 70% das ocorrências. Importante levarmos em consideração,

que boa parte dessas violências sofridas no ambiente familiar não são notificadas. Dentre as parceiras de pesquisa, nenhuma denunciou seus familiares e poucos foram também os registros de denúncia formal dos episódios de estupro na rua. Boa parte da violência sofrida pelas mulheres é resolvida com a elaboração de estratégias de proteção e a entrada no *sarau*, ou seja, o uso de crack por 2 ou 4 dias seguidos sem parar. É na exaustão do consumo de crack, sem dormir, nem comer, que as mulheres “resolvem” os traumas das violências sofridas.

Luanda: Chega lá o cara da só um tiro, manda ela fazer o que tem que fazer, e so da um tiro, humilha, bate, outros mata. Como uma piveta na Barra, o cara chamou ela para o banheiro químico, ela foi para o banheiro químico fumar mais ele e ele estuprou ela. De uma forma brutal, pra você ver a capacidade do ser humano, é tão...forte que você não sabe onde o mundo vai chegar. As mulheres sofrem demais. E tem os caras que passam com o carro na rua, e chama, ai que eu vou lhe dar tanto...Muitas vezes chega e bota a arma na cabeça, abusa e depois manda se sair. Muitas vezes ainda chega a matar. Sabe....Policia! disfarçado...eu já passei por uma situação dessa, estava em um local.....e esse cara passou de carro e ai ele me chamou e eu fui. Ai aconteceu essa situação horrível, ele deu uma coronhada na minha cabeça, ai ele queria me matar entendeu? Dizendo que eu era sacizeira. Só que eu pedia a ele, eu chorava, pediu pelo amor de deus...Não faça isso comigo não, pedia mesmo...ai foi que acho que Deus tocou no coração dele que ele me deixou ir....Ai eu sai. É uma situação muito difícil....

Outro ponto também exaustivamente levantado pelas mulheres na rua são os casos de estupro por parte de policiais, agentes do Estado. O teor dos estupros são sempre marcados por narrativas de humilhação do agressor, ênfatizando a condição de precariedade da mulher que faz uso de crack. Contra o estupro de policiais, bem como de traficantes, não há o que fazer, nem como revidar, pois a retaliação é muitas vezes cruel. A perseguição, a possibilidade de ser presa ou morta e o estupro que acontece com o agressor com armas em punho são fatores que fazem com que as mulheres não pensem em denunciar, ou revidar. Poucos foram os casos de estupros por parte de policiais ou traficantes em que as mulheres conseguiram revidar. Apesar de apresentar uma narrativa de superação e força pelos aprendizados com as adversidades da vida da mulher na rua, e da necessidade apontada das mulheres resolverem esses casos com as próprias mãos, as mulheres acabam utilizando o crack como o rémédio que a fazem aguentar seguir vivendo e geralmente não revidam:

Maria: Com meus companheiros, briga. Às vezes eu fico querendo fazer alguma maldade, mas não vale a pena porque hoje em dia não vale a pena ir pra cadeia por causa de homem. Não adianta. Eu já apanhei muito de homem, meu marido quando bebe, se ele cismar que eu to com algum homem, ele ciumar, já foi. Ele é muito violento. Mas ele já sofreu muito. Eu resolvo assim: eu saio correndo. Depois resolvo. Já aconteceu muito de querer bater pra tomar o crack, A menina não morreu aqui por causa disso?

Por causa de resina..o cara deu uma facada nela. O que acontece é isso, as mulheres morrem assim..os caras são covarde só atacam quem ta fraca.

Na pesquisa etnográfica de Vallim (2015) em cenas de uso de crack no Rio e Janeiro e em Nova York, ela identifica o padrão da violência sexual praticada por policiais contra mulheres usuárias de crack nas duas cidades. A violência está presente também no cotidiano das mulheres pesquisadas por Silva (2010), que segundo ela pode ser perpetrada pela polícia, clientes, traficantes, maridos, cafetões e inclusive elas mesmas.

Para falar de estupro e sobretudo para ampliar a nossa compreensão acerca dessa vivência, utilizaremos a análise de Segato (2003) e Davis (1944) sobre estupro. Segato se refere ao estupro como o uso e abuso do corpo do outro, sem que este outro participe com intenção ou envolvimento compatível (Segato, 2003:2). Ao analisar a dimensão sociológica do estupro, Segato (2003) destaca nas evidências etnográficas que nas sociedades tribais, sejam índios americanos ou sociedades polinésias ou africanas, o estupro tende a ser uma ato punitivo e disciplinador da mulher, sendo praticado em grupo contra uma vítima que se tornou vulnerável por ter profanado segredos da iniciação masculina, por não contar com, ou ter perdido, a proteção do pai ou dos irmãos, ou por não estar usando alguma prenda do vestuário que sinaliza que ela conta com essa proteção ou acata seu pertencimento ao grupo. Também, entre as sociedades indígenas, existe a prática das guerras por mulheres, ou seja, do sequestro de mulheres de outros grupos para casar, o que implica um certo tipo de estupro para apropriação da capacidade reprodutiva da mulher. Neste sentido, pode-se dizer que o estupro é, nessas sociedades, geralmente, uma prática regulamentada, prescrita dentro de determinadas condições, e não apresenta o caráter de desvio ou crime que tem para o nosso senso comum.

Nas sociedades modernas, Segato cita o estupro praticado por gangues, ou por grupos de traficantes como as parceiras de pesquisa relatam nesta etnografia. Para Segato, tanto na dimensão histórica como nas suas variantes culturais, é possível que as diferenças aparentes do fenômeno decorram de variações na manifestação de uma mesma estrutura hierárquica, tal seja, a estrutura de gênero. Na verdade, a pergunta que se coloca é se a questão territorial e de Estado na qual o estupro se inscreve nas sociedades pré-modernas, ou o caráter de domesticador da mulher insubordinada que ele assume nas sociedades tribais se encontram totalmente distantes da experiência urbana contemporânea. Afinal, a cotidianização desta prática no contexto da rua, nos revela

também uma forma masculina de domesticar mulheres que romperam com a norma de gênero ao aderir a práticas transgressoras e dessa forma subverter o clássico papel da mulher na sociedade brasileira.

Ao analisar o estupro por gangues urbanas, a autora enfatiza como podemos compreender a demonstração de força e virilidade para uma comunidade de pares, que visa garantir ou preservar um lugar entre eles provando, perante os mesmos, que se tem competência sexual e força física. Trata-se mais da exibição da sexualidade como capacidade viril e violenta do que da busca de prazer sexual.

Concordo com Segato (2016) na compreensão de que as violências sexuais não tem por finalidade uma ordem sexual, mas uma ordem de poder, não se trata de satisfação de um desejo sexual, mas um desejo que se orienta pelo poder em um mandato da masculinidade que exige comprovações públicas dessa masculinidade. Segundo Plummer, “o problema de estupro passa a ser, em grande medida, o problema da masculinidade, e é este último o que deve ser indagado se se quer ver o problema do estupro, algum dia, resolvido” (1984).

O estupro, segundo Segato, pode ser, assim, compreendido como forma de restaurar o status masculino prejudicado, pairando aqui a suspeita de uma afronta e o ganho (fácil) num desafio aos outros homens e à mulher que cortou os laços de dependência da ordem do status – todos estes genericamente entendidos. É no meu olhar, uma forma de domesticar, de punir e violentar corpos que transgridem a ordem do estabelecido e desafiam o seu destino. No nossa sociedade patriarcal, bem como no universo pesquisado, a hipótese de Segato se mostra presente, não é que os homens possam estuprar, mas eles devem estuprar para firmar o seu lugar da hierarquia de gênero:

Este abuso estruturalmente previsto, esta extorsão de ser, ato vampírico perpetrado para ser homem, se re-fazer homem em detrimento do outro, a expensas da mulher, num horizonte de pares, tem lugar no seio de um duplo-duplo vínculo: o duplo vínculo das mensagens contraditórias da ordem do status e da ordem contratual, e o duplo vínculo inerente na natureza do patriarca, que deve ser autoridade moral e poder ao mesmo tempo. (Segato, 2003)

Davis nos apresenta o contexto das mulheres negras no contexto da escravidão e reflete que os estupros eram uma das punições violentas impostas pelos homens brancos a mulheres negras. O estupro era uma expressão ostensiva do domínio econômico do

proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadora (Davis, p.20).

Ao refletir sobre o contexto de vida das parceiras de pesquisa, e seguindo a analogia de que este é um contexto de guerra militarizada, compreendo a partir das leituras de Davis, Segato e de Bergman que o estupro é uma arma de dominação, uma arma de repressão e subjugação dos povos dominados, como “No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tornou o estupro socialmente aceitável; de fato, era uma política não escrita mas clara” (Bergman, 1975, p.63).

Segundo Davis, ao encorajar jovens a estuprar mulheres vietnamitas (às vezes eram orientados a revistar as mulheres com o pênis), forjou-se uma arma de terrorismo político em massa. Ainda que dificilmente estivessem imunes à violência inflingida aos homens, elas eram especialmente escolhidas como vítimas de terrorismo por uma força militar sexista comandada pelo princípio de que a guerra era um assunto exclusivamente masculino (Davis, 1944, p.36). Sigo com a idéia de que a força militar que comanda a racionalidade da Guerra às Drogas é racista e sexista, pois isso permite a reatualização da prática da violação do corpo de mulheres em uma ordem patriarcal.

As vivências de violência cotidiana marcam a vida das parceiras de pesquisa e têm se mostrado um fenômeno desencadeador do uso descontrolado de drogas e da entrada em um padrão de uso do *sarau*. As narrativas das mulheres apontam como a experiência da violência de gênero possuem facetas variadas em cada contexto, e nos indicam um processo de adoecimento psíquico dessas mulheres. É imprescindível, ao discutir sobre o uso de drogas no universo feminino, refletir sobre os efeitos psíquicos de uma sociedade estruturada no mandato da masculinidade, que reatualiza o patriarcado através da reprodução da violência para firmar a dominação no corpo feminino.

Beatriz: Sei lá, eu toda hora descia, toda hora era uma pedra de 5 reais. Antigamente você pegava uma lasquinha de 2 de 3, hoje não. Hoje é só 5. Eu ficava só pedindo e fumando, ficava dois a três dias sem tomar banho, tomava cachaça também. Ficava bêbada. Me escorava em qualquer lugar e dormia. Quando eu conheci meu ex piorou o meu uso. Às vezes eu nem tava querendo e ele ia e chamava para dar o role no Pelourinho. Ai já enchia o cu de cachaça, ficava dizendo “vamos lá que eu vou fazer um cachimbo massa para você”. Ai eu já sabia que nesse dia eu ia apanhar. Toda vez que eu fumava com ele, ele me batia, ai ficava nervosa e fumava mais e mais. Era a onda que ele tinha, sabe porque? Ele usava tudo e quando acabava o dinheiro, ele queria mais e mais e mais. Ele achava que eu não estava adquirindo o dinheiro porque estava bêbada, na verdade não era isso, era o movimento que estava ruim mesmo. Quando eu estava com ele eu trabalhava já, eu já vendia

a fitinha e o colar, ele dava fim em todo o meu material e no dia seguinte para eu correr atrás..

Ingrid: Já passei por várias situações de violência, ficou na história do meu corpo cheio de cicatriz. Violência é isso aqui oh (mostra as marcas do corpo). Um ex marido meu que fez isso, morreu tem dois anos. Quando eu era mais espancada eu usava bem mais. Agora eu to com outro homem, que também me espancava mais ele parou mais, ta outra coisa, ai até o uso diminuiu, a abstinência acabou, a ansiedade acabou, ta tudo no controle.

A violência de gênero como parte do cotidiano das mulheres, é um fator importante para a compreensão da cultura de uso de crack entre as parceiras de pesquisa. Qualquer olhar apressado, que busque compreender essa complexa questão do uso de crack precisa se aprofundar na questão das violências de gênero, sob pena de construir consensos que pouco colaboram para o entendimento da questão ao colocar como se o uso de drogas em si fosse um fator de risco. No contexto estudado o uso abusivo de crack pode ser considerado um sintoma que nos conduz a refletir com mais profundidade o efeito psíquico das inúmeras violências contra as mulheres.

3.3.3 Maternidade e a rua: tornar-se mãe

Durante a presente etnografia acompanhei algumas gestações entre as parceiras de pesquisa. Discutimos no capítulo dois desta dissertação a questão do controle da maternidade de mulheres que são mães e usam crack, neste capítulo retornamos a essa questão a partir da narrativa das parceiras de pesquisa e também por compreender que a retirada do direito a maternidade foi apontado como um fator violento que gera a entrada no uso abusivo de crack entre as mulheres. No trabalho de Camargo e Martins (2014), as autoras procedem uma pesquisa bibliográfica para identificar possíveis consequências geradas pelo uso do crack na gestação e até que ponto elas podem ser transmitidas ao feto em desenvolvimento. Estudos que tratam sobre o consumo de drogas entre as mulheres, em especial entre as mulheres gestantes, são extremamente raros e pontuais, o que nos mostra, segundo as autoras, uma urgência em estudos científicos que busquem maior aprofundamento no assunto.

Ao analisarem os resultados do levantamento, observou-se que a maioria das publicações apontava que os efeitos do uso de crack durante a gestação estavam associados majoritariamente à causas biológicas em detrimento aos efeitos relacionados com problemas sociais, o que simplifica a questão. Esse fato pode ser em razão da maioria dos estudos serem oriundos da área médica e o número ínfimo de pesquisas no campo da socioantropologia. Outro estudo realizado pela médica neonatologista

Gabrielle Cunha, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), que vem desde 1994 estudando o uso de drogas durante a gravidez, constata que os bebês expostos ao crack durante o período fetal não nascem necessariamente dependentes da droga. E para a pesquisadora, até o momento não há nenhuma comprovação científica de que estes desenvolvam abstinência na ausência da substância.

Apesar de não haver pesquisas muito conclusivas com relação às diversas vivências da maternidade, circula o consenso da impossibilidade do exercício da maternidade entre mulheres como as parceiras da presente pesquisa. Essa noção foi apreendida a partir de vivência de retirada de filho/qs recém-nascido/as na maternidade, bem como da percepção de casos de companheiras próximas que não conseguiram ter garantido o direito a maternidade. Me recorde que certa feita, Edna me relatou que uma de suas parceiras ainda estava na rua quando começou a sentir a dor do parto, preferindo ter o filho na rua com os seus camaradas do que ir na maternidade, pois podiam lhe tirar a criança. Segundo Dandara:

Na maternidade fazem os exames e descobrem que o crack que você fumou passou para o seu filho, assim eles dizem, ne? Então nenhuma mulher que pare (de parir) com essa substância do crack pode sair da maternidade sem a família responsável, se não não sai de jeito nenhum da maternidade. Em nenhum lugar mesmo, o juizado de menores já tá na porta esperando. Ou a mulher tem uma família para se responsabilizar pela criança ou perde a guarda já na saída da maternidade.

Como a maioria das mulheres que estão na rua tem seus vínculos familiares rompidos, por vezes o acesso à família nuclear não é uma possibilidade, fazendo com que essas mulheres estabeleçam outros arranjos familiares. É preciso que a maternidade, bem como os órgãos de justiça possam considerar como entes familiares indivíduos para além da família nuclear e extensiva. Seria a família afetiva que se constitui na rua e que se apresenta como rede de suporte principal em determinados casos.

A questão do exercício da maternidade deve ser refletida nos termos da vivência das mulheres em seus contextos concretos e não idealizada a partir de um padrão de maternidade perfeita e atestado pelos órgãos de saúde e justiça. É importante a escuta da história da mulher acerca dos seus desejos no exercício da maternidade.

Beatriz: Já tentaram tomar o meu filho na rua. Porque eu tive uma menina que eu pari na porta da Igreja, sozinha, aí chamaram a Samu e eu fui. Na época eu tava morando na rua, como eu não queria perder a menina, eu chamei uma moça que queria uma menina aí eu peguei e vim, quando eu acabei de ter a menina o médico disse que eu não poderia sair, porque eu teria que sair com uma pessoa responsável pela criança que não poderia ser eu. Aí

eu pedi pra sair, e eu vim, chamei uma moça no Pelourinho que queria uma menina e eu preferi dar para ela. E ela só iria lá tirar a menina. Ai ela sabia que eu era soropositivo, ai na certa ela pensou que a criança poderia ter também. Ai o pessoal deu o leite da menina, tudo direitinho...Ai passou dois dias eu fui ver a menina e ela me disse que o juizado foi lá pegar a menina. Quando na verdade eu acho que foi mentira, ela não queria que eu visse a menina, ai eu também não procurei ver mais, entrei mesmo na minha vida da rua.

Há relatos do aumento do consumo de crack, da entrada no sarau para lidar com o sentimento de vazio oriundo da retirada do filho/a recém-nascido/a da maternidade. Vamos recorrer a Davis (1944) para refletir acerca da exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – que não se estendia as mulheres escravizadas. Como elas eram consideradas propriedade, não atingiam o status de sujeito de humanidade, tampouco chegariam perto da concepção burguesa de maternidade. Aos olhos da sociedade escravagista e

aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. (Davis, 1944)

Proceder a aproximações analíticas do contexto que Davis descreve com o meu universo de pesquisa é crucial para compreender como o racismo atualiza práticas históricas, mostrando como no Brasil e em todo o mundo o racismo se constitui enquanto um projeto histórico que atravessa as trajetórias de vida de inúmeras mulheres, traçando na maioria das vezes o destino dessas mulheres. Seguimos com Davis para mais aproximações:

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais” (1944, p. 19-20).

É crucial construir um caminho através do qual seja possível que essa mulher exerça o seu direito fundamental a maternidade, sem que o Estado interfira violando este direito básico. A partir do relato das parceiras de pesquisa, bem como a partir do acompanhamento de seus percursos, compreendi como o período da gestação é o momento no qual essa mulher se organiza, acessa serviços, diminui o uso e passa a planejar a sua vida em uma perspectiva de futuro. As mulheres gestantes recebem mais cuidados na rua, sendo a gravidez também um período em que diminui a violência

infringida contra seus corpos. Podemos entender que a gravidez gerou em muitas mulheres uma potência de vida (Deleuze, 2002):

Dandara: Ai quando eu engravidei eu parei a droga e voltei pra casa.

Edna: O que me salvou da droga foram meus filhos. Quando descobri que podia ser mãe, larguei a droga. Não digo que não uso de vez em quando, mas hoje é diferente. Eu me drogo, mas não perco minhas responsabilidades como mãe.

Cabe refletir como o Estado atua no sentido de punir essas mulheres com o advento da retirada dos seus filhos. O momento da gestação, deveria ser o momento de maior investimento dos equipamentos de justiça e socioassistenciais, para a garantia de condições mínimas para o exercício da maternidade. No nosso contexto de pesquisa, são os serviços que atuam na lógica da redução de danos, em específico o Consultório na Rua, Programa Corra pro Abraço e Ponto de Cidadania e as equipes de atenção psicossocial das maternidades públicas que têm garantido o direito a maternidades dessas mulheres, sendo que os órgãos de justiça tem atuado no sentido do abrigamento institucional dos recém nascidos. Embora parte das parceiras de pesquisa responsabilizem as equipes da maternidade pelo processo de retirada, compreendo que como este processo se inicia na maternidade as mulheres não compreendem qual o papel das maternidades e dos órgãos de justiça.

Importante pontuar que foi a Vara da Infância e Juventude da comarca de Salvador que vai oficiar todas as maternidades públicas pelo ofício de número 258 de 2012 a comunicar a este juizado todos os casos de gestantes “*em evidente situação de risco social como por exemplo, moradoras de rua e dependentes de substâncias psicoativas, visando diligenciar as medidas cabíveis para salvaguardar os direitos e garantias fundamentais dos seus filhos recém-nascidos*”. Ao notificar os casos a vara da infância, as equipes das maternidades entendiam que este juizado, junto ao conselho tutelar atuaria no sentido de articular a rede para a garantia do direito a maternidade, no lugar disso, o que passa a acontecer é o imediato abrigamento institucional do recém nascido na lógica da garantia do direito do menor, desatrelando então o direito da criança, do direito da mãe. Como temos uma rede de abrigamento insuficiente para a demanda de mulheres em situação de rua, atua-se na lógica de que é melhor garantir o abrigamento apenas do recém-nascido ferindo dessa forma um dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente no seu art. 19:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

É sabido pelo próprio texto do ECA que nenhuma criança pode ser separada dos seus genitores por conta da sua condição de pobreza⁸⁰, estando sobre a responsabilidade do Estado a garantia das condições necessárias de moradia, saúde e alimentação.

Nacionalmente esses casos de retirada de bebês de mães usuárias de crack em situação de rua passam a acontecer na cidade de Belo Horizonte, sendo imediatamente alvo de inúmeras denúncias por parte do movimento social organizado⁸¹. Foi no ano de 2014 que na comarca de Belo Horizonte, a promotoria de justiça da infância e juventude lançou recomendações para que as maternidades possam comunicar a vara cível da infância e juventude casos de mulheres usuárias de drogas e em situação de rua que tivesse o desejo de entregar seus filho/as recém nascido/as para adoção. Tal como acontece na cidade de Salvador, através de ofício endereçado as maternidades, a vara da infância solicita que informe áquele juízo as situações de abandono de recém nascido nos estabelecimentos de saúde, os casos de negligência e mais tratos ao nasciturno, as situações de mães usuárias de substâncias psicoativas e os casos de gestantes que se recusam a fazer o pré-natal..

As recomendações claramente se inserem no paradigma do consenso social de pânico moral e discriminação da pessoa que usa crack, assim como no discurso alarmista e desumanizador que transforma pessoas usuárias de drogas em seres sem vontade, reféns de seu uso, não humanos, zumbis. Estas recomendações se referem ao uso de entorpecentes (utilizado como sinônimo de droga), logo incluiria o uso de maconha, álcool, cola, opiáceos e demais substâncias psicoativas, no entanto no cotidiano da ação em vários Estado do Brasil, a referência é para mães usuárias de crack em situação de rua. Esta abordagem focada na mulher que usa crack em situação de rua se justifica em meio a um conjunto de concepções sociais difundidas pela mídia e incorporadas pelo judiciário sem qualquer crítica, tendo como resultado o controle social dessa população

⁸⁰ “Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.”

⁸¹ <https://dequemeestebebe.wordpress.com/> - site que reúne os documentos e ações coletivas contra a retirada forçada de bebês de mães usuárias de crack em situação de rua. Acessado em: 15/11/17

a partir do controle de natalidade, estratégia já utilizada em outro momento da histórico para o controle de mulheres negras (Davis,1982).

Vimos no município de Belo Horizonte as repercussões dessas recomendações, que de certa forma acreditamos ser a materialização institucional daquelas antigas práticas racistas, que se reproduzem em outros centros urbanos, como Salvador. A recomendação da promotoria de Minas Gerais, inspirou outros Estados, do Brasil, fazendo com que em 2016 o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome preocupados com o aumento assustador dos casos de retirada de recém nascidos de suas mães usuárias de crack em situação de rua lança a Nota Técnica conjunta nº001/2016⁸² no sentido de apontar diretrizes, fluxo e fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e /ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém nascidos, entendendo que recomendações, oriundas de órgãos de justiça estão, por vezes, ocasionando decisões precipitadas quanto ao afastamento das crianças recém nascidas de suas mães sem uma avaliação técnica de cada caso.

3.3.4 As recém-chegadas e a entrada na prostituição

No que diz respeito ao tema da entrada na prostituição, as pesquisas de Silva (2000), Cruz (2013) e Vallim (2015) chegam a conclusões semelhantes ao analisar essa prática entre mulheres que usam crack. Adorno (1996) coloca que um dos problemas visíveis da entrada da mulher no uso do crack é o ingresso na prostituição de meninas, cada vez mais jovens. Muitas delas são meninas que, na sua maioria, estão em “trânsito para a rua”. Do meu ponto de vista, a partir da observação dos dados desta pesquisa, compreendo que o problema é criado pelas situações de violência sexual, que geram nas mulheres um descuido do corpo. Não é uma simples adesão a uma prática de trabalho para gerar a renda para sustentar o seu uso de crack.

Silva (2000) aponta como uma oferta frequente a troca de sexo por pedra, como parece ocorrer em várias partes do mundo. Segundo a autora:

82

http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaud_e.pdf

Essa prática é feita basicamente pelas mulheres, muitas delas já tinham a prostituição como fonte de sustento e passaram a usar o crack, outras eram consumidoras de crack, algumas delas meninas e adolescentes que estão nas ruas, que por não ter dinheiro passam a se prostituir, fato que gera conflito com as demais mulheres como já foi visto.

Segundo o estudo da autora, as mulheres que usam crack e se prostituem adicionam um duplo estigma, por usarem crack, se prostituírem, trocar pedra pelo programa e assim depreciar o preço do programa. Na pesquisa de Vallim (2015), a maioria das mulheres no contexto do Rio de Janeiro exerciam atividades sexuais como forma de obter a renda para o consumo de crack. Em Nova York as mulheres também vendiam o corpo pela droga, além de trabalharem como cozinheiras de crack, como vendedoras de produtos de sex shop, como pedintes e praticarem atos de furto. Em sua análise Vallim relata que a prática sexual é a principal atividade de renda para as mulheres.

Na pesquisa de Cruz (2013), o envolvimento com a prostituição foi apontado pela maioria das participantes, confirmando-o, primeiramente, como uma forma de se sustentar e depois como uma maneira de adquirir a droga. No meu entendimento, precisamos problematizar esse consenso nas pesquisas em saúde de que as mulheres entram na prostituição para sustentar o vício. No universo de pesquisa que analisei a entrada na prostituição se dava por conta dos recorrentes casos de estupro, fazendo com que as mulheres se descuidassem do seu próprio corpo. Compreendo aqui que cada contexto e cada conjunto de mulheres criam uma narrativa específica sobre a sua prática, aponto aqui que debati com as parceiras de pesquisa acerca do consenso encontrado nas pesquisas sobre a entrada na prostituição para sustentar o vício no crack e boa parte das parceiras problematizaram este consenso. A entrada na prostituição, segundo relatam, tem uma ligação mais próxima com o descuido do próprio corpo, após as inúmeras violações sofridos. Entende-se então que é possível fazer daquele corpo, já tão descuidado, como fonte de sustento. Não há então uma reflexão clara e objetiva da entrada da prostituição para unicamente sustentar o uso de drogas.

Maria: Na rua, só de você usar crack eles acham que podem te abusar. Muita gente acha que as mulheres trocam sexo pela droga, mas na verdade elas dividem a droga e são encurraladas a bater um boquete, ou até o sexo mesmo. Pouca gente sabe do que acontece de verdade.

Beatriz: Muita gente pensa que essas novinhas que chegam agora e já se ataçam no crack chegam fazendo programa e não é assim que acontece. Na verdade o cara vai e te oferece um pau da pedra, aqui no Centro é onda fumar na rua, ne? Então a novinha vai, na confiança, se maloca pra dar o pau e já foi. Já vi cara que armou com uma aqui, chamou pra fumar, chega lá tem um monte de homem. Deus é mais.

Dandara: Já fui estuprada 3 vezes, uma foi lá na estação Pirajá, eu tinha 12 anos de idade, fui estuprada por um bando de pivete na estação Pirajá perto do Calabetão. Fui comprar drogas e eles próprios me arrastaram, um segurou de um lado e o outro do outro. Depois disso eu fui fazer vários exames, aí que descobri que eu tava com HIV. Eu fiquei arrasada, porque uma covardia dessa eles só fazem comigo porque eu sou mulher, quem é que na rua não sabe disso? Eu na época era muito jovem e não sabia. Eu fiquei doente, isso me ajudou a entrar no crack mais ainda. A revolta me fazia fumar. De 3 vezes as mesmas pessoas me pegou, uma vez foi no programa, quando eu entrei no carro e vi tinha mais de 5 me esperando, da outra vez a mesma coisa so que com outro carro, esse é o pessoal do Calabetão. Eu fiz programa durante muito tempo, quando eu comecei a fazer programa foi depois de ser estuprada, eu tinha 12 anos só e depois que me estupraram eu descuidei do mim e resolvi fazer programa na pista do calabetão. Não era bem o que eu queria, mas eu não ligava mais para meu corpo, fui tão abusada que resolvi fazer jogo com ele.

O cara chamava para usar o crack, oferecia um pau e quando a mulher chegava e dava o pau ela tinha que fazer o sexo mesmo sem querer. E na hora chegar e o pau comer, sem idéia. Eu já lutei com Popó, foi ele quem me ensinou a bater, eu ficava em Popó e esquecia a droga também, e aprendi a bater. Quando a menina veio me contar que passou por isso eu fui lá e quebrei o cara, deixei ele no chão e pedi para ela completar.

Sobre o tema da prostituição, Araújo (2017) reflete que ainda parece necessário uma maior atenção ao tema, no sentido de complexificar a questão:

Tendo em vista as diferentes tentativas de desumanização em relação às pessoas em cenas de uso de crack – a utilização de termos como zumbis, mortos-vivos, cracudos; as práticas, institucionais ou não, de violência – e, em específico, o estado agravado de suscetibilidade, o maior risco de sofrer danos físicos e psicológicos, no qual se encontram essas mulheres negras em cenas de uso de crack. Talvez seja o caso de se questionar o próprio termo prostituição, uma prestação de serviços sexuais, nesse estado de coisas. (Araújo, 2017)

No meu entendimento, o que as mulheres estavam me informando é que a entrada na prostituição era uma prática mais complexa do que uma simples prestação de serviço na medida em que em suas narrativas é explicitado de maneira exaustiva que a sequência de estupros criou uma determinada relação de *descuido* com o próprio corpo e a entrada na prostituição é entendida nesses termos e não como uma opção dentre tantas outras opções dada pelo contexto em que vivem. Isso está longe da simples interpretação da venda do corpo para alimentar o uso de crack.

Neste sentido, concordo com Araújo, que dado o contexto de diversas violações sofrida por essas mulheres, cabe questionar a associação da entrada na prostituição, nestes casos, como um destino comum e refletido das mulheres no contexto da rua, mas também como uma vivência imersa neste ciclo de violências sofridas por essas mulheres. Importante ressaltar que compreendo que para muitas mulheres ser trabalhadora sexual é uma escolha, que em dados contextos tem gerado inclusive a

organização política dessas mulheres para a garantia de direitos trabalhistas. No contexto que investiguei a prostituição não era vista dessa forma, e a maioria das mulheres que fizeram parte do meu universo de pesquisa abandonaram essa prática, com exceção de uma parceira de pesquisa.

3.3.5 Os ciclos de violências de gênero

Após analisar as narrativas dessas vivências de violências de gênero, sofridas pelo universo de pesquisa, percebo uma constante que se repete: a vivência de uma violência de gênero por vezes desencadeia o uso descontrolado de crack (entrada no sarau). As parceiras ficam pernoitadas no sarau cerca de 2 a 4 dias, até chegarem à exaustão do corpo e entrarem em uma hibernação, que é seguida, por vezes, do uso de maconha. A mulher busca um local seguro para o descanso e o ciclo se repete após outra violência de gênero.

As principais causas da entrada no sarau encontrada no universo desta pesquisa são: a) estupro no ambiente familiar, b) estupro de bonde (estupro coletivo) c) estupro por policiais, d) estupro pelos traficantes e e) estupro pelo companheiro de rua, f) agressão física grave pelo companheiro, e) retirada de filho/a recém-nascido/a na maternidade.

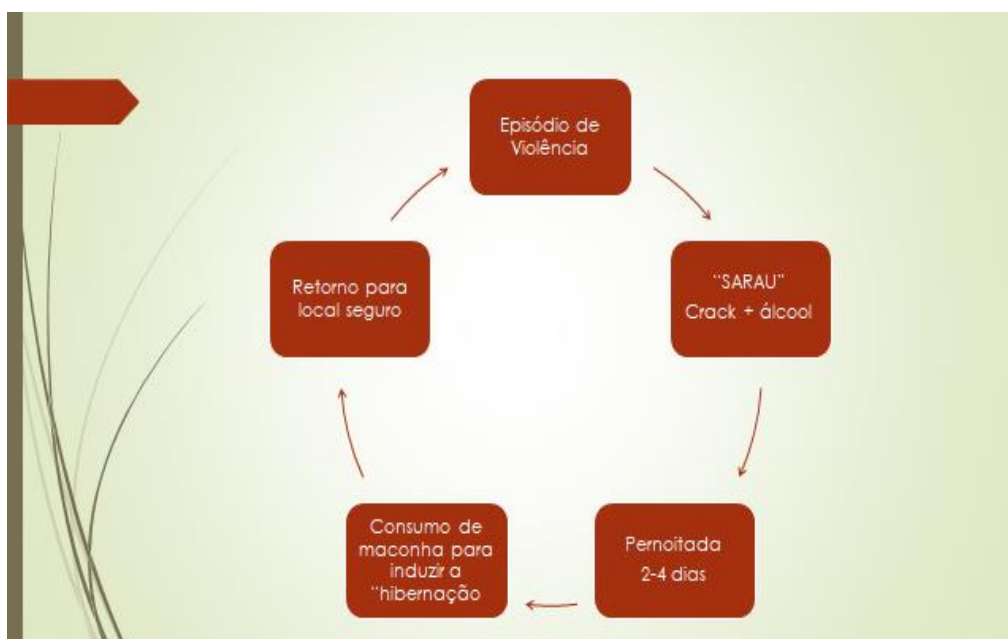


Figura 4: Ciclo de violência de gênero entre as parceiras de pesquisa.

Segundo pesquisa de Cruz (2013) a maioria das mulheres entrevistadas relatou fumar crack de forma intensa continua e repetitiva, seguida de uma parada abrupta em seu consumo por alguns dias. Na pesquisa de Silvia (2000) as mulheres relatam a adesão de algumas estratégias como dar um intervalo no uso intenso e buscar um local seguro para descanso:

Nesse intervalo procuram também algum local para tomar banho e descansar, geralmente nessas horas vão até a Casa de convivência ou outros locais de grupos evangélicos ou espíritas que funcionam em horários diferentes (SILVA, 2000).

A percepção da repetição desses fatos na trajetória de vida das mulheres mostra um ciclo de violências que interfere na constituição, bem como na dinâmica da cultura de uso de crack. Construir meios para proteger essas mulheres da violência sistêmica deve ser um dos papéis centrais do Estado, no sentido de garantir a quebra desse ciclo.



Foto 20: Local indicado por uma parceira de pesquisa como local seguro para o descanso.

3.3.6 Entre sacizeira e usuária: a emergência do controle

Pontuei em algumas partes deste capítulo que a distinção nativa entre sacizeira e usuária define níveis de uso de drogas. Essa distinção foi exaustivamente colocada pelas parceiras de pesquisa. Apresentarei alguns trechos para uma maior compreensão das distinções na racionalidade das mulheres com relação a essa distinção. Segundo compreendi, sacizeira seria aquela pessoa que está no começo do seu consumo, ainda

não aderindo as práticas de controle do uso. A sacizeira é aquela que é mais comediada, ou seja, quem é piada e motivo de chacota, e que sofre mais violência, entre as parceiras. Percebi que se parecer como uma sacizeira é muito ruim, afinal esta é uma categoria de acusação e também de discriminação:

Catarina: Sacizeira é discriminação. É isso que esse termo significa. Discriminação com relação a mulher. Sacizeira é quem fica pedindo crack para um e para outro. Não tem dinheiro no bolso para comprar o crack e fica escoltando a droga dos outros.

Ingrid: Que eles diz ne? É quando ele vê as pessoas metendo a mão no lixo, sujas, o povo que fala ne? Porque a gente não vai se igualar e desfazer. Quando vê gente suja, metendo mão no lixo pra comer, pedindo, ai vem aquela discriminação de chamar de saci.

Maria: Tem sacizeira que se joga, usuárias que se controlam entendeu?

Beatriz: Sacizeira... É a pessoa que não toma banho, que não se cuidam que não penteia o cabelo, não troca de roupa, não se mantém limpa, organizada. Em um momento da minha vida eu já fui sacizeira, agora eu sou só usuária.

Em trabalhos anteriores, etnografei pela primeira vez em 2010 o uso dessas categorias para definir as gramáticas relacionadas ao uso de crack no contexto local. Na análise dos presentes dados, a distinção se repete e o discurso de demarcar o lugar da sacizeira, desenha também e deixa nítido para esta antropóloga a qual categoria as parceiras aderem.

Beatriz: Eu sou usuária controlada. Controladíssima hoje. Se a mulher não tiver a correria dela, não for correria ninguém fortalece. A que eles chamam de sacizeira mesmo, ai ninguém fortalece.

Maria: Eu nunca levei o termo para mim, mas tem muitas que se deixa levar, que além dela ser usuária, ela não se cuida, ela se deixa levar, não toma banho. Eu nunca fui sacizeira, sempre fui usuária.

Dandara: Pior que dependente químico. Eu nunca chamo ninguém de sacizeiro. É uma agressão que se faz na rua, diminui a pessoa. Saci pra mim é um menino de uma perna só, eu nao chamo ninguem de sacizeiro pq isso é desfazer, entendeu? Sacizeiro pra mim nem se fala e nem se escreve, quando me chamavam de sacizeira eu nem olhava. Ai se me chamar de dependente eu até olho.

Mônica: É a mulher que se joga no crack ne? Não toma banho, não escova dente, fica com a calcinha toda preta de menstruação. Não bota absorvente. Faz xixi e não se enxuga, fica aquele cheirinho imagine quem não toma banho. Fica fedendo.

Importante salientar que compreendo que a incorporação da categoria de usuária a gramática das interlocutoras de pesquisa acontece devido a uma certa cosmologia de contato entre pessoas que usam drogas e redutore/as de danos e agentes de saúde do território do Centro Histórico de Salvador. Como este território é historicamente

reconhecido também pelas ações de redução de danos, boa parte das pessoas que circulam nas cenas conhecem o jargão dos profissionais destes serviços. Usuária é então uma categoria nativizada que significa o uso controlado de crack.

3.3.7 O Acesso a serviços de cuidado da saúde e assistência social e serviços de proteção a mulher:

Durante o trabalho de campo, e na narrativa das parceiras, há muitos relatos que dizem respeito ao acesso a serviços de cuidado da saúde e assistência social e também às tentativas de acesso a rede de proteção a mulher. Alguns serviços foram pontuados como cruciais para a adoção de um padrão de uso mais controlado, além de uma maior organização da estrutura de vida de maneira geral:

Ingrid: Desde setembro de 2016 eu to nessa caminhada, consegui a casa, tava no abrigo, ai o abrigo me levou para o Caps ad e eu comecei a melhorar. Foi o povo do consultório na rua que me encaminhou. Maior onda isso ne? Quando dei por mim já tava de quebrada. Hoje recebo auxílio aluguel, já fiquei em abrigo, frequentei o CAPS, o Ponto de Cidadania e o Corra pro Abraço. Mas é o consultorio que é de coração ne? Praticamente quem agilizou tudo da minha vida foi os pessoal do consultório. Conseguiram até dentista para a mim! Ali todo mundo é de verdade!

Dandara: Foram os projetos, tipo o Corra por Abraço, que me ofereceu uma água, me chamou na educação, no amor, ai eu aprendi a ocupar a minha mente com outras atividades. E hoje to a dois meses sem fumar. A mudança só chega com oportunidade, sem oportunidade como mudar? Se alguém não vai lá e pergunta como você está para aliviar o sofrimento você vai sempre chamar a droga para resolver. Muitas pessoas acham que o povo da rua não quer nada, mas é só chegar e dar oportunidade, você vai ver. Aconteceu comigo pode acontecer com qualquer um.

Maria: Tenho um ano no CAPS, me ajudou muito. O tempo que eu to no Caps eu estava usando em outros tempos. Já fiquei um mês sem para de usar só bebendo e fumando, ai quando e venho pra cá eu paro mais. Tenho o CAPS, que me encaminhou para o abrigo e agora consegui alugar um quarto decente.

Durante todo o processo de campo, os serviços, bem como as atividades desenvolvidas nestes serviços foram pontuados como importantes para alcançar uma mudança na vida das mulheres. Percebo também, que muitas parceiras possuem um longo conhecimento dos serviços da rede, bem como da cultura desses serviços, este conhecimento as tornam líderes, pois são elas que problematizam quando algum profissional *está na falha*. Por diversas vezes, muitas parceiras relatam desgaste com regras de convivência em determinado serviço, esse desgaste não foi o suficiente para romper o vínculo – mas levaram elas a problematizar os serviços.

Com relação à rede de proteção à mulher, não houve relatos de acessos bem sucedidos. Durante as rodas de conversa, realizadas na sede do Movimento de População de Rua, alguns relatos foram compartilhados sobre a experiência de acesso a rede:

Janete: Voltei para a rua com um papel, da medida protetiva. De que ia adiantar? Esse papel? Voltei pra rua, peguei minha filha. Fomos espancadas as duas e ninguém fez nada.

Essa questão de Janete, bem como o seu relato de acesso negado a casa abrigo, que é previsto na lei Maria da Penha para todas as mulheres que sofrem violência, me intrigou, fazendo com que eu buscasse a minha participação nas reuniões do Grupo de Trabalho da Rede de Proteção à Mulher. Fui a uma reunião, onde a gestora da Casa Abrigo apresentava a casa e o fluxo de acolhimento das mulheres. Para ter acesso ao serviço, era necessário registrar a queixa na Delegacia da Mulher, neste atendimento a delegacia oferta a casa abrigo. A casa serve para mulheres com risco de vida, que estão sendo ameaçadas pelo marido e não podem voltar pra casa. A mulher ficaria durante 15 dias até que a equipe articule uma rede de suporte para a sua saída.

A reunião aconteceu na sede da Delegacia da Mulher que fica em Brotas. Contou com a presença de delegadas, representantes do movimento social de mulheres, profissionais dos serviços de referência a mulheres, bem como as profissionais dos serviços da rede de proteção à mulher. Pedi fala e questionei sobre o público de mulheres em situação de rua, alertando que o fluxo precisava considerar que uma parte das mulheres, por condições diversas, não tinham domicílio, mas sofriam violência e precisavam acessar serviços como a Casa Abrigo. A coordenadora me relatou que a demanda do público que estava em situação de rua era absorvida pelo Centro Pop, serviço de assistência que é a porta de entrada de toda a população de rua na rede de abrigamento. Retruquei dizendo que a especificidade da violência sofrida precisava ser considerada, afinal o encaminhamento feito no Centro Pop iria encaminhá-la para um abrigo qualquer que não teria condições técnicas de dar suporte em um caso em que a mulher está sendo ameaçada de morte. A coordenadora seguiu repetindo que essa demanda era do Centro pop, percebi que não havia espaço para o diálogo e sai com um saldo de um diário de campo que me fez compreender as artimanhas da exclusão da mulher usuária de crack, cujo corpo não merece ser protegido pelo Estado.

Beatriz: Eu já fui dar queixa, mas não resolvia nada. Fui na delegacia das mulheres. A polícia me colocava na viatura, me levava para o hospital, coisava... ele ia na delegacia da mulher, chegava lá a delegada mandava ele ir embora. Tá tudo registrado. Eu já fui duas vezes prestar queixa, nunca

aconteceu nada. Mandaram eu ir embora e depois mandava ele ir embora. Chegava a registrar a queixa, me mandavam ir embora. Eu já fui com minha mãe e ele, nunca deu em nada. Nunca aconteceu nada. Uma dessas levaram ele para a cela, devem ter dado um aperto, mas na mesma da hora ele tava aqui. Assim que eu cheguei ele já estava aqui dando risada da minha cara.

É válido questionar que por mais que a nossa legislação tenha avançado no que diz respeito a garantia de fluxo e serviços de atendimento a mulher em situação de violência, cabe refletir que essa legislação leva apenas em consideração um determinado tipo de violência sofrida pela mulher no domicílio. É importante que a legislação possa compreender a violência sofrida pela mulher no contexto da rua. Percebemos como as mulheres que estão em situação de rua acabam sendo punidas e criminalizadas por sua condição, tendo em vista que os serviços de proteção a mulher não conseguem alcançar as demandas das mulheres foco da presente investigação.

É como se essas mulheres não existissem tanto para a Política Nacional de Atenção Integral a Mulher, como para a Lei Maria da Penha que é formulada tendo em vista um tipo de mulher. Tampouco essas mulheres existem para a Política de Atenção ao Usuário de álcool e outras drogas que é toda formulada para atender o público masculino, não contemplando a especificidade das mulheres. É crucial criar caminhos para visibilizar o contexto e as violências sofridas pelas mulheres usuárias de drogas e em situação de rua, levando em consideração os marcadores de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade para a construção de políticas e equipamentos de proteção a essas vidas.

3.3.8 Estratégias de proteção entre pares

Um dos aspectos interessantes da cultura de uso das parceiras são as estratégias construídas para lidar com as violências sofrida na rua. Como vimos na sessão anterior, o Estado não cumpre o papel de proteção dessas vidas, fazendo com que essas mulheres construam estratégias de proteção e sobrevivência as inúmeras formas de violação. Entre as estratégias destaco as mais citadas:

- a) Andar sempre em grupo de mulheres:

Catarina: Uso com mulher, não procuro usar com homem. Se eu não tenho a droga eu faço o meu corre, não fico atrás de homem pra me dar droga, como muitas. Já vi muita violência acontecer com a mulher na rua. No dia que eu vi

acontecer a mulher fumou a pedra do cara, ela prometeu que ia “fazer” no cara. Ai na hora ela não fez e apanhou muito na minha frente.

b) Dormir junto com outra mulher ou com o companheiro:

Dandara: Dormir sempre junta. Enquanto uma dorme, a outra ta de olho, vigiando. Ai tem que fazer o corre, primeiro o corre da massa e depois da química. A massa para quem ta dormindo e a química para quem precisa ficar acordada.

Dandara apresenta uma das principais estratégias, que demonstra também o laço de solidariedade entre as mulheres na rua, o que não significa que não haja conflitos entre mulheres.

Ingrid: Eu quando tava na rua só dormia de dia e quando o meu companheiro estava do lado. De noite eu não dormia não. Há um tempo atrás eu não tava acostumada não, mas agora eu já to mais tranquila e já durmo a noite. Mas no começo quando eu sai da rua foi difícil acostumar...

c) Performace corporal masculinizada, parecer homem é uma forma de se proteger na rua:

Maria: Eu tive que ficar mais dura, parecendo homem. Mesmo se eu tivesse medo, não poderia demonstrar, pra não acontecer comigo. Quando a mulher é braba os homens têm medo, não crescem.

Chá Preta: Pra me proteger era complicado, eu comecei a vestir mais roupa de homem pra me proteger, porque se você parece mulherzinha na rua é foda, rola violência mesmo.

Na pesquisa de Silva, ela nota que no seu universo de pesquisa a aparência masculina é procurada, o que poderia sugerir uma busca de respeito ou uma forma de camuflagem visando uma proteção no “mundo da rua” em que a construção social do masculino parece imperar quase caricata. Muitas mulheres utilizam esse artifício, independentemente de se afirmarem “sapatões”. Muitas fazem programa, têm maridos e mantêm essa aparência (Silva, 2000). Muitas parceiras de pesquisa enfatizam que os homens só respeitam uma mulher que está acompanhada por outro homem, ou quando ela se parece com outro homem. Na sua pesquisa, Alves (2015) aponta que:

Como na cadeia, as mulheres são extremamente respeitadas na ‘biqueira’, “afinal de contas nunca se sabe se se estará mexendo com a mulher de

alguém perigoso, ou não” observou posteriormente Newman. Enfim, não é ambiente propício ao flerte amoroso.

Neste sentido, reforço o argumento das parceiras de pesquisa que o respeito nesse caso não é direcionado à mulher enquanto sujeito, ela só vira sujeito reconhecível a partir do momento que tem um homem que garanta o seu respeito, demonstrando ainda uma estrutura de gênero hierarquizada.

d) Arrumar um companheiro:

Beatriz: Os homens que tem respeito por eles mesmo, não pela mulher. A mulher só ganha respeito na rua com um macho do lado.

Maria: Se eles vêem que você é muito mulherzinha, já foi..tem que ter o macho do lado..

Estar com um companheiro é considerada como uma estratégia de proteção a violências sofridas no contexto estudado, confirmando a estrutura hierarquizada através da qual a mulher só ascende a posição de sujeito, quando cumpre um papel de gênero, da matriz hegemônica heterossexual e se vincula a um companheiro.

3.3.9 “Putá só, Ladrão só”: o discurso da solitária caminhada e o mundo do agora entre as parceiras de pesquisa

Entre as mulheres, havia um ditado que era sempre referenciado quando o tema era as relações: *Putá só, Ladrão só*. As mulheres relataram não poder confiar em quase ninguém, por conta das inúmeras covardias sofridas ao longo da trajetória de vida. Apesar das mulheres construírem uma idéia no seu discurso de que não dependem de outros vínculos e que possuem uma caminhada solitária, percebo que há também uma vinculação importante com a família de rua.

A reinvenção da família, após a quebra de vínculos da família nuclear, é o que permite a essas mulheres constituírem a sua rede de afeto e pertencimento, e dessa forma constituir o seu lugar afetivo. Segundo pesquisa de Cruz (2013), os problemas familiares estão presentes na vida de algumas mulheres que consomem crack. No entanto, percebe-se por meio dos relatos de sua pesquisa, que o fator desencadeante para tal situação, na maioria das participantes, não ocorreu em decorrência do uso do crack.

Da mesma forma, os problemas familiares não se desencadearam a partir do uso de crack entre minhas parceiras de pesquisa, mas decorrem de um contexto social marcado pela cultura do estupro.

Na trama das relações sociais entre as mulheres, há o investimento em uma relação de confiança. Diversas vezes as parceiras atribuíam uma certa percepção *olho-no-olho* para avaliar as pessoas que se podia confiar – quem não consegue olhar no olho não seria confiável e estaria passível a ser vacilão. Embora demonstrem no discurso uma sensibilidade para perceber pessoas que se pode confiar, quando ocorre a quebra do vínculo devido a algum *vacilo*, o erro é imperdoável e a resposta ao erro muitas vezes reproduz o repertório de violência. Neste sentido, há muitos relatos de frustração quando essa confiança é quebrada segundo nos mostra a importante reflexão de Mônica:

Mônica: Uma menina que eu conheci do nada, a gente ficou bem próxima uma da outra, a gente ia curtir junto Olodum, Bença, Pelourinho, ai ela me chamou, eu já tinha tomado umas cervejinhas e já estava azuada, com a mente fraca ainda porque eu era nova. Eu tinha meus doze anos, ai ela me chamou para cheirar uma cola, ai eu fui dei dois pau na cola e fiquei azuada, muito doida, ela falou bora descer aqui, era uma casa velha. Ai ela, vamos lá embaixo, eu fui, quando chegou la tinha mais 7 homens, ai ela falou, aqui é minha amiga...Eu já estava ciente, mas eu tava azuada, foi a primeira vez que eu tinha cheirado cola, eu fiquei lombrada, vendo tudo rodar assim, ai juntou com a cerveja que eu já tinha tomado. Ai ela falou assim, olha ela ai oh, e chegou pra mim: “Fique ai com eles que eu vou ali e volto”. Ai eu falei, “Não eu quero ir embora, me deixe ir embora”, ai já sabe ne? Os caras começaram a me bulinar a tirar minha roupa...eu tentei gritar eles taparam a minha boca, me batia. Isso foi de madrugada, quando foi de manhã eles deixaram eu ir embora.

(SILÊNCIO)

Depois me bati com ela (voz fica baixinha), eu perguntei porque você fez isso comigo, que covardia foi essa? Eu falei, ainda vou cobrar o que é meu. Agora não, porque agora eu não tenho disposição, eu sou comédia. Mas tudo passa, disse a ela: “eu acho que vocês faz isso porque vocês também foram vítimas no passado”. Ai pronto, não falei mais com ela. Uma vez eu vi ela no Olodum, eu arrebentei ela toda, inchei os dois olhos dela, eu quase mato de ódio. Ela era uma menina que tudo o que era meu, era meu e dela, mas como tem o ditado ne “a mulher é a desgraça da outra”, eu não tenho isso pra mim não porque eu acho que as vezes é a gente que não sabe fazer uma boa amizade. A gente ás vezes ama uma pessoa e a pessoa não ama a gente, quem ama a gente, a gente não da valor. Quem maltrata a gente, a gente ama. Muitas vezes é assim. Por isso que muitas mulheres vão presas. Arruma o marido, o marido pede pra levar droga na cadeia, pede pra fazer um avião, pede pra traficar, pra matar, pra roubar, por amor. Eu acho que é por amor, porque eu não penso assim não. Por amor eu vou roubar? Por amor eu vou trabalhar! Vou roubar porque? Porque ele quer? Ele me pediu pra roubar e eu vou roubar? Se tem outra maneira de eu ganhar dinheiro? Se ele quer viver uma vida e eu viver outra? Oxe....Meu marido é o maior cuidado comigo, meu marido, queria voltar de novo pro roubo, eu falei Não...eu quero sair, como você quer voltar? Só porque você tá comigo, o dia que não tiver não tem meu irmão. Não tem mais carro pra estacionar? Espera o outro dia, o dia

de hoje não tem como ser o dia de amanhã. Hoje tem, amanhã não tem, o dia de muitos e o dia de poucos e ainda o dia de nada. Um dia de cada vez e o dia de agora.

A categoria nativa de *caminhada* apareceu por diversas vezes no discurso das parceiras. Longe de significar um simples trajeto, caminhada se refere à marca da trajetória de vida ao longo do tempo nos diversos espaços da rua. O aprendizado só é adquirido após uma longa caminhada, nesse sentido se aprende com o tempo e com o enfrentamento as experiências de violência. O tempo de rua, e as adversidades enfrentadas ao longo da caminhada é ostentada com orgulho, inúmeras foram as vezes que as parceiras se referiam a esses aprendizados singulares que só a universidade da rua permite. É esse aprendizado que permite o controle da rua, caso contrário, referem ser engolidas e dominadas pela rua. Muitas vezes se fala da rua como um outro que ganha agência da direção da caminhada quando não há a emergência do controle. Com relação à percepção do tempo, a partir do acúmulo desse aprendizado na caminhada, as parceiras referem viver o agora, pois o futuro é sempre imprevisível.

3.3.10 Feminicídio em nome da Guerra às Drogas

Os dados, no que se refere a situação da violência de gênero no Brasil, segundo a Fundação Perseu Abramo (2010) são cinco espancamentos a cada dois minutos no Brasil e um estupro a cada onze minutos, segundo o 9º Anuário da Segurança Pública (2015). Estima-se que “a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia” (Cerqueira e Coelho, 2014, p. 5). Com relação ao feminicídio, ou seja, a morte de mulheres, contamos um a cada 90 minutos, segundo dados do Ipea (2013) e são 179 relatos de agressão por dia, segundo o balanço da Central de Atendimento à Mulher (dados referentes ao período entre janeiro e junho de 2015). Segundo o Mapa da Violência da Flacso (2015), foram treze homicídios femininos por dia em 2013. Todos estes dados se referem ao cenário no Brasil, apontando que ainda vivemos em um contexto perigoso para as mulheres.

É crucial que possamos documentar os vários contextos de violência a que estão sujeitas as mulheres para que possamos conhecer e visibilizar o conjunto de violações que estão submetidas as mulheres em um contexto marcado pela Guerra às Drogas. No ambiente

de guerra, faz-se necessário ainda tornar legível as diversas formas que o Estado brasileiro, bem como forças para-estatais tem de matar objetivamente e subjetivamente uma mulher:

Bernadete: O meu filho não tinha completado nem 20 anos. Ele era o meu maior companheiro, na vida era só eu e ele. Até que ele se envolveu com o comando daqui, a gente não tinha dinheiro para nada e ele resolveu vender pedra para tentar uma vida melhor. Conseguimos um quartinho simples e a gente tava se virando. A imagem do corpo dele estendido no chão todo ensanguentado não me sai da cabeça. Ele foi morto com tiro nas costas. É certo isso? Ele deveria no mínimo ter sido julgado, ia preso e depois saía. Essa imagem me destrói. Eu só paro de pensar quando fumo o crack, o sofrimento alivia um pouco. Faz 5 anos mas parece que foi ontem, eu choro todos os dias. Eles me mataram quando mataram meu filho. O que me faz aguentar essa aflição todos os dias é a pedra. Eu acho que nunca vou conseguir parar de fumar. Só penso em vingar a morte do meu filho...

No contexto da Guerra às Drogas, as mulheres negras e pobres aparecem como as principais vítimas do projeto genocida do Estado brasileiro. Um projeto regulatório para a política de drogas no Brasil precisa pensar na reparação das mães que perderam seus filhos vitimados pela atual guerra as drogas, aquilo que Segato (2016) chama de registro das guerras contemporâneas. A autora aponta para a importância da difícil tarefa de redefinir o conceito de guerra a partir de novos cenários bélicos contemporâneos como são as guerras de poderes estatais e paraestatais, que têm provocado a morte sistemática de mulheres em toda a latinoamerica. A autora fala da feminização destas guerras e das metodologias diversas de extermínio do corpo das mulheres. São inúmeras as narrativas de morte em campo:

Dandara: Já aconteceu muito dos homens querer bater pra tomar o crack, a menina não morreu aqui por causa disso? Por causa de resina..o cara deu uma facada nela. O que acontece é isso, as mulheres morrem assim..os caras são covarde só atacam quem tá fraca. Maria

Eu acho que as mulheres mesmo que tem que pegar a visão porque essa vida meu irmão...Morre uma guarita, menos de uma semana já tem outra pra substituir, aí ou você entra ou você apanha, tem isso também. Você tem que escolher, ou dá ou desce, porque lá é assim. Tem que trabalhar como guarita, e você chega lá pra trabalhar não tem um pão, um café da manhã só pedra, por isso que eu sai. Só pra te viciar. Às vezes você não ta nem na onda de fumar, mas o patrão já chega mandando e ai você tem que fumar porque tem que ficar na adrenalina da guarita. Ai quando foi a minha vez eu falei: *Pode me matar aqui agora, porque eu não vou pra porra nenhuma mais, quando eu tava no HGE, com a costela quebrada porque tinha apanhado da policia, quem foi lá levar o remédio? Quem foi levar roupa pra mim? Ninguém! Então eu não vou trabalhar.* A partir desse dia fechou lá. Porque se eu tivesse abaixado a cabeça...como ela... Você viu o que aconteceu com Mara né? Você estava no enterro. Quem foi que deu o caixão? Ou um buquê de rosas? Quem foi que foi no HGE quando India estava entra a vida e a morte, alguém do trafico foi lá ver se ela precisava de alguma coisa? Só quer saber de óleo, óleo, óleo e a borra da boa. Não ta nem ai. Quando eles vão chamar alguém para trabalhar é logo chutando, já acorda na agressão.

Neste sentido, seguindo as idéias de Segato (2016), que relata que a queima das bruxas na era medieval não equivale aos casos de feminicídios contemporâneos, pois na queima das bruxas se representava uma pena pública de gênero. No caso dos feminicídios contemporâneos, neste contexto de guerra, que são feitas por meio de ajustes de contas de forças estatais e paraestatais, estas forças nunca vão sair da sua esfera privada, são mortes silenciosas e silenciadas, invisíveis ao enquadramento público. Neste contexto, o corpo da mulher já criminalizada é o primeiro alvo de uma guerra que se reatualiza no cenário do atual Estado brasileiro. Pontua-se a importância de visibilizar os custos desse cenário para a vida das mulheres, no sentido de criar e garantir equipamentos públicos que possam barrar essas mortes.

Há que visibilizar as violências de gênero que não acontecem no âmbito familiar ou doméstico e que se apresentam em outras cenas públicas, para dessa forma conseguir desprivatizar toda a violência de gênero. Não há dúvidas de que no ambiente bélico da Guerra às Drogas, várias são as formas e manifestações da violência de gênero direcionadas ao corpo feminino ou feminilizado, bem como, como vimos na narrativa das parceiras, são vários os agressores: de agentes do Estado até funcionários do tráfico de drogas.

No caso da tipificação do crime de feminicídio, o que Segato nos indica é que se trata de abordar o gênero como foco e meta de agressão feminicida e femi-geno-cida (Segato, 2016). A primeira dimensão responde ao imperativo de sistematicidade e caráter genérico que a tipificação de crimes no direito penal internacional exige para reconhecer o conceito de feminicídio como um conjunto de violências dirigidas especificamente à eliminação das mulheres pela sua condição de ser mulher. A segunda dimensão, que é a que vamos preferir para falar das mortes no contexto de guerra às drogas se refere além da caracterização dos crimes por feminicídio, o entendimento do caráter genocida, como um crime de lesa humanidade ou crimes contra a humanidade que é um termo do direito internacional que descreve atos que são deliberadamente cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, no caso desse estudo estamos tratando de uma população de negras e pobres em todo o país. Nesse contexto de maior militarização do Estado e de aumento do seu caráter punitivo, será ainda no corpo da mulher que perceberá a completa falência desta estratégia que tem provocado o surgimento de verdadeiros campos de guerra em territórios empobrecidos em todo o Brasil.

Ao analisar alguns traços do crime de feminicídio, Segato refere que aos olhos do sentido comum patriarcal do poder público, estes crimes podem se caracterizar como femigenocídio, como um crime que, por sua qualidade de ser sistemático e impessoal, tem por objetivo específico a destruição das mulheres (cis e trans ou corpos afeminados) pelo fato de ser mulher, sem a possibilidade de personificar ou individualizar nem as motivações do crime, nem a autoria. Para a autora (2012) a categoria feminicídio pode ser sempre devidamente utilizada e formulada em diversos contextos, nos foros de direitos locais para englobar todos os crimes cometidos tendo em vista a fronteira de gênero, dos que ocorrem no contexto interpessoal e também aqueles perpetrados por agentes Estatais e paraestatais, no ambiente público ou privado.

A importância de insistir na tipificação dos tipos de violência contra a mulher, nos vários contextos, marca a diferença entre crimes que podem ser personalizados, ou interpretados a partir de relações interpessoais ou de motivação do tipo pessoal por parte de quem a perpetua, daqueles que não podem ser caracterizados dessa forma. Esta se apresenta como uma tarefa crucial, pois segundo Segato (2012) contraria a convicção de que a violência contra as mulheres deve ser abordada como um resultado de relações de gênero, em uma estrutura única e padronizada, circunscrita ao âmbito doméstico.

Há que se reconhecer o fenômeno social do femigenocídio ligado à Guerra Às Drogas, ou o que Segato chama de guerras contemporâneas entre poderes estatais e paraestatais, pois estas guerras – com baixo nível de formalização – parecem estar difundindo um código social de afirmação da mortalidade feminina por grupos paraestatais. Neste contexto, é na escritura do corpo das mulheres que se associa com os grupos paraestatais diversos, que vai se firmar as punições e violações do corpo feminino.

Para Segato (2016) a resistência do direito de incorporar e dar judicialidade ao feminicídio se encontra no limite da estrutura patriarcal do Estado, que orienta as visões dos seus operadores do direito. Este caráter do Estado condiz com o papel primitivo, fundante e permanente da atmosfera patriarcal em sua pedagogia primeira e compromisso com a manutenção e reprodução de todas as formas de poder e sujeição – racial, imperial, colonizadora, regional e econômica. Para a autora é sobre a base patriarcal que se constitui o andamento hierárquico que organiza a sociedade, e que organiza sobretudo o Estado. Por isso mesmo esse substrato é o mais difícil de

visibilizar e enquadrar em qualquer luta – incluindo a que se dá no campo jurídico – para sua transformação.

Segato é uma autora que vai se debruçar sobre a necessidade, vital para nós mulheres, de despatriarcalizar e descolonizar o Estado, a partir da disputa de outras narrativas subalternas que passam a lutar pelo acesso aos direitos sociais do Estado. Há que se formalizar conceitos, reconstruir narrativas para conseguir entrar na inscrição da cidadania do Estado. Afinal, o que os dados desta pesquisa mostram é que o Estado é o lugar de violação e morte do corpo feminino. Faz-se necessário questionar o excesso de poder sobre o corpo das mulheres, suas consequências e como em nome de “um bem maior” que seria a Guerra às Drogas se alcança uma gramática cotidiana de violência que é acionada para enquadrar a mulher, negra, usuária de crack, com trajetória de vida nas ruas. Para Segato (2016) é possível afirmar, a partir de suas evidências de pesquisa, que a manutenção do patriarcado se mostra como uma questão de Estado, da mesma forma que preservar a capacidade letal dos homens e garantir que a violência que cometem permaneçam impunes é também uma questão de Estado.

CAPÍTULO 4: Feminismo Antiproibicionista e a organização política com as parceiras

Durante o primeiro semestre do ano de 2016, comecei a frequentar com mais regularidade um abrigo municipal que se localizava na Rua San Martim. Esse abrigo recebe casais em situação de rua. Como Mônica, Luanda e Ingrid estavam agora morando no abrigo, fazia visitas para a realização das entrevistas, bem como para dialogar sobre o meu projeto que eu estava reformulando no sentido de direcionar mais para refletir as violências sofridas pelas mulheres. Neste momento, Luanda e Mônica estavam grávidas e ocupavam um quarto no mesmo andar, Ingrid ficava no andar acima.

Estávamos no quarto de Mônica, ela estava empolgada mostrando como havia conseguido organizar todo o seu quarto com os presentes que havia ganhado do marido. Falando da sua situação atual, Mônica lembra que se estivesse na rua, estaria na onda do crack e como ter um quatinho foi essencial para a sua organização. Luanda concorda, mas enfatiza a crueldade que é para as mulheres aguentar essas violências. Durante o diálogo Luanda me faz a seguinte questão:

Luanda.: Na rua se você não saber viver ela, se você não sabe dar o limite você acaba se perdendo nela. Hoje em dia eu vejo assim e falo assim: um monte de menina nova, que eu conheço que chegou na rua há pouco tempo, tão tudo sofrendo covardia. A gente podia se juntar e ensinar elas a se defender. Como a gente teve quem ensinasse, elas tem que ter também não? O que você acha?

Fiquei um tempo tentando entender qual o chamado de Luanda, Mônica completa sugerindo que deveríamos juntar umas mulheres e conversar. Oferecer um café, um doce, e falar sobre as violências sofridas. Mônica sugeriu que a roda acontecesse no abrigo mesmo, Luanda conta a história do gerente do abrigo, um homem que chamava a polícia para dentro do abrigo, e que por diversas vezes humilhou as mulheres quando elas ameaçavam denunciar. O gerente dizia que elas eram burras e que ninguém ouviria o que tinham a dizer. Não existia a possibilidade de realizar a roda no abrigo. Para as mulheres o ambiente era muito hostil e precisávamos construir um espaço confortável, a partir do qual as denúncias sobre as violências que sofriam no abrigo pudessem aparecer.

Na época estava com bastante tempo livre para a pesquisa – não estava com nenhum vínculo de trabalho além da bolsa da pesquisa. Percebi uma boa oportunidade para construir um espaço convidando diversas mulheres: das novinhas que acabaram de

chegar na rua às profissionais dos serviços. Convidaríamos a defensoria pública, os serviços de proteção, as mulheres de outros movimentos sociais junto com as mulheres da rua para produzir um espaço primeiro de escuta. Luanda disse que ficaria responsável por chamar as mulheres do abrigo e da rua, eu disse que chamaria as outras parceiras que estavam participando da pesquisa. Ingrid disse que levava o “seu povo” do Pela porco, mas que no primeiro momento eu tinha que pelo menos correr atrás de um carro, para buscar as meninas no abrigo. Me comprometi em conseguir o espaço, convidar outras mulheres da rua e dos serviços, parceiras da rede de atenção do pelourinho, além de profissionais dos pontos da rede de atenção.

No mesmo dia agendei uma conversa com a Defensoria Pública com o seu núcleo de população de rua e com Maria Lucia Pereira, coordenadora do Movimento Nacional de População de Rua. Com a Defensoria consegui a disponibilização de uma estagiária para acompanhar as rodas e carro para buscar as mulheres no abrigo. No dia seguinte me encontrei com Maria Lucia e passamos a tarde conversando, falei da minha pesquisa e do caminho que havia percorrido. Conversamos sobre as mulheres novas que chegaram na rua, da ritualização do estupro, dos casos de estupro no contexto familiar, do tráfico e da polícia. Falei do medo da denúncia e do sentimento de abandono que muitas vezes paralizavam muitas mulheres: o uso descontrolado de crack era o grito de socorro, o remédio para dor, a construção do caminho para o *descuido* do próprio corpo.

Conversamos muitos sobre como essas mulheres não tinham uma rede de suporte quando sofriam violência. Falei da reunião com a rede de atenção e da resposta da coordenadora da casa abrigo. Lucia prontamente entendeu a gravidade da questão e bolamos um plano: na atualidade o movimento de população de rua estaria precisando de mais mulheres militantes, que pudessem ocupar a sede e fazer atividades. Outro fato importante é que no ano seguinte ocorreria a Conferência Municipal, Estadual e Nacional de saúde da mulher e a idéia seria que essa roda servisse como um aquecimento para esses espaços. Saí animadíssima, pensando a abertura da roda com as mulheres que seria feito com a condução Maria Lucia e Jorge Conceição, um educador popular que utilizava da pedagogia amorosidade. Jorge faleceu no mês de setembro deste ano nos deixando uma enorme saudade do seu legado como uma liderança do Pelourinho que abordava o tema do racismo através do método da amorosidade.

Em setembro de 2016 realizamos a nossa primeira roda. Conseguimos dialogar com os serviços, profissionais, movimentos sociais e as mulheres na rua. O carro da Defensoria Pública foi buscar as mulheres nos abrigos e convidei as parceiras de pesquisa. Começamos a roda com cerca de 15 pessoas com a abertura de Jorge Conceição e suas dinâmicas da educação popular. Conseguimos manter a roda de conversa todo o mês na sede do movimento – cada mês trabalhamos com um tema em específico. Importante ressaltar que serviços como o Programa Corra pro Abraço, o Caps AD Gregório de Matos, o Consultório na Rua do Centro Histórico bem como a Unidade de Saúde da Família do Terreiro de Jesus participaram também deste espaço, dando suporte na mobilização das mulheres, disponibilizando transporte para a busca, bem como na concessão de materiais e lanches para a atividade.



Foto 21/22/23: Primeira roda de conversa sobre violência contra as mulheres na rua, Set/16.

Este espaço, que começa a partir de uma questão colocada por Luanda e também por questões que me inquietavam e seguramente inquietam outras mulheres que também constroem o espaço, possibilitou que fosse criado um campo de diálogo entre mulheres que foi crucial para o desenrolar dessa pesquisa, bem como para a minha construção política. Nessa época, havia acabado de fundar, junto com outras companheiras de outros estados, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) – uma rede de mulheres que se orientavam a partir da prática feministas e se uniam a partir do antiproibicionismo, no entendimento de que a proibição das drogas gerava altos custos sociais para as mulheres. Compreendíamos a necessidade de construir um espaço de auto-organização das mulheres, pois percebemos que são as mulheres as mais afetadas pela opção política da guerra as drogas.

Seguramente, se eu não tivesse contato com as narrativas das parceiras de pesquisa, não conseguiria formular um projeto político que colocasse na sua centralidade o entendimento das questões sofridas pelas mulheres que estavam em territórios afetados pela Guerra, como foi o contexto que acompanhei nesta pesquisa. As rodas de conversa se tornaram um espaço de formulação política, e em pouco tempo as parceiras de pesquisa já se autodenominavam enquanto militantes da RENFA. Este espaço existe até hoje, e posso afirmar que a construção dessa militância com as parceiras de pesquisa foi o retorno que essa pesquisa deu a campo e o que acabou me ligando a essas mulheres mesmo com a finalização do meu trabalho de campo e a escrita desta dissertação.

Debatemos sobre temas como o patriarcado, cultura do estupro, estratégias de proteção, rede de proteção à mulher, guerra às drogas, apresentação do centro de referência da mulher Loreta Valadares, realizamos as oficinas preparatórias para as conferências de saúde da mulheres debatendo participação política, saúde e redes de atenção e trabalho. No ano de 2017 construímos um projeto que foi aprovado e executado em Salvador e Recife com a proposta de formação política feminista a partir da execução de quatro oficinas e um grande encontro nacional que aconteceu na cidade de Recife nos dias 30 de setembro e 1 de outubro. O projeto previa a formação de 30 mulheres dos territórios afetados pela guerra as drogas em cada estado. Decidimos ampliar para inserir mais 10 mulheres oriundas de outros movimentos sociais feministas, para dessa forma promover contatos mistos entre mulheres de diversas situações sociais.

A partir do projeto foi possível disponibilizar remuneração para o transporte das mulheres, além de alimentação e o material pedagógico que foi uma cartilha com conteúdos das quatro oficinas a serem ministradas. Foi possível convidar as parceiras de pesquisa para atuar como articuladoras de campo, com a função de levar os temas da formação para as cenas de uso de crack, além de convocar as mulheres para as oficinas que estavam acontecendo na sede do movimento população de rua. As oficinas trabalharam com os seguintes temas:

- a) O nosso feminismo: dialogamos sobre situações de desigualdade de gênero e a partir do conteúdo trazido pelas mulheres construímos entendimentos sobre feminismo. Importante pontuar que este foi o momento de alinhar o feminismo que estávamos construindo nacionalmente pela RENFA, com o entendimento das mulheres que estavam participando da formação. Foi debatido as bases do feminismo antiracista, anticapitalista e antiproibicionista. Nesse contexto foi particularmente interessante debater como na rua uma mulher pode ajudar a outra. Nesse momento mais uma vez aparece o perigo dos abusos sofridos pelas recém-chegadas. Por fim, compartilhamos nossos entendimentos sobre esse feminismo que se propõe a formular uma outra política sobre drogas.

- b) O projeto da Guerra às Drogas: realizamos uma dinâmica e espalhamos fotografias de mulheres negras referências de luta. Pedimos para as mulheres escolherem qual mulher mais representava a sua história (atrás de cada foto estava contada a história de cada uma). As mulheres se dividiram em grupos, escolheram as fotos e começaram a falar de si ao descrever como a outra mulher a representava. Dialogamos sobre representatividade e a importância do reconhecimento das diversas histórias na luta. Posteriormente espalhamos fotos que caracterizam a Guerra às drogas: invasão da polícia com tanques de guerra, notícias de morte em confronto com a polícia e traficantes, casos emblemáticos como o de Cláudia Pereira e Amarildo. O mesmo exercício foi feito e, a partir das fotos, as mulheres conseguiram fazer a conexão de como a Guerra às Drogas havia marcado a suas histórias de vida e os seus territórios de pertença principalmente a partir dos vários casos de morte por parte de policiais. Este dia foi particularmente forte, pois foram trazidos casos de morte de familiares, violência policial e sentimentos de impotência com relação a essa guerra. Neste momento foi importante também apresentar outros movimentos sociais de

comunidades afetadas pela guerra, que passaram a se auto-organizar a partir do movimento social no sentido de debater e formular sobre formas e métodos de se proteger e de lutar por uma sociedade mais justa. Saimos com o sentimento partilhado de que o caminho da luta uniria todas aquelas mulheres.

- c) Redução de danos e autocuidado: iniciamos a roda com música de voz e violação com mulheres parceiras da rede de cuidados, para na sequência debater sobre a importância do autocuidado e do cuidado com as outras mulheres. Dividimos as mulheres em grupos. Cada grupo faria uma apresentação sobre os seguintes temas: 1) redução de danos para o uso de drogas, 2) redução de danos e sexualidade e 3) estratégias para o auto-cuidado. Cada grupo fez uma apresentação lúdica de seus respectivos temas. Debates também como o cuidado com a outra e consigo mesma era crucial para a condução política: não havia como construir um movimento social, e tratar de temas tão pesados sem partir do cuidado de si e do cuidado com a outra, afinal estávamos no contexto de um projeto hegemônico que tem a função de exterminar nossos corpos. Combinamos de nos manter vivas, atentas e fortes para conseguir cuidar de nós e da nossa companheira.
- d) Comunicação como ferramenta política: nesta oficina foi utilizada a dinâmica do telefone sem fio para disparar o diálogo sobre a importância da comunicação na construção política. Durante o debate, o tema da representação racista dos casos na mídia foi enfaticamente abordado. Neste sentido o caminho seria a criação de plataformas populares de comunicação. Como resultado final da oficina as mulheres gravaram um vídeo com o tema da beleza de estar entre as mulheres, e também colocaram as suas expectativas com relação a viagem que iriam fazer para o encontro nacional.

É importante dizer que a aprovação desse projeto foi o que me possibilitou abrir mão da bolsa que receberia para conceder a quatro parceiras de pesquisa, personagens centrais no enredo destes escritos. O pagamento da bolsa foi crucial para que as mulheres se reposicionassem: algumas mulheres saíram do trabalho realizado no mercado de crack para virarem articulados de campo. A competência da atuação dessas mulheres foi um fato inegável, bem como o poder de mobilização. A roda começou com 15 mulheres e já contava 70 mulheres de várias partes da cidade, Bairro da Paz, Nordeste de Amaralina e

principalmente do Centro, quando finalizamos a última, antes da viagem (14 de setembro de 2017).

Conseguimos articular com a Universidade Federal da Bahia, a partir de articulação com integrantes da RENFA que também faziam parte da Frente Feminista da UFBA um ônibus com a capacidade de levar 44 mulheres para o encontro. Articulamos com os serviços a retirada de documentos de quem não os tinha e no dia 27 de setembro, às 16 horas, pegamos a estrada com quase todas as parceiras de pesquisa, além de 7 crianças e 30 mulheres. Passamos 4 dias juntas, desde a estrada para Pernambuco, os 3 dias de intensas atividades do encontro. No primeiro dia realizamos um intercâmbio entre as mulheres que participaram do projeto em Salvador e Recife, nos outros 2 dias realizamos o 1º Encontro da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas com inúmeras mulheres de 15 estados do Brasil. Foi a partir dessa experiência que passei a ter um entendimento ampliado da vida dessas mulheres, pois passei estes dias dialogando intensamente com todas, sobre questões que ainda estavam nebulosas em minha mente. Foi nessa viagem que consegui entender a organização do tráfico e suas hierarquias no centro.

O projeto que executamos tinha o seguinte título: *Mulheres e Drogas: nada sobre nós sem a nossa participação*, e através dele foi possível promover um deslocamento de sentido nas mulheres, na direção da autoconstrução de sujeitas políticas, com voz ativa na construção do movimento social. Ao chegar ao encontro, as parceiras de pesquisa impactavam a todas com as suas histórias de superação e as dificuldades encontradas no fato de ser mulher usuária de crack na rua, ou ser ex-presidiária ou ser lésbica. Os relatos emocionavam a todas as participantes do encontro, que passaram a compreender a dimensão de militar com um feminismo que agregava mulheres que estavam tendo a sua primeira experiência de organização política. Apresento aqui alguns relatos que pude registrar no diário de campo durante o encontro:

Ingrid: As violências que sofri estão marcadas no meu corpo. Não tem como esquecer.

Chá Preta: Antes eu me via e era vista como sacizeira, era discriminada. Com essa RENFA eu aprendi a me colocar, aprendi o meu valor. Agora eu sou feminista e minha missão é lutar pela minha maloca, pelas minhas mulheres, para que elas não passem o que eu passei na vida.

Voltamos do encontro e realizamos uma roda de avaliação na rua, no Aquidabã. As mulheres falaram sobre a importância de terem sido ouvidas e consideradas, perceberam o poder de suas histórias e falas. Para a maioria das mulheres, aquela foi a primeira experiência de sair da Bahia para um encontro político. Nessa reunião que realizamos na rua, pactuamos algumas tarefas, dentre elas a participação das mulheres nos espaços de fala, em eventos, em outros espaços da militância. Pactuamos a importância de ocupar vários espaços da militância. Dessa forma pactuamos uma agenda e delegamos funções de representação nos espaços.

Durante a audiência pública que ajudamos a realizar na rua para debater a questão da formalização da redução de danos, Chá Preta conseguiu fazer uma fala pública no microfone contando a sua história e a função que tinha agora na RENFA de ajudar outras mulheres que sofreram o que ela sofreu. Ingrid relatou que passou a ser considerada pelo marido, porque quando virou articuladora de campo se tornou uma verdadeira liderança para as mulheres no território.

Uma dificuldade que eu tive no processo de escrita dessa dissertação foi solicitar que as parceiras de pesquisa não fossem me buscar em casa, ou não tentassem contato por telefone, pois naquele momento eu precisava escrever. Claro que algumas delas desconsideraram e ia com regularidade à minha casa, até o momento em que cheguei no meu limite e pedi um tempo para que eu pudesse organizar a minha escrita. Disse que escrever não era algo muito fácil pra mim. As visitas diminuíram e eu me desconectei parcialmente das movimento social da RENFA que estava pulsante. Outras companheiras deram seguimento as reuniões, porém mesmo durante o processo de escrita, não consegui me desconectar e realizei duas rodas de conversa na sede do movimento, pactuei com algumas parceiras que durante a minha escrita eu estaria disponível apenas nos dias da roda – porque, segundo Ingrid, podia parar tudo menos as rodas.

Neste sentido, acredito que segui o indicativo de Segato (2006) da antropologia por demanda produzindo conhecimento e reflexão em resposta às perguntas que foram colocadas pelas parceiras e também a partir de uma certa leitura do contexto de pesquisa, usando a ferramenta da escuta etnográfica das reflexões e demandas locais. Essa pesquisa conseguiu atingir o seu objetivo quando as questões inquietantes e perturbadoras foram elaboradas em parceria com o campo.

Nesta etnografia, creio que tenha alcançado um caminho de aproximação entre o feminismo e a antropologia. O meu olhar feminista antiproibicionista esteve presente durante todo este percurso de pesquisa e certamente me deu um caminho seguro para produzir uma reflexão acadêmica que pudesse dar um retorno político ao campo. Acredito que a organização política das mulheres na RENFA foi um retorno a campo, que não se encerra com a finalização desta pesquisa. Atualmente as parceiras de pesquisa através da experiência de integrar um coletivo do movimento social feminista (RENFA), fazem falas públicas em eventos principalmente pontuando as questões que tocam na vida das mulheres e a violência da situação de rua no âmbito da guerra as drogas. Uma das falas importantes que tem se repetido no discurso público das mulheres no momento de suas apresentações é dizer que saíram da condição de usuárias de crack para a condição de feminista. Essa frase proferida por Chá preta, foi incorporada no discurso de outras parceiras de pesquisa.

Marilyn Strathern (1987) pontua que as finalidades do feminismo são distintos dos objetivos da antropologia, caracterizando a relação do feminismo com a antropologia como uma relação incômoda, desconfortável. Ela chega a essa conclusão por identificar visões inconciliáveis sobre o mundo social: enquanto um quer denunciar e transformar a realidade social, a outra quer compreendê-la. Problematizo a visão de Strathern na medida em que a explosão do movimento feminista da década de 1970 influenciou muito a academia e o surgimento do campo dos estudos de gênero, e o campo feminista segue influenciando a academia e a produção de estudos que possam desvendar os complexos processos inerentes ao ser mulher em nossa sociedade. No livro *O gênero da Dádiva*, Strathern (1990) assume a influência da explosão feminista na escrita que, segundo informa, é uma articulação entre a teoria antropológica, o estudo etnográfico e a produção feminista. Essa pesquisa também foi uma articulação entre a produção do campo feminista antiproibicionista e a produção acadêmica da antropologia.

Esta etnografia serviu também para mostrar que as mulheres usuárias de crack possuem identidade política e reivindicam um compromisso ético da fala pública sobre elas. Isso ficou bem nítido durante a pesquisa. Sobretudo após as vivências feministas na RENFA, foi possível construir a idéia do “nada sobre nós sem a nossa participação”, fazendo com que as mulheres passassem a reivindicar espaços de fala diversos e reivindicar que só quem viveu a rua pode construir as pautas políticas para essa população. Dessa

forma, discordo completamente da generalização feita por Rui (2012) que afirma em sua tese sobre usuários de crack:

Diferentemente de muitos grupos estudados pelos antropólogos, os usuários de crack não reivindicam uma identidade política ou cultural, não são testemunhas ou sobreviventes de um grande “evento crítico” e não se organizam a ponto de exigir dos pesquisadores fidelidade à sua causa nem um compromisso ético e legal na fala pública sobre eles.

Acredito que há uma dificuldade no próprio olhar da autora em compreender as pessoas que usam crack como sujeitos políticos, ou uma pressuposição do que seria uma reivindicação de uma identidade política. A generalização da autora não incluiu outras possibilidades êmicas de reivindicação de identidades e formas de exigência do retorno de quem pesquisa ao campo. O perigo dessas afirmações generalistas é a afirmação da cristalização do sujeito que faz uso de crack, assim como é feito por pesquisas na área da médica que definem o sujeito a partir do uso das substâncias.

Sendo assim, Segato (2012) reflete que na atualidade os sujeitos só adquirem politicidade e são dotados/as de capacidade política, no mundo da modernidade, os sujeitos – individuais e coletivos – e questões que possam, de alguma forma, processar-se, reverter-se, transpor-se ou reformular-se de forma que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais, no espaço “neutro” do sujeito republicano – onde supostamente fala o sujeito hegemônico, o cidadão universal. Constitui-se assim um formato/modelo de se reconhecer a identidade política, bem como as formas como se opera a política. Cabe refletir sobre os diversos processos que fazem com que cada sujeito na singularidade de suas histórias e comunidades constroem suas formas de se fazer política ou de se reivindicar uma identidade política.

Tudo o que sobra nesse processo, o que não pode converter-se ou equiparar-se ao modelo hegemônico de reivindicação política, é resto. Há que produzir um deslocamento de si para compreender as diversas formas de reivindicação de sujeitos políticos. Como bem nos ensinou Maria Lucia Pereira, se faz necessário abandonar esse feminismo – que aqui chamo de hegemônico – do textão, da fala rebuscada, aquele feminismo que diz que luta por todas as mulheres, mas escolhe as mulheres que cabem nessa luta, para o que ela formulou como o feminismo achado na rua. O feminismo achado na rua seria então aquele que precisamos buscar na rua, nos territórios onde as mulheres ocupam, aquele que nasce da luta diária e cotidiana para se manter viva e manter a outra viva. Aquele feminismo que ainda não se reconhece feminista, mas que

mora naquela mulher que vela o sono da outra para que nenhuma violência aconteça. E foi dessa forma que construímos o nosso feminismo antiproibicionista, orientado pela rua e por esse feminismo descrito por Lucia.

No cotidiano da militância estamos em um reaprender a construir a luta constantemente, a partir da compreensão de que cada mulher tem o seu tempo de formulação e entendimento. Passamos a integrar as diversas agendas feministas e antiracistas na cidade de Salvador, com a preocupação de realizar sempre um alinhamento conceitual antes de cada mobilização e de cada evento. Foi dessa forma que participamos ativamente de atividades do Dia Internacional de luda das Mulheres, 8 de março, realizando antes da caminhada uma roda de conversa para partilhar entendimentos sobre esse dia; participamos do Dia Internacional da Mulher Negra latina e caribenha com formação na sede do movimento população de rua, bem como oficina de cartazes na rua, em cenas de uso em dois dias. Realizamos atividades de formação no dia do novembro negro, no dia internacional pela legalização do aborto e nas manifestações em defesa da democracia. Estas atividades foram um campo de aprendizado para mim e para outras mulheres que já possuíam uma trajetória de luta feminista anterior, pois foi necessário produzir uma dinâmica através do qual fosse possível partilhar os diversos entendimentos acerca de tema que já estava posto para nos: debatemos o aborto, a partir do relato das mulheres sobre suas vivências e compartilhamos noções sobre democracia, fascismo, Estado, partidos políticos, etc.

Operamos pela primeira vez na história da cidade de Salvador, uma Marcha da Maconha que trouxe o tema do feminicídio: este tema foi sugerido por uma das mulheres que fazem parte da RENFA, Gabriela, essa mulher já foi usuária de crack, já passou pelo sistema prisional e nos brindou com uma reflexão sobre a necessidade da Marcha da Maconha pautar o feminicídio. Optamos por construir as reuniões no território do Aquidabã, que na época era um espaço que as mulheres nos relatavam que estava acontecendo várias violências policiais. Recebemos inúmeras críticas de outros militantes, mas insistimos em manter a reunião nesse espaço para ocupar os espaços de conflito com a nossa política. Durante a organização do evento, Gabriela sofreu violência policial ao denunciar uma abordagem policial que acontecia na Praça do bairro do Santo Antônio além do carmo. Ao gritar os abusos na abordagem o policial puxou o seu cabelo e pessoas da comunidade filmaram: Gabriela na época estava grávida.

Após esse acontecimento, articulamos com uma advogada para acompanhar a denúncia do caso de abuso policial e pactuamos finalizar a Marcha na praça do santo antonio, para marcar como a violência da guerra as drogas precisa ser visibilizada. Foram as mulheres com trajetória de rua, as mulheres da ocupação e as egressas do sistema prisional que passam a compor a RENFA que fizeram as principais falas e condução nessa marcha. Uma diversidade de movimentos sociais nos acompanharam nessa caminhada, este foi um momento importante para marcar a nossa militância, bem como a nossa atuação nas agendas de militância da cidade. Seguimos até os dias atuais articulando e mobilizando agendas na cidade, e não consegui ainda me afastar das parceiras de pesquisa, pois construímos juntas um caminho de luta que nos aproximou de uma forma que não tem mais volta.



Foto 24 : Roda de conversa sobre Violência contra as mulheres na rua na sede do Movimento População de Rua. Esta roda contou com a participação de pessoas da rede de saúde e da coordenadora do movimento pop rua.



Foto 25: Cine-Renfa na Casa Preta – espaço cultural localizado no Dois de Julho, Centro. Houve a exibição do filme sobre política de drogas e mulheres, produzido pelo ITTC, arrecadação de alimentos para as parceiras e preparativo para o nosso 1º Encontro Nacional de Feministas Antiproibicionista em Pernambuco.



Foto 26: Preparativo para o 1º Encontro da RENFA na sede do Movimento População de Rua.



Figura 5: Flyer de divulgação da RENFA

A população carcerária feminina
aumentou 567% nos últimos 15 anos

68% das mulheres estão presas
por tráfico de drogas

No Brasil 86% das mulheres encarceradas

SAO NEGRAS

100% ACRE 94% CEARÁ 92% BAHIA

RENFA - REDE NACIONAL DE FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS

nascida em 2014 e com atuação em 13 estados brasileiros, pauta a reforma da política de drogas pelas questões de gênero, problematizando este instrumento racista, patriarcal, colonialista que objetifica, encarcera e extermina as mulheres. A Guerra às Drogas é uma guerra contra as pessoas pobres e negras. Nós Antiproibicionistas somos usuárias, mães, trabalhadoras, estudantes, mulheres em situação de rua, profissionais do sexo, e da saúde, articuladas pela redução de danos, emancipação das mulheres e legalização de todas as drogas.

Figura 6: Material de divulgação da RENFA



Figura 7: Flyer do Encontro Nacional de Feministas Antiproibicionistas.



Foto 27: Chegada na cidade de Recife-PE para o encontro.



Foto 28/29/30: Reunião de avaliação do Encontro Nacional de Feministas Antiproibicionistas e oplanejamento para as ações futuras. Local: Aquidabã.



Figura 8: Entrevista concedida ao Coletivo Hempada sobre o movimento feminista antiproibicionista em Salvador.



Foto 31: Participação da RENFA-BA na Marcha do Dia das Mulheres – 8 de março de 2018. No cartaz: “Sou maconheira, sou feminista, não passo beck pra machista”



Foto 32: Participação da RENFA-BA na Marcha do Dia Internacional das Mulheres – 8 de Março de 2018.



Foto 33: Marcha da Maconha Salvador no Pelourinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como objetivo central compreender a cultura de uso de crack entre mulheres com trajetória de vida nas ruas. A partir do trabalho de campo e em contato cotidiano com as parceiras de pesquisa, pude compreender uma complexa dinâmica de violência de gênero e segregação socioracial que marca a vida das mulheres. A criatividade é necessária para reinventar o cotidiano, resistir às violências, dar a volta por cima e seguir driblando o projeto histórico da Guerra às Drogas, que condena, humilha, criminaliza, desumaniza pessoas negras, pobres, indígenas e latinas em todo o mundo. A caminhada percorrida nesta pesquisa me levou a compreender com mais intensidade como é vivida e corporificada a política de drogas em seu viés repressivo e de guerra – e sobretudo o seu impacto na vida das mulheres.

Bourgois (2011) estuda os efeitos da Guerra às Drogas a partir dos planos mais íntimos da vida das pessoas, para dessa forma vizibilizar o custo humano do neoliberalismo dominante no começo do século 21. No caso do seu estudo, buscou compreender de um lado, por que os Estados Unidos – a mais rica nação do mundo e aquela que busca impor sua política antidrogas a todo o globo – são também uma panela de pressão de produzir "usuários abusivos" imersos na violência diária. Neste sentido, o presente estudo buscou também compreender a nível local a materialização da Guerra às Drogas e seus efeitos nas trajetórias e nos corpos das mulheres, a partir da observação da sua cultura de uso.

A Guerra às Drogas utiliza-se do biopoder como forma moderna de governabilidade, auxiliando segundo Bourgois (2011) no desenvolvimento de uma governabilidade neoliberal e punitiva, que descarta os sujeitos desviantes, ou os consumidores falhos de Bauman (2005), que não se inscrevem na lógica do consumo e recebem dessa forma a gestão penal de seus corpos. A lógica de violação de direitos, de extermínio e controle dessa estratégia de guerra adotada também pelo governo brasileiro precisa ser investigada a partir do dia-a-dia de mulheres nos territórios marcados pela guerra como é o nosso campo de estudo.

Através do trabalho de campo, e após a análise de todos os dados, concluo que as mulheres que participaram desta pesquisa são jovens, negras, de baixa escolaridade, em situação de pobreza extrema, com histórico de abuso sexual na infância e experiências de estupro ao longo da vida. São mulheres que, em sua maioria, possuem vínculos sociais rompidos com a família de origem, constituindo outras formas de enlaçamento social via a vinculação a uma família da rua. No percurso da pesquisa não encontrei mulheres trans, portanto o meu universo de pesquisa é composto exclusivamente por mulheres cis. Faz-se necessário pesquisas etnográficas que possam contemplar também as mulheres trans na cultura de uso.

Com relação à sexualidade, esta pesquisa não se aprofundou neste tema durante o trabalho de campo e nas entrevistas. Mesmo assim, a partir da convivência com as parceiras, pude perceber que a maioria das mulheres, em algum momento da vida, já se relacionaram afetivamente com outras mulheres, embora a maioria não se defina enquanto lésbica. “Fulana já foi filha de sicrana” (ser filha significa já ter sido companheira uma da outra). Demorei um tempo para compreender esse significado, no

final das observações de campo entendi que são poucas as mulheres que falam de maneira aberta da sua sexualidade.

A cultura de uso de crack dessas mulheres é fortemente influenciada pelas situações de violência de gênero, fazendo com que constituam estratégias para fazer o uso da droga e se proteger contra essas violências. Percebi que a entrada no modo de uso descontrolado de crack, tinha uma ligação com episódios de violência de gênero. Na maioria dos casos houve o relato de violência sexual na infância, fato que levou parte das mulheres a seguir uma trajetória de vida nas ruas. O grande aprendizado na trajetória de vida nas ruas é aprender a se defender das violências sofridas enquanto mulher na rua. Os aprendizados eram descritos com o orgulho das mulheres que são sobreviventes em um contexto marcado pela morte e sofrimento direcionado as mulheres.

São mulheres insubmissas, que contrariam qualquer norma de gênero e disputam o espaço público das cenas de uso com os homens, porém se submetem as forças da polícia e do mercado de drogas local. Mesmo relatando inúmeras violências sofridas, o recurso da violência para a resolução dos conflitos é geralmente citada. Ponto a necessidade de um maior aprofundamento em pesquisas etnográficas que possam se aproximar do contexto de vida de mulheres que adentram o mercado ilícito de cocaína e crack. Está foi uma questão que percebi que precisava aprofundar mais, mas o tempo do trabalho de campo não me permitiu.

Com a estratégia de percorrer a narrativa contada pelas mulheres das suas trajetórias de vida, foi possível compreender o trabalho do tempo e, sobretudo, a agência do tempo na cultura de uso de mulheres com uma longa caminhada no uso de crack. Segundo Das (2006) o tempo é um agente que trabalha nas relações permitindo que comportamentos sejam reinterpretados e histórias rescritas pelos sujeitos. É com o aprendizado ao longo do tempo que o controle emerge, assim como as estratégias para um uso seguro. O uso com a rede de confiança, seleção de espaço seguro longe de agressores para o uso, performace corporal masculinizada, andar em grupo de mulheres são algumas estratégias aprendidas ao longo do tempo pelas parceiras.

Esta pesquisa não conseguiu se aprofundar, a partir da narrativa das parceiras, no processo, que decorre também dessa pesquisa, da organização de um grupo local de atuação política feminista, que é o núcleo RENFA de Salvador-Bahia. Não consegui registrar como acredito que deveria os relatos da formação dessa rede para as mulheres.

Muitas das discussões que foram suscitadas por esse processo de pesquisa, tornaram-se questões debatidas agora por um coletivo de mulheres diversas, com a grande predominância das mulheres que foram trazidas pelas parceiras de pesquisa, também com trajetória de vida nas ruas. Esse processo tem sido para mim o mais transformador, foi o elemento surpresa que eu não imaginava, e foi desencadeado no momento de finalização do trabalho de campo. Os encontros vivenciados foi o que me permitiu um deslocamento inevitável, segundo Butler:

Na verdade, se seguirmos a Fenomenologia do Espírito, sou invariavelmente transformada pelos encontros que vivencio; o reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro, diferente do que fui, e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era. (Butler, 2015)

Seguramente esses encontros me demandaram mais do que eu pude ofertar. Delimitar os alcances e limites do meu trabalho de campo foi uma tarefa complexa, sobretudo quando isso significava ficar um tempo sem a presença intensa das parceiras no meu dia-a-dia. De mensagens no celular a visitas em minha casa, tive também que estabelecer os limites para conseguir escrever sem tanta pressão. Além das cobranças institucionais de entrega do trabalho acadêmico, há também uma ansiedade para a finalização desse trabalho pelas parceiras. Por essa eu também não esperava.

Percebi que fui construindo um percurso que me possibilitou também produzir uma reflexão sobre o Estado e a sua materialização na vida das mulheres. A experiência profissional no lugar de representante de uma estratégia de cuidado do Estado e ter presenciado um conjunto de violações de direitos também pelo Estado me fez perceber que este *dá com uma mão e com a outra tira* direitos sociais como nos fala Segato. Para as mulheres negras, o contexto será sempre muito mais difícil, pois a mulher tem que diariamente provar que é um sujeito moral (Segato, 2017). No marco de uma sociedade proibicionista, ser mulher negra usuária de drogas adiciona estigmas que contribuem para a sua desumanização racista, operada por setores da mídia e do poder público.

A gramática proibicionista, somada a lógica capitalista, racista e sexista, tem constituído um campo de perda da autonomia da mulher. A política de drogas, no seu viés de guerra, é um mecanismo que permite que o Estado extermine vidas, viole corpos femininos, desrespeite e humilhe as pessoas de forma violenta, dentro de um padrão militar. Este reforça o modelo constituído pelo patriarcado, de masculinidade violenta estereotipada e de um controle abusivo dos corpos e territórios das mulheres. Faz-se

necessária a reformulação da atual política sobre drogas do governo federal, no sentido de contemplar a ampla proteção a mulher nos contextos de Guerra às Drogas.

No contexto brasileiro, estamos presenciando a mudança da atual política de drogas, que passa a incorporar o discurso do aumento de pena para o tráfico de drogas, internação involuntária e aumento do financiamento público para comunidades terapêuticas religiosas – atualmente através do seu ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra. O aumento do financiamento para a segurança pública e a redução dos investimentos em programas sociais, mostram a adesão do governo à lógica do Estado neoliberal punitivista.

Das e Poole (2004) refletem que, ao exercer o poder em áreas marginais, o Estado mantém e/ou fortalece sua base centralizada de poder através do uso da violência e vigilância – pelo menos temporariamente - a um alto custo para seus habitantes. Presenciei, nas cenas de uso de crack, o uso abusivo da violência por parte de policiais. Seguindo o mandato da masculinidade no contexto do Estado brasileiro, o uso do aparato repressivo e militar via uso da violência contra mulheres é o método para reafirmar a sanha punitiva e a força de controle do Estado patriarcal e colonial. A partir das reflexões produzidas nesta investigação, compreendo que a racionalidade social que guia a atual política sobre drogas no Brasil produz uma comoção seletiva, elevando algumas vidas como merecedoras de proteção e outras como destinadas ao encarceramento, violação e morte.

É necessário voltar a questão colocada por Butler (2015b) e questionar o estatuto de certas vidas, consideradas como merecedoras de existência, proteção e passíveis de luto, enquanto outras não. Segundo a autora, essa maneira de diferenciar as vidas, em sua precariedade não pode ser entendida como uma questão de sujeito ou identidade, mas como uma questão de como o poder configura o campo em que os sujeitos se tornam possíveis ou, na verdade, como eles se tornam impossíveis, unindo diversos sujeitos nas estratégias de exclusão e gestão das penas de pessoas pobres e negras no nosso país. Para Butler (2015b):

A questão é, na minha opinião, mais extrema e exige um tipo de análise capaz de colocar em xeque o enquadramento que silencia a pergunta de quem conta como “quem” – em outras palavras, a ação compulsória da norma a circunscrever uma vida passível de luto.

O Estado vai se utilizar das políticas sobre drogas, através da estratégia do biopoder para inscrever as vidas que importam e quais merecem ser descartadas em nome da soberania do Estado e da atualização do seu ideal neoliberal. Segundo Foucault (2005) o poder assassino do Estado só pode ser assegurado, desde que o Estado funcione no modo do biopoder através do racismo. Neste sentido, faz-se necessário compreender a complexa natureza do Estado brasileiro na reprodução de desigualdades raciais, sociais e de gênero. O olhar da interseccionalidade sob a política sobre drogas ajuda a compreender e capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, desigualdade social e patriarcado. Segundo Kimberlé Crenshaw (1994) a interseccionalidade tenta estudar não só o fato de ser mulher, mas estuda ao mesmo tempo o fato de ser negra, ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero), etc. Na verdade, segundo Kimberlé Crenshaw, frequentemente o fato de ser mulher racializada é relacionado à classe e ao gênero.

De acordo com Wacquant (2007) a incontestada hegemonia do pensamento neoliberal sobre segurança oculta o fato de que as sociedades contemporâneas dispõem de pelo menos três estratégias principais para tratar as condições e as condutas que julgam indesejáveis, ofensivas ou ameaçadoras, neste caso as populações negras e pobres:

A primeira consiste em socializá-las, isto é, em agir no nível das estruturas e dos mecanismos coletivos que as produzem e as reproduzem. No que diz respeito, por exemplo, ao aumento persistente do número de pessoas visivelmente sem domicílio fixo, que sujam a paisagem urbana, deve-se construir ou subvencionar alojamentos, ou ainda assegurar um refúgio no mercado habitacional. Este caminho requer a (re)afirmação e (re)construção das capacidades do Estado social em lidar com deslocamentos urbanos persistentes ou emergentes. A segunda estratégia é a medicalização, isto é, considerar que uma pessoa vive nas ruas porque sofre de dependência de drogas ao álcool, é viciada em drogas ou tem problema de saúde mental e, portanto, procurar um remédio médico a um problema, apressadamente definido como uma patologia individual, que deve ser tratada por um profissional de saúde. A terceira estratégia do Estado é a penalização. Nesse contexto, não se trata de compreender uma situação de estresse individual nem de se contrapor às engrenagens sociais. O nômade urbano é etiquetado como delinqüente (por intermédio, por exemplo, de um decreto municipal colocando fora da lei pedir esmolas ou ficar deitado na calçada) e tratado enquanto tal; ele deixa de integrar o contingente dos “sem-teto” quando é colocado atrás das grades. A “construção legal do “sem teto” como quase não humano” condensa seus direitos, reduz efetivamente a um não-cidadão e facilita o processo criminal. (p. 20- 21)

Refletindo a respeito da política sobre drogas brasileira e seu impacto na vida das mulheres, compreendo que a excessiva penalização serve aqui como técnica para invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda. A

gestão penal da pobreza é a forma de tratar sujeitos descartados pela sociedade de mercado (Wacquant, 2007).

O Estado, através dos seus mecanismos de opressão e exclusão, aqui compreendidas como sendo agenciadas pelo modelo proibicionista de Guerra às Drogas, joga mulheres na marginalização através dos mecanismos de demonização e de punição. Desumanizar a pessoa que usa crack auxilia na sua eliminação e no tratamento perverso do Estado ao tema da marginalidade, exclusão e desigualdade social. No seu discurso, proferido na sessão do dia 10 de setembro de 2015 no Supremo Tribunal Federal, durante o julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas, o ministro Barroso declarou que o crack transforma as pessoas em corpo sem alma. Sem apresentar maiores argumentos, diferenciou o usuário de crack de outros consumidores de drogas, utilizando de um apelo quase cristão, sugerindo que estes sujeitos são desalmados, desumanizados.

A total ausência de conhecimento sobre a história de vida dessas pessoas e a construção de uma estereotípia e fantasia sobre suas vidas, demonizando-as, geram as violências citadas no decorrer do texto. A constatação da violência da sociedade patriarcal, racista e capitalista nos leva a demandar um aprofundamento dos estudos acerca das relações de gênero. Estas, apesar de sua frequente tipificação como “tema particular” ou como um determinado enfoque dentro de estudos que seriam de natureza mais ampla, juntamente com as relações raciais aparecem como centrais a toda a nossa vida social (Segato, 2012).

A reformulação do Estado – numa era em que predomina hegemonicamente a ideologia do mercado – parece favorecer o avanço neoliberal e a gestão penal da pobreza. Os Estados atuais podem não mais exercer o direito de propriedade de usar e abusar dos sítios de construção da ordem, mas ainda afirmam sua prerrogativa essencial de soberania básica: o direito de excluir (Bauman, 2005, p. 45). Wacquant (2005) aponta para a “fronteira sagrada” entre os/as cidadãos de bem e as categorias desviantes, separando os/as pobres merecedores/as e os/as não-merecedores/as – aqueles que merecem ser salvos e inseridos no circuito do trabalho assalariado instável e aqueles que, doravante, devem ser postos no índice e banidos de forma duradoura.

A partir das reflexões aqui compartilhadas, no entendimento da cultura de uso de crack entre mulheres, compreendo que as políticas sobre drogas são relacionadas à regulação

moral das mulheres e a perda de controle sobre sua autonomia, sexualidade e reprodução. É também relacionada com o aparecimento do complexo da indústria prisional moderna, um sistema de classe, de apartheid social e de interesses econômicos que lucra da regulamentação penal punitivista (Boyd, 2004).

A partir da vivência possibilitada por esta investigação, compreendi que o projeto político que constituirá um novo marco regulatório da política sobre drogas no Brasil, deve ser elaborado a partir da participação de mulheres com trajetórias de vida marcadas pela ação repressiva e violenta do Estado - mulheres sobreviventes do Estado racista, patriarcal e proibicionista. Narrativas historicamente silenciadas precisam ganhar espaço em textos, pesquisas, espaços de militância e sobretudo na formulação política.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ADORNO, RCF. **Crianças e Jovens em Trânsito para a Rua: Um Problema de Saúde Pública**. Relatório de Pesquisa FAPESP/ Faculdade de Saúde Pública – USP, São Paulo, 1996.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Bointempo, 2003.

ALMEIDA, Diana Jenifer Ribeiro de; Quadros, Laura Cristina de Toledo. **A pedra que pariu: Narrativas e práticas de aproximação de gestantes em situação de rua e usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 11 (1), São João del Rei, Janeiro a junho de 2016.

ALVES, Y. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal da Bahia. 2014

ANDRADE T.M., FRIEDMAN S.R.. **Princípios e práticas de redução de danos: interfaces e extensão a outros campos da intervenção e do saber**. In: Silveira DX, Moreira FG, organizadores. Panorama atual de drogas e dependências. São Paulo: Atheneu; 2006. p. 395-400.

ANDRADE, T. M.; LURIE, P. ; MEDINA, M. G. ; ANDERSON, K. ; DOURADO, I. . **The opening of South America´s first needle exchange Program and an epidemic of crack use in Salvador, Bahia-Brazil**. Aids And Behavior, San Diego, California-USA, v. 5, n. 1, p. 51-64, 2001.

ANDRADE, T.M. **Condições Psicossociais e exposição ao risco de infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis em uma comunidade marginalizada de Salvador – Bahia**. Tese de doutorado em Medicina e Saúde, Universidade Federal da Bahia, 1996.

ARAÚJO, Erick. **Existências negras e a vida em cenas de uso de crack**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 9, n. 22, p. 490-516, jun. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/268>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

BARBOSA, A.C.R. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 1998.

BASTOS FIPM, BERTONI N. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** [Internet]. Rio de Janeiro, RJ: ICICT/FIOCRUZ; 2014 [cited 2015 Sept 13]. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10019>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

BATISTA, V M. **Diffíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BECKER, H. **Consciência, Poder e Efeito da Droga**. In; H. Becker .Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- BECKER, H. **Outsiders studies in the sociology of deviance**. New York: The Free Press. 1966.
- Boaventura, S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto, Afrontamento, 1989, pp. 168-185
- BOURGOIS, P. **Crack-cocaína y economía política del sufrimiento social en Norteamérica**. Humanitas 5:95-103 (2004).
- BOURGOIS, P. **La lumpenización de los sectores vulnerables en la guerra contra la droga en Estados Unidos**. In: Umbrales, Fugas de la institución total: Entre captura y vida. Edited by Dario Malventi. Pp. 22-34. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía: arte y pensami, 2011.
- BOURGOIS, P. In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Cambridge- Nova York: Cambridge University Press, 1995.
- BOYD, S. **From Witches to Crack Moms. Women, Drug Law, and Policy**. Carolina Academic Press. Durham, North Carolina, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Manual de Redução de Danos, Saúde e Cidadania**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRUCK, Mozahir S. **Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil)**. Artigo apresentado à Compós em 2013. Acedido a 28.06.2013.
- BUCHER, R. e LUCCHINI, R. "**À Procura de uma abordagem interdisciplinar da toxicomania**" In; Drogas e Drogadição no Brasil, Bucher, R. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992,p 181-204
- BUNGAY, V., JOHNSON, J. L., VARCOE, C., & BOYD, S. **Women's health and use of crack cocaine in context: Structural and 'everyday' violence**. *International Journal of Drug Policy*, 21(4), 321-329. doi:10.1016/j.drugpo.2009.12.008, 2010.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015ª.
- BUTLER, J. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.1, p. 13-33, 2011.

- BUTLER, J. **Vida precaria: el poder del duelo y la violència.** Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1990.
- CABRAL, J.P. **Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica.** Mana, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 109-122, Apr. 2003
- CALDEIRA, Tereza P. do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade.** IN: Novos Estudos do CEBRAP, n.21, 1988
- CAMARGO, P. E MARTINS, M F. **Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias: Uma revisão bibliográfica.** Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 161-169, 2014.
- CAMPBELL, N. **Discovering Addiction: The Science and Politics of Substance Abuse Research. History of Psychiatry - HIST PSYCHIAT.** 19. 504-506, 2007.
- CAMPBELL, N. **Using Women: Gender, Drug Policy and Social Justice.** London: Routledge, 2000.
- CAMPBELL, N., SHAW, S. **INCITEMENTS TO DISCOURSE: Illicit Drugs, Harm Reduction, and the Production of Ethnographic Subjects.** IN: Cultural Anthropology, vol.23, pp. 688-717. American Anthropological Association. 2008.
- CARNEIRO, A.S.. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** Tese de doutorado. Feusp, 2005.
- CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX.** Rev. Out. IES, v. 6, p. 115-28, 2002.
- CARNEIRO, H. **Filtros, mezinhas e triacas: as drogas no mundo moderno.** São Paulo: Xamã, 1994.
- CARVALHO, J.J.. **Poder e Silenciamento na representação etnográfica.** XXII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, 2002.
- CARVALHO, José Jorge. **Antropologia: saber acadêmico e experiência iniciática.** Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1992 - 29 páginas.
- Castel, R. e Coppel, A. **Os controles da toxicomania.** In; Ehrenberg, A.(org.) Individus Sous Influence, Paris, Editions Esprit, 1991, pp 237-256
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CESAIRE, Aimé, (1978). **Discurso sobre o colonialismo.** 1ª Ed. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- CHAGAS, Arnaldo Toni. SEEGER, Fabiano Dutra. **Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack.** Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 38, p.145- 177, jan./jun. 2013.

CLIFFORD, James- **"On ethnographic authority"**. In: Representations 1:2, Spring, 1983.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers**. Oxford: Blackwell, 1980 [1972].

COLLINS, John. **A razão barroca do patrimônio baiano: contos de tesouro e histórias de ossadas no Centro Histórico de Salvador**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2008, V. 51 Nº 1.

COLLINS, John. **Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian Racial Democracy**. Durham: Duke University Press, 2015.

COMISSÃO GLOBAL DE POLITICA DE DROGAS. **Relatório da Comissão Global de políticas sobre drogas**. 2011. Disponível em: http://www.globalcommissionondrugs.org/wpcontent/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf Acesso em 10 de fevereiro 2016.

Correa, N. A. B., Matumoto, F. H., & Lonardoni, M. V. C. (2008). **Doenças sexualmente transmissíveis em mulheres profissionais do sexo, Umuarama, Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Análises Clínicas, 40(3), 209-213. Recuperado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>

COSTA, G. M., SOIBELMAN, M., ZANCHET, D. L., COSTA, P. M., & SALGADO, C. A. I. **Pregnant crack addicts in a psychiatric unit**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 61(1), 8-12., 2012.

CRENSHAW, K.W. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color**. In: FINEMAN, M., ALBERTSON & MYKITIUK, R. (ORGS.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118, 1994.

CRESHAW, Kimberlé W. (2014). **Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?** Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar.

CRUZ, Olga Souza e MACHADO, Carla. **Intervenção no fenómeno das drogas: algumas reflexões e contributos para a definição de boas práticas**. Psicologia [online]. Vol.27, n.1, pp. 13-31. Lisboa - PT, 2013.

CRUZ, V.D.. **Vivências de mulheres que usam crack na cidade de Pelotas RS**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) - programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

DAS, V. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2006.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

- DAVIS, A. **Women, race and class**. Nova York, Vintage Books, 1982. .
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Boitempo. São Paulo. 2017
- DELEUZE, G. Spinoza – philosophie pratique. Ed. br., **Espinosa : Filosofia Prática**. São Paulo: Escuta, 2002. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins.
- DIAZ. Aurelio. **El estudio de las drogas en distintas sociedades: problemas metodológicos**. In. Contextos, sujetos y drogas: un manual sobre drogodependencia. Grupo Igia. Barcelona. 1999.
- DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008, 281p.
- DOMANICO, A. **Craqueiros e Cracados: Bem vindo ao mundo dos nórias!” Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais/UFBA, 2006.
- EISEN-BERGMAN, A. **Women in Vietnam**. São Francisco, People’s Press, 1975.
- ESCOHOTADO, A. **Historia de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial, v. 2, 1995.
- ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D’Andrea. **Comunidade do Maciel**. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971
- ESPINHEIRA, G (Org). **Teoria e pratica do trabalho social em comunidade**. Salvador: Edufba, 2008.
- ESPINHEIRA, G. **Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel**. Salvador: Fundação Cultural do estado da Bahia, 1984.
- ESPINHEIRA, Gey. **El patrimonio como cenário na/en la domesticación de la cultura. Comentários ao Dossier de Iconos 20. Íconos. Revista de Ciencias Sociales**. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Ecuador. Num. 21. Quito, enero. pp. 69-77, 2005.
- ESPINOSA, B. **Ética**. Tradução J. de Carvalho. 3a ed. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983..
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF, Coleção Cultura, v. 2, 2005.
- FAVRET-SAADA, J. **Ser Afetado**. Cadernos de Campo, 13, p.155-161, 2005.
- FERNANDES, L. (2009). **O que a droga faz à norma**. Toxicodependências, 15, 3-18.).
- FERNANDES, L., & Ribeiro, C. (2002). **Redução de riscos, estilos de vida junkie e controlo social**. Sociologia, Problemas e Práticas, 39, 57-68.

FERNANDES, Luís, PINTO, Marta (2004). **El espacio urbano como dispositivo de control social: territórios psicotrópicos y políticas de la ciudad** in *Uso de Drogas e Drogodependências, Monografias Humanitas*, Nº 5. Barcelona: Fundación Medicina y Humanidades Médicas pp. 147-162

FERNANDEZ, O. (2007). **Coca light? Usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de "cheiradores" de cocaína em São Paulo**. Tese de doutorado. Salvador: UFBA.

FERREIRA (2016). **Crack no Jornal Nacional: como o telejornal agenda e enquadra o assunto**. *Revista razón y palabra. Varia | Número 93 | Abril – Junio 2016 | Issn: 1605-4806 | pp. 397-416*

IORE, M. **O lugar do Estado na questão das Drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas**. In: *Novos Estudos. Cebrap*, 92, Março - 2012.

FLACSO BRASIL. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 2015.. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 21 agosto de 2017.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília.

FLAUZINA, Ana Luiza e FREITAS, Felipe. **Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento do negro no Brasil**. Dossiê "Direito Penal, Criminologia e Racismo. RBCCRIM nº 135. 2017.

FOUCAULT, M. **Aula de 17 de março de 1976** In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315, 2005.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Ed. Martins Fontes - SP, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência Doméstica**. 2010. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/7244>. Acesso em: 19 ago. 2017.

GALDURÓZ, J. C. F. *et al.* **Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 13, p. 888-895, set-out. 2005

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

Geertz, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997,

GREEN, C. A. **Gender and use of substance abuse treatment services**. *Alcohol. Res Health*, v. 29, n., p. 55-62, 2006.

GRELLA, C. E. . **Substance abuse treatment services for women: a review of policy initiatives and recent research.** Los Angeles: California Department of Alcohol and Drug Programs, 2007.

GRUND, J.P.C. **Drug Use as a Social Ritual - Functionality, Symbolism and Determinants of Self-Regulation.** Roterdã: Institut voor Vershavingsonderzoek (IVO) Erasmus Universiteit, 1993.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2005.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** cadernos pagu (5) 1995: pp. 07-41.

HARDING, Sandra. **Feminism and Methodology: Social Science Issues.** Indiana University Press, 1987

HART, Carl. **Um preço muito alto.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HENMAN, Anthony Richard e PESSOA JR, Osvaldo (orgs). **Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha.** São Paulo, Editora Ground, 1986.

HERSCHINGER, Eva. **Constructing global enemies: hegemony and identity in international discourses on terrorism and drug prohibition.** Nova Iorque: Routledge, 2011.

HURT, H. et al. **Children with and without gestational cocaine exposure: a neurocognitive systems analysis.** *Neurotoxicology and Teratology.* New York, v. 31, n. 6, p. 334-41, 2009. PMID:19686843 PMCID:PMC2765041. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ntt.2009.08.002>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2013.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20729>. Acesso em: 19 agosto de 2017.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

KURI, S. E. R.; ALCARÁZ, A. J. C.; CÁCERES, M. C. F. **Estudio comparativo del proceso de inserción social en hombres y mujeres usuarios de drogas en rehabilitación.** *Health and Addictions/ Salud y Drogas, Alacant,* v. 15, n. 1, p. 49-54. 2015 Disponível em: < <http://www.haaj.org/index.php/haaj/article/>>. Acesso em: 17 agosto de 2017.

LANCETTI, A. **Contrafissura e Plasticidade Psíquica.** Políticas do desejo. São Paulo: Ed.Hucitec. 2015.

LAZZAROTTO, César; Bristol, Alisson Pittol; Piazza, Elisa Helena; Forte, Daniel Yared. **Pulmão do crack: manifestações clínicas e radiológicas após inalação.** *ACM arq. catarin. med;*38(3), jul.-set. 2009

Lefebvre, Henri. **O Direito à Cidade.** (São Paulo: Ed. Documentos). 1969.

LIMA DA SILVA, S. **Mulheres da luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso de crack**. 2000. 104 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LIMA, A.S.. **Rastros de fogo e Sangue: estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejista de drogas na grande Salvador**. Editora: Edufba Edição:1ª, 2017.

LIMBERGER, J.; ANDRETTA, I. **Novas problemáticas sociais: o uso do crack em mulheres e a perspectiva de gênero**. Estudios sobre feminismo y género, Colômbia, v. 15, p. 41-65, jan-abr 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n15/n15a03.pdf>>. Acesso em: 20 agosto de 2017.

LIMBERGER, J.; NASCIMENTO, R. S.; SCHNEIDER, J. A.; ANDRETTA, I. **Women users of crack: systematic review of Brazilian literature**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 82-88, 2016.

LOPES, Eva Patrícia. **O tratamento ao usuário de crack nas páginas policiais dos jornais brasileiros**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 7,

Lourenço, L.C. ; Almeida, O.L. **Quem mantém a ordem, quem cria desordem: gangues prisionais na Bahia**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, V.25, N.1, P.37-59, 2013.

MACRAE , E. **Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos**. In; Seibel, S. D. e Toscano Jr., A. Dependência de drogas. São Paulo, Editora Atheneu, 2001pp., 25-34

MACRAE e ALVES. **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. EDUFBA. CETAD/UFBA. 2016

MACRAE, E. **Abordagem etnográfica do uso de drogas**. Disponível em: <www.giesp.ffch.ufba.br>. Acesso em: 15 agosto de 2017.

MACRAE, E. **Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos**. In: TAVARES, L.A.; ALMEIDA, A. R. B.; NERY, A. (Orgs.). Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador : EDUFBA, 2004.

MACRAE, E.; VIDAL, S. **A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas**. São Paulo - SP: Revista de Antropologia,, vol.49, n. 2, 2006.

MAGNANI, J.G.C. **Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MALHEIRO, L e AMARAL. G. **Dissonâncias entre política e cuidado: a pedra no caminho da Clínica com pessoas que usam substâncias psicoativas ilícitas**. In: Residência em Saúde Mental: educando trabalhadores para a atenção psicossocial. Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, Mônica de Oliveira Nunes e Suely Maia Galvão Barreto (Org.). EDUFBA. 2017

MALHEIRO, L S B. **Sacizeiro, Usuário e Patrão: uma etnografia sobre consumidores de crack do Centro Histórico de Salvador**. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. 2010.

MALINOWSKI, B. **Objetivo, método e alcance desta pesquisa** in: GUIMARAES, A. Z. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

MALTA, M. *et al.*, **HIV/AIDS risk among female sex workers who use crack in Southern Brazil**. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 42, n. 5, p. 830-837, 2008.

MALTA, M.; MONTEIRO, S.; LIMA R.M.J.; BAUKEN, S.; MARCO, A.; ZUIM, G.C, ET AL. **HIV/AIDS risk among female sex workers who use crack in Southern Brazil**. *Rev saúde pública*. 2008.

MANGARONI, S. R. **Contextos de exclusão social e vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas no ciclo gravídico puerperal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

MANGARONI, S. R.; OLIVEIRA, M. L. F. **Uso de crack por múltipara em vulnerabilidade social: história de vida**. *Ciência, Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 11, n.1, p. 166-172, jan-mar. 2012.

MARLATT G.A.. **Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1999.

MATA (2015). **Préfacio**. In: Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

MAUSS, M. **As técnicas corporais**. In:_____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Editora Cosac Naify, 2003. p. 401-420.

MBEMBE, Achille **Necropolítica**. Melusina. Traducción y edición a cargo de Elisabeth Falomir Archambault. 128 pags, 1999.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. **Por uma razão decolonial: desafios ético políticoepistemológicos à cosmovisão moderna**. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.

MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Cornell University, 1997.

MISSE, M. **As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio**. *Contemporaneidade e educação*, Salvador, v.1, n.2, p.93-116, 1997.

MORAES, M.; CASTRO, R.; PETUCO, D. **Gênero e uso de drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde**. Instituto PAPAÍ, 2011.

MORAES, R; GALIAZZI, M.C. **Análise Textual Discursiva**. Ed. Unijuí; Ijuí: 2007.

MOUNTIAN, I. **Mujeres bajo Control**. In: BIGLIA B.; SAN MARTÍN, C. (Org.). *Estado de Wonderbra. Entretejiendo narrativas de feministas sobre las violencias de género*. Barcelona: Virus Press, p. 73-83.

MURPHY, Sheigla; ROSENBAUM, Marscha. **Two women who use cocaine too much: class, gender, race, crack and coke.** In: REINARMAN, Craig e LEVINE, Harry (Orgs.). *Crack in America: demon drugs and social justice.* London: University of California Press, 1997.

MUSTO, David 1973[1987] **The American Disease: Origins of Narcotic Control.** Oxford, Oxford University Press, 400 pp.

NAPPO, S.A. et al. **Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS.** São Paulo: CEBRID, 2004.

NAPPO, S.A.. **Baquêros e Craquêros: Um estudo etnográfico sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo.** 1996 Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 1996.

NAPPO, S.A.; SANCHEZ, Z. ; OLIVEIRA, L. G. **Crack, AIDS, and women in São Paulo, Brazil.** *Substance Use & Misuse*, UK, v. 46, n. 4, p. 476-485, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOTO, A.R. *et al.* **Levantamento nacional sobre uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras – 2003.** São Paulo: SENAD/CEBRID; 2003.

NUÑEZ, M. E. **O crack em Salvador.** In *SOS Crack prevenção e tratamento.* São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; 1998.

OLIVEIRA, J. F; PAIVA, M.S.; VALENTE, C. M. L. **A interferência do contexto assistencial na visibilidade do consumo de drogas por mulheres.** *Revista Latino-americana de Enfermagem.* São Paulo, v. 15, n.2, p. 247-252, 2007.

OLIVEIRA, J.F.; PAIVA, M.S. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao hiv/aids em uma perspectiva de gênero.** *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem,* v.11 n.4, p. 625 – 31, 2007.

OLIVEIRA, L.C.. **A vocação crítica da Antropologia.** *Anuário Antropológico/90.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

OLIVEIRA, L.R.C. **Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos,** in VICTORIA et al. (orgs.), *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil.* Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, pp. 33-44, 2004.

PARDO L.S. **Género y drogas: Guía informativa: drogas y género: Plan de Atención Integral a la Salud de la Mujer de Galicia.** Galicia: Subdirección Xeral de Saúde Mental e Drogodependencias, 2009.

PEDROSO, R.S.; KESSLER, F.; PECHANSKY, F. **Treatment of female and male inpatient crack users: a qualitative study.** *Trends in Psychiatry and Psychotherapy,* Rio Grande do Sul, v. 35, n.1, p. 36-45, 2013.

PEIRANO Martza. G. S.. **O encontro etnográfico e o dialogo teórico.** In: *Anuário Antropológico-85.* Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1985.

- PEIRANO, M. **Os antropólogos e suas linhagens.** In: PEIRANO, M. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PERLONGHER, N. **O negócio do michê – a prostituição viril.** São Paulo: Brasiliense, 1987
- PETUCO, D. **A produção social do usuário de crack.** Conselho Federal de Psicologia Drogas e Cidadania: em debate / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.
- PINA CABRAL, João de. 2003. **Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica.** Mana. Estudos de Antropologia Social, 9(1):109-122
- PINTO, V. M.; TANCREDI, M.V.; BUCHALLA, C. M.; MIRANDA, A. E. **History of syphilis in women living with AIDS and associated risk factors in São Paulo, Brazil.** Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 342-348, 2014.
- PLUMMER, Ken. 1984. **"The Social Uses of Sexuality: Symbolic Interaction, Power and Rape"** In Hopkins, June (ed.): Perspectives on Rape and Sexual Assault. London: Harper and Row.
- PRATES, A.; MALHEIRO, L. **Metodologia do Encontro.** In: CETAD. Projeto Técnico do Ponto de Encontro. 2011.
- QUIJANO, Anibal - **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005
- RABINOW, Paul. **Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na Antropologia.** In: Antropologia da Razão. Tradução João Guilherme Biehl. Relume Dumara. 1999. Rio de Janeiro.
- REINERMAN, C.; e LEVINE, H. G. **Crack in America - Demon Drugs and Social Justice.** Berkley: University of California Press; 1997.
- RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios de ação política.** Dissertação mestrado. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. 2015
- RIBEIRO, Maurides de Melo. **Drogas e redução de danos: análise crítica no âmbito das ciências criminais.** 2012. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota; SILVA, José Augusto da. **Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo.** In: Crack e exclusão social / organização, Jessé Souza. Capítulo 11. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.
- RODRIGUES, L.B.F.. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** Tese de doutorado. Faculdade de Direito. USP, 2006.
- RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico, uma guerra na guerra.** São Paulo: Desatino, 2003.

ROMANI, Oriol **Etnografía y drogas: discursos y prácticas** Nueva Antropología, vol. XVI, núm. 53, agosto, 1997, pp. 39-66 Asociación Nueva Antropología A.C. Distrito Federal, México

RUI, T. (2012). **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP/IFCH.

SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890- 1932). Programa de Pós Graduação em História. UFBA. Salvador, 2013. 139 f

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ACIOLI NETO, Manoel de Lima and SOUSA, Yuri Sá Oliveira. **Social representations about crack in the Pernambuco press**. Estud. psicol. (Campinas) [online]. 2012, vol.29, n.3, pp.379-386. ISSN 1982-0275. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2012000300008>

SEGATO, R.L. La estructura de género y el mandato de violación. In: **Las estructuras elementales de la violencia** - 1a ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, R.; **O Édipo Brasileiro**: a dupla negação de Gênero e Raça. Série Antropologia. Brasília, 2006.

SEGATO, R.L. **Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación**. *Revista Herramienta*, n. 49, 2012.

SEGATO, R.L. **Las estructuras elementales de la violencia**. Buenos Aires: Prometeo y Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, R.L.. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. In: **La guerra contra las mujeres**.ed. Traficantes de Sueños. Madrid, 2016.

SEGATO, R.L.. Género y colonialidad: en buscas de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In BIDASECA, K; VAZQUEZ LABA, V. (Eds.). **Feminismos y poscolonialidad**. Buenos Aires: Ed. Godot, 2011.

SERRANO, Mónica; TORO, María Celia. **Del narcotráfico al crimen transnacional organizado en América Latina**. In: BERDAL, M.; SERRANO, M. (Org.). Crimen transnacional organizado y seguridad internacional: cambio y continuidad. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 233-273.

SILVA, S.L. **Mulheres da luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack** [dissertação]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2000.

Soc., São Paulo, v. 17, n. 49, Jun, 2002.

SOUZA, M. R. R., OLIVEIRA, J. F., & NASCIMENTO, E. R.. **A saúde de mulheres e o fenômeno das drogas em revistas brasileiras**. *Texto & Contexto Enfermagem*. 23(1), 92-100, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG

STRATHERN, Marilyn. 2014. **O Efeito Etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify. p. 11-262.

TEIXEIRA, Isabela Bentes Abreu. **Expurgos urbanos: epidemia e gestão penal na política de enfrentamento ao crack**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TELLES, V. da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: ARGVMENAVM, 2010.

THOMPSON, J.B. **A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

TORRENTE, M. ; PRATES , A. **O lugar e o papel do Cientista Social nas equipes interdisciplinares em saúde mental**. In: NUNES, M., Torrenté, M., PRATES, A.(Org.). O otimismo das práticas: inovações pedagógicas e inventividade tecnológica em uma residência multiprofissional de saúde mental.Salvador: Edufba, 2015.

TORRES DEL RÍO, C. **Colombia, siglo XX: desde la Guerra de los Mil Días hasta la elección de Álvaro Uribe**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2010.

TRAD, S. **Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais**. In: NERY FILHO, A., et al. orgs. Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009, pp. 97-112.

TUCHMAN E. **Women and addiction: the importance of gender issues in substance abuse research**. J Addict Dis, U.K., v. 29, n. 2, p. 127-38, 2010.

VELHO, G. (1998). **Nobres e Anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Canibais: Elementos para uma Antropologia pós-estrutural**: São Paulo: Cosac Naify, Primeira Ed. 2014

VON DIEMEN, L.; DE BONI, R.; KESSLER, F.; BENZANO, D.; PECHANESKY, F. **Risk behaviors for HCV and HIV-seroprevalence among female crack users in Porto Alegre, Brazil**. Archives of Women's Mental Health, Santa Catarina, v. 13, n. 3, p. 185-191, 2010.

VON FLACH, P.; NERY FILHO, A.; PAMPONET, G. **Do Ponto de Encontro aos Pontos de Cidadania: Práticas de Cuidado com Usuários de Substâncias Psicoativas em Situação de Rua**. In: JORGE, M. S. B.; TRAD, L. A. D.; QUINDERE, P. H. D.; LIMA, L. L. (Orgs.). Olhares Plurais sobre o Fenômeno do Crack. 2. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015, v.01, pp. 178-217.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos EUA**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2007.

Wagner, Roy. 2010. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, p. 13-119

WAISELFISZ J.J. **Mapa da violência 2013**. Rio de Janeiro: CEBELA-FLACSO, 2013.

YAMAGUCHI, E. T.; CARDOSO, M. M. S. C.; TORRES, M. L. A.; ANDRADE, A. G. de. **Drogas de abuso e gravidez**. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 44-47, 2008.

YOUNG, Jock. **The drugtakers: the social meaning of drug use**. London: Paladin, 1971.

ZANOTTO, Daniele Farina, **Usuários de crack: uma análise a partir de reportagens de jornal e revistas de circulação nacional**. 2016. 237p. Tese de doutorado. Programa de PósGraduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina

ZINBERG, N. E. **Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use**. New Haven: Yale University Press, 1984.